

ANAIS DO 1º FÓRUM DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

O presente documento reúne os trabalhos apresentados no 1º Fórum de Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, organizado e realizado pelos Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma universidade, programa este pertencente à Faculdade de Ciências Sociais. O Fórum foi realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2018 com o seguinte tema: **A Ciência Política em Tempos Incertos: prognósticos e análises após a Nova República.**

O evento foi elaborado almejando dois objetivos: i) instituir um âmbito para a discussão dos trabalhos de dissertação dos alunos do programa de pós-graduação; ii) promover, seguindo uma diretriz universitária, a integração entre pós-graduação e graduação. Dado o curto espaço de tempo de elaboração e divulgação do evento, assim como a relativa pouca idade do programa de pós-graduação, os organizadores creem ter cumprido com os objetivos traçados.

Os trabalhos foram divididos em quatro categoria, com o número de texto entre parênteses: Economia Política (3), Estado e Políticas Públicas (3), Instituições e Comportamento Político em Perspectiva Comparada (4) e Política Internacional (3). Abaixo segue a relação dos textos nas suas respectivas categorias:

Economia Política:

- A CRISE DA HEGEMONIA DO DÓLAR NA DÉCADA DE 1970;
- A CRISE POLÍTICO-FISCAL E A ATUAÇÃO POLÍTICA DE JUÍZES PERANTE A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE;
- NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA EM WENDY BROWN.

Estado e Políticas Públicas:

- UMA REVISÃO HISTÓRICA SOBRE AS FORMAS DE CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E AS AMEAÇAS PROVOCADAS PELAS CRISES ECONÔMICAS E SOCIAIS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980 E A DÉCADA PÓS-2008;
- ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER;
- QUILOMBOLA KALUGA E A LUTA POR RECONHECIMENTO.

Instituições e Comportamento Político em Perspectiva Comparada:

- UMA ANÁLISE DE TRÊS FORMAS DE MEDIR IDEOLOGIA A PARTIR DO ELEITORADO GOIANIENSE;
- COMPARECIMENTO ELEITORAL E SISTEMAS ELEITORAIS NO BRASIL, BOLÍVIA E MÉXICO;
- JUNHO DE 2013 E A ESQUERDA BRASILEIRA CINCO ANOS DEPOIS;
- UMA ANÁLISE OPERACIONAL DA ESQUERDA E DA DIREITA.

Política Internacional:

- POLÍTICA COMERCIAL NO CONTEXTO DA TEORIA RACIONAL;
- A CAUSA CURDA: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO ESTADO EM UM MUNDO INTERDEPENDENTE;
- DE EXARCADO A PRINCIPADO: A CONSTRUÇÃO DA “GRANDE BULGÁRIA” DE SANTO ESTEVÃO (1878).

Os organizadores, cientes das deficiências do evento, agradecem aos participantes e esperam que os textos apresentados, em diferentes estágios de produção, possam ser úteis à comunidade científica.

A CRISE DA HEGEMONIA DO DÓLAR NA DÉCADA DE 1970¹

Felipe Rodrigues Sousa²

RESUMO

O trabalho investiga as conexões entre o dólar e a hegemonia dos Estados Unidos após o final da Segunda Guerra Mundial. Destarte, trata-se abstratamente sobre a hegemonia de um país e seus condicionantes, estabelecendo ligações entre fatores econômicos e políticos-culturais, com ênfase no papel que a moeda pode desempenhar e que o dólar desempenhou após 1945. A hegemonia americana é abordada dentro do Sistema de Bretton Woods em conexão com a institucionalização da Guerra Fria, desta maneira ressalta-se o papel do dólar enquanto mecanismo de diplomacia. Aborda-se ainda a posição desta moeda e da hegemonia dos Estados Unidos entre as décadas de 60 e 70, argumenta-se que a desestabilização da hierarquia econômica-política dessa época também estava relacionada ao Sistema de Bretton Woods e às necessidades impostas pelo conflito bipolar, assim a contestação da hegemonia dos americanos, dentro do bloco capitalista, “representou-se” na “crise” que atingiu o dólar

Palavras-chave: Dólar, hegemonia americana, Bretton Woods, Guerra Fria

ABSTRACT

The paper investigates the connections between the dollar and US hegemony after the end of World War II. It deals, abstractly, with the hegemony of a country and its determinants, establishing links between economic and political-cultural factors, with emphasis on the role that the currency can play and that the dollar played after 1945. American hegemony is approached within the Bretton Woods system in connection with the institutionalization of the Cold War, in this way the role of the dollar as a mechanism of diplomacy is emphasized. The position of this coin and of US hegemony between the 1960s and 1970s is also discussed, it is argued that the destabilization of the economic-political hierarchy of that time was also related to the Bretton Woods system and the needs imposed by the bipolar conflict, so the contest of the hegemony of the Americans, within the capitalist bloc, was "represented itself" in the "crisis" that hit the dollar

Key-words: Dollar, America's hegemony, Bretton Woods, Cold War.

INTRODUÇÃO

Não seria possível compreender os desenvolvimentos mundiais do final do século XX e início do XXI sem um olhar cuidadoso sobre os acontecimentos do período entre 1960 e 1980. Diferentemente das duas décadas anteriores, 1940 e 1950, e das duas posteriores 1990 e 2000,

¹ Este trabalho foi apresentado como requisito para conclusão da disciplina de “História e Relações Internacionais”, ministrada pelo professor Carlo Patti, Dr. em História das Relações Internacionais, no 1º semestre do ano de 2018. Essa disciplina faz parte do Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Consciente de que o trabalho ainda precisa de inúmeras adaptações, correções e melhoramentos, da escassez de referências bibliográficas, o autor agradece antecipadamente sugestões que viabilizem o aperfeiçoamento dos argumentos aqui apresentados.

² Mestrando em Ciência Política pela FCS/UFG, bacharel em Ciências Econômicas pela mesma instituição. E-mail: felipe.frs@hotmail.com.

os anos de 1960 a 1980 não representaram um período de consolidação, mas antes de transformações nos campos econômicos e das relações internacionais. Citando apenas os eventos mais marcantes desses anos têm-se: as *revoluções utópicas*³, o fim do padrão dólar-ouro e de parte relevante do Sistema de *Bretton Woods*, a Guerra do Vietnã, a Guerra do Yom Kipur, a renúncia do presidente Nixon, os choques do petróleo, a Revolução iraniana, a Guerra do Afeganistão e a *détente*, que surge e malogra nesses anos. Esses são, talvez, os eventos mais visíveis a darem a tônica das relações internacionais nos anos subsequentes. Não se esquecendo que, todos eles ocorreram no âmbito da Guerra Fria, ou seja, no contexto da tensão nuclear que caracterizou quase toda a segunda metade do século XX (NJØLSTAD; SCHULZINGER, 2010).

No entanto, ainda que se possa elencar esses acontecimentos, haviam outros fatores, não tão visíveis ou, imediatamente, apreensíveis, que tiveram importância substancial para o desenrolar das relações internacionais no final do século XX. No plano político-social destacavam-se as discussões sobre os direitos humanos que foram inseridos na agenda política doméstica das democracias ocidentais e nas tratativas entre as nações; no plano econômico, o que se verifica foi o aumento da concorrência entre países capitalistas, cuja origem remonta ao processo de reconstrução europeia no pós Segunda Guerra Mundial (SGM), e uma potencial ou suposta crise de hegemonia do dólar, enquanto padrão de valor internacional (ARRIGHI, 2010). Este ensaio visa tratar, de forma preliminar, deste último tópico, a crise de hegemonia do dólar, dentro do escopo mais abrangente que é o da diplomacia do dólar exercida pelos Estados Unidos no pós-guerra.

A escolha deste tema é justificada, essencialmente, por dois motivos. Em primeiro lugar, o dólar ocupava um papel de centralidade no esquema do comércio internacional institucionalizado no Sistema de *Bretton Woods* uma das principais “instituições” oriundas da SGM. O padrão dólar-ouro, que foi adotado enquanto mecanismo que permitiria aos países, devastados pela guerra, terem maior controle sobre o desenvolvimento interno das suas economias, ao passo que impossibilitaria políticas cambiais e comerciais mais agressivas nos mercados internacionais evitando ganhos “competitivos artificiais”, foi posto por terra em agosto de 1971. Um segundo motivo está relacionado ao papel assumido pelos Estados Unidos no processo de reconstrução dos países europeus afetados pela SGM, esse papel coaduna três fatores importantes para uma compreensão acurada da situação econômica estadunidense nos anos de 1970, eles podem ser assim delineados: i) a *indústria estadunidense*, enquanto provedora de bens de consumo e de capital; ii) os *empréstimos governamentais*; e iii) o *aparato militar intercontinental*

³ BRESSER-PEREIRA, 2006 [1972].

construído pelos Estados Unidos e seus aliados e que decorreu diretamente das disputas engendradas pelas duas superpotências, EUA e URSS, no âmbito da Guerra Fria.

Assim, a respeito da ordem internacional econômica e política do pós-guerra se pode dizer que tanto a sua emergência quanto a sua destruição estão relacionadas à Guerra Fria. Foi a emergência e a persistência do conflito bipolar que, desde no mínimo 1945, passa a moldar, em grande medida, a estrutura, os participantes e as estratégias da paisagem econômica e militar internacional da segunda metade do século XX. Já o continuado desmantelamento desta ordem, na década de 1970, adveio da incompatibilidade entre as ambições econômicas e políticas internacionais dos Estados Unidos e a inflexibilidade do Sistema de *Bretton Woods*, que só poderia ser estável com apenas uma economia líder no sistema capitalista. Essencialmente, o sistema desmoronou porque o líder do bloco capitalista primou pelos seus objetivos em detrimento da estabilidade do sistema internacional. O trabalho está assim dividido, à introdução segue-se uma discussão conceitual sobre hegemonia e moeda. Posteriormente trata-se do dólar enquanto ferramenta de política externa e da posição dessa moeda no final da década de 1960 e início dos anos 70, a isto segue-se uma breve conclusão.

A HEGEMONIA DO DÓLAR

Um passo importante para compreender os obstáculos que se colocaram ao exercício da hegemonia do dólar no cenário internacional na década de 1970 consiste em resgatar, genericamente, as condições necessárias para a emergência de um poder hegemônico internacional e para a efetivação desta hegemonia. De forma ampla, pode-se argumentar que, esses dois elementos não ocorrem simultaneamente. Isso se deve a um motivo compreensível, o surgimento das condições necessárias para o exercício da hegemonia é um processo construtivo, relativamente, longo; requer o desenvolvimento de forças econômicas e a “maturação” política capazes de estruturar a sociedade de tal maneira a exercer a função de poder dominante internacional, ou seja, coordenar “mentes, corações, músculos e riquezas” com o objetivo dar vazão para além das fronteiras nacionais a um projeto estruturante das outras sociedades, que atenda aos seus objetivos de curto, médio e longo prazo. A serviço desses objetivos as culturas e ideologias são fundamentais, sejam aquelas que visam, por exemplo, levar a “civilização aos bárbaros”, ou os “deuses aos incrédulos”. Obviamente, não se pretende que esse projeto seja, plenamente, consciente, ou até mesmo, amplamente difundido na sociedade que se tornará hegemônica no futuro, mas parece ser preciso que esse processo de conscientização e difusão se aprofunde com o passar do tempo.

Já a efetivação ou materialização da hegemonia nos parece ser um processo mais rápido, geralmente germinado em situações perturbadoras e que enfraquecem o domínio anterior, dando origem às condições necessárias para a “instalação” de um novo poder; guerras e crises econômicas parecem ser os tipos mais comuns dessas situações perturbadoras. Não pretendemos que a história da humanidade seja apenas a ascensão ininterrupta de poderes, imediatamente, um após o outro; certamente há, como houve entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, uma espécie de vacância na posição de hegemônico, um período no qual a ordem vigente já está em um processo acelerado de colapso, mas onde também o principal postulante a hegemônico ainda não conseguiu reunir todas as condições necessárias para exercer esse papel.

Aplicando essa ideia aos Estados Unidos, vê-se que esse país já estava, na virada do século XIX para o século XX, em processo acelerado de construção das condições econômicas, políticas, culturais e ideológicas⁴ para se tornar hegemônico. A Alemanha também estava a caminho de reunir essas condições essenciais, no entanto, a Primeira Guerra Mundial a fez retroceder e com isso “deixou aberto o caminho” aos Estados Unidos; aberto em partes, uma vez que a SGM demonstrou que os nazistas ainda se colocavam como sérios postulantes ao posto de poder hegemônico. Vemos desta maneira, que, ao menos até metade do século XX, a dominação do espaço geográfico, econômico e político por um país refletiu o próprio processo de desenvolvimento do mesmo, é por meio de “revoluções” econômicas, políticas e culturais que os países constroem as condições internas e que são “ativadas” em momentos de conturbações externas o que os possibilita ascender à posição de hegemônico⁵.

A hegemonia não é um prazer a ser gozado parcialmente, poder militar, econômico e político são componentes de uma mesma estrutura social projetada nos espaços internacionais, que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Neste trabalho, os poderes militares e políticos nos interessam na medida que contribuem para expor e explicar as dinâmicas pelas quais passou o poder econômico/monetário americano. Dito isso, exploramos agora como uma moeda pode se tornar hegemônica no cenário internacional.

No plano conceitual uma moeda é caracterizada pelas funções que exerce dentro de um determinado espaço geográfico. Na condução das atividades humanas corriqueiras os indivíduos podem não refletir sobre essas funções, o que segundo Bourdieu (1989), apenas reforçaria

⁴ “*We thought we were the exceptions to history, we Americans. History didn’t apply to us. We could never fight a bad war. We could never represent the wrong cause. We were Americans. Well in Vietnam it proved we were not an exception to history.* - Neil Sheehan” (THE VIETNAM WAR, 2017)

⁵ Acredito que a mesma arquitetura teórica pode ser aplicada ao caso do Reino Unido, o poder hegemônico que caiu para a ascensão dos Estados Unidos.

a eficiência, já que tão mais imperceptivelmente um poder é exercido mais eficiente ele é, e a moeda nas sociedades modernas é um dos principais poderes atuantes. Essas funções, identificadas por Keynes (2013 [1930]), desempenhadas internamente são: unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor, não as explicitaremos, muito já foi dito sobre elas⁶. Para que um ativo seja considerado moeda internacional ele deve desempenhar essas funções no âmbito internacional, assim como desempenha no espaço nacional⁷.

Sem entrar no mérito de uma suposta hierarquia entre essas funções, o fato é que o dólar ainda que começasse a ocupar esse papel na primeira metade do século XX, não o fazia sozinho. Ainda que os Estados Unidos já gozasse de relevância substancial, tanto no mercado de capitais, quanto no comércio internacional, algo que se tornou patente com a gravidade da crise de 1929, o dólar ainda não era a única moeda a exercer as três funções necessárias; a libra esterlina, um dos símbolos do decadente império britânico, e o marco eram moedas importantes internacionalmente na primeira metade do século XX (BLINDER, 1996; GOWAN, 2003). As duas Guerras Mundiais e os caminhos contrários de Estados Unidos e Reino Unido estavam destinados a alterar essa relação.

O fato é que os Estados Unidos emergiram da SGM como o principal país no plano econômico, além de serem a única nação credora e o único capaz, econômica e financeiramente, de colocar em prática um plano consciente de reconstrução dos países europeus devastados pelo conflito mundial. Ao Plano Marshall soma-se a nova arquitetura monetária internacional, o Sistema de *Bretton Woods*, que visando liberar os governos nacionais das instabilidades do comércio internacional e dos fluxos de capital, dá ao dólar, definitivamente, o status de moeda internacional (DELGADO, 2009). Atribui-se, recorrentemente, ao ouro um papel de grande importância na arquitetura internacional do pós-guerra, no entanto se Keynes (1913) estava correto sobre o padrão ouro da virada do século XIX para o século XX e se o mesmo for válido para o novo padrão monetário internacional do pós-SGM, este dependia muito mais do dólar, ao passo

⁶ Blinder (1996) menciona um quarto critério, nomeadamente, servir como meio de pagamento dentro de outros países, no entanto parece ser pouco razoável que uma moeda estrangeira possa deslocar a moeda nacional como meio de pagamentos dentro do seu território, exceto em casos excepcionais como na Argentina durante os anos 90, ainda assim, no geral a conclusão do autor não difere do que foi afirmado quanto às três funções da moeda. De qualquer maneira, dólar só passa a exercer esse papel de forma preponderante e inquestionável na segunda metade do século XX.

⁷ A diferença essencial entre moedas *stricto sensu* e outros ativos “considerados” moeda como, por exemplo, *bitcoins* e outros, são as seguintes: as moedas **devem ser** meio de pagamento, enquanto o *bitcoin*, **pode ser** meio de pagamento quando há conversibilidade; as moedas **devem ser** unidade de conta, o *bitcoin não é* unidade de conta, novamente, a precificação em *bitcoin* só ocorre porque essa é convertível em outra moeda emitida por um Estado; as moedas **são** a reserva de valor mais líquida, o *bitcoin* ainda que possa ser utilizado como reserva de valor jamais terá a liquidez absoluta das moedas emitidas por Estados. Essas diferenças derivam, em grande medida, do fato de moedas estatais terem curso forçado, enquanto não há qualquer instituição que obrigue os indivíduos transacionarem em *bitcoins*, ou outros ativos semelhantes.

que o componente metálico era quase uma “formalidade”, ou uma forma de dar credibilidade a uma instituição que poderia, teoricamente, prescindir dele por completo. Neste ensaio não se menospreza a importância de levar os indivíduos a confiarem em uma dada instituição e nos mecanismos para tal, entretanto, se após 1971 a crença no sistema de comércio internacional sobreviveu à eliminação do “mito do ouro”, talvez em 1945 ela também fosse capaz, ao menos em teoria, de sobreviver sem a necessidade de apelar ao ouro como padrão de valor.

A consolidação da hegemonia do dólar resultou de diversos fatores, menciona-se aqueles que tidos como mais importantes. Eles podem ser classificados em estruturais e conjunturais. Na categoria dos estruturais devem ser colocadas duas importantes tendências: i) o declínio do Império Britânico, enquanto não se pode dizer que exista um consenso sobre quando o Império Britânico deixou efetivamente de existir, parece ser correto afirmar que já na primeira metade do século XX ele não se encontrava em franca expansão, muito pelo contrário; ii) a emergência do poderio econômico e financeiro americano, pois já no final do século XIX os Estados Unidos eram vistos como uma potência econômica e a década de 1920, mesmo com todos os seus exageros, demonstrou a força das finanças estadunidenses. Na categoria dos fatores conjunturais incluem-se: i) as grandes guerras que, ao mesmo tempo, aceleraram o declínio britânico e aplacaram as ambições das outras nações europeias; ii) a não extensão da guerra para o solo americano, e a consequente preservação da sua capacidade industrial; iii) a posição credora na qual os Estados Unidos se encontraram após o final da guerra. Todos esses fatores combinados fizeram dos Estados Unidos o único país capaz de financiar o projeto de reconstrução europeu e de prover os bens materiais para tal, o que fez do dólar a moeda na qual se tomava emprestado para poder comprar das próprias indústrias americanas, deste ponto de vista os empréstimos de guerra são indispensáveis para a solidificação da hegemonia do dólar.

Não é de se surpreender que qualquer padrão de convertibilidade entre papel moeda e outra mercadoria – ouro, prata etc. – sofra dos mesmos males que o sistema bancário nacional no que diz respeito aos depósitos bancários. Eles funcionam muito bem até o ponto em que todos os detentores de saldos bancários (no caso dos depósitos) ou de dólares/libras (no caso dos sistemas dólar/libra-ouro) decidem reclamar junto aos bancos ou aos países os seus ativos, em outras palavras, até que eles exerçam o seu direito de conversão. Quando isso ocorre, o sistema é colocado em perigo, os bancos decretam falência devido à incapacidade de devolver aos seus clientes aquilo que eles supostamente possuíam em suas contas bancárias⁸ e os países

⁸ Obviamente a falência bancária por insuficiência de fundos não é uma exclusividade de sistemas baseados em padrões monetários objetivos – lastreados em alguma mercadoria – e decorre da capacidade que os bancos possuem de expandir o montante de meios de pagamentos disponíveis em uma economia.

devem abandonar o padrão ouro devido à incapacidade de converter toda a moeda escritural no padrão metálico vigente. Isso não é surpreendente porque deriva de uma característica intrínseca ao sistema capitalista, e que o faz diferir fortemente do sistema feudal. Enquanto no segundo é preciso, em linhas gerais, poupar para poder investir, no primeiro “as finanças correm à frente da produção”, em outras palavras, em uma economia capitalista não é a poupança que determina o investimento, mas o investimento, que viabilizado por intermédio da multiplicação monetária, determina a velocidade de acumulação de capital. A multiplicação monetária é justamente o âmago da lógica da atividade bancária, cuja difusão marca a ascensão do capitalismo.

Posto isso, a grande “revolução” do Sistema de *Bretton Woods* não era atrelar o dólar ao ouro e assim, supostamente, dar estabilidade à emissão dessa moeda⁹, haja vista que em 1950 apenas 20% do total de dólares em circulação, nacional e internacionalmente, estava coberto pelas reservas de ouro dos Estados Unidos – em 1968 esse número desce à 5%¹⁰ –, mas antes, o fato de ter criado um sistema de taxas de câmbio estáveis, dando estabilidade também ao comércio internacional, ao mesmo tempo em que criou poderosos mecanismos de controle de capital, centrados nos Bancos Centrais nacionais. Mas se a conversibilidade de dólares em ouro não apresentava nenhum benefício real, além de dar a sensação de estabilidade, ela poderia causar danos muito reais, como ficou demonstrado em 1797, no caso inglês, e no final da década de 1960 e início de 1970. Isso se deve ao fato de que a introdução da conversibilidade dava aos detentores de ativos monetários, moedas internacionais, um grande poder de barganha internacional, ao passo em que eles poderiam obter ganhos jogando com os três elementos mais importantes do sistema monetário internacional: a *quase* rigidez das taxas de câmbio e a conversibilidade do dólar em ouro e os diferenciais de taxa de juros nacionais¹¹.

Um desvio se faz necessário para explicar os motivos pelos quais um dos componentes de *Bretton Woods* é responsável pela sua destruição. Não estivessem os Estados Unidos sob a pressão de converter dólares em ouro eles não teriam tantas dificuldades para equilibrar seu balanço de pagamentos, para isso eles poderiam *simplesmente* imprimir mais dólares, que seriam enviados ao exterior não causando assim desarranjos “monetários” internos, *e.g.*

⁹ Muito pelo contrário, fazer isso era retornar às crenças que haviam vigorado de forma tão arraigada no passado e nessa força reside parte da explicação do retorno do padrão metálico.

¹⁰ Ver http://www.imf.org/external/np/exr/center/mm/eng/sc_sub_3.htm

¹¹ Os dois primeiros elementos estão claramente relacionados dada a especificidade dos acordos de *Bretton Woods*, no entanto, isso não era necessário, é possível articular taxas de câmbio fixas ou quase fixas sem conversibilidade em ouro, já as taxas de juros eram aqueles elementos cuja “determinação” se tentou retirar das forças de mercado transnacionais, ou seja, a sua definição não deveria, em tese, estar relacionada com os dois primeiros elementos, uma vez que se vislumbrava na definição das taxas de juros nacionais um importante papel de política econômica doméstica em prol da reconstrução, do desenvolvimento e do pleno emprego.

inflação¹², e de fato eles aumentaram significativamente sua base monetária, como demonstra os dados do FMI citados anteriormente, do que se pode concluir que após as instabilidades monetárias do início do século XX eles, novamente, se crucificaram em uma *cruz de ouro*. E isso é importante por um motivo em especial, a “abnegação” da qual se falou anteriormente envolvia justamente esse desequilíbrio na balança de pagamentos, ao qual retornaremos adiante.

Acontece que para que todo esse aparato internacional pudesse se sustentar, a participação, e por quê não a abnegação, estadunidense deveria ser elevada, no sentido de primar pela estabilidade internacional em detrimento da sua estabilidade nacional. O processo de ajuda aos países europeus, não apenas foi bem-sucedido em reconstruir esses países, como também criou competidores eficientes aos produtores estadunidenses (ARRIGHI, 2010). A competição internacional somada à presença constante das forças militares estadunidenses em territórios ultramarinos e à volatilidade dos fluxos de capital de curto prazo são os principais componentes explicativos dos déficits na balança de pagamentos dos Estados Unidos, e o padrão dólar-ouro, ou seja, a obrigação de convertibilidade de dólares em ouro, o principal entrave para a solução do balanço de pagamentos. Segue disso que, a incapacidade de manutenção do Sistema de *Bretton Woods* surgia de uma das suas principais características, aliada a mudança de atitude dos EUA em relação ao sacrifício entre interesses nacionais e estabilidade internacional. Esse é um fato importante pois tem implicações diretas para a crise da hegemonia do dólar.

O DÓLAR COMO MECANISMO DE POLÍTICA EXTERNA

Do ponto de vista teórico pode-se afirmar que quando uma moeda se torna uma *divisa dominante* no cenário internacional é possível analisa-la enquanto uma *ferramenta* no arsenal da política externa do país que a emite, é possível coloca-la na mesma categoria que uma hábil diplomacia, que uma poderosa força militar, ou seja, a moeda se torna um importante fator explicativo das relações econômicas e também políticas que o emissor da moeda estabelece com os demais países. Ver a moeda segundo essa lógica pode ser esclarecedor, essencialmente, por dois fatores. Em primeiro lugar, há o já conhecido privilégio que o país goza no que tange suas importações e exportações, é possível equacionar a balança de pagamentos imprimindo

¹² Não que isso de fato fosse possível, uma vez que não existe ligação *direta* em impressão de moeda e processos inflacionários.

mais moeda, sejam elas conversíveis em metais ou não¹³. Ao invés de ter que exportar bens e serviços para poder importar outros bens e serviços, o que os EUA passaram efetivamente a fazer foi *exportar dólares*, e certamente a paridade com o ouro, que em tese dava sustentação ao regime de *Bretton Woods*, não foi um grande impedimento para a execução dessa estratégia, haja vista que no momento em que os países europeus ameaçaram exercer o seu direito de converter suas reservas de dólares em ouro, os EUA romperam unilateralmente com essa conversibilidade.

O segundo fator está ligado ao papel central que a moeda ocupa no sistema capitalista¹⁴ e a capacidade que o país emissor da divisa dominante tem de impactar a viabilidade de atividades econômicas que estão fora do seu território. Tomando com um exemplo, mas que certamente não é único, essa capacidade de impactar as atividades econômicas de outros países, em uma arquitetura onde há conversibilidade entre as moedas, os diferenciais de retorno sobre os títulos públicos ao redor do mundo criam uma hierarquização permanente de tais títulos, segmentando-os de acordo com seus respectivos riscos e taxas de retorno. Acontece que a expressão básica do retorno de um título público é a taxa de juros doméstica, a mesma taxa de juros que determina, em grande medida, a viabilidade econômica financeira de projetos de investimento. Um fato básico, consequência de fluxos monetários não regulados, é que uma vez que o emissor da moeda internacional altera sua taxa de juros, que também é a taxa de retorno dos seus títulos públicos, todos os outros países que possuem moedas conversíveis devem seguir a mesma estratégia, sob pena de sofrerem um ataque especulativo de entrada ou de saída de reservas e consequente alteração nas suas taxas de câmbio.

Esse foi um fato que se verificou diversas vezes após a década de 1970. Como a economia estadunidense goza de um certo prestígio e seus títulos públicos são considerados como os mais seguros, uma alteração na taxa de juros nesse país tende a desencadear alterações mais do que proporcionais nos demais países, que possuem economias não tão bem “vistas”, ou robustas e títulos públicos menos “seguros”, especialmente se estiverem denominados em moedas que

¹³ No entanto, se elas forem conversíveis o único impedimento para o financiamento do balanço de pagamentos com emissão de moeda é a *demanda efetiva externa* para converter a moeda no seu lastro, em outras palavras, a mera *possibilidade de conversão* não impede que os países expandam a sua base monetária, da mesma forma que a mera possibilidade de depositantes bancários demandarem seus fundos não impede que os bancos reduzam suas reservas. Desde que a conversão não seja exercida ou desde que se *acredite* que ela não será exercida, o país emissor da moeda dominante pode pagar por suas importações com impressão monetária. Fato que aconteceu entre 1950 e 1970, como já salientado anteriormente.

¹⁴ Aspecto, largamente, ignorado por correntes de pensamento que consideram a moeda como um véu que distorce a percepção dos agentes, e que os impede de ver o que “realmente” importa, as mercadorias que satisfazem necessidades. Essa corrente do pensamento, que encontrou em Milton Friedman um dos seus melhores articuladores, tem uma longa tradição, de David Ricardo, passando por Irving Fisher e Milton Friedman até chegar aos Ciclos Reais de Negócios.

não são as nacionais do país emissor do título, pois isso impõe a necessidade de o país obter tais recursos via comércio internacional, ou em casos mais dramáticos, via empréstimos junto a órgãos multilaterais e outros países. E são justamente tais alterações das taxas de juros americanas que podem inviabilizar ou tornar atrativo um investimento em terras distantes dos Estados Unidos.

Posto dessa maneira, percebe-se a enorme influência que os EUA possuem sobre a política econômica doméstica dos outros países. O principal mecanismo do sistema capitalista, seja no setor financeiro ou produtivo, o “custo do dinheiro” fica assim, parcialmente, determinado pelas decisões tomadas em Washington e essa constatação é válida para todos os países que possuem moedas conversíveis em dólares, ou seja todos os países que participam minime do comércio internacional, visto por este prisma é esperável e compreensível que os países, se não estiverem sob a influência de alguma teoria que advogue em favor da suposta capacidade de equilíbrio e auto regulação dos mercados, tentem controlar os fluxos de capital. Esse privilégio “concedido” aos Estados Unidos, aliado à penetração das suas empresas em territórios estrangeiros não apenas torna a competição no mercado internacional uma atividade, altamente, vantajosa para os americanos como também tem o poder de desestruturar cadeias produtivas inteiras nos outros países, o que também reforça a posição dominante das empresas americanas nos mercados internacionais.

Segue dessa descrição que a moeda e seus atributos dão ao país emissor um coringa a mais nas negociações internacionais que afetem seus interesses estratégicos econômicos, de segurança nacional, políticos e assim por diante. Carr (1939) já analisava as relações internacionais combinando poder econômico, no qual se encontra a capacidade de emitir a principal moeda internacional, em conjunto com o poder militar e poder de influência sobre as massas. Não é necessária muita imaginação para perceber o papel que a moeda internacional por excelência pode desempenhar, aliada a “agências de empréstimos internacionais”, na obtenção de mercados cativos para o escoamento de produtos vindos do país emissor na eventualidade de uma crise internacional, tampouco exige muita reflexão sobre como grupos de interesse estão ligados às dinâmicas de política de comércio exterior dos Estados Unidos.

Com essa discussão conseguimos dois resultados. Por um lado, chamamos atenção para como as pressões políticas internas se ligam à condução da política externa e dão vazão a intervenções internas-externas que se utilizam de todos os meios possíveis para obter os resultados desejados no cenário internacional, por exemplo, no caso da América Latina, diplomacia,

acordos bilaterais e obviamente o dólar¹⁵; no Oriente Médio, zona considerada, com o “consenso” da comunidade internacional, espaço para manobras mais arriscadas é utilizada a diplomacia, acordos bilaterais, o poderio militar e também o dólar. Do outro lado, do ponto de vista histórico, passamos dos anos 1950 para 1960 em matéria de condução do sistema internacional.

O DÓLAR NA VIRADA DA DÉCADA DE 1960 PARA A DÉCADA DE 1970

Iniciamos essa seção com uma constatação interessante. Ainda que o presente ensaio não almeje uma análise sociológica da liberalização financeira, que se inicia no final da década de 1960, é algo digno de nota a coincidência entre as “demandas por liberdade”, encampados por diferentes segmentos sociais, e a liberalização econômica. É interessante perceber como tendências sociais podem ser vislumbradas em campos distintos e como uma mesma temática, neste caso um descontentamento com as bases constituídas da sociedade, se apresenta sob aspectos tão distintas em grupos sociais também distintos, por exemplo, os estudantes franceses que se “revoltaram” em maio de 1968, os movimentos feministas, e os financistas e economistas que empurraram a agenda da liberalização financeira.

Ainda que a “repressão financeira” ou as novas demandas sociais não sejam o tema principal do ensaio, acreditamos que a “liberdade”, em diferentes formas e acepções, fora um tema caro aos anos de 1960 e 1970 e que pode ser visto como ponto de conexão entre o “mundo econômico e mundo social”. Os movimentos *underground*, os anarquistas, as revoltas estudantis a banca financeira, as multinacionais, se há algo que em maior ou menor medida perpassa por todos esses grupos sociais é o crescente descontentamento com o *establishment* da época, ainda que por razões inteiramente distintas. Bresser-Pereira (2006) resume bem, do ponto de vista dos estudantes que promoveram importantes protestos em diversos países, como a “mentalidade coletiva” estava fixada no ideário da liberdade.

Essa revivescência do anarquismo é perfeitamente compreensível em face do caráter da revolta estudantil de condenação total dos valores e instituições da sociedade estabelecida. [...] O anarquismo, que jamais subiu ao poder, ressurgiu. E ressurgiu, com toda intensidade, expressa no *slogan* altamente significativo: ‘é proibido proibir.’ (BRESSER-PEREIRA, 2006 [1972], p. 86).

As finanças, enquanto um importante segmento das sociedades contemporâneas e parte constituinte do cerne do capitalismo, não devem ser analisadas do ponto de vista meramente econômico, sob pena de produzir análises *economicistas* que ignoram os elementos políticos e

¹⁵ O caso da Venezuela é algo a parte, em relação a este país a prática diplomática tende a ser mais virulenta e se faz o uso aberto de tentativas de coerção.

sociológicos da economia. Entretanto, esse não é o papel do presente trabalho, a inclusão deste tema tem somente o caráter ilustrativo de como a sociologia e economia devem se unir para produzir compreensões mais completas, ainda que jamais totalizantes.

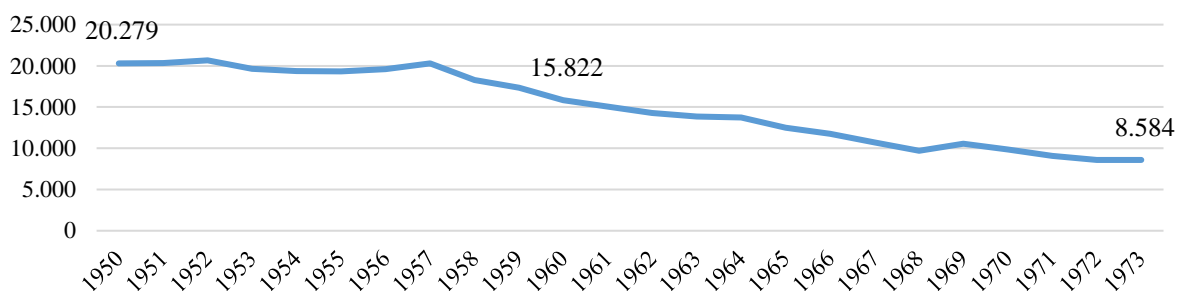
Retornando ao tema do ensaio e à posição do dólar neste período, não é correto identificar apenas na sequência dos anos de 1970 o período de domínio do dólar porque antes disso ele “dividia” espaço com o ouro, a parte metálica jamais deteve a mesma relevância internacional que o dólar, mesmo no Sistema de *Bretton Woods*. Uma caracterização mais adequada seria afirmar que o dólar sempre foi a peça principal do sistema monetário internacional no pós-guerra. Uma outra afirmação que nos parece correta diz respeito aos caminhos que conduziram a moeda americana aos anos de 1970 e ao que o “futuro lhe reservava”. Tanto o passado quanto o futuro do dólar estavam, intimamente, ligados a aspectos bem específicos da economia estadunidense, a saber a dinâmica da sua balança de pagamentos¹⁶.

É já um ponto pacífico dizer que os déficits estruturais da balança de pagamentos americana são as principais causas para o rompimento do Sistema de *Bretton Woods*; logo, o que se deve compreender são as causas que levaram a essa posição em relação ao restante do mundo. Block (1977) demonstra como as despesas militares do governo estadunidense, fruto da sua política de segurança nacional e da Aliança do Pacífico, resultaram em um constante peso negativo após 1950; esse aspecto aliado a alteração substancial na sua posição comercial com o restante do mundo, passando de superávit comercial para um déficit, comparável ao déficit governamental, colocaram os Estados Unidos em uma posição economicamente delicada. Vê-se logo que essa situação fugia largamente ao controle dos Estados Unidos, a “necessidade” de segurança imposta pelo conflito bipolar condicionava em grande medida as estratégias militares de contenção e agressão, ou seja, as ações que os Estados Unidos, em conjunto com os países da Aliança do Pacífico, derivavam de variáveis exógenas. Em relação ao déficit comercial com o resto do mundo, este era fruto da política bem sucedida de reconstrução econômica dos três principais países europeus: Alemanha, Reino Unido e França e do Japão que já em meados dos anos 70 poderiam ser considerados potência econômica. Assim, incapazes de reverter a tendência ou de mitigar esses efeitos com mudanças nas políticas internas, e privado pelas regras de *Bretton Woods* de desvalorizar a sua moeda, ou de deflacionar a economia, uma das alternativas encontradas foi a imposição de controles de capital, algo inimaginável para a história do baluarte mundial do liberalismo e do livre comércio!

¹⁶ A análise desta seção baseia-se, principalmente, em Block (1977), capítulos 6, 7 e 8.

Existe outro importante aspecto a ser abordado, muito em razão dos problemas dos desequilíbrios crônicos de balança comercial. Surge na virada dessas décadas um movimento relativamente novo, os ataques especulativos contra as moedas nacionais. Eles surgem na esteira das “corridas contra o ouro norte-americano”. Como demonstra Green (1999), desde o início de 1950 os Estados Unidos enfrentaram crescentes demandas para converter dólares em ouro. De fato, a redução das reservas de ouro americana foi um processo ininterrupto entre 1950 e 1973, ao passo que os principais países recém construídos aumentaram suas reservas consideravelmente, com exceção do Reino Unido, como se verifica nos gráficos 1 e 2. Os fluxos de capital de curto prazo tiveram um papel importante nos desenvolvimentos do final da década de 1960 e início da década de 1970 e são aspectos relevantes em favor da tese da crise da hegemonia do dólar. A reconstrução europeia e a internacionalização dos bancos americanos também estão entre os responsáveis pela crise que afetou a moeda americana no início dos anos de 1970.

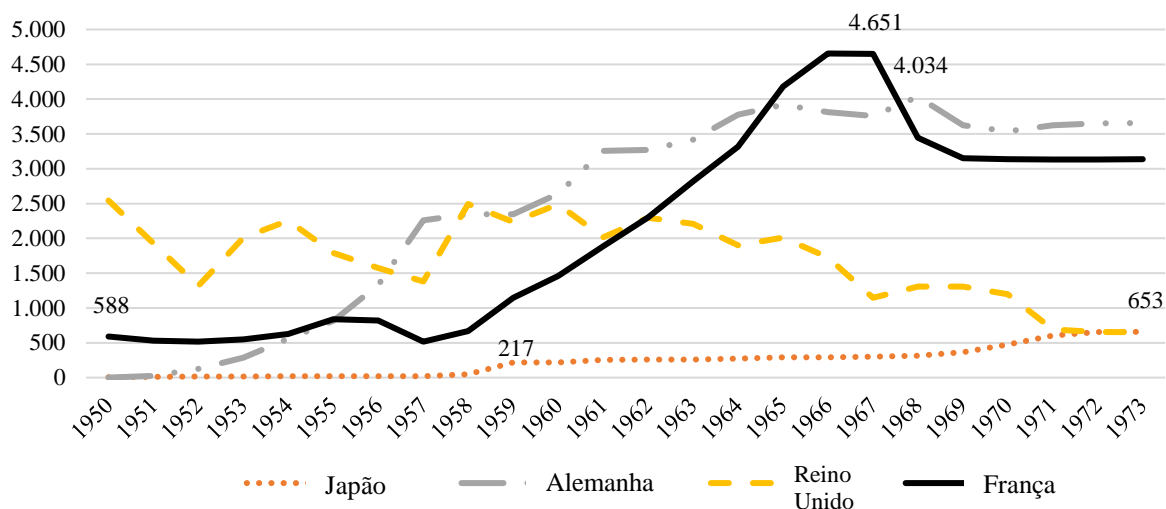
Gráfico 1 - Estados Unidos, Reservas de ouro em toneladas métricas



Fonte: Elaboração própria com dados de Green (1999).

A reconstrução e a subsequente competição na qual as empresas europeias entraram criaram uma massa de recursos líquidos administrados por bancos que agora atuam internacionalmente, o processo de integração europeia facilitou e amplificou os ataques especulativos contra as moedas europeias e americana. Pode-se afirmar que os ataques especulativos contra as moedas e que forçavam a implementação de controles de capital aliado à redução substancial das reservas de ouro dos Estados Unidos acabaram por levar ao fim da conversibilidade dólar-ouro. O subsequente choque do petróleo, elevação dos preços por parte dos países integrantes da OPEP em 1973, contribuiu para o aumento da massa de recursos disponíveis às instituições bancárias, e aos operadores dos mercados financeiros em geral, de maneira a permiti-los maior capacidade na atividade especulativa contra as moedas nacionais, suas taxas de câmbio e as taxas de juros dos países ocidentais.

Gráfico 2 - Reservas de ouro em toneladas métricas de países selecionados



Fonte: Elaboração própria com dados de Green (1999).

Os problemas econômicos americanos, a concorrência com os países europeus e com o Japão, em conjunto com as “obrigações” dos Estados Unidos na segurança do mundo significavam, efetivamente, que a dinâmica negativa da sua balanço de pagamentos não poderia ser resolvida com medidas paliativas. A competição com os novos países “reconstruídos” demandaria uma política de promoção econômica a longo prazo que visasse não permitir que os diferenciais de produtividade não se tornassem desfavoráveis aos americanos, os baixos custos laborais dos países diretamente afetados pela SGM eram apenas um dos pontos que tornavam a questão comercial ainda mais complexa de ser equacionada, o que acabou implicando uma repressão salarial nos Estados Unidos. Sem os tradicionais mecanismos de controle de fluxos de capital e consequentemente cambiais, que trariam impactos a curto prazo, não se poderia esperar que a situação comercial internacional se tornasse favorável novamente aos Estados Unidos da maneira como ocorreu após o fim do conflito mundial (ARRIGUI, 2010; COOPER, 2010).

No plano da segurança ocidental, o papel de liderança militar e financeira cabiam aos Estados Unidos. As sensíveis placas tectônicas na Europa, a recente crise dos mísseis cubanos, a guerra do Vietnã e a crescente necessidade de “estabilização” política do Oriente Médio para a promoção dos objetivos de interesse nacional americano impunham, constantemente, aos Estados Unidos o papel de sustentação da Aliança Ocidental, de vigilante e repressor das tendências que eles consideravam contrárias a ordem ocidental¹⁷. Claramente, a perseguição de todos

¹⁷ Aqui novamente vê-se a conexão entre finanças públicas nacionais, interesses estratégicos internacionais, ideologia e sociedade e a Guerra do Vietnã é talvez o melhor exemplo. A necessidade de viabilizar financeiramente a guerra, somada ao elevado custo humano torna a tarefa de justificar um conflito com pouca importância estratégica algo cada vez mais difícil.

esses objetivos militares e de segurança tem um custo não negligenciável, como nos informa Block (1977) os gastos militares foram sempre um dos principais buracos na estrutura americana pela qual escoavam recursos que precisavam ser financiados de alguma maneira. Já nas primeiras décadas após o final da SGM, os Estados Unidos já haviam sido arrastados para dentro dos conflitos asiáticos, nos quais se sobrepunham ideologias nacionalistas que visavam eliminar o que havia sobrado da lógica colonial (Birmânia, Malásia Vietnã), e conflitos entre as superpotências; a mesma lógica se repetiu durante quase a totalidade da Guerra Fria. Movimentos nacionalistas que visavam a independência eram tomados por, e em alguns casos de fato se tornaram, movimentos comunistas, fazendo com que os Estados Unidos se engajassem na luta ideológica, logística, armamentista contra o comunismo, em detrimento da manifesta defesa da “autodeterminação” política dos povos (LOGEVALL, 2010).

Fica claro que a resolução dos problemas de balança de pagamentos envolveu a violação, por parte dos americanos, das “regras que eles mesmo impuseram” no processo de negociação que conduziu ao Sistema de *Bretton Woods* e à nova ordem econômica internacional. Durante as negociações que culminaram em *Bretton Woods*, no final da década de 1940 as demandas britânicas de que a responsabilidade por ajustar os balanços de pagamento estruturalmente deficitários ficasse com o país superavitário foram sumariamente rejeitas pelos americanos, no entanto, foi justamente esse tipo de ajuste que eles impuseram aos países com os quais agora eles tinham sérios problemas comerciais (BLOCK, 1977; DELGADO, 2009; SUBACCHI, 2016). A imposição da valorização das moedas envolvidas – o marco e o yen, por exemplo – era a posição oposta àquela adotada em 1945 por parte dos Estados Unidos de permitir que os países, especialmente o Reino Unido, se utilizassem de artifícios monetários para obter vantagens comerciais e assim aliviar as pressões do balanço de pagamentos. O processo de negociação das regras para o comércio internacional, que levou ao Sistema de *Bretton Woods*, por mais que tenha sido, em grande medida, marcado pelo *compromisso* de ambas as partes, refletiu o poder e as exigências dos americanos, ao mesmo tempo em que deu as regras para a condução das relações econômicas internacionais no pós-guerra. Posto desta maneira, a década de 1970 e as atitudes americanas representaram o franco rompimento com um regime que eles, em grande medida, foram responsáveis por estabelecer.

No entanto, não seria necessário adentrar as análises do déficit estrutural dos Estados Unidos para chegar a essa conclusão. Block (1977) coloca a transição das duas ordens internacionais que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 da seguinte maneira:

The exercise of American political and military power on a global basis has been designed to gain foreign acceptance of an international monetary order that institutionalizes an open world economy, giving maximum opportunities to American businessmen. It would be absurd for the United States to abandon its global ambitions simply to live within the rules of an international monetary order that was shaped for the purpose of achieving these ambitions. So it is hardly surprising that the United States continued to pursue its global ambitions despite the increasing strains on the international monetary order. The fundamental contradiction was that the United States had created an international monetary order that worked only when American political and economic dominance in the capitalist world was absolute. The absolute dominance disappeared as a result of the reconstruction of Western Europe and Japan, on the one hand, and the accumulated domestic costs of the global extension of U.S. power, on the other. With the fading of the absolute dominance, the international monetary order began to crumble. The U.S. deficit was simply the most dramatic symptom of the terminal disease that plagued the postwar international monetary order (BLOCK, 1977, p. 163).

O rompimento das paridades fixas entre as diversas moedas nacionais, expresso pelo abandono do padrão dólar-ouro representou o fim do compromisso do pós-SGM e uma nova abordagem estadunidense no âmbito da condução dos acontecimentos mundiais. 1971 é o sinal mais claro de que antiga ordem de cooperação condicionada pela depressão, pelos horrores da guerra e pela Guerra Fria havia ficado no passado. Os choques do petróleo de 1973¹⁸ e 1979 vieram apenas adicionar mais perturbações à estrutura político-econômica internacional, porém eles também deram aos Estados Unidos a oportunidade de sepultar a lógica cooperativista que marcou os primeiros 25 anos do pós-guerra. A nova política econômica americana de 1979 e o *overshooting* das taxas de juros de Volcker foram as primeiras expressões concretas da nova ordem internacional imposta pelos Estados Unidos a todos os demais países. A cooperação que surgiria após esses episódios, e que fica clara com as negociações da reunificação alemã, não era mais da mesma natureza que a antiga. Em um primeiro plano, os demais países do mundo, em especial os da periferia, cooperavam se subordinando aos Estados Unidos. Em um plano menos visível, todos os países se subordinam à lógica da globalização acelerada e ao domínio das finanças sobre a economia real, *a real caixa de Pandora do capitalismo contemporâneo*.

A nova maneira que os Estados Unidos encontraram para fazer face à competição capitalista, e ao mesmo tempo se manter como protagonista nas relações internacionais, buscando

¹⁸ A tese de Peter Gowan (2003) de que o próprio choque do petróleo de 1973 tenha sido arquitetado pelos Estados Unidos com vistas a impactar negativamente seus concorrentes capitalistas, não parece correta, haja vista que um dos principais afetados pela atitude dos países integrantes da OPEP, foi o próprio Estados Unidos.

satisfazer suas ambições econômicas e assegurar a realização dos seus projetos de segurança nacional dizem muito sobre o papel que o dólar deveria desempenhar na nova arquitetura que emergiria na década de 1980. O papel das agências multilaterais na condução da crise da dívida da América Latina é representativo da centralidade a ser desempenhada pela moeda americana, essa se tornaria cada vez mais um instrumento de diplomacia. Os empréstimos concedidos pelos bancos americanos, pelas agências multilaterais, todos eles em dólares, para os países periféricos representam a aprovação ou não, por parte dos Estados Unidos, da condução de assuntos internos aos países em dificuldades econômicas. O caso brasileiro da moratória branca e o caso argentino da moratória são representativos da força que as finanças internacionais e em especial os Estados Unidos passaram a possuir quando o velho acordo pós-guerra foi posto em xeque no final dos anos 1960, quando foi formalmente liquidado em 1971 e sepultado em 1979.

CONCLUSÃO

O ensaio buscou resgatar os eventos mais relevantes que envolveram a moeda americana desde 1945. De fato, a própria emergência do acordo de *Bretton Woods*, na medida em que possibilitou a reconstrução, via Plano Marshall dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial, foi um dos principais condicionantes da hegemonia americana e da sua moeda no plano internacional. Ademais, foi possível realçar algumas causas mais profundas que “prepararam”, ao longo da primeira metade do século XX, o caminho para o domínio dos Estados Unidos após 1945, estas se constituíram em causas estruturais, que dizem respeito à dinâmica interna aos Estados Unidos, e conjunturais, na medida em que os conflitos mundiais acelerou o declínio britânico e deteve a ascensão alemã, eliminando assim os concorrentes ao posto de economia mais avançada do século XX.

Enquadra-se, de forma preliminar, os desenvolvimentos relacionados à posição do dólar na transição da década de 1960 para a década de 1970 em meio às tendências sociais mais difusas pelas quais passavam diversas sociedades ao redor do mundo, abordou-se a posição economicamente delicada dos Estados Unidos a partir da segunda metade dos anos de 1960 demonstrando que esta derivaram, essencialmente, dos problemas de balança de pagamento relacionados ao papel desempenhado pelo Estados Unidos no teatro internacional da Guerra Fria, indo da manutenção da aliança do Atlântico ao papel de repressor das ameaças comunistas, e também ao aumento da competição entre os países capitalistas, principalmente europeus e o Japão. Na medida em que essas duas tendências estão relacionadas à vigência da Guerra Fria, colocamos tanto o surgimento do Sistema de *Bretton Woods*, a concretização da hegemonia

americana e da sua moeda, quanto a destruição desse sistema internacional e a ameaça à hegemonia americana relacionadas ao desenvolvimento mais amplo da Guerra Fria.

Demonstrou-se como a ruptura do Sistema de *Bretton Woods* significou a imposição de uma nova lógica na condução americana das suas relações internacionais e como as crises do balanço de pagamentos e as crises monetárias foram responsáveis pela ruptura desse sistema. Muito ainda precisa ser explorado sobre os temas abordados neste ensaio, no entanto, esta é parece ser uma primeira abordagem válida para aprofundar o conhecimento coletivo e interligar os diversos acontecimentos destes anos, calcando-se em distintos campos do conhecimento, e que decretaram o fim da ordem emergente na esteira da Segunda Guerra Mundial e a intensificação da globalização capitalista.

BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, G. The world economy and the Cold War, 1970–1990. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. (Ed.). **The Cambridge History of the Cold War: Endings**. Cambridge: Cambridge University Press, v.3, 2010. p.23-44.

BLINDER, A. S. The role of the dollar as an international currency. **Eastern Economic Journal**, v. 22, n. 2, p. 127-136, 1996. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/40325698>>. Acesso em: 30. jul. 2018.

BLOCK, F. L. **The origins of international economic disorder**: a study of United States international monetary policy from World War II to the present. Berkeley University of California Press, 1977.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise 1919-1939**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

COOPER, R. N. Economic aspects of the Cold War, 1962–1975. In: LEFFLER, M. P. e WESTAD, O. A. (Ed.). **The Cambridge History of the Cold War: Crises and Détente**. Cambridge: Cambridge University Press, v.2, 2010. p.44-64.

DELGADO, N. G. **O regime de Bretton Woods para o comércio mundial**: origens, instituições e significado. Rio de Janeiro Maud, 2009.

GREEN, T. **Central Bank Gold Reserves: An Historical Perspective Since 1845**. 1999. (Research Study Paper nº 23). Disponível em: < <https://www.gold.org/research/central-bank-gold-reserves-historical-perspective-1845>>. Acesso em: 30. jul. 2018.

KEYNES, J. M. **Indian currency and finance**. London Macmillan and Co, 1913.

KEYNES, J. M. **A Treatise on Money**: The Pure Theory of Money. Cambridge Vol. V Cambridge University Press, 2013 [1930].

LOGEVALL, F. The Indochina wars and the Cold War, 1945–1975. In: LEFFLER, M. P. e WESTAD, O. A. (Ed.). **The Cambridge History of the Cold War: Crises and Détente**. Cambridge: Cambridge University Press, v.2, 2010. p.281-304.

NJØLSTAD, O. The collapse of superpower détente, 1975–1980. In: LEFFLER, M. P. e WESTAD, O. A. (Ed.). **The Cambridge History of the Cold War: Endings**. Cambridge: Cambridge University Press, v.3, 2010. p.135-155.

PEREIRA, L. C. B. **As revoluções utópicas dos anos 60**: a revolução estudantil e a revolução política na Igreja. 3 ed. São Paulo Editora 34, 2006.

SCHULZINGER, R. D. Détente in the Nixon–Ford years, 1969–1976. In: LEFFLER, M. P. e WESTAD, O. A. (Ed.). **The Cambridge History of the Cold War: Crises and Détente**. Cambridge: Cambridge University Press, v.2, 2010. p.373-395.

SOUSA, F. R. **Uma discussão sobre moeda e preços em Ricardo, Malthus, Fisher, Marshall e Keynes**. 2017. 81 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Econômicas). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SUBACCHI, P. **The people's money**: How China is building a global currency. New York Columbia University Press, 2016.

THE VIETNAM WAR: A film by Ken Burns and Lynn Novick. Produção de Florentine Films. Episode 2: Mounting the Tiger (1961-1963), min. 80 (83 min) Série de 10 episódios. 2017.

A CRISE POLÍTICO-FISCAL E A AUTAÇÃO POLÍTICA DE JUÍZES PERANTE A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE¹

Susana Silva Araújo²

RESUMO

O presente trabalho visa investigar as conexões entre a crise político fiscal e a atuação política de juízes perante a judicialização de políticas públicas de saúde. Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que o tema apresentado é o objeto final da dissertação que se pretende empreender. Assim, o trabalho está em processo de construção, no qual o primeiro capítulo está próximo de ser concluído. Nesta fase do trabalho, pretende-se revisar a literatura sobre crise fiscal, judicialização e políticas públicas de saúde. Saliente-se que ainda não foram iniciados os estudos das políticas públicas de saúde.

Palavras-chave: judicialização, crise fiscal, políticas públicas de saúde.

ABSTRACT

The present work aims to investigate the connections between the fiscal political crisis and the political action of judges before the judicialization of public health policies. In the first place, it should be clarified that the theme presented is the final object of the dissertation that is intended to be undertaken. Thus, the work is in the process of construction, in which the first chapter is about to be completed. At this stage of the work, we intend to review the literature on fiscal crisis, judicialization and public health policies. It should be noted that the studies of public health policies have not yet begun.

Key-words: judiciary, fiscal crisis, public health policies.

1 INTRODUÇÃO

Policiais em greve, facções comandando presídios, contratos públicos sem quitação, creche sem leite, escolas abandonadas, hospitais em colapso, pacientes sem leitos, ministro nomeado impedido de ser empossado, senador preso delatando os colegas, deputado afastado, agropecuarista nomeado para dirigir órgão de proteção do meio ambiente. A lista não se exaure. Este poderia ser o roteiro de uma obra fictícia de distopia, mas se trata da realidade brasileira experimentada nos últimos anos. Em especial, e ainda mais grave, presenciamos a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, ou ainda a PEC dos Gastos, que foi apontada pelo IPEA (Nota Técnica nº 28 – de setembro de 2016) como uma redução do grau de liberdade da política fiscal para os próximos dois mandatos presidenciais, e identificada como uma medida de ‘desfinanciamento’ de políticas que promovem a saúde e a inclusão social no país.

¹ Este trabalho foi apresentado como requisito para conclusão da disciplina de “Direito Público Contemporâneo e Efetividade do Constitucionalismo Democrático”, ministrada pelo professor Saulo Coelho, no 1º semestre do ano de 2018. Essa disciplina faz parte do Mestrado Profissional em Direito e Políticas Públicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, e foi cursada na condição de disciplina optativa para o Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais-UFG.

² Mestranda em Ciência Política pela FCS/UFG, bacharel em Direito pela PUC-Goiás. E-mail: susi.ara-ujo@gmail.com.

Este momento brasileiro pode ser analisado por diferentes perspectivas. Poderíamos nos valer de uma análise sociológica, antropológica, econômica, filosófica, entre outras. Contudo, aqui propomos um estudo político-fiscal com o objetivo de analisar a repercussão da crise fiscal e institucional, que assola o Brasil, sob o prisma da efetivação individualizada de políticas públicas e do crescente fenômeno da judicialização. De outro lado, buscaremos demonstrar que esse processo de austeridade fiscal acontece no Brasil, em um momento específico em que a política e os direitos fundamentais estão altamente judicializados.

Vale ressaltar que quem é institucionalmente responsável pelo orçamento no plano das políticas públicas sociais é o Poder Executivo e o Poder Legislativo (CF art. 48, inciso II). A despeito de tal titularidade, a inércia destes poderes, somada a ampliação de acesso jurisdicional proporcionada pela Constituição Federal de 1988, faz desaguar, no Poder Judiciário, demandas que pleiteiam a concretização de políticas públicas assecuratórias de direitos fundamentais, também, constitucionalmente assegurados.

Ocorre, entretanto, que pela teoria de tripartição de poderes, adotada pela nossa CF (art. 2º), o Judiciário não estaria invadindo a competência democrática dos outros poderes ao determinar, por exemplo, que o Executivo arque com o tratamento paliativo de sobrevida de um paciente terminal com leucemia em detrimento do fornecimento de mil doses de insulina aos pacientes diabéticos de determinada cidade.

Verificado o esgarçamento fiscal pelo qual passa o Brasil, cientes da crise econômica global, submersos pela dívida pública e pela crise política, deveria o cidadão se quedar inerte diante da violação de seus direitos mais básicos? Por certo que não. As promessas não cumpridas (Streeck) pelo falido modelo constitucional brasileiro impulsionam a concretização de direitos fundamentais pelas Teorias da Justiça (Rawls).

Na análise de Flávio Galdino (2005), os direitos não nascem em árvores não só porque há a necessidade de criação e manutenção de uma estrutura pública para sua tutela, mas também em razão da existência de outras esferas públicas diversas do Judiciário sem as quais os direitos, mesmo os individuais ou negativos, não são respeitados.

Os direitos humanos fundamentais, em qualquer das dimensões, propostos, seja pela ‘teoria dos status’ de Georg Jellinek³ (1910) ou pela ‘evolução da cidadania’ de Thomas Humphrey Marshall (1967)⁴, demandam concretização pelo Estado.

3 Segundo essa teoria, são quatro os possíveis status do indivíduo na sua relação com o Estado: o passivo (status subjectionis), o ativo (Status activus civitates), o negativo (Status libertatis) e o positivo (Status civitates).

4 Propõe a divisão do conceito de cidadania em três elementos: civil, político e social.

Stephen Holmes e Cass Sustein (1999) são enfáticos ao afirmar que por mais liberal que o Estado o seja, irá custear o usufruto até mesmo dos chamados ‘direitos negativos’, afinal, poder e governo são essenciais para a garantia da propriedade, fundamento primeiro do liberalismo. Ocorre que o Estado, seja Tributário⁵ ou Débito⁶, por vezes, não consegue viabilizar, individualmente, de forma satisfatória, a concretização dos direitos fundamentais.

A doutrina e a jurisprudência brasileira clássica apontavam no sentido de que sendo os direitos sociais, normas meramente programáticas, seriam insuscetíveis de conferir direitos subjetivos adjudicáveis (Novelino, 2016). Este argumento não sobreviveu ao embate com o princípio da inafastabilidade da função jurisdicional (CF, art. 5º, XXXV).

Nesse contexto, o Direito se propõe a apresentar alternativas⁷ para solucionar a demanda judicial individual proposta para viabilizar o gozo de determinado direito fundamental, de modo a não violar a tripartição harmônica e independente, nem tampouco deixar desamparado aquele que socorre ao Judiciário.

Entretanto é patente que a crise de representatividade institucional política e econômica fiscal brasileira, diante da recente Emenda Constitucional 95/2016, indicam o cenário de “pós-democracia”, proposto por Colin Crouch, que se agrava substancialmente pelas escolhas trágicas casuístas tomadas pelo Judiciário.

5 Tax State: “Estado fiscal (ou Estado Tributário) é uma expressão que teve notável aceitação na ciência das finanças, empregada por Joseph Schumpeter em estudo sobre a propalada crise do Estado fiscal, em 1918, numa apreciação econômica e sociológica da crise do Estado capitalista. Segundo ele, posto que o potencial fiscal do Estado encontrava-se limitado pela capacidade dos particulares de suportar o tributo na economia, quando a demanda por receitas públicas torna-se excessiva (em virtude de crises econômicas, guerras etc.), isso poderia levar os contribuintes ao desinteresse de prosseguir com atividades produtivas. Daí falar na crise do Estado fiscal de cunho liberal e capitalista”. Explicação apresentada por Heleno Taveira Torres (2016).

6 Debt State: Estado Débito: “Wolfgang Streeck reconhece que o Estado Tributário operou por muitos anos, especialmente no século XX, mas alerta que recentemente os grandes contribuintes já não pretendem mais pagar impostos, querem, na verdade, emprestar dinheiro para o Estado, para passarem a controlar a taxa de juros praticada e o risco de crédito da dívida pública, para que possam, assim, influenciar o governo.” Explicação apresentada nas aulas do Professor Francisco Tavares (2016).

7 Reserva do Possível: consiste na realização dos direitos sociais condicionada à quantidade de recursos disponíveis, sob pena de, ao dar enfoque a apenas um desses direitos, inviabilizar a prestação de outros. Tal teoria é utilizada pelo Estado, em matéria de defesa, pois apresenta três aspectos a serem observados: disponibilidade fática; disponibilidade jurídica; e a razoabilidade e proporcionalidade da prestação.

Mínimo Existencial: urgiu para proteção dos indivíduos por meio da efetivação de uma parcela das garantias constitucionais aptas a proporcionar ao ser humano uma vida com dignidade, frente a todo o descaso que presenciamos diariamente do poder público para com as necessidades mais urgentes dos cidadãos.

Em síntese, a Reserva do Possível pode conviver pacificamente com o Mínimo Existencial, pois este atua como um limite para a invocação daquela, ou seja, a Reserva do Possível só poderá ser invocada quando realizado o juízo da proporcionalidade e da garantia do Mínimo Existencial com relação a todos os direitos em questão.

O contingente de demandas no contexto apresentado é tão alto⁸ que se tornou necessária a criação de grupos de discussão e de apoio técnico aos magistrados para auxiliá-los na tomada de decisões. Desde 2010, foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à Saúde – Fórum da Saúde (Resolução n. 107). Há inclusive notas técnicas⁹, expedidas pelo Fórum, que explicam dados, custos, efeitos e indicação ou contraindicação de medicamentos ou tratamentos que mais aparecem nas ações judiciais.

No âmbito do estado de Goiás, não é diferente, o Tribunal de Justiça em cumprimento à Recomendação n° 36/2001, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), institui em 2012, o Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional, e, criou a Câmara de Saúde do Judiciário (CSJ)¹⁰, que em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, detém, dentre outras, atribuição consultiva, nas demandas que tenham por objeto protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

O estudo que se pretende empreender se justifica, essencialmente, por acrescentar a Ciência Política uma análise detalhada da atuação política dos juízes, que considera o impacto orçamentário e a relação dos poderes para a sua concretização, diante de acentuado grau de judicialização de políticas públicas, no contexto atual de crise do Estado Social.

Este trabalho foi apresentado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, sob o título “A crise fiscal e a judicialização de políticas públicas de saúde na região metropolitana de Goiânia no triênio 2015/2017” e foi direcionado a linha de pesquisa Economia Política, que recupera a visão de que o poder econômico tem influência direta nas decisões políticas e institucionais, na área de concentração de Estudos Políticos Contemporâneos

A pergunta-problema da pesquisa que se pretende desenvolver é se a atuação dos juízes nas demandas de políticas públicas de saúde na Região Metropolitana de Goiânia, no triênio 2015/2017, aumentou com a crise fiscal?

Preliminarmente, pressupõe-se que a dificuldade do Estado de obter bases de arrecadação tributária num contexto de crise da economia capitalista, e, o endividamento público como fatores de condicionamento das decisões políticas instrumentalizam a crise político-fiscal brasileira que reverbera sobre os processos judiciais que buscam efetivar individualmente políticas

8 Segundo dados do CNJ (Relatórios de Cumprimento da Resolução CNJ n. 107), em junho de 2014, existiam 62.291 ações de saúde em trâmite nos tribunais federais, e outras 330.630, nos tribunais estaduais, totalizando 392.921 ações.

9 Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/forum-da-saude/notas-tecnicas>>. Acesso em 19 out.2017.

10 Disponível em: < <http://www.tjgo.jus.br/index.php/tribunal/camara-de-saude-do-judiciario> >. Acesso em 19 out.2017.

públicas, e, conseqüentemente, corroborando para a alta judicialização, e, ao mesmo tempo, suscitando sérios questionamentos acerca da atuação política dos juízes.

Assim, trabalha-se com a hipótese que a atuação dos juízes nas demandas de políticas públicas de saúde na Região Metropolitana de Goiânia, no triênio 2015/2017, aumentou com a crise fiscal.

Objetiva-se, de maneira geral, verificar se a atuação dos juízes nas demandas de políticas públicas de saúde na Região Metropolitana de Goiânia, no triênio 2015/2018, aumentou com a crise fiscal. Mais especificamente, busca-se revisar a literatura sobre judicialização e atuação política dos juízes, explorando as principais tendências e problemáticas frente a crise político fiscal atual. Pretende-se realizar uma análise documental das decisões judiciais na área de saúde. Objetiva-se, ainda, realizar entrevistas com juízes /assessores da região metropolitana de Goiânia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo da leitura de Schumpeter (1991), temos que o Estado é o próprio Estado Tributário (*Tax State*), afinal a política fiscal é a pedra fundamental do Estado contemporâneo; o autor propõe um novo conceito democrático, onde não importa o conteúdo ou o resultado do processo, mas a forma como serão tomadas as decisões.

Downs (1960), procedimentalista como Schumpeter, parte da ideia de que, em geral, nas democracias a divisão de recursos entre os setores público e privado é determinada e se explica a partir dos desejos e preferências do eleitorado. Este, entretanto, não possui informações completas sobre os custos e benefícios associados às políticas governamentais. A hipótese apresentada é de que essa ignorância acarreta orçamentos menores do que os potencialmente praticados sob o contexto de informação completa. Em outros termos: é a democracia a causa da austeridade, sua variável independente, antes da vítima ou sua variável dependente.

Os marxistas também observavam este tipo de crise. O Estado, na fala de O'Connor (1977), é um agente de dominação e de exploração orientada por fatores de classe, em suas práticas de arrecadação fiscal; ou seja, não é apenas a relação de trabalho assalariado que implica extração de mais-valor ou exploração da classe trabalhadora. Este autor sugere que a crise fiscal seria uma 'brecha estrutural' entre despesas e receitas, um 'processo contraditório que encontra seu reflexo e causa no orçamento governamental'.

Na análise do caso americano, O'Connor identificou um novo problema ao verificar a existência de um processo de crise fiscal estrutural, cujas causas e conseqüências residiriam tanto na alocação de receitas públicas (sistema tributário) e distribuição de recursos (decisões

orçamentárias), como no relacionamento entre as atividades econômicas. Assim, verifica-se uma crítica ao modo de produção capitalista, onde a ação do estado privilegia a acumulação de capital tanto nos setores dinâmicos da economia como nas classes e grupos sociais detentores de capital.

Ao desenvolver a teoria da seletividade das instituições políticas, Offe (1984) destacou três conclusões: o Estado não consegue assumir, direta e plenipotenciariamente, a economia capitalista, como no fascismo; o Estado não consegue entregar todo o seu poder a alguns grupos monopolistas; restando assim a alternativa de um Estado que se apresenta como mediador e representante universal da sociedade, quando, de fato, não o é, já que se ancora na acumulação capitalista, por meio de artifícios de seletividade. A contradição, todavia, jamais se resolve, como as crises recorrentes indicam.

Holmes e Sustain (1999) discorrem sobre o equívoco de dividir direitos em negativos e positivos. Aduzem que direitos são reivindicações por uma resposta governamental afirmativa, somente existem legalmente a partir do reconhecimento estatal e da estipulação de orçamento financeiro para custear a sua proteção a mera asserção de um direito é inútil, ineficaz para de fato implementá-lo. Acrescenta que impostos têm por finalidade custear as instituições que protegem direitos, que não podem ser absolutos. Portanto, a escassez de recursos afeta a liberdade.

A liberdade, na perspectiva da obra, deriva da dependência de um determinado conjunto de instituições liberais, não da ausência de intervenção estatal na esfera de liberdade dos indivíduos. O potencial de crítica derivado desse ponto de vista é profundo: não apenas os pobres dependem do governo e do direito para proteger direitos à redistribuição de renda, mas também os ricos, pois seu direito de propriedade também depende da existência de instituições capazes de protegê-lo. E essa estrutura institucional é responsável em grande medida pelo sucesso ou fracasso dos indivíduos.

Quando o grande contribuinte percebe que não precisa mais pagar impostos, já que em certa medida, ele pode pressionar o Estado com o regime de títulos da dívida pública, há uma passagem do *Tax State* para o *Debt State*. Aqui, o Estado se ‘superendivida’, portanto, sua política passa a ser condicionada pelos credores da dívida pública.

Streeck (2011), então, define que os mercados não conseguem gerar riqueza e prosperidade adequadamente porque se revelam alvo de demasiadas intervenções e controles “políticos”; sustenta que a democracia, em verdade, é parte do problema econômico, antes da solução. O capitalismo democrático, na visão do autor, tem dois princípios conflitantes de regime de alocação [de recursos]: produtividade marginal e necessidades sociais. A crise do neoliberalismo indica uma incapacidade de alcançá-los.

A crise fiscal, ou do próprio Estado, volta a ser um problema político como Donatella (2015) e Crouch (2004) acusam: desinteresse pelas eleições e explosão de protestos pouco controláveis ou convencionais.

Crouch (2004) identifica que algumas consequências substantivas do presente já podem ser vista em muitos países. O estado de bem-estar torna-se gradual e residualmente como algo para pobres merecedores. Assim, a ideia de pós-democracia ajuda a descrever situações em que o tédio, frustração e desilusão se instalaram depois de um momento democrático; quando poderosos interesses minoritários se tornaram muito mais ativo do que a massa de pessoas comuns em fazer funcionar o sistema político para eles; onde as elites políticas aprenderam a gerenciar e manipular reivindicações populares; onde as pessoas têm de ser persuadidas a votar por campanhas publicitárias de cima para baixo.

Della Porta (2015) estabelece que não só está em jogo o conteúdo da execução dos direitos civis, mas também as suas formas. Se o Estado de bem-estar do período fordista foi acusado de interferir na vida dos indivíduos (Habermas 1976), impondo normas de cima, a reivindicação dos movimentos por direitos humanos é cada vez mais enquadrada dentro de uma concepção de participação dos cidadãos no planejamento e implementação dos serviços sociais.

Para a autora, os protestos e campanhas contra a redução do bem-estar social não têm apenas como objetivo proteger as condições materiais dos usuários dos serviços sociais e dos trabalhadores nos serviços sociais, mas também contribuíram para elaborar uma concepção diferente do serviço público como bem comum, opondo sua concepção neoliberal como mercadoria.

Se os serviços sociais no Estado-nação foram reivindicados como direitos de cidadania, os direitos a uma vida com dignidade (casa, alimentação, saúde, trabalho) são cada vez mais enquadrados como direitos humanos: a pobreza significa um ataque aos direitos de uma pessoa, pois compromete o próprio reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais.

Para Tavares (2016), ao analisar a obra de Habermas sob uma ótica marxista, o direito deve ser entendido como forma que só se realizou em plenitude no capitalismo e que nesse modo de produção ancora a sua sorte, a partir da ideia de litigiosidade e da definição de sujeitos formalmente iguais, inobstante negociem o trabalho alheio roubado, ou o próprio tempo de vida.

Na análise de Flávio Galdino (2005), os direitos não nascem em árvores não só porque há a necessidade de criação e manutenção de uma estrutura pública para sua tutela, mas também em razão da existência de outras esferas públicas diversas do Judiciário sem as quais os direitos, mesmo os individuais ou negativos, não são respeitados.

Os direitos humanos fundamentais, em qualquer das dimensões, propostos, seja pela ‘teoria dos status’ de Georg Jellinek (1910)¹¹ ou pela ‘evolução da cidadania’ de Thomas Humphrey Marshall(1967)¹², demandam concretização pelo Estado.

Stephen Holmes e Cass Sustein (1999) são enfáticos ao afirmar que por mais liberal que o Estado o seja, irá custear o usufruto até mesmo dos chamados ‘direitos negativos’, afinal, poder e governo são essenciais para a garantia da propriedade, fundamento primeiro do liberalismo. Ocorre que o Estado, seja Tributário¹³ ou Débito¹⁴, por vezes, não consegue viabilizar, individualmente, de forma satisfatória, a concretização dos direitos fundamentais.

A doutrina e a jurisprudência brasileira clássica apontavam no sentido de que sendo os direitos sociais, normas meramente programáticas, seriam insuscetíveis de conferir direitos subjetivos adjudicáveis (Novelino, 2016). Este argumento não sobreviveu ao embate com o princípio da inafastabilidade da função jurisdicional (CF, art. 5º, XXXV).

Nesse contexto, o Direito se propõe a apresentar alternativas¹⁵ para solucionar a demanda judicial individual proposta para viabilizar o gozo de determinado direito fundamental, de modo a não violar a tripartição harmônica e independente, nem tampouco deixar desamparado aquele que socorre ao Judiciário.

Entretanto é patente que a crise de representatividade institucional política e econômica fiscal brasileira diante da recente Emenda Constitucional 95/2016, indicam o cenário de “pós-

11 Segundo essa teoria, são quatro os possíveis status do indivíduo na sua relação com o Estado: o passivo (status subjectionis), o ativo (Status activus civitates), o negativo (Status libertatis) e o positivo (Status civitates).

12 Propõe a divisão do conceito de cidadania em três elementos: civil, político e social.

13 Tax State: “Estado fiscal (ou Estado Tributário) é uma expressão que teve notável aceitação na ciência das finanças, empregada por Joseph Schumpeter em estudo sobre a propalada crise do Estado fiscal, em 1918, numa apreciação econômica e sociológica da crise do Estado capitalista. Segundo ele, posto que o potencial fiscal do Estado encontrava-se limitado pela capacidade dos particulares de suportar o tributo na economia, quando a demanda por receitas públicas torna-se excessiva (em virtude de crises econômicas, guerras etc.), isso poderia levar os contribuintes ao desinteresse de prosseguir com atividades produtivas. Daí falar na crise do Estado fiscal de cunho liberal e capitalista”. Explicação apresentada por Heleno Taveira Torres (2016).

14 Debt State: Estado Débito: “Wolfgang Streeck reconhece que o Estado Tributário operou por muitos anos, especialmente no século XX, mas alerta que recentemente os grandes contribuintes já não pretendem mais pagar impostos, querem, na verdade, emprestar dinheiro para o Estado, para passarem a controlar a taxa de juros praticada e o risco de crédito da dívida pública, para que possam, assim, influenciar o governo.” Explicação apresentada nas aulas do Professor Francisco Tavares (2016).

15 Reserva do Possível: consiste na realização dos direitos sociais condicionada à quantidade de recursos disponíveis, sob pena de, ao dar enfoque a apenas um desses direitos, inviabilizar a prestação de outros. Tal teoria é utilizada pelo Estado, em matéria de defesa, pois apresenta três aspectos a serem observados: disponibilidade fática; disponibilidade jurídica; e a razoabilidade e proporcionalidade da prestação. Mínimo Existencial: urgiu para proteção dos indivíduos por meio da efetivação de uma parcela das garantias constitucionais aptas a proporcionar ao ser humano uma vida com dignidade, frente a todo o descaso que presenciamos diariamente do poder público para com as necessidades mais urgentes dos cidadãos.

Em síntese, a Reserva do Possível pode conviver pacificamente com o Mínimo Existencial, pois este atua como um limite para a invocação daquela, ou seja, a Reserva do Possível só poderá ser invocada quando realizado o juízo da proporcionalidade e da garantia do Mínimo Existencial com relação a todos os direitos em questão.

democracia”, proposto por Colin Crouch, que se agrava substancialmente pelas escolhas trágicas casuístas tomadas pelo Judiciário.

Diante deste conflito, Ran Hirschl (2004) sustenta que a despeito da posição menos favorecida ocupada pelo Judiciário na teoria clássica de tripartição, atualmente há um deslocamento de poder das instituições representativas para as judiciais, erigindo um novo tipo de regime político chamado de juristocracia pelo cientista político canadense. Seu argumento central é que as elites políticas, econômicas e sociais transferem poder ao Judiciário, de forma voluntária, quando ameaçadas de perder a hegemonia na esfera política.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário frisar que o presente trabalho ainda não passou para a fase de coleta de dados, assim apresenta-se um trabalho de base, ainda, teórica crítica. O próximo passo da pesquisa será viabilizar a coleta, a sistematização e a análise empírica dos dados.

Buscando acrescentar análise bibliográfica ao que já fora acima delineado seguimos analisando textos coletados nas matérias cursadas no semestre findo.

No tocante ao controle das Políticas Públicas pelo Poder Judiciário, comumente opõe-se a visão de microjustiça, dos julgadores, à visão de macrojustiça do Poder Executivo. Questiona-se se a decisão dos julgadores, no caso concreto – geralmente no bojo de uma ação individual –, não encerraria dificuldades à efetivação das Políticas Públicas.

Pregando o *princípio da unidade* que a Constituição não pode ser lida em tiras ou aos pedaços (SARLET, 2016), o capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos precisa estar sempre contextualizado com diversos outros, entre os quais o das finanças públicas.

Vale lembrar, a propósito, a lição de HOLMES e SUNSTEIN: direitos custam dinheiro, ou seja, direitos não podem ser protegidos ou promovidos sem o aporte, maior ou menor, de recursos públicos.

A intervenção do Poder Judiciário mediante determinações à Administração Pública para que atenda pedidos individuais (principalmente no fornecimento de medicamentos) tem crescido consideravelmente.

Por óbvio, as decisões judiciais relativas a direitos sociais avaliadas individualmente não podem estar alheias/apartadas da concepção de existência de uma política pública coletiva, sob pena de se desestabilizar todo um sistema de benefícios coletivos em favor de um único indivíduo.

A separação clássica dos poderes, concebida por Montesquieu, é sempre lembrada para os que adotam o direito positivo como base hermenêutica na tomada de decisões judiciais ou

administrativas. Para essa corrente, o ativismo judicial seria um mal para a coletividade na medida em que retiraria do órgão competente a especialidade para a qual foi criado, diminuindo eficácia e eficiência na alocação de recursos.

Neste sentido, as decisões judiciais na seara de efetivação de direitos a prestações públicas, normalmente, não dialogam com as diretrizes discricionárias do Poder Executivo (administrador público), tanto mais pela complexidade da tomada de decisões técnicas diuturnas, cujos dados pragmáticos só o executor possui imediatamente.

Com isso, as decisões do Poder Judiciário podem, muitas vezes, revelar-se descoordenadas, sem racionalidade global e descurando do sentimento de coletividade que devem as políticas públicas basearem-se.

Também, o processo de elaboração do orçamento público deve contemplar (plano deontico) as reais necessidades mínimas da população, com isso, não se poderia exigir do Estado o fornecimento de prestações sociais positivas além da capacidade normal que um planejamento sério pode proporcionar.

Demais disso, as normas constitucionais formais que garantem os direitos sociais da população não mensuram individualmente ou ainda globalmente (nem poderiam fazê-lo) o alcance do limite de atendimento das prestações à população, com base no que se costuma denominar de ‘reserva do possível’: os recursos são limitados e as necessidades da população são infinitas.

De igual modo, a evocação de atuação judicial por meio de ações coletivas tem a desvantagem de alocar recursos de uma área eleita como prioridade pelo administrador com o consequente desatendimento de outra especialidade social contemplada no orçamento público programático.

O livro *The Cost of Rights: why Liberty Depends on Taxes* dos professores Cass Sunstein e Stephen Holmes, um clássico da literatura jurídica norte-americana, se constrói sob o argumento central de que sempre há custos inerentes ao exercício de direitos. Este raciocínio é aplicável a toda miríade de direitos protegido pelo ordenamento jurídico. O que parece lógico não fica evidente na teoria jurídica que aceita a distinção entre direitos negativos e direitos positivos. Os primeiros seriam assegurados, na acepção clássica, desde que o Estado não interferisse em sua fruição (inação estatal), a exemplo do direito à vida e à liberdade religiosa. Os direitos positivos, de outra ponta, dependeriam da intervenção direta do Estado para o seu exercício, a exemplo do direito à educação, saúde e moradia.

Os autores refutam a distinção entre direitos positivos e negativos, na medida em que argumentam que todos os direitos dependem do dispêndio de recursos orçamentários. Para eles

as considerações de cunho orçamentário estão na raiz de qualquer discussão sobre o próprio conceito de direito. Isso porque a existência concreta de um direito somente pode ser afirmada se existirem remédios jurídicos capazes de assegurá-los efetivamente, o que exige o custeio de instituições operacionalmente eficientes que permitam o seu regular gozo.

Direitos, na concepção de Sunstein e Holmes, são reivindicações por uma resposta governamental afirmativa. Essa ideia se choca com a concepção de direito negativo, que pressupõe inação estatal.

Para os autores, todo e qualquer direito exigem a presença estatal para viabilizar sua integral fruição. Assim sendo, todos os direitos possuem custos e dependem cofres públicos e administração pública.

Com advento do constitucionalismo social e do Estado Social de Direito, com a positivação de demandas sociais, passou-se a distinguir direitos negativos (ligados ao modelo de Estado liberal) e direitos positivos/prestacionais. Não obstante, alguns pensadores criticam essa dualidade – ou a má operação dela.

Ao contrário, a atuação judicial deve partir do pressuposto de que, primeiro, tais direitos não devem, em regra, ser tratados segundo a ótica individualista (credor-devedor) e, segundo, a separação de funções não obsta o diálogo entre os poderes, cuja harmonia, aliás, a Constituição expressamente impõe.

Assim, o papel do Judiciário deve ser o de canalizar demandas individuais, exigir explicações objetivas e transparentes sobre a alocação orçamentária de recursos públicos e eventualmente questioná-la se necessário.

Além de instituir o diálogo constitucional, o Judiciário precisa realizar, com maior qualidade, o controle das políticas públicas, já que os problemas de efetividade decorrem em grande parte da enorme quantidade de desvios na execução, e não de falhas na gestação dessas políticas públicas.

A visão de Holmes e Sunstein sobre o custo dos direitos partindo da premissa de que todo o direito tem um custo orçamentário, seria uma espécie de estudo mais aprofundado e contemporâneo do livro de Korad Hesse, “A força normativa da constituição”, tradução por Gilmar Ferreira Mendes. Resumidamente, Hesse descreve uma visão dos direitos constitucionais em uma concepção histórica e conformados com a realidade fática. A previsão constitucional sem correlação de seguridade desses direitos pelo Estado no cotidiano social desencadearia em letra morta constitucional, como uma mera expectativa de direito. Aliás, a princípio a Constituição Federal de 1988 era vista como uma mera carta de intenções, sem força normativa, necessitando de regulamentação para o gozo de seus direitos previstos.

Neste tocante, trazida a constituição para o centro do ordenamento jurídico, como assim deve ser à luz da pirâmide de Kelsen e da teoria da constituição, temos por outro lado o limite orçamentário e as inúmeras necessidades da população para garantia dos direitos fundamentais e sociais.

Todavia, Holmes e Sunstein ressaltam que além de custos orçamentários os direitos também possuem custos sociais. Levar em conta apenas os custos diretos para a garantia de direitos pode nos desviar da visão de Estado Social, em que pesa visualizar que as decisões políticas não podem se basear em seu custo efetivo direto contrapondo ao seu índice de retorno em arrecadação de tributos aos cofres públicos, sob pena de estarmos mais em busca de uma visão puramente capitalista da garantia de direitos ao invés de garantir um Estado Democrático de Direito.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. 2ª ed. 4ª triagem. São Paulo: Malheiros, 2008.

AVRITZER, Leonardo et tal. (orgs.) **Dimensões políticas da Justiça**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

BARBOSA, Claudia Maria e POLEWKA, Gabriele. **Juristocracia no Brasil a perspectiva de Ran Hirschl sobre o empoderamento judicial**. Rev. de Pol. Judic., Gest. e Adm. da Jus. Minas Gerais. v.1. n.2. p. 309-334. Jul/Dez. 2015.

BENEVIDES, Rodrigo Pucci de Sá e VIEIRA, Fabíola Sulpino. **Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil**. Nota Técnica 2016, setembro, Número 28.

BROWN, W. **Undoing The Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. Cambridge: MIT Press, 2015.

CROUCH, Colin. **Post-Democracy**. Cambridge: Polity, 2004.

DELLA PORTA, Donatella. **Social Movements in Times of Austerity**. Cambridge: Polity, 2015.

DOS SANTOS, Rebecca Mazzuchell. **O conceito da reserva do possível nas decisões judiciais**. Cadernos de iniciação científica. Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, v. 7, p. 79, 2010.

DOWNS, Anthony. **Why the Government Budget is Too Small in a Democracy**. World Politics, v. 2, n.14, 1960

GALDINO, Flávio. **Introdução à teoria dos custos dos direitos: direitos não nascem em árvores**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Safe, 1991.

HIRSCHL, Ran. **Towards juristocracy**: The origins and consequences of the new constitutionalism. First Harvard University Press, 2004.

HOLMES, Stephen & SUSTEIN, Cass R. **The Cost of rights: Why liberty depends on taxes**. New York: Norton, 1999.

KALECKI, M. **Political Aspects of Full Employment**. The Political Quarterly, v. 14, issue 4, outubro, 1943.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de direito constitucional**. 11.ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2016.

O'CONNOR, James. **Usa: A Crise do Estado Capitalista**. Tradução de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus & RONGE, Volker. **Dominação de Classe e Sistema Político**. Sobre a Seletividade das Instituições Políticas. In: OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSTRAM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, games & common-pool resources**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. Jussara Simões; Rev. Álvaro de Vita. 4.ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SCHUMPETER, Joseph A. **The Crisis of The Tax State**. In: SWEDBERG, Richard (org.) Joseph A. Schumpeter: The economics and sociology of capitalism. Princeton: Princeton University Press, 1991.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise, uma exploração hermenêutica da construção do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011b.

STREECK, Wolfgang. **The crises of democratic capitalism**. New Left Review, 71, 2011.

TAVARES, Francisco Mata Machado. **Deliberação e capitalismo: uma crítica marxista ao pensamento de Habermas**. Curitiba: Appris, 2016.

TORRES, Heleno Taveira. **Crise do Estado fiscal exige coerência entre tributo e orçamento**. Revista Consultor Jurídico, 25 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-mai-25/crise-estado-fiscal-exige-coerencia-entre-tributo-orcamento>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

TORRES, Ricardo Lobo. **O Mínimo existencial como conteúdo essencial dos direitos fundamentais.** In: C. P. De Souza Neto e D. Sarmento (org). Direitos Sociais. Fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA EM WENDY BROWN

Thainara de Ávila Rocha¹

RESUMO

A análise da complexa relação entre neoliberalismo e democracia se dá nesse trabalho a partir da teoria da cientista política Wendy Brown, em sua mais recente obra, “*Undoing the Demos: Neoliberalisms Stealth Revolution*”. Tem-se como inovador em sua teoria o entendimento desses processos como a rendição de uma condição viva, por meio da dissolução do *demos*, destacando também como se dá esse processo de economização da vida cotidiana. Sendo essa uma importante área para a tentativa de compreensão de um cenário contemporâneo que opera frente a consolidação de políticas neoliberais como: privatizações, flexibilização trabalhista e o estabelecimento de políticas de austeridade, foi proposto nesse trabalho, a busca pela compreensão desse complexo panorama.

Palavras-chave: política; neoliberalismo; democracia

ABSTRACT

The analysis of the complex relationship between neoliberalism and democracy on this paper occurs based from the theory of political scientist Wendy Brown, in her most recent work, Undoing the Demos: Neoliberalisms Stealth Revolution. The innovation on her theory is the understanding of these processes as the surrender of a living condition through the dissolution of the demos and also the economization of life. This is an important area for the comprehension of a contemporary setting that works towards the consolidation of neoliberal policies such as privatization, labor flexibilization and the establishment of austerity policies.

Keywords: politics; neoliberalism; democracy

INTRODUÇÃO

No presente trabalho tem-se a análise para o entendimento da democracia quando submetida a um regime neoliberal, segundo a teoria da cientista política americana Wendy Brown. Apreendendo em Marx uma sociedade posta sob os modos de produção, e em Foucault, com sujeitos sendo governados a partir de uma racionalidade governante, Brown apresenta em sua obra mais recente, “*Undoing the Demos: Neoliberalisms Stealth Revolution*”, como o conceito de *demos* é desfeito através do tempo. Assim, podemos destacar duas principais causas para o conceito de *demos* ser desfeito: a) o esvaziamento de valores democráticos ocasionados pela passagem da esfera política à econômica, b) a mercantilização de pessoas, isto é, pela transferência do *homo politicus* ao *homo oeconomicus*.

DESENVOLVIMENTO

¹ Estudante de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Área temática: Economia Política.

Entretanto, para iniciarmos a discussão, é necessário compreender qual a definição de democracia foi eleita pela autora e de que forma ela escolheu utiliza-la em seu trabalho.

Accepting the open and contestable signification of democracy is essential to this work because I want to release democracy from containment by any particular form while insisting on its value in connoting political self-rule by the people, whoever the people are. In this, democracy stands opposed not only to tyranny and dictatorship, fascism or totalitarianism, aristocracy, plutocracy or corporatocracy, but also to a contemporary phenomenon in which rule transmutes into governance and management in the order that neoliberal rationality is bringing about (BROWN, 2015, p. 20)².

Após entendermos a democracia como um governo realizado por pessoas que se opõem a formas particulares de gestão, se torna difícil compreender como regimes neoliberais podem ser democráticos. Identificamos nos regimes neoliberais a transmutação de um governo realizado por pessoas para um governo orientado para o capital. Assim, transformando, essas mesmas pessoas, em capital humano, e as transferindo da esfera política para a esfera econômica. Essa transposição se dá de forma legitimada ao se inserir no contexto jurídico, onde temos leis sendo utilizadas para a privatização de estatais, atração de investimentos estrangeiros, garantia de retenção de lucros e diminuição das restrições comerciais. Portanto, a lei torna-se um meio disseminador da racionalidade neoliberal por meio da economia.

A razão jurídica neoliberal refaz os direitos políticos, a cidadania, e democracia em um registro econômico, deste modo, desintegrando o demos. Nesse remanejamento, a democracia não está apta a sobreviver a conversão, ocasionando, assim, o fim das expressões democráticas. A transformação de seres humanos em capital humano - a passagem do homo politicus ao homo oeconomicus - estabelece uma nova forma de relação, essa racionalidade neoliberal se estabelece muito mais por meio de um “soft power” do que pela violência física ou plataformas políticas explícitas. É exercido um princípio de realidade que vem refazendo instituições e seres humanos. Percebemos essa figura do humano em capital empreendedor nas faculdades, em estágios, em exercícios, ou dietas. Cada contato feito é uma estratégia de atração de investidores e para o auto investimento. Esta disseminação de valores de mercado nem sempre se dá então de forma monetária, mas, sim, economizando, campos, pessoas e práticas.

2 “Aceitar a significação aberta e contestável de democracia é essencial para esse trabalho, pois eu quero liberar a democracia da contenção de qualquer forma particular, enquanto insistindo em seu valor em destacar o autogoverno político pelo povo, quem quer que este seja. Nisso, a democracia está oposta não somente à tirania e ditadura, fascismo, ou totalitarismo, aristocracia, plutocracia ou corporatocracia, mas também a um fenômeno contemporâneo no qual o dominar se transmuta em governança e administração na ordem em que a racionalidade neoliberal está trazendo”. (BROWN, 2015, p. 20, tradução nossa).

Com isto, a desigualdade é legitimada por esta nova relação entre os humanos, uma democracia repleta por capital humano lida com vencedores e perdedores, não sendo composta por tratamento ou proteção igual. Esta desigualdade ocasiona, também, o desaparecimento de três coisas na sociedade, são elas: 1) trabalho como classe coletiva, 2) conceito de cidadania interessada pelas coisas públicas e 3) o bem em comum. A interatividade de classe é prejudicada com a transformação do trabalho em capital humano, e dos trabalhadores em empreendedores.

Sendo a competição produtora de desigualdade, e, nesse caso, não contamos mais com políticas sociais, pois as políticas econômicas são as próprias políticas sociais, onde o crescimento econômico assegura ajuda aos indivíduos. Ao encontrarmos medidas progressistas, elas não são legitimadas para o favorecimento estritamente social, mas se tornam possíveis na medida em que asseguram também o crescimento econômico. É essa a principal inovação na passagem do regime liberal para o neoliberal, o que antes ainda retinha em si a política na forma de governar agora é transformado, predominantemente, em formas econômicas, como veremos mais à frente com a apresentação dessa nova racionalidade.

While Obama called for protecting Medicare; progressive tax reform; increasing government investment in science and technology research, clean energy, home ownership, and education; immigration reform; fighting sex discrimination and domestic violence; and raising the minimum wage, each of these issues was framed in terms of its contribution to economic growth or American competitiveness. (BROWN, 2015, p. 24)³.

Quando falamos sobre a normatização de leis que asseguram o direito à competição, devemos compreender que o atrito aumenta com a sociedade empreendedora, assim, expandindo ainda mais a jurisdição sobre o tema e, portanto, facilitando o jogo econômico. Com isto, o mercado não é responsável pelas consequências de seu processo, logo, se mantém unicamente na busca pelo crescimento da economia. Sendo assim, o Estado assume as consequências e, também, a manutenção advinda desse processo.

A agenda neoliberal se sustenta, principalmente, quando se infiltra na esfera política, se utilizando, assim, de uma political rationality, conceito apreendido por Foucault (2016), que conseguiu ser integralmente implementado a partir do século XVIII. Inicialmente, a governança se dá no século XVI com a superação do feudalismo, e o início da instalação dos Estados territoriais. Questões como a melhor forma de governar, e como se deve governar, se tornam cada

3 “Enquanto Obama defendeu a proteção do Medicare; reforma tributária progressiva; aumento dos investimentos governamentais em pesquisas científicas e tecnológicas, energia limpa, casa própria, e educação; reforma imigratória; combate à discriminação sexual e violência doméstica; e aumento do salário mínimo, cada um desses assuntos era abordado em termos de sua contribuição para o crescimento econômico ou competitividade americana”. (BROWN, 2015, p. 24, tradução nossa).

vez mais recorrentes. Esse período estava permeado pela Reforma e a Contrarreforma, sendo assim, também se disputava qual a melhor maneira de ser espiritualmente dirigido para a salvação. Tratava-se, então, de um período de ampla concentração estatal ao mesmo tempo em que enfrentavam uma dispersão religiosa.

Nesse período também começamos a ver a introdução da economia no exercício político, a arte de governar está ligada a essa introdução e se conecta com a necessidade de gestão dos indivíduos no nível de uma gestão do estado. A economia no século XVI estava conectada mais a forma de governo. Veremos mais à frente uma mudança quando a governança de fato prospera, onde a economia está a nível de realidade por meio de procedimentos, localizando, portanto, a diferença entre governar e ser governado. Entretanto, a governança, durante esse período, enfrenta dificuldades em torno da razão do Estado. Não é possível governar segundo suas próprias regras enquanto se passa por um período de urgências militares como foi o século XVII.

O enfrentamento dessas dificuldades se dá a partir da expansão demográfica ligada a um período de abundância monetária, como, por exemplo, o aumento da produção agrícola. Tudo isso está amplamente conectado a uma ciência de governo mais centralizada ligada aos problemas da população. Amplia-se essa unidade de análise ao ultrapassar o modelo de família, e pela ascensão da estatística, ao ser revelado que a população tem sua própria regularidade, assim, produzindo efeitos econômicos específicos. Dessa forma, temos na população, o objetivo final do governo, sendo então, objeto fundamental para se governar de modo racional e planejado. No século XVIII que a governança se estabelece para a ciência política com um regime técnico de governo, por meio da população em torno também da economia política. Foucault apresenta uma triangulação em torno da soberania, disciplina e gestão, onde se é capaz de exercer essa disciplina de forma muito mais minuciosa na população se tornando, assim, um dispositivo de segurança essencial.

O neoliberalismo consegue capturar populações e instituições estatais, por meio de uma “Political rationality” ou “governing rationality”. Ele se utiliza de uma forma normativa de razão, buscando compreender como populações e instituições estatais são governadas dentro dessa razão, e entendendo que a forma da razão nunca está ausente de relações de poder. A racionalidade política captura a legitimidade desse regime de conhecimento de poder que organiza as “verdades” do mundo.

O capital financeiro molda a economia e a política, enquanto, paralelamente, transforma a racionalidade neoliberal. As suas crises causam fusão e falência entre cidades e nações, além da constante competição em que prevalece alguns acima de outros, assim, prejudicando,

também, pequenos empresários. As políticas de austeridade decorrente das crises implicam limitação e sacrifício, e o Estado se torna mais vulnerável a cada crise. Na era neoliberal, a virtude cidadã, durante políticas de austeridade, são transformadas em um “sacrifício compartilhado” a ser realizado pela população quando solicitado. Sacrifício que, por exemplo, pode ocasionar perda de emprego, cortes salariais, deflação cambial, entre outros. Sacrifícios também são realizados na economia em prol da recuperação de orçamentos equilibrados.

Para elucidar a questão sobre o sacrifício, Brown traz a distinção do sacrificar para algo e sacrificar por algo, conceito desenvolvido pelo filósofo israelense Moshe Halbertal. Brown destaca que nós nos sacrificamos para o sagrado (*sacrifice to*), mas para a nação (*sacrifice for*), de forma que o sacrifício tanto o religioso quanto o moral-político não ocorre de maneira econômica ou comercializada, sendo a lógica do sacrifício, assim, externa a razão liberal. Com a racionalidade liberal nós sacrificamos por alguém, mas sem uma finalidade que fornecerá retorno, visto que a racionalidade neoliberal não visa assegurar garantias.

Com Marcel Mauss e Henri Hubert (2005), em “O sacrifício”, compreenderemos melhor a noção de sacrifícios expiatórios e da ideia de remissão presente neles. Ao realizar sacrifícios, passa-se a vítima sacrificada sua impureza religiosa que antes pertencia ao sacrificante o regenerando através da expiação. Os autores destacam que a regeneração pelo sacrifício deu origem a importantes crenças religiosas associando-as ao renascimento pelo sacrifício. A vítima nos rituais substitui o sacrificante para que desse modo ele encontre a vida e não a morte, que entra na esfera do sacrifício e ali sucumbe sendo essa a sua função. Os deuses tomando a vítima liberta-se o sacrificante que é finalmente redimido.

A governança é muito utilizada com o significado de governar e gerenciar muitas instituições, sendo elas políticas, econômicas, lucrativas, entre outras. Sua flexibilidade léxica nos mostra como ela abrange uma fusão de práticas políticas e empresariais, tanto em administrações quanto em fornecimento de bens e serviços. É, portanto, um modelo de negócios indo para o Estado. A governança adquire uma valência positiva e uma normativa, pois, identifica e resalta a importância da dispersão de poder e a importância de sua efetiva exploração, ela põe em jogo práticas delicadas de poder e administração, que envolvem relações de mercado, Estado e cidadania, poder e regra, e a própria democracia.

A governança se insere como articuladora entre governo e setor privado, onde diferentes atores buscam realizar seus programas, assim, exercendo controle sobre a definição de parâmetros na capacidade de decidir valores e direções fundamentais. Dessa forma, a democracia é separada da política e da economia, se tornando apenas uma “formalidade” quando afastada dos elementos que lhe dão forma, por conseguinte, abandonando a preocupação com a justiça,

lutas pluralistas, inclusão, ao passo que é reformulada pela governança, cuja participação da sociedade civil é reduzida a “buy-in”⁴. A governança leva a práticas de despolitização, sua técnica causa normas contestáveis e assolação estruturais, assim, como a exclusão em seus procedimentos e decisões.

Mais à frente, explorando o conceito de responsabilidade, Brown destaca que na sociedade neoliberal cada indivíduo tem a tarefa de empreender com as estratégias certas que o levarão a prosperar e sobreviver, de tal modo que essa noção de responsabilidade torna o indivíduo como único responsável. O estabelecimento da governança facilita o estabelecimento dessa prática de responsabilidade. Palavras como “flexibilização” e “responsabilidade” estão ligadas à autonomia do indivíduo onde essa forma de poder consegue alinhar a conduta dos sujeitos dentro da ordem neoliberal.

A responsabilização do indivíduo se mostra recorrente ao longo de regimes, seja ele liberal ou neoliberal, com a propagação da falsa noção de liberdade que ignora as relações de poder e opressões estruturais, e agora com a flexibilização, onde, novamente, o termo liberdade é envolvido dessa vez em relação ao mercado de trabalho. Sempre que se é realizado as “barganhas” com direitos nesses regimes, as consequências retornam invariavelmente sobre os mesmos indivíduos.

Nessa nova forma de organização da sociedade civil, vamos caracterizar dois conceitos muito presentes na governança neoliberal, são eles: 1) “benchmarking”, e 2) “best practices”. Brown destaca que os conceitos fazem parte do soft power, buy-ins, consenso, trabalho em equipe, métricas de mercado e rejeição de regulação externa, comando, interesse partidário e ideologia. Trata-se de comercialização de esferas, agências, e etc. Benchmarking é o ato de estudar práticas de uma empresa e, posteriormente, importa-las para, assim, tornar as empresas mais bem-sucedidas. O benchmarking tem suas práticas separadas de seus produtos e são transferidas visando uma vantagem competitiva em um mercado, deste modo, são transferíveis e não ligadas a um produto. Best practices podem ser utilizadas para comercializar coisas que, segundo a autora, não deveriam ser comercializadas como, por exemplo, culturas, extinguindo, assim, valores não mercadológicos. Portanto, as best practices estão ligadas ao poder da governança, excluindo preocupações e protocolos não relacionados ao mercado, além de superarem e repor a normatividade que o próprio liberalismo obtinha com o direito.

4 A expressão Buy In / Buy Out designa um tipo de gestão que foi muito popular na década de 1980 e que consiste na compra de empresas por grupos de gestores que as dirigem, através de empréstimos contraídos em bancos, ficando o banco com o controlo de activos de empresas como caução dos empréstimos. A diferença entre buy-in e buy-out reside na origem de compradores: se estes já pertencem à empresa que vão comprar, diz-se buyout; se pelo contrário, forem exteriores à empresa, diz-se buy-in. <http://knoow.net/cienceconempr/gestao/buy-inbuy-out/>.

Utilizando exemplos de ações da suprema corte americana, Brown destaca que o problema se inicia quando empresas passam a financiar eleições, quando os meios legais, onde os trabalhadores se articulam para denunciar abusos corporativos são suspensos, e onde os mesmos trabalhadores do setor público e privado atuam em conjunto se utilizando de leis recentemente criadas que permitem essas alterações. Essas decisões da corte são responsáveis pelo ataque aos níveis de organização popular e a consciência coletiva dos cidadãos americanos.

A economia política não se faz, simplesmente, em aplicações do mercado em campos políticos, mas, ao inverso, os assuntos e processos políticos é que são transformados em princípios econômicos. Retomando a questão sobre campanhas eleitorais, é destacado dentro da lógica da corte americana, que os discursos dirigidos à população financiados pelo capital contêm atributos do capital em sua fala. Entretanto, esse discurso visa o avanço de seus ideais, sendo seus efeitos suscetíveis à recepção em diferentes atores e locais. Por último, a passagem da fala em um registro político para um econômico nos mostra a pura racionalidade neoliberal na esfera política e ética. As restrições do governo ao discurso das grandes corporações privam ao invés de proteger os cidadãos.

Em contrapartida a essa visão, Brown nos apresenta que é importante repararmos não somente no direito de fala em si, mas, também, em sua capacidade de alcance e tempo. Grandes corporações possuem mais dinheiro para comprar anúncio em mídia e, dessa forma, possuem mais alcance, sendo assim, os direitos iguais de participação e alcance ficam comprometidos, pois a autora destaca que os direitos de participação política viram comércio e a igualdade política se esvai.

A visão econômica se estende, também, para áreas como a educação, visando o desenvolvimento da competitividade do capital humano, além da dificuldade de manter bens públicos afastados da privatização. A cidadania, quando configurada dentro da lógica de mercado, passa a ser um tempo de auto investimento em capital humano, transformando a educação de bem social público para investimento pessoal em futuros individuais.

Today, this status for liberal arts education is eroding from all sides: cultural values spurn it, capital is not interested in it, debt-burdened families anxious about the future do not demand it, neoliberal rationality does not index it, and, of course, states no longer invest in it. (BROWN, 2015, p. 180)⁵.

5 “Hoje, esse status para a educação artística liberal está erodindo de todos os lados: valores culturais o rejeitam, o capital não está interessado, família em débito aflitas sobre o futuro não tem demanda por isso, a racionalidade neoliberal não indexa-o, e é claro, os Estados não mais investem nisso”. (BROWN, 2015, p. 180, tradução nossa).

A universidade se transforma em um lugar de auto investimento em capital humano, onde o seu desenvolvimento depende exclusivamente de cada indivíduo. Ela está imersa em ferramentas de dominação que não são vistas à superfície, mas são intrínsecas e silenciosas no sistema. Por exemplo, durante sua formação, Brown enfrentou no seu ambiente acadêmico que de maneira ostensiva exercia limitações ao que poderia ser estudado, falado e produzido, limitações sobre manifestações políticas, além de existir uma menor participação na vida política, na sociedade, na economia. Atualmente, a liberdade está inserida em um contexto onde, teoricamente, tudo é permitido, sejam elas sobre expressão sexual, política, entre outros. Entretanto, é aí onde operam essas ferramentas de dominação silenciosas, sendo o indivíduo a pessoa unicamente responsável sobre si, cabe a ele mesmo definir o quanto expressar de forma a não comprometer seu capital individual. É por meio desse mecanismo, portanto, que a disciplinarização ocorre. A existência de todas essas liberdades individuais está ligada a indivíduos que a executem de forma que não comprometa seu afeto seu capital individual.

CONCLUSÃO

Na contemporaneidade, a democracia ainda é um modelo que desperta relatos de vantagens sobre as outras formas políticas, entretanto, nesses mesmos relatos, por vezes, são atribuídas características que não são próprios dela como, por exemplo: igualdade, liberdade civil, direito, tolerância, entre outros. Nenhum desses conceitos está intrinsecamente ligado como regra do povo, e, por sinal, a racionalidade neoliberal vem identificando o capitalismo como característica democrática. A democracia para Brown pode ser, portanto:

[...] an empty form that can be filled with a variety of bad content and instrumentalized by purposes ranging from nationalist xenophobia to racial colonialism, from heterosexist to capitalist hegemony; it can be mobilized within the same regimes to counter these purposes (BROWN, 2015, p. 209)⁶.

De forma que se o conceito democracia, de fato, defende a ideia de que somente o povo poderá decidir e governar sobre si, a economização desse princípio causará então a sua dissolução.

A esquerda hoje compreende o que está de errado no mundo, mas não se consegue estabelecer uma estrada global viável, se reduzindo a resistência, que é implementada porque

6 “[...] uma forma vazia que pode ser preenchida com uma variedade de conteúdos ruins e instrumentalizada por fins variando entre xenofobia nacionalista a colonialismo racial, de heterossexista a hegemonia capitalista; pode ser mobilizada dentro dos mesmos regimes para combater esses propósitos”. (BROWN, 2015, pág. 209).

permite combater ação como reação ao invés de buscar a construção de uma alternativa. A economia capitalista não pode encontrar seu fim sem antes entrar em colapso, colapso esse em que agora todos os seres e atividades são colocados, sendo esse justamente a inovação da racionalidade neoliberal. Ela marca a rendição de uma condição viva, sentida e marcada pela própria impotência, inconsciência, fracasso e irresponsabilidade. É esse desafio da esquerda, além de dever construir uma alternativa viável ultrapassando o senso comum neoliberal e a globalização capitalista, paralelamente, também deve buscar o combate ao desespero civilizacional. Brown destaca que esse trabalho é difícil, não possui recompensa imediata, e muito menos tem garantia de sucesso, mas é nossa melhor chance de poder dar a esperança de um futuro justo, sustentável e habitável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Wendy F. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. 1. ed. Nova Iorque, Ed. Zone Books: near futures, 2015.

BROWN, Wendy F. Prof. Wendy Brown, Teach-in on Free Speech Movement, UC Berkeley 10/14 (2 of 4). 2014. (12m09s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=7WERG9t1O4&t=2s>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CRITICALINQUIRY. *Neoliberalism's Defeat of Democracy*. Disponível em: <https://criticalinquiry.uchicago.edu/neoliberalisms_defeat_of_democracy/> . Acesso em: 13 dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4. ed. São Paulo, Paz & Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4. ed. São Paulo, Paz & Terra, 2016.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. *Sobre o sacrifício*. 1. ed. São Paulo, Cosac Naify, 2005.

UMA REVISÃO HISTÓRICA SOBRE AS FORMAS DE CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E AS AMEAÇAS PROVOCADAS PELAS CRISES ECONÔMICAS E SOCIAIS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980 E A DÉCADA PÓS-2008

Jaqueline Damasceno Silva¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão sobre a história do Estado de Bem-Estar Social e evidenciar como períodos de crise têm prejudicado seu desempenho em países que adotam políticas austeras em relação aos países que decidem manter suas políticas de assistência, por meio dos resultados observados entre 1970 e 1980 e, mais recentemente, nos 10 anos que se passaram desde a crise de 2008. O trabalho foi realizado a partir de uma revisão de literatura conceitual e histórica. Os resultados encontrados apontam que, políticas de ajuste fiscal e reformas nas políticas sociais têm provocado retração da capacidade de promover bem-estar social, elevando a desigualdade. Entre 1970 e 1980, muitos países entraram em recessão e mantiveram os programas de proteção social por meio de déficit público. Isso proporcionou a universalização do bem-estar para além dos pobres, a classe média, se tornou ampla consumidora dos serviços universais em momentos de crise.

Palavras-chave: bem-estar social, crises econômicas, austeridade pública

ABSTRACT

The aim of this paper was to review the history of the Welfare State and to show how periods of crisis have hampered its performance in countries that adopt austere policies in relation to countries that decide to maintain their welfare policies through the results observed between 1970 and 1980 and more recently in the 10 years that have passed since the crisis of 2008. The work was carried out from a review of conceptual and historical literature. The results show that, fiscal adjustment policies and reforms in social policies have caused a reduction in the capacity to promote social welfare, increasing inequality. Between 1970 and 1980, many countries entered a recession and maintained social protection programs through public deficits. This has brought about the universalization of well-being beyond the poor, the middle class has become a major consumer of universal services in times of crisis.

Key words: social welfare, economic crises, public austerity

1 INTRODUÇÃO

“A primeira igualdade é a justiça”
Victor Hugo –

Galbraith, (1992) afirmou que existem graves problemas sociais, como a criminalidade, problemas habitacionais e de saúde associados às aglomerações de pessoas que não gozam de um relativo Bem-Estar Social disponível para o restante da população. As

¹ Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Goiás.

classes mais ricas, além de deterem a maior parte da renda nacional, ou justamente por isso, ainda têm acesso à reforços públicos e privados para segurança de suas rendas, como fundos particulares de pensão, seguridade social, assistência médica privada, pública ou proporcionada por seus empregadores, seguro contra prejuízos decorrente de falência de instituições financeiras; reforços com os quais as classes mais pobres não podem contar ou não têm acesso.

O autor afirma que, o papel do governo em subsidiar esse bem-estar merece atenção, e que, além disso, no que se refere aos cuidados às camadas menos favorecidas, deve-se desmistificar o apoio e os subsídios governamentais, que geralmente são vistos com desconfiança, suspeita da eficácia da administração pública e responsáveis pela criação de efeitos nocivos sobre a moral e disposição dos mais pobres que deles usufruem para trabalhar ou buscar recursos próprios para se manterem. Preocupações que não se apresentam em relação ao apoio e suporte governamental destinado às camadas que usufruem de maior nível de bem-estar social.

Galbraith (1992) argumenta que, essas desigualdades de classe fazem parte e são desejadas no processo de reprodução social, principalmente nas economias complexas e industrialmente desenvolvidas. Pois, a classe composta por minorias, geralmente de pessoas negras, vivendo em periferias, onde o acesso aos serviços públicos é dificultado e as condições de moradia são precárias, compõe a força de trabalho destinada aos trabalhos repetitivos, enfadonhos, dolorosamente fatigantes, mentalmente maçantes e socialmente degradantes: serviços domésticos, de colheita, nas linhas de produção da indústria e outros, considerados socialmente inferiores.

Esses problemas, socialmente determinados, segundo Machado, Lima e Andrade (2014), Mujica (2014) e Alves e Moraes Neto (2015), exercem grande influência sobre a intensificação das desigualdades no Estado de Bem-Estar Social e, em países de renda nacional média, com um alto nível de desigualdade de renda entre as classes e grandes disparidades regionais, esses problemas provocam resultados ainda mais degradantes.

A discussão sobre essas disparidades ocupou um papel importante ao longo de todo o século XX. Mas, a partir das décadas de 1970 e 1980, quando um cenário de recessão econômica tomou o lugar da expansão que se observava desde o final das grandes guerras e se intensificou o uso de estratégias de desenvolvimento concentradoras e excludentes, a discussão sobre as disparidades sociais e sobre o Estado de Bem-Estar Social passou a apresentar novos rumos. As diferenças políticas e ideológicas desse período de crescimento do liberalismo, avivaram duas discussões: i) o da racionalização dos recursos

e ii) o da promoção de justiça social pela universalização dos serviços públicos respeitando o princípio de equidade.

No Brasil, nesse contexto, foi elaborada a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que reconhecia a importância da participação social nos processos de decisão de políticas, principalmente de políticas sociais, e ampliava o conceito de cidadania entre os brasileiros. O processo de redemocratização brasileiro, deu a entender que a discussão acerca da promoção de justiça social pela universalização dos serviços públicos respeitando o princípio de equidade, havia ganhado espaço.

A base desse sistema seriam a igualdade e equidade, respectivamente, a base da universalização e o foco das políticas sociais para os mais vulneráveis. Esses conceitos estão baseados na justiça social, que, por sua vez, não é uma questão de preferência individual, mas deriva a rigor de um conjunto de valores e princípios que sociais. Essa abordagem baseada na ética e na justiça social era algo esperado, afirma Ocké-Reis (2009), por causa das condições de extrema pobreza e desigualdade social vividas no Brasil. Uma abordagem que fizesse referência aos direitos sociais, como estabelecidos na Constituição, já que o processo de democratização reivindicava a implantação de uma assistência universal.

No entanto, a recente instabilidade econômica, resultante da crise financeira global de 2008 suscitou preocupações quanto ao aumento de barreiras impostas aos cuidados entre os mais pobres. Ao observar os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi possível verificar um padrão de declínio no crescimento das despesas de saúde pública e redução da disponibilidade de serviços após grandes crises econômicas; e que, nesses cenários, as populações mais vulneráveis são as mais atingidas, pois são mais propensas a enfrentar a redução da renda, a perda de emprego e o aumento das barreiras aos cuidados de saúde.

Por causa do avivamento dessas questões, este trabalho se propõe a fazer uma revisão sobre a história do Estado de Bem-Estar Social e evidenciar como períodos de crise têm prejudicado seu desempenho em países que adotam políticas austeras em relação aos países que decidem manter suas políticas de assistência, por meio dos resultados observados nas décadas de 1970 e 1980 e, mais recentemente, nos 10 anos que se passaram desde a crise de 2008.

Para isso, a primeira seção apresenta como, historicamente, o conceito de Estado de Bem-Estar Social surgiu e se consolidou num determinado cenário que propiciou condições para esses acontecimentos. Além disso, uma segunda seção discorre sobre os tipos

de constituição de Estado de Bem-Estar Social observadas ao longo do tempo. Uma terceira seção apresenta alguns conceitos derivados dessa discussão, que são os conceitos de igualdade e equidade com justiça social e uma penúltima seção faz uma revisão de literatura de trabalhos que tratam do impacto das crises econômicas sobre o Estado de Bem-Estar Social, tanto em países que resolveram adotar políticas austeras, como em países que resolvem manter suas políticas de manutenção do Estado de Bem-Estar Social. Por fim, uma seção de considerações finais será apresentada.

2 TRAJETÓRIA E DEFINIÇÕES DE ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Embora a preocupação com o bem-estar social seja mais antiga do que se possa observar, a programação organizada e declarada para constituição de um Estado de Bem-Estar Social, segundo Kerstenetzky (2012), só ocorreu na segunda metade do século XIX, no governo centralizado de Otto von Bismarck, na Alemanha, a partir de 1862. A ideia de bem-estar social que surgia nesse período contrastava a ideia de *ajuda misericordiosa* disseminada pelas práticas de caridade, utilizadas pela igreja desde antes da idade média, ou as ideias de *controle social* e *eliminação da pobreza* que traziam as Leis dos Pobres, utilizadas na Inglaterra desde o século XV, visão que só foi alterada por meio da elaboração do “Relatório da Minoria sobre as Leis dos Pobres”, organizado por Webb (1909)².

O modelo alemão de bem-estar social foi baseado nas relações contratuais de trabalho, criando um sistema de seguro nacional compulsório contra o risco de perda da capacidade de gerar renda, financiado pelos empregados, empregadores e complementado pelo Estado. O modelo inglês fundamentou-se no *status* de cidadania, no qual, o papel do Estado seria estabelecer um padrão de vida mínimo para todos, custeado por uma estrutura tributária criada para isso, inicialmente chamado de modelo de seguridade social. O objetivo deste modelo era estabelecer um *status* igualitário de cidadania, onde cada cidadão valesse o mesmo que os demais, independentemente de sua contribuição para o seguro. O primeiro modelo foi considerado um modelo seletivo e, o segundo, universalista.

2 O relatório foi um produto elaborado pela Comissão Real sobre as Leis dos Pobres (1905-1909), a fim de compreender porque as Leis dos Pobres não solucionavam os problemas de pobreza no Reino Unido, o principal resultado encontrado apontou que as causas da pobreza eram externas aos indivíduos, eram sociais, econômicas e culturais. Que as políticas de serviços forçados não permitiam que as crianças fossem as escolas, que as condições de vida nos albergues, onde eram obrigadas a viverem várias famílias juntas, eram insalubres e que, nessas condições, a mobilidade social não era acessível a essa parcela da população.

O termo *Welfare State*, que estava presente no cerne do programa de Bismark e na mensagem central do “Relatório da Minoria sobre as Leis dos Pobres”, só foi consagrado na década de 1930, pelo historiador Sir Alfred Zimmern. Segundo Zimmern (1934) o *Estado de Bem-Estar Social* está relacionado à presença de um Estado Nacional comprometido com a instalação de um estado democrático de direito que se responsabilize com a garantia de condições de vida digna para seus cidadãos.

A partir da década de 1940, na Inglaterra, surgiram duas vertentes para lidar com a pobreza. A primeira, defendida por Willian Beveridge (1942), que enfatizava a prevenção da pobreza, oferecendo aos pobres todos os serviços, estando o Estado comprometido a oferecer um bem-estar mínimo que incluía um salário-mínimo para aqueles que trabalhassem e a oferta de serviços universais não-segregados, concedendo benefícios de manutenção adequados aos que não trabalhavam. A segunda, apresentada por Marshall e Richard Titmuss, advogava radicalmente a garantia pura e simples de direitos “sociais”, em contraposição com os direitos civis e políticos estabelecidos, pois uma economia de mercado gera custos sociais de causas e efeitos difusos.

Neste contexto, surgiu a concepção de um Estado de Bem-Estar Social universalista para amenizar as inseguranças sociais provocadas por uma economia de mercado. A definição de Estado de Bem-Estar Social que inclui o conceito de universalidade pode ser encontrada na *International Encyclopedia of the Social Sciences* (1961), que define que “o Estado de Bem-Estar Social é um conjunto de programas governamentais voltados para assegurar o bem-estar dos cidadãos face às contingências da vida na sociedade moderna, individualizada e industrializada”.

Mas, o termo passou a ser amplamente utilizado e discutido após o final da Segunda Guerra Mundial, e várias definições surgiram a partir de então, diversos países se comprometeram e implantaram algum estilo de Estado de Bem-Estar Social, de forma que, a conceituação do termo se tornou algo complexo. Mas todos os modelos de Estado de Bem-Estar Social têm algo em comum como princípio. De acordo com Kerstenetzky (2012) as duas principais definições de um Estado de Bem-Estar Social são, primeira, “uma condição ou estado de bem-estar humano que existe quando as necessidades das pessoas são satisfeitas, os problemas são administrados e as oportunidades [para que as pessoas satisfaçam seus objetivos de vida] são maximizadas” e, a segunda definição diz que um Estado de Bem-Estar Social é “um conjunto de serviços providos por caridades, agências de serviços sociais do governo para os pobres, necessitados e vulneráveis”.

A primeira definição enfatiza o que autora chama de *satisfação das necessidades, solução de problemas e promoção de oportunidades*, e foi esta visão que fundamentou os diversos programas e políticas de *Welfare State* universais no período pós-guerra. Surgiram a partir desses programas novos conceitos que delimitariam e moldariam a formulação das políticas, os conceitos de *necessidades e capacidades sociais, custos sociais e direitos sociais*. A discussão e a conceituação desses termos foram construídas ao redor de diversos campos da ciência, como o social, econômico e moral-político.

Sendo que, nenhuma dessas definições individualmente parece completa para compreender o que se entende por Estado de Bem-Estar Social, mas pelo contrário, o conjunto dessas definições será utilizada neste trabalho como referência, uma vez que não se negam, mas se complementam, ao identificar que *existem falhas na livre interação dos agentes sociais, que geram estratificação dos indivíduos em classes e que algumas dessas classes/grupos sociais estão expostos a vulnerabilidades do ambiente que os condicionam à pobreza ou um status insalubre de vida, e sem uma intervenção externa do Estado ou instituições sociais que promovam assistência por meio de um conjunto de serviços disponibilizados universalmente não pode existir um nível de bem-estar igual entre todos*.

3 FORMAS DE CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

A partir dessas definições apontadas na seção anterior, diversos Regimes de Bem-Estar Social foram identificados. Titmuss (1968, 1974) definiu três regimes teóricos nos quais se encaixavam alguns países, com pequenas variações, de acordo com três critérios: i) a combinação entre a ação pública e privada na promoção do bem-estar, ii) o nível de desmercantilização, que se refere ao grau de independência promovido em relação aos ganhos de mercado para realização do bem-estar e iii) a forma de modificação da estratificação social promovida pelo conjunto de instituições de bem-estar.

O primeiro regime se referia ao Regime de Bem-Estar de Políticas Sociais Residuais, baseado no princípio de subsidiariedade, onde as famílias e o mercado são os fornecedores naturais de bem-estar, e a intervenção estatal deve acontecer quando eles falharem. Nesse regime devem ocorrer níveis mínimos de gastos sociais e as políticas públicas são seletivas, desenhadas apenas para complementar as falhas não sistemáticas das famílias e do mercado no atendimento às necessidades básicas dos indivíduos ou grupos específicos. O segundo regime, denominado Regime de Bem-Estar baseado no Desempenho Industrial, se comprometia em garantir a segurança social fornecida pelo mercado, baseada no mérito/desempenho do trabalho e na produtividade, sendo as intervenções

necessárias quando observadas falhas de mercado. A distribuição dos recursos, nesse regime, se daria de acordo com a distribuição das recompensas do mercado. O último regime identificado por Titmuss foi o Regime de Bem-Estar Institucional e Redistributivo, baseado nas necessidades sociais, atribuindo papel central às instituições de bem-estar na provisão de serviços universais de segurança social. Neste regime, o processo de distribuição seria progressivo, respeitando as necessidades sociais.

O autor ainda relacionou cada um desses regimes a um sistema político. O primeiro estaria associado aos sistemas políticos mais liberais, com elevada provisão privada e um baixo grau de desmercantilização, ou seja, alta dependência do trabalho para garantir acesso à segurança social. O resultado seria uma sociedade onde ocorre individualização dos riscos sociais, polarização e desigualdades presentes. Ao segundo modelo, Titmuss associa os regimes políticos conservadores-corporativistas, onde há forte provisão pública dos serviços necessários para um Estado de Bem-Estar e um nível intermediário de desmercantilização; nestas sociedades haveria coletivização dos riscos. O último Regime de Estado de Bem-estar Social estaria relacionado aos sistemas políticos socialdemocratas, nos quais existem elevado grau de provisão pública de serviços e políticas para o alcance do bem-estar social, desmercantilização e universalismo. Nas sociedades com estas características ocorreriam socialização dos riscos e promoção da universalização do bem-estar social.

Know, Mkandawire e Palme (2009), fazendo uma análise das constituições de Estados de Bem-Estar Social em países em desenvolvimento, destacaram uma diferenciação nos Regimes de Bem-Estar Social que ocorriam na América Latina e na Ásia, em relação aos modelos Europeus e de outros países do hemisfério norte explorados por Titmuss. Por contar com um cenário de desenvolvimento tardio, os países latinos e asiáticos desenvolveram ao longo do século XX um modelo de utilização de políticas sociais dentro de um projeto desenvolvimentista executado pelo Estado. Os Regimes de Bem-Estar Social nessas regiões traziam traços dos regimes identificados por Titmuss, mas estavam muito mais próximos daqueles observados na Inglaterra e na Alemanha de Bismark do século XIX, ou seja, se dividiam entre Regimes de Bem-Estar Social Seletivos e Inclusivos, com uma característica comum: a promoção do aumento da capacidade produtiva e do crescimento econômico por meio da promoção de políticas sociais, e uma diferença entre eles: o foco dessas políticas sociais, enquanto os regimes seletivos focavam em grupos específicos, como os trabalhadores de carteira assinada, os regimes universalistas se utilizavam de políticas com poucas ou nenhuma restrição de grupos ou classes sociais.

3.1 O caso brasileiro

Know, Mkandawire e Palme (2009), Draibe e Riesco (2007) afirmam que os primeiros trinta anos do desenvolvimento nacional brasileiro, que se estende de 1930 a 1960, são um exemplo do Regime de Bem-Estar Social Seletivo, muito semelhante a trajetória da Alemanha de Bismark. O projeto de desenvolvimento nacional, iniciado pelo regime autoritário de Getúlio Vargas, focalizou a proteção social dos trabalhadores públicos, se estendendo aos trabalhadores industriais e comerciais progressivamente, mantendo o atendimento das elites agrárias e urbano-industriais, deixando de fora grande parte da população. As causas não vinculadas ao trabalho, como saúde pública, saneamento, educação e habitação, tiveram uma evolução mais lenta.

Segundo os autores, esse modelo foi utilizado para satisfazer as necessidades sociais dos trabalhadores e, também, como forma de afirmação do poder do Estado Central, assegurando a reprodução da força de trabalho e estabelecendo um estado de paz social. Condições necessárias para execução de um projeto desenvolvimentista.

Considerando a classificação de Titmuss, Kerstenetzky (2012) divide a associação entre o Regime de Bem-Estar Social e o projeto de desenvolvimento brasileiro em três períodos. A primeira fase, que se estende de 1930 a 1964, se caracteriza pelo Regime de Bem-Estar Corporativista, na qual ocorreu a estruturação e a implantação das legislações trabalhistas e previdenciárias, de forma inercial até 1946 e, depois, até 1964, de maneira incremental. A partir de 1964 se inicia o segundo período, se estendendo até 1984. Este período, denominado pela autora de Regime de Bem-Estar Social do Universalismo Básico, foi marcado pela unificação e extensão da cobertura previdenciária para estratos sociais antes excluídos e pela criação de um segmento de saúde privado, simultaneamente, a um segmento público voltado para os indivíduos que não eram cobertos pelo sistema contributivo e privado.

O último período, que se iniciou com a promulgação da Constituição de 1988 e se estende até os dias atuais, foi chamado de Regime de Estado de Bem-Estar Social Cidadão. Assim, o Estado de Bem-Estar Social, anteriormente atrelado ao trabalho com cobertura residual aos pobres, dá lugar a um Estado de Bem-Estar que compreende todos os cidadãos como de igual direito. A proposta era de intensificação e universalização do bem-estar, por meio da ampliação da cobertura e uniformização dos benefícios e serviços, criando um mínimo social para a seguridade, igualando o ponto de partida para todos os brasileiros, independente da inserção no mercado de trabalho. A Constituição de 1988

assegurou uma série de novos direitos sociais, que, uma vez garantidos, aproximaram as realizações do Regime de Bem-Estar vigente ao Regime de Bem-Estar Social do sistema político socialdemocrata, em direção alternativa à do universalismo básico e à do bem-estar corporativo dos períodos anteriores.

O período foi marcado pela institucionalização da assistência social, extensão da cobertura previdenciária aos não contribuintes (universalização do acesso ao meio rural), pela criação do Sistema Único de Saúde, pela universalização da educação fundamental e média, pelo aumento da participação e controle social, pela política de valorização do salário-mínimo, pela descentralização das políticas sociais com garantia de repasses e de capacidade arrecadatória própria para os níveis subnacionais e pela introdução do critério *per capita* para o repasse de recursos. Estes dois últimos acontecimentos permitiram o avanço das políticas de gastos sociais que, entre 1988 e 2008, praticamente triplicaram, crescendo duas vezes mais rápido que o Produto Interno Bruto (PIB) e a população, chegando a 20% do PIB em 2008, contra 9,2% no período militar, e a máxima de 3% no período anterior a 1964 (KERSTENETZKY, 2012).

Apesar dos avanços propiciados pela redemocratização e pela ampliação dos direitos sociais, nos últimos anos essa trajetória tem sido prejudicada pelos efeitos da crise econômica iniciada em 2008. As políticas de ajuste fiscal e as reformas nas políticas sociais resultaram na retração da capacidade de promover bem-estar social por meio de políticas públicas. Segundo o economista Milá (2017), as medidas de ajuste fiscal do governo do presidente Michel Temer tendem a elevar ainda mais a desigualdade no Brasil.

4 COMO SE EXPRESSAM AS DIFERENÇAS? AS DEFINIÇÕES DE EQUIDADE E IGUALDADE

Apesar do surgimento e do desenvolvimento do ideal de implantação de um Estado de Bem-Estar Social equitativo e universal promovido, principalmente, pelo Estado, a crise econômica mundial iniciada a partir da década de 1970, de diversas maneiras, freou a continuação desse perfil de desenvolvimento socioeconômico guiado pelo Estado. Os países passaram a enfrentar crises fiscais, déficits e tomar medidas de contenção. Discursos que ressaltavam a importância da eficiência ganharam mais espaço e visibilidade desde então. Este foi o cenário que deu lugar às ideias neoliberais, tanto na política e na economia, quanto na ciência. Um expoente dessa discussão foi o surgimento da hipótese do *trade-off* entre crescimento e redistribuição, ou, eficiência e equidade, elaborada por Okun (1975), e ilustrada pela ideia do “balde furado” que afirmava que os gastos públicos

sociais são um fardo que impedem o crescimento e o desenvolvimento econômico, pois, desestimulam o trabalho e tornam o Estado perdulário num momento de crise (KERSTENETZKY, 2012).

O trajeto histórico dos modelos de bem-estar social demonstra a guinada a partir do período de crise e recessão da segunda metade do século XX, de políticas de equidade baseadas em igualdade universal para uma política compromissadas com os padrões de vida mínimos. O maior exemplo desse acontecimento ocorreu no Reino Unido que, até o governo de Margaret Thacher, em 1979, utilizava um modelo de bem-estar social baseado na universalidade da prestação de serviços a fim de promover equidade entre contribuintes e não contribuintes, população urbana e rural, e assim por diante, mas a partir da década de 1980 mudou seu projeto de assistencialismo e saúde pública, aproximando seu Estado de Bem-Estar ao de países historicamente compromissados com padrões mínimos, como os Estados Unidos (KERSTENETZKY, 2012).

Para compreender as diversas propostas de Estado de Bem-Estar Social, as semelhanças e diferenças entre eles e a relação que estabelecem com os determinantes sociais, é fundamental que sejam esclarecidos dois conceitos: o de *equidade* e o de *igualdade*. Wagstaff *et al.* (1989) demonstraram a dificuldade de definir esses termos, por se tratarem de conceitos complexos, associado à justiça social. Segundo os autores, *equidade refere-se a uma distribuição segundo aquilo que é considerado socialmente certo e justo*, e *igualdade refere-se a uma distribuição segundo as necessidades dos indivíduos*. Outros dois autores merecem destaque nesse debate que relaciona equidade e igualdade ao senso de justiça social, e apresentam perspectivas com pressupostos distintos: John Rawls e Amartya Sen.

Rawls (1997, 2003) desenvolveu um conceito chamado axioma *Maximin*, a partir do qual crítica a noção utilitarista de que a alocação de recursos mais justas numa sociedade é aquela que soma as utilidades dos indivíduos, sendo a alocação preferida a que é capaz de maximizar a utilidade dos envolvidos. O autor propõe uma teoria da justiça pautada na equidade, de forma que a soma das utilidades individuais é substituída por uma regra baseada na hierarquia da condição social dos indivíduos. Nessa teoria a alocação mais justa é aquela que tem capacidade de aumentar o nível de utilidade dos indivíduos em piores condições de vida. Como utilidade é uma medida subjetiva, e é difícil empregá-la para direcionar decisões distributivas, Rawls considera que a utilidade é equivalente ao consumo.

Rawls parte de uma situação hipotética inicial, na qual existe uma posição de igualdade entre todos, ignorando o conhecimento sobre contingências que resultam em disparidades entre os indivíduos, como a posição social, a situação de classe e os atributos e talentos naturais. Ele chama essa conjuntura de “véu da ignorância” e garante que todos os participantes estejam na mesma situação, evitando que os indivíduos se orientem pelos seus preconceitos e estabeleçam princípios que beneficiem sua situação particular. Para atingir tal condição, as instituições – especificadas pelo autor como constituição política e principais acordos econômicos e sociais – desempenham papel fundamental, uma vez que constituem a estrutura básica da sociedade e, dependendo da forma de sua constituição, podem ou não ocasionar desigualdades profundas ao favorecerem certas circunstâncias, como posições sociais diferentes, que não são justificadas por mérito ou valor.

Sen (2011) faz uma crítica a Rawls e apresenta uma abordagem cujos princípios de justiça não são definidos apenas com relação às instituições, mas concentram-se na vida e na liberdade dos indivíduos. Segundo o autor a justiça não deve se limitar à escolha das instituições e à definição de arranjos sociais ideais, mas depende também das realizações e capacidades dos indivíduos. Para ele, as instituições não são manifestações da justiça e nem são invioláveis. Assim, os indivíduos desempenham papel primordial sobre a promoção da justiça à medida que apresentam capacidades diferentes de buscar seus objetivos. Diminuir as desigualdades significa considerar que existe uma diversidade de características pessoais como, idade, sexo, propensão a doenças, e, também, capacidades externas, como o patrimônio disponível, o ambiente social e outros, que interferem na capacidade dos indivíduos de realizarem estados e ações que, por sua vez, constituem a sua liberdade para alcançar objetivos que consideram valiosos.

Breilh (2010) traz uma outra abordagem semelhante a esta expressa por Sen (2011), ao correlacionar equidade, classes sociais e capacidades sociais. Ele diferencia equidade/iniquidade de igualdade/desigualdade identificando o primeiro par como o resultado dos contrastes de poder econômico, social e cultural existentes na formação de uma sociedade, que pode resultar ou não na acumulação histórica do poder, dependendo da existência de um processo de apropriação das condições que dão acesso a ele por uma classe dominante, já o segundo par se refere a expressão visível da presença da iniquidade, ou sua ausência, por meio da repartição dos bens ou do acesso aos serviços disponíveis nessa sociedade, que pode ser justa ou injusta.

Além desta vertente que atrela equidade e igualdade ao senso de justiça social, existe uma outra que afirma que equidade pode significar apenas a garantia de *padrões*

de vida mínimos, ou seja, garantir que ninguém se encontre abaixo de um nível mínimo especificado – de pobreza, fome ou saúde. Sugden (1983) e Le Grand (1987) fazem uma ressalva a esta discussão e que é bem inserida no contexto de austeridade. Segundo os autores, é importante distinguir “*equidade expressa por igualdade*” e “*equidade expressa por padrões de vida mínimos*”. Enquanto a primeira definição tem por objetivo *a eliminação completa das desigualdades*, as políticas de padrão mínimo se comprometem com *a extinção da pobreza*.

Evidentemente, nos países muito pobres a pobreza absoluta tem um papel fundamental na determinação das diferenças sociais. Num ambiente como este, o estabelecimento de padrões de vida mínimos para o combate da pobreza é um começo para redução das diferenças sociais. Entretanto, nos países emergentes, como o Brasil, as desigualdades relativas, não apenas da renda, mas também nas demais condições de vida, têm importância crescente, sem que as diferenças absolutas deixem de ser importantes. Este cenário exige mais do que o estabelecimento de padrões de vida mínimos para o combate das desigualdades e iniquidades, é preciso estabelecer um princípio de igualdade baseado no conceito de cidadania e justiça social, segundo o qual todos os indivíduos são iguais, tendo, portanto, os mesmos direitos (NUNES *et al.*, 2001)

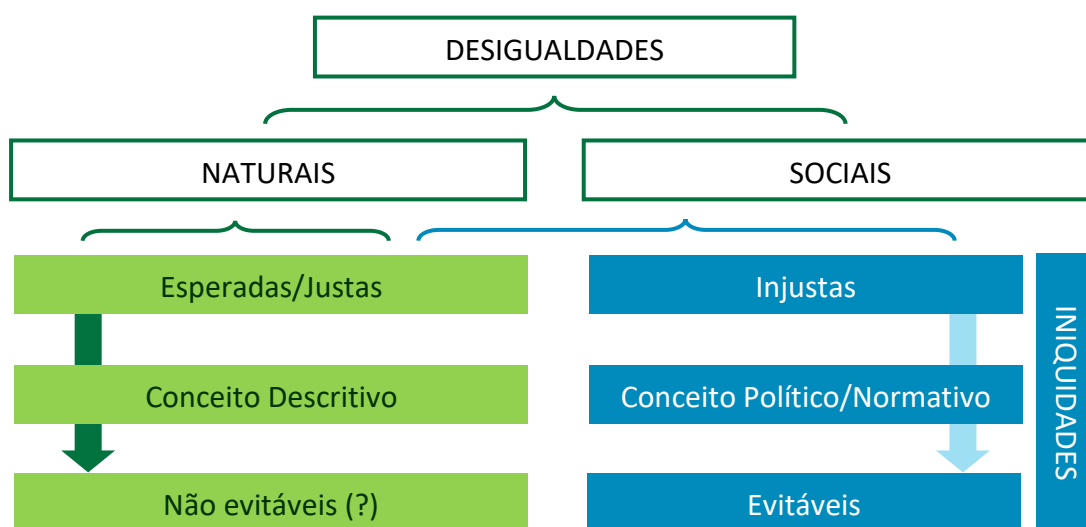
Barros e Sousa (2016), discutindo estes conceitos de igualdade, equidade e cidadania, afirmam que, *igualdade está relacionada ao princípio de universalidade das regras de distribuição*, ou universalidade da justiça social, enquanto *equidade está relacionada aos direitos difusos e coletivos*, conhecidos como direitos da terceira geração³. Difusos porque sua titularidade não é clara, pois envolvem tanto os interesses públicos como os privados, e coletivos porque buscam atender as necessidades comuns ao conjunto dos indivíduos de toda sociedade. Segundo os autores, *as desigualdades sociais podem ser associadas a identificação de situações que envolvem algum grau de injustiça* que coloca o indivíduo em relação ao grupo, ou um grupo em relação a outro, em situação de desvantagem na garantia do seu bem-estar e as *iniquidades, por sua vez, se referem as diferenças que não são só injustas, mas também, evitáveis*. Silva e Barros (2002), elaboraram um esquema para melhor compreensão desses conceitos, apresentado na Figura 1.

Portanto, é possível compreender que não se pode dissociar equidade e igualdade do princípio de justiça social. No entanto, cada conceito possui suas particularidades, já que, nem toda desigualdade constitui uma iniquidade no sentido de injustiça, ou seja,

3 Os direitos de primeira geração seriam aqueles relacionados aos direitos individuais civis e políticos e os da segunda geração são os direitos sociais e econômicos (BARROS; SOUSA, 2016)

como Sen (2011) afirma, existem desigualdades naturais ou justas, atribuídas as diferenças de idade, gênero ou genéticas, que são esperadas e estão associadas as necessidades dos indivíduos. As iniquidades, por sua vez, além de estarem associadas ao senso de justiça, possuem um caráter de evitabilidade, pois são geradas por diferenças socialmente injustas e que podem ser superadas, condições relacionadas à estratificação social e à diferença de oportunidades que são oferecidas aos indivíduos pelo meio ao qual estão limitados.

Figura 1 – Esquema das Desigualdades



Fonte: Silva e Barros (2002).

Estes serão os conceitos utilizados neste trabalho: que as desigualdades contem diferenças que são justas/esperadas e diferenças que são injustas, segundo a distribuição dos recursos e oportunidades de acordo com as necessidades dos indivíduos; que as iniquidades se referem as diferenças que não são somente injustas, mas também, evitáveis; e que ambos os conceitos estão relacionados à justiça social e a universalização das oportunidades.

5 OS EFEITOS DAS CRISES ECONÔMICAS SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Segundo o Banco Mundial (2016), no Brasil, enquanto as medidas governamentais tomadas após o primeiro choque em 2008 parecem ter atenuado o efeito das crises no curto prazo, após 2011, com o contínuo declínio nos preços das commodities, a economia brasileira começou a se contrair e isso é algo preocupante para manutenção o desenvolvimento não só econômico, mas também, para o desenvolvimento social.

Segundo Galbraith (1992):

A característica básica de uma recessão ou depressão é a redução, quaisquer que sejam os motivos, do fluxo da demanda efetiva – poder aquisitivo – por bens de capital e por bens e serviços de consumo. O resultado é um retraimento da produção e do nível de emprego, com um efeito cumulativo à medida que empresas e consumidores tentam se adaptar ao arrocho do seu poder aquisitivo (GALBRAITH, 1992, p. 54).

Stuckler e Basu (2013) e Labonté e Stuckler (2015) fizeram uma revisão das consequências das crises econômicas e da adoção de medidas austeras e os resultados sobre as políticas de assistência social, o Estado de Bem-Estar Social e a recuperação do crescimento econômico, e não se basearam somente nas experiências europeias pós-2008, como também sobre os acontecimentos da Grande Depressão de 1929 e outras crises que aconteceram ao longo do século XX, comparando países que utilizaram políticas austeras e países que preservaram as políticas de proteção social. Seus estudos concluíram que, em momentos de crise econômica, as principais consequências sociais foram a perda do emprego e o aumento do desemprego provocam perdas financeiras e o endividamento das famílias, levando ao empobrecimento, ao aumento dos divórcios e da violência. Associadas à insegurança quanto à manutenção do emprego, perceberam a piora nos índices de saúde mental, com elevação da incidência e prevalência de ansiedade, depressão, estresse e abuso de álcool e outras drogas.

Historicamente, mesmo em momentos de crise econômica, afirma Kerstenetzky (2012) medidas de austeridade não foram tomadas em diversos países. Durante as décadas de 1970 e 1980, quando muitos países entraram recessão, eles mantiveram seus programas de proteção social por meio de déficits e aumento da dívida pública. Mesmo não sendo a causa da crise, o Estado de Bem-Estar Social contribuiu para sua acentuação. Nesse período, a taxa de crescimento dos gastos sociais como percentual do PIB cresceu entre 7% e 10% ao ano em termos reais, e os gastos com saúde, educação e aposentadorias chegavam a 80% dos recursos sociais públicos nesses países (KERSTENETZKY, 2012). O orçamento social proporcionou a universalização do Estado de Bem-Estar para além dos pobres, a classe média, além de provedora, se tornou ampla consumidora dos serviços universais nos momentos de crise.

Vieira (2016) aponta como principais conclusões de seu estudo o fato de que as crises econômicas podem agravar os problemas sociais e aumentar as desigualdades sociais, podem piorar a situação de saúde da população, que as medidas de austeridade fiscal que estabelecem a redução dos gastos com programas de proteção social agravam os

efeitos da crise sobre a situação de saúde, em particular, e as condições sociais, de forma mais geral, e que a preservação dos programas de proteção social é uma medida importante para proteção da população e para a retomada do crescimento econômico em mais curto prazo.

6 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão sobre a história do surgimento do conceito de Estado de Bem-Estar Social e evidenciar como períodos de crise têm prejudicado seu desempenho em países que adotam políticas austeras em relação aos países que decidem manter suas políticas de assistência, por meio dos resultados observados nas décadas de 1970 e 1980 e, mais recentemente, nos 10 anos que se passaram desde a crise de 2008.

O primeiro Estado de Bem-Estar Social data do século XIX, na Alemanha de Otto von Bismark; no qual era considerado cidadão aquele que desempenhasse atividade formal. Na Inglaterra, início do século XX, surgiu uma nova forma de assistência com o objetivo de redução das disparidades, dando início ao Estado de Bem-Estar Social Universalista, contrastando o Assistencialismo alemão. Mas a consolidação do conceito e a pluralidade de formatações se deu no período pós guerra nos países em reconstrução e países subdesenvolvidos, se aproximando de estados restritivos ou programas universalizados, mas com uma característica comum: o Estado como centralizador das atividades de assistência social.

Esse foi o cenário até 1970, quando a recessão intensificou o uso de estratégias concentradoras e excludentes. Diferenças políticas e ideológicas do período de crescimento do liberalismo avivaram duas discussões: racionalização dos recursos e promoção de justiça social pela universalização dos serviços públicos. Apesar da retomada do crescimento econômico e social na década de 1990, o Estado de Bem-Estar Social vem vivendo constantes ameaças e, a partir da crise de 2008, as duas discussões voltaram ao foco, provocando a preocupação de órgãos internacionais como a ONU e o Banco Mundial, que passaram a alertar os países sobre as consequências da combinação de austeridade e crises sobre às condições de vida.

Políticas de ajuste fiscal e reformas nas políticas sociais têm provocado retração da capacidade de promover bem-estar social, elevando ainda mais a desigualdade. Em

alguns países, mesmo em momentos de crise, medidas de austeridade não foram verificadas. Nas décadas de 1970 e 1980, muitos países entraram recessão e mantiveram os programas de proteção social por meio de déficits e aumento da dívida. A taxa de gastos sociais crescia em termos reais. Isso proporcionou a universalização do bem-estar para além dos pobres, a classe média, se tornou ampla consumidora dos serviços universais em momentos de crise.

Barr (2001) afirma que mesmo numa sociedade igualitária, o Estado de Bem-Estar é necessário, e isso se deve a existência de riscos e incerteza nas economias de mercado. Riscos e incertezas como desemprego e inflação, riscos médicos não assegurados por seguros privados, baixa capacidade de consumo ou de investimento privado em educação e a pobreza extrema. O *Welfare State* seria capaz de prover a segurança e o crescimento econômico neste cenário. A manutenção de um Estado de Bem-Estar Social não é importante apenas para o desenvolvimento social, a melhoria na qualidade de vida da população, o aumento da capacidade de participação política e econômica. De acordo com os trabalhos de Webb (1909), Beveridge (1942) e vários trabalhos de Titmuss realizados ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, sua manutenção é fundamental para a promoção do desenvolvimento e estabilização econômica e para um crescimento sustentado. Estes trabalhos indicavam que a redistribuição promovida pelo Estado é a responsável por esses efeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. G.; MORAIS NETO, O. L. D. Trends in premature mortality due to chronic non-communicable diseases in Brazilian federal units. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 3, p. 641-654, 2015.

BANCO MUNDIAL. Prosperidad compartida y fin de la pobreza en América Latina y el Caribe. Washington: Banco Mundial, 2017.

BARR, N. A. **The welfare state as piggy bank: information, risk, uncertainty, and the role of the state**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001.

BARROS, F. P. C. D.; SOUSA, M. F. D. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 9-18, 2016.

BEVERIDGE, W. Social insurance and allied services - Report by Sir William Beveridge. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 78, n. 6, p. 847-855, 1942.

BREILH, J. La inequidad y la perspectiva sin poder: construcción y del género. **Cuerpos, diferencias y desigualdades**, p. 130-141, 1998.

_____. Las três "S" de la determinación de la vida y el triángulo de la política. **Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde**, p. 19-20, 2010.

DRAIBE, S. M. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. **Hochman G, organizador. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz**, p. 27-64, 2007.

GALBRAITH, J. K. **The culture of contentment**. Boston: Houghton Mifflin Co., 1992.

International Encyclopedia of the Social Sciences. Direção geral de David L. Sills e Robert K. Merton. Detroit: Gale, 1961.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado do bem-estar social na idade da razão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KWON, H.-J.; MKANDAWIRE, T.; PALME, J. Introduction: social policy and economic development in late industrializers. **International Journal of Social Welfare**, v. 18, p. S1-S11, 2009.

LABONTÉ, R.; STUCKLER, D. The rise of neoliberalism: How bad economics imperils health and what to do about it. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 70, n. 3, p. 312-318, 2016.

LE GRAND, J. Equity, health, and health care. **Social Justice Research**, v. 1, n. 3, p. 257-274, 1987.

MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; ANDRADE, C. L. Federal funding of health policy in Brazil: trends and challenges. **Cad Saúde Publica**, v. 30, n. 1, p. 187-200, 2014.

MILÁ, M. Income Inequality, Growth and Elite Taxation in Brazil: New Evidence Combining Survey and Fiscal Data, 2001–2015. **IPC-IG Working Paper. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth (forthcoming)**, 2017.

MÚJICA, O. J.; VÁZQUEZ, E.; DUARTE, E. C.; CORTEZ-ESCALANTE, J. J.; MOLINA, J.; DA SILVA JUNIOR, J. Socioeconomic inequalities and mortality trends in {BRICS}, 1990-2010. **Bull. World Health Organ.**, v. 92, n. 6, p. 405-412, 2014.

NUNES, A.; SANTOS, J. R. S.; BARATA, R. B.; VIANNA, S. M. Medindo as desigualdades em saúde no Brasil. **Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2001.

OCKÉ-REIS, C. O. **A constituição de um modelo de atenção à saúde universal: Uma promessa não cumprida pelo SUS?** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2009.

OKUN, A. M. **Equality and Efficiency: The Big Tradeoff**. Editora A Brookings Classic, 1975.

RAWLS, J. **Justice as fairness: a restatement**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997.

- _____. **A theory of justice**. Original. Cambridge, Mass.: Belknap Press, 2003.
- SEN, A. Why health equity?. **Health Economics**. n. 11, p.659-666, 2002.
- _____. **A ideia de justiça**. Editora Companhia das Letras, 2011.
- SILVA, J. B. D.; BARROS, M. B. A. Epidemiologia e desigualdade: notas sobre a teoria e a história. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 12, p. 375-383, 2002.
- STUCKLER, D.; BASU, S. The Body Economic: Why Austerity Kills. **The New York Times**, 2013.
- SUGDEN, R. **Who cares?: an economic and ethical analysis of private charity and the welfare state**. London: Institute of Economic Affairs, 1983.
- VIEIRA, F. S. **Crise econômica, austeridade fiscal e saúde: que lições podem ser aprendidas?.** IPEA: Texto para Discussão. 2016.
- WAGSTAFF, A. Poverty and health sector inequalities. **Bulletin of the world health organization**, v. 80, p. 97-105, 2002.
- WEBB, B. The report of the poor law commission. **Public Health**, v. 22, n. C, p. 197-198, 1908.
- ZIMMERN, A. OLIVER WENDELL HOLMES COLLECTION (LIBRARY OF CONGRESS). **Quo vadimus?: a public lecture delivered on 5 February, 1934**. London: Oxford University Press, Humphrey Milford, 1934.

ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER¹

Rúbian Corrêa Coutinho ²

Fabiana da Cunha Saddi ³

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre a violência de gênero e suas especificidades, as políticas públicas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no contexto atual, seu conceito e como é gestada e implementada. Apresenta ainda, a necessidade de implementação de uma rede de atendimento multiprofissional qualificada que permita a mulher romper o ciclo da violência, tendo os agentes comunitários de saúde como uma importante política pública preventiva.²

Palavras-chave: mulheres, agentes comunitários de saúde, violência doméstica, políticas públicas, lei maria da penha.

ABSTRACT

This study deals with gender violence and its specificities, public policies in the face of domestic and family violence against women in the current context, its concept and how it is conceived and implemented. It also presents the need to implement a qualified multiprofessional care network that allows women to break the cycle of violence, with community health agents as an important preventive public policy.

Keywords: women, community health agents, domestic violence, public policy, maria da penha law.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher é complexo e assola uma boa parcela da população mundial. Segundo Presser (2008, p.57) a violência de gênero é um fenômeno que se encontra em todos os espaços sociais, não respeita fronteiras de classe social, etnia, religião, idade ou escolaridade. Saffioti (1999, p.88) aponta que ao ocorrer a violência doméstica numa relação afetiva, a ruptura necessita de intervenção externa, pois, é difícil para mulher sair da relação sem o auxílio externo. “Até que isto ocorra, descreve com uma trajetória oscilante, movimentos da saída da relação e de retorno a ela”.

Conforme a pesquisa denominada “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” realizada em 2016, pelo Instituto Data Folha juntamente com Instituto Avon, a ONG Canadá 150 e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, temos o seguinte diagnóstico:

¹ Versão preliminar do Capítulo nº1 da Dissertação de Mestrado.

² Mestranda com o Projeto “Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como Política Pública no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais. E-mail: rubian.coutinho@gmail.com.

³ Mestra, Doutora e Pos-doc em Ciências Sociais. Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais. E-mail: fabianasaddi1@gmail.com.

[...] 503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2016; 61% o agressor era conhecido- 19% companheiros - 16% ex-companheiros; 12 milhões sofreram ofensa verbal; 4% 1,9 milhão sofreram ameaça com faca ou arma de fogo- 3% 1, 4 milhões sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento.

Devido aos índices recentes e alarmantes, realizar pesquisas nesta área como se pretende é muito importante, bem como o fomento de espaços de discussão são necessários, pois possibilitam o alcance de resultados mais eficazes no que tange à políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

A proposta de pesquisa visa investigar e refletir sobre a eficácia da rede de atenção à saúde que é outra importante porta de entrada, sendo uma das áreas fundamentais na estruturação de uma política pública de prevenção e combate à violência contra a mulher, considerada também um problema de saúde pública.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o acesso universal da saúde e a garantia de políticas públicas sociais e econômicas, a organização de um Sistema Único de Saúde, o que propiciou em 1991 a criação do Programa de Agentes Comunitárias de Saúde.

O Agente Comunitário de Saúde estabelece a ligação entre as famílias e o serviço de saúde, pois visita cada domicílio pelo menos uma vez por mês, também realiza o mapeamento de cada área, faz o cadastramento das famílias e estimula os saberes da comunidade para práticas que proporcionem melhores condições de saúde e de vida, logo tem um papel fundamental nas ações básicas de saúde é um agente transformador de saúde.

Como instrumento de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher surgiu a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Maria da Penha, que estabeleceu como primordial o desenvolvimento de políticas públicas preventivas, logo temos que a atuação dos agentes comunitários de saúde encontra-se inserida nesta perspectiva e merece um maior investimento do governo.

Considerando que a Unidades de Saúde da Família (USFs) contam com profissionais que vivenciam os problemas da comunidade e mantém vínculo com os moradores, acredita-se que podem ser grandes aliados na identificação e na prevenção à violência contra a mulher, bem como na assistência às vítimas, pois constituem a porta de entrada do sistema de saúde.(BROCH et. al, 2011, p.3744)

Na vivência profissional junto à 63ª Promotoria de Justiça em Goiânia, com atribuição perante o 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, percebemos a necessidade de se buscar formas preventivas mais eficazes, que possam propiciar à mulher o reconhecimento da situação de violência em que se encontram, sentirem-se acolhidas, apoiadas e fortalecidas para tomarem atitudes de ruptura.

Os agentes comunitários de saúde residem na região onde trabalham, conhecem seu público de atendimento, assim estabelece o vínculo com a comunidade e com a vítima de

violência, que se sente segura em confidenciar a violência sofria no lar, resulta então, um recurso estratégico extraordinário, bem como ressalta Hesler et. al. (2013, p. 181):

É neste contexto que o trabalho das equipes de Saúde da Família configura-se elemento-chave na identificação de casos de violência na criação de vínculo com mulheres vítimas desses eventos, na estruturação de estratégias de enfrentamento e de ações de prevenção e promoção.

Também serão levantadas quais as estratégias de implementação de políticas públicas de atuação dos agentes comunitários de saúde no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e o que consta na agenda da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia como proposta de atuação dos agentes comunitários de saúde.

Além desses objetivos, visa ainda averiguar a atuação dos agentes comunitários de saúde nos bairros de Goiânia, com maior índice de violência doméstica contra a mulher, como política pública preventiva no combate à violência contra a mulher e se esta estratégia de intervenção, promoveu uma redução no índice de violência doméstica e familiar contra a mulher e ajudou na ruptura do ciclo da violência.

BREVE DIGRESSÃO HISTÓRICA

Fazendo uma pequena digressão histórica, temos que no Brasil, na década de 1990 a necessidade de aumentar a celeridade na prestação jurisdicional do Estado, propiciou que entrasse em vigor no Brasil, a Lei nº 9.099/95, que estabelecia penas alternativas para crimes de menor potencial ofensivo e rito processual simplificado, o que levou a uma banalização da violência doméstica do homem contra a mulher.

A inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95 resultou que, em todo país, os movimentos sociais feministas representados por um consórcio de ONGs, se pronunciassem criticando o funcionamento da máquina judiciária e pressionando o Legislativo, através da divulgação de dados e debates via internet e fóruns nacionais, estaduais e locais com discussão ampla sobre a temática. Como resultado dessa mobilização emerge uma nova concepção na sociedade no que se refere ao respeito às diferenças e à promoção da equidade de gênero.

Em meio ao desinteresse do Estado, surge o caso de Maria da Penha Maia Fernandes que mesmo depois de ter sofrido duas tentativas de homicídios com provas e denúncias ofertadas em 1984 pelo Ministério Público até 1998, nenhuma punição havia ocorrido.

Entidades nacionais e internacionais de defesa dos direitos da mulher em 1998 encaminharam denúncia apresentada pela própria Maria da Penha à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), informando a inoperância da Justiça Brasileira.

O Relatório 54/2001 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado Brasileiro, e, estabeleceu diretrizes de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra mulher. Este documento ganhou repercussão internacional e serviu de mote para o restabelecimento da discussão do tema, com participação decisiva dos movimentos sociais de mulheres no processo de elaboração da Lei nº 11.340/06, que trata de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos do §8º do artigo 226 da Constituição Federal e da Convenção de Belém do Pará .

Atualmente, o movimento de mulheres brasileiro tem como preocupação dar efetividade à Lei nº 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, e às suas medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com ampla divulgação favorecida pelos meios de comunicação, esclarecendo a sociedade quanto a questão de gênero, ocupando espaços no cenário político nacional.

A Lei Maria da Penha confere ao Estado a obrigação de atuar e apresenta um conjunto de propostas que podem produzir importantes impactos sociais para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, através de respostas efetivas por meio de políticas públicas voltadas para: a) prevenção; b) atenção; c) proteção; d) punição; e) reeducação, reconhecendo as distintas vulnerabilidades sociais das agredidas.

A Lei Maria da Penha prevê mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelece que os órgãos governamentais deverão atuar preventivamente e também implementar políticas públicas como a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Delegacias da Mulher, Centros de Referência e Casas Abrigos para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Considerando que a finalidade precípua da Lei Maria da Penha é dar a devida proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, principalmente ante aos elevados índices de violência praticada contra a mulher, conforme a pesquisa anteriormente citada, denominada “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” , necessário se faz toda e qualquer ação ou medidas integradas de prevenção, previstas no artigo 8º e seguintes da referida Lei.

Para mulher em situação de violência além das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e Casas-abrigo é preciso disponibilizar outros equipamentos de atendimento, como por exemplo, o centro de referência especializado no atendimento social e psicológico, que servirá de primeiro elo de uma rede específica de atendimento aos outros serviços dos quais ela por ventura venha a necessitar.

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, de 2002, realizado pela Organização Mundial de Saúde, (OMS) de acordo com Campos (2010, p.22), define a violência doméstica

como um fenômeno global e de implicações trágicas não só na vida das mulheres, mas em toda sociedade, sendo um problema mundial de saúde pública e que a violência psicológica e física acontecem juntas em mais de um terço dos relacionamentos.

O Programa de Agentes Comunitárias de Saúde, segundo Fraga (2011, p.6) visava reduzir os índices alarmantes de mortalidade infantil e materna na região do nordeste, cujos resultados positivos levaram ao surgimento em 1994 do Programa de Saúde da Família (PSF), o qual reorientava a estratégia de atenção básica vinculada à comunidade, com uma equipe multiprofissional composta por um(a) médico(a), um(a) enfermeiro(a), um(a) auxiliar técnico(a) de enfermagem e de cinco a seis agentes comunitários(as) de saúde. A proposta do Programa de Saúde da Família é levar às famílias, principalmente, das regiões periféricas das grandes cidades, uma melhor qualidade de vida, por intermédio de visitas domiciliares realizadas pelos agentes comunitários de saúde, responsável por uma Micro-área, sendo que a população não deve ultrapassar a 750 pessoas (BRASIL, 2006, p. 66).

A institucionalização do enfrentamento à violência doméstica no Brasil com a Lei Maria da Penha, que é um grande instrumento de combate à violência contra a mulher, assevera Meneghel et al. (2013, p. 695) que “não há dúvida que a Lei veio para ficar, através dela a violência contra a mulher foi positivada e colocada em pauta como um direito humano fundamental para as mulheres”.

A Lei Maria da Penha estabelece um conjunto de diretrizes, princípios, normas e políticas públicas de proteção, que reforçam a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Entretanto, apesar de alguns avanços, ainda encontra-se precária e dificulta a mulher romper o ciclo da violência, sendo possível a transformação dessa realidade, por meio de ações preventivas realizadas diretamente pelos agentes comunitários de saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar da sociedade moderna romper com as formas tradicionais de sua organização, permitindo uma melhoria na condição das mulheres, adverte Cyrino (2009, p.66) que “ainda persistem na contemporaneidade, relações hierárquicas entre os gêneros em que os homens assumem, na vida social, as posições dominantes e mais valorizadas”.

Nos anos de 1970 os estudos dessa relação hierárquica desigual a que as mulheres estão submetidas, permitiram o surgimento do conceito de gênero como um modo primordial de significar as relações de poder. As pesquisas sobre gênero apontaram várias concepções, como esclarece Farah (2004, p. 48) “a vertente pós-estruturalista, por sua vez, destaca o caráter histórico das diferenças entre os gêneros e a própria construção social da percepção da diferença

sexual”, porém há um consenso mais aglutinador, que segundo Saffioti (1999, p.82) “gênero é a construção social do masculino e do feminino”.

Diante do conceito de Saffioti (1999, p.82) se extrai que a desigualdade embasada no gênero é resultante do patriarcado, sistema de poder vigente na sociedade, que mantém a dominação e exploração de mulheres. Essas opiniões anteriores leva a conclusão de Presser (2008, p. 57) que “dentro da família, as desigualdades produzidas por gênero e idade são as principais determinantes das relações violentas que nela se constituem”.

A violência contra a mulher, por sua vez, é conceituada como qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto no âmbito público como no privado (CLADEN, 2000). Ressalta Barsted (2006, p.54) que a Recomendação nº 19 da CEDAW - Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - em 1992, reconheceu que a violência contra mulher é uma grave forma de discriminação, que reflete e perpetua a subordinação das mulheres e para superá-la, nas esferas pública e privada, exige-se a atuação dos Estados Membros, por meio de medidas legislativas e políticas sociais.

Costa (2006, p.46) afirma que “embora a violência de gênero, de suas formas mais sutis até as mais brutais, esteja muito presente no cotidiano das mulheres, seu combate e prevenção só recentemente passaram a fazer parte da agenda do poder público no Brasil”.

Reforçando opinião, segundo Costa (2006, p. 46) vale lembrar que na década de 1980, o movimento feminista e de mulheres pressionaram o Governo para criar as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, que segundo Almeida et al. (2004, p.39) era uma política pública, destinada a atender “uma população feminina, descontentada pelas rotineiras e privilegiadas ações e políticas do Estado”.

Entretanto, adverte Farah (2004, p.51) que em 1988 as mulheres brasileiras tiveram uma participação efetiva na Assembleia Nacional Constituinte, cujas propostas relativas à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra foram incorporadas à Constituição. Na sequência foi criada em 1º de janeiro de 2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que possuiu status de ministério.

O processo de gestação de políticas públicas para a grande maioria da população brasileira está envolta numa névoa espessa, com mecanismos de formulação e elaboração de difícil compreensão que, segundo Bandeira (2002, p.41), encontram-se atrelados aos interesses privados, em apelos clientelistas que sobrepujam as demandas sociopolíticas.

Apesar dessa estrutura administrativa apresentar-se pouco permeável, explica Sell (2006, p.200) que com a democratização, o Estado Brasileiro criou vários tipos de conselhos, fóruns ou outras instâncias nas quais os movimentos sociais são convidados a participar na

formulação de políticas públicas. Entretanto, Filho (2004, p.79) observa que “a maioria dos Conselhos, hoje, sofre de uma certa apatia, ou, quando muito, apenas corrobora e ratifica decisões encaminhadas pelos representantes do setor público”.

A despeito dessas considerações sobre as dificuldades de mobilização social, para Bars- ted (2006, p.66), a Lei nº 11.340 em 2006 foi sancionada em decorrência dos avanços dos movimentos feministas e de mulheres. Esta lei apresenta-se como um grande instrumento de inclusão social, situa-se no campo das ações afirmativas, como forma de promover a almejada isonomia entre homens e mulheres (CUNHA, et al. 2014, p.45).

Campos (2010, p.21) considera a Lei Maria da Penha como um novo paradigma jurídico, devido sua natureza de político-criminal de gênero. Em sentido contrário Santin (2006) diz que é uma lei discriminatória, visa proteger apenas um segmento de pessoas, ou seja, a mulher, e, a norma deve atingir a todos. Na concepção de Azevedo (2007, p.15), a referida lei não contemplou o paradigma de gênero, pois retirou a mulher da discussão do problema, o que dificulta uma solução satisfatória do conflito.

A socióloga Debert (2007, p.166) aponta como fator de preocupação “é o encapsulamento da violência pela criminalidade e o risco concomitante de transformar a defesa das mulheres na defesa da família.”

A Lei Maria da Penha representa um grande avanço no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, pois abre um leque de possibilidades e estratégias., Conforme Fonseca (2009, p. 975), o sistema de saúde não pode se eximir de enfrentar o problema em virtude dos efeitos causados à saúde da mulher, incluindo todos que fazem parte de sua vida.

Nesta perspectiva, temos que se faz necessário aprofundar o estudo sobre a importância da atuação da equipe que compõem as Unidades de Saúde, que conforme Broch et. al .(2016, p. 3744) “contam com profissionais que vivenciam os problemas da comunidade e mantem vínculo com os moradores, acredita-se que podem ser grandes aliados na identificação e na prevenção à violência contra a mulher”.

A capacitação em violência de gênero, tendo como categoria de análise a relação de submissão imposta pelo homem à mulher, que resulta não só violência física, como também a psicológica, sexual, patrimonial, moral e outras, devem fazer parte da formação dos agentes comunitários de saúde, como também em outros órgãos públicos.

Percebe-se que muitos agentes públicos não estão preparados ou são poucos sensíveis à situação de violência apresentada pela mulher, fazendo com que esta desista de sair do ciclo da violência. Sobre o treinamento e especialização para o atendimento alerta Pasinato (2006, p. 163):

O primeiro atendimento que a mulher recebe tem um papel fundamental sobre as decisões que tomará quanto a permanecer na relação violenta ou buscar novas saídas para sua vida. Para que este atendimento ocorra de forma integral é preciso que todos os funcionários sejam treinados e sensibilizados para as especificidades da violência que se baseia nas diferenças de gênero.

Para Motta (2006, p. 120), no âmbito das políticas públicas, a capacitação e o treinamento adequado aos profissionais que trabalham no atendimento à mulher em situação de violência garantirão um atendimento eficaz, evitando que ocorra a violência institucionalizada, que são situações constrangedoras sofridas pela mulher no momento em que esta decide recorrer aos serviços de proteção oferecidos pelo Estado.

Com a finalidade de evitar a violência institucionalizada, as práticas educativas no que tange à noção de violência de gênero para os agentes públicos devem ser uma constante, o que garantirá um atendimento ético, sem preconceitos e humanizado à mulher em situação de violência.

O desafio para atuação do poder público é construir instrumentos de ação que cheguem ao cotidiano das mulheres, por meio de uma política que amplie o atendimento direto, aumente substancialmente o número de portas de entrada e construa uma inter-relação e coordenação das diversas áreas de atenção, estabelecendo uma lógica integrada entre prevenção e atendimento. (COSTA et al. 2006, p. 61).

Como visto anteriormente, a estratégia de um atendimento qualificado pelos agentes comunitários de saúde desponta como uma possibilidade inovadora e eficaz se houver atenção e investimento na formação desses agentes públicos. Neste sentido, complementa Lira et al. (2012, p. 928):

O vínculo que os profissionais desse modelo de atenção constroem com a comunidade aproxima-os de cada integrante das famílias, criando um espaço de acolhimento e confiança para as usuárias relatarem situações de violências vividas em casa.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar que alguns autores que se dedicam a estudar as ações estratégicas de atenção primária à saúde, exercida pelos agentes comunitários de saúde, percebem como fatores impeditivos para o bom desempenho de suas atribuições junto às famílias, “a falta de limites em suas atribuições; condições precárias; obstáculos na relação com a comunidade e equipes; fragilidade na formação profissional e burocratização” (ALONSO, et al. p. 1).

Em relação às dificuldades também conclui Pedraza (2017, p. 103):

O ACS atua, também, em tarefas burocráticas que descaracterizam suas atribuições e podem prejudicar o seu desempenho. É importante que o agente não assuma tais responsabilidades de forma que sua atuação corresponda às expectativas sobre ele depositadas. Sugere-se a adoção de medidas que possam potencializar o trabalho do ACS como a inclusão de pessoal administrativo nas equipes de saúde, capacitação, educação permanente e sensibilização sobre a importância do desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos de forma adequada.

Tal situação reforçou outro aspecto verificado na pesquisa de Hesler (2013, p. 185) que há comprometimento dos agentes comunitários de saúde no que se refere à atenção as mulheres vítimas de violência, todavia, “ suas ações não têm se traduzido em práticas efetivas para enfrentar esse problema”, ao final arremata que “o setor saúde não incorporou a violência contra as mulheres como desafio de recriar , por exemplo, a compreensão de gênero”.

Mesmo que se considerem essas ponderações relacionadas às dificuldades dos agentes comunitários, existem fatores favoráveis a considerar, como bem verificou Fraga (2011, p.22) “o Agente Comunitário de Saúde torna-se a “alma” do Programa de Saúde da Família, pois é através dele que os demais profissionais que integram a equipe de saúde conhecem os usuários e o campo de trabalho”, podendo desta forma estabelecer estratégias mais adequadas.

Diante das considerações acima apontadas, verifica-se que a implementação e o fortalecimento de políticas públicas preventivas, como o trabalho dos agentes comunitários de saúde, são essenciais para garantir mecanismos de atenção e proteção à mulher em situação de violência doméstica, evitando que ocorra sua revitimização diante dos deficitários serviços que fazem parte da rede de atendimento.

METODOLOGIA

O caminho que será trilhado para o desenvolvimento do presente projeto de pesquisa adotará estratégias de investigação; levantamento de material bibliográfico e documental, aplicação de questionários, entrevistas, portanto, temos inicialmente aplicação dos métodos de pesquisa classificados como exploratória e descritiva.

Para essa abordagem segundo Mendonça et al. (2003, p.73) a pesquisa exploratória “é o primeiro passo de todo trabalho científico. Sua finalidade é obter maiores informações sobre determinado assunto, com o objetivo de delimitar o tema de um trabalho, definir seus objetivos, formular hipóteses, descobrir um novo tipo de enfoque.” Também adverte o autor que a pesquisa exploratória além de ser preparatória para outro tipo de pesquisa, na maioria dos casos, ela utiliza-se da técnica da pesquisa bibliográfica.

Em relação à pesquisa descritiva, Gil (2010, p. 28) esclarece que “são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc.” Segundo Mendonça et al. (2003, p.73) “é a técnica padronizada da coleta de dados realizada pela observação sistemática e do uso de questionários”. Comenta Mendonça et al. (2003, p.73) que não se pode pensar em métodos e tipos de pesquisa isolados uns dos outros, a complementariedade entre ambos é necessária para atender a complexidade das investigações científicas.

A coleta de documentos, ainda a ser elaborada, ocorrerá na 63ª Promotoria de Justiça de Goiânia, Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e na Delegacia Especial da Mulher da Capital, na Secretaria da Mulher do Estado de Goiás e Secretaria da Mulher do Município de Goiânia, Secretaria Municipal de Saúde e Unidades de Saúde Básicas de Goiânia, e outros órgãos que se fizerem necessários durante a coleta, que venham a enriquecer com informações necessárias a pesquisa.

O levantamento bibliográfico será realizado em bibliotecas locais, livrarias, Internet, centros de referenciamento e documentos em organizações femininas. Esta pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer a visão predominante e facilitar na análise dos dados apurados no Juizado Especial da Mulher e a Delegacia Especial da Mulher, confrontados com documentos e as entrevistas realizadas com os responsáveis dos órgãos do Estado e Município.

A pesquisa será qualitativa e quantitativa, sobre a primeira esclarece Minayo (2012, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Quanto à pesquisa quantitativa ensina Mendonça et al. (2003, p.74) que “tem por objetivo traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, utilizando-se de recursos e técnicas estatísticas.

Todavia, esse enfoque misto da pesquisa é possível, pois para Minayo (2012, p.21) “os dois tipos de abordagem e os dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.”

Como instrumentos de coleta de dados serão utilizados o questionário e a entrevista, tendo esta como objetivo principal segundo Lakatos et al. (p. 198) a “obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”, ela será padronizada ou estruturada porque seguirá um roteiro previamente estabelecido. Quanto à pesquisa quantitativa será utilizado apenas o formulário, com perguntas fechadas.

No sentido de obter respostas às inquietações apontadas neste projeto de pesquisa, primeiramente, será levantado os dados concernentes aos 10(dez) bairros de maior índice de violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de denúncias oferecidas no ano de 2017, pela 63ª Promotoria de Justiça de Goiânia. Haverá um sorteio aleatório de dois bairros que passarão a ser nosso campo de pesquisa.

Será realizado um levantamento do grupo amostral a ser pesquisado, ou seja, dos agentes comunitários de saúde vinculados ao Programa de Saúde da família e sua equipe multidisciplinar, que atuarem nos referidos bairros e ainda das famílias atendidas pelos mesmos.

Antes porém haverá a submissão do projeto acompanhado do questionário ao Comitê de Ética em Pesquisa na Universidade Federal de Goiás e no momento das entrevistas será observado a formalidade da assinatura pela entrevistado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e em relação às instituições públicas serão contatadas previamente e solicitado por escrito o consentimento por meio do Termo de Coparticipação no Projeto de Pesquisa.

Os dados coletados para aferir a eficácia da estratégia de política pública para a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme estabelecido na Lei Maria da Penha, por meio da atuação dos agentes comunitários de saúde, serão tabulados e a análise estatística será tratada pelo programa Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS) e posteriormente será aplicado teste para averiguar se a amostra é normal ou anormal. Os resultados poderão ser apresentados em tabelas confeccionadas no Word e gráficos confeccionados no Excel.

No que tange às famílias entrevistadas, especialmente, as mulheres residentes nos domicílios visitados pelos agentes comunitários de saúde, serão transcritos os depoimentos, mantendo-se o sigilo quanto à identidade, aplicando-se a análise fenomenológica, finalizando com sistematização dos significados das falas das pessoas entrevistadas para a linguagem científica e inteligível, que permitirá a compreensão geral do fenômeno pesquisado.

Todo material pesquisado e analisado ao final serão organizados em relatório de pesquisa que se pretende realizar.

CONCLUSÃO

A proposta de investigação científica na área da saúde é instigante, pois visa verificar o que consta na agenda da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia como propostas de atuação dos agentes comunitários de saúde no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, como também serão levantadas quais as estratégias de implementação de políticas públicas de atuação dos agentes comunitários de saúde neste enfrentamento.

Como a Lei nº 11.340/2006 confere à União, Estado e Município a obrigação de atuar preventivamente e na implementação de políticas públicas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, é importante verificar a eficácia da estratégia de política pública para prevenção dessa violência, por meio da atuação dos agentes comunitários de saúde.

Com o levantamento de dados será possível averiguar a atuação dos agentes comunitários de saúde nos bairros de Goiânia, com maior índice de violência doméstica contra a mulher

e se essa política pública preventiva como fonte primária, promoveu uma redução no índice de violência doméstica e familiar contra a mulher e a ajudou na ruptura do ciclo da violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Carolina Maria do Carmo; BÉGUIN, Pascal Daniel; DUARTE, Francisco José de Castro Moura. Trabalho dos agentes comunitários de saúde na Estratégia Saúde da Família: metassíntese. Revista Saúde Pública, São Paulo, v.52, fev. 2018. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext%26pid%3DS0034-89102018000100502%26lng%3Dpt%26nrm%3Diso%26tng%3Dpt+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 30 jul. 2018.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; BANDEIRA, Lourdes. Políticas públicas e violência de gênero: uma discussão com base na rotina das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) da região Centro-Oeste. Cadernos AGENDE, Brasília, vol. 5, 2004.

AZEVEDO, Elisa Girotti Celmer; GHRINGHELLI, Rodrigo. A violência de gênero, produção legislativa e discurso punitivo : uma análise da Lei nº 11.340/2006. Boletim do IB-CCRIM, São Paulo, ano 14, n. 170, jan.2007.

BANDEIRA, Lourdes e VASCONCELOS, Marcia. Equidade de gênero e políticas públicas. Brasília: Cadernos AGENDE, v.3, 2002.

BARSTED, Leila Linhares. Uma vida sem violência: o desafio das mulheres. Rio de Janeiro, out.2006.Disponível em: <<http://www.direitos.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs1 a 6/94. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 88p.

BRASIL. Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/.../lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em: 20 out. 2007.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Básica. Série Pacto pela Saúde, v. 4. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BROCH, D. et al. Violência doméstica contra a mulher: representações sociais de agentes comunitários de saúde. Revista de Enfermagem. UFPE. Recife, out. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/11439/13247>> Acesso em: 30 jul. 2018.

CAMPOS, Carmen Hein de. Lei Maria da Penha: um novo desafio jurídico. In: LIMA, Fausto Rodrigues de, e SANTOS, Claudiene. Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. RJ, Editora Lumen Juris, 2010.

CLADEM, Brasil. Disponível em: <<http://www.cladem.org/>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

COSTA, Maria Luiza da; GODINHO, Tatau. O desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. Cadernos AGENDE, Brasília, 2006.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência doméstica (Lei Maria da Penha): Lei 11.340/2006. Comentada artigo por artigo. SP, Editora Revista dos Tribunais, 2007.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. Sociologias, jun. 2009, n.21. ISSN 1517-4522. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100005> Acesso em : 4 nov. 2010.

DEBERT, Grin Guita; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas proposta, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23. n.66, fev.2008. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011>> Acesso em: 13 out. 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Florianópolis: Revista Estudos Feministas. FGV-EASP, SP, v. 12, n. 1, janeiro-abr., 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100004&script=sci_abstract>. Acesso em 5 mar. 2010.

FILHO, Roberto de Oliveira M. Fundamentos para a criação do Conselho de Políticas Públicas. In: RABELO, Francisco Chagas E. e BERNARDES, Genilda D'arc (orgs.). Políticas Públicas e sociedade civil. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

FONSECA, R. et al. Violência doméstica contra a mulher na visão do agente comunitário de saúde. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 17, n. 6, p. 974-980, 1 dez. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rlae/v17n6/pt_08.pdf> Acesso em: 30 jul. 2018.

FRAGA, Otávia de Souza. Agente comunitário de saúde: elo entre a comunidade e a equipe da ESF? Nescon Medicina, UFMG, 2011. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/pesquisa/simples/AGENTE%20COMUNITARIO%20DE%20SAUDE:%20ELO%20ENTRE%20A%20COMUNIDADE%20E%20A%20EQUIPE>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HESLER, Lilian Zielke; COSTA, Darielli Gindri; COLOMÉ, Isabel Cristina dos Santos. Violência contra as mulheres na perspectiva dos agentes comunitários de saúde. Revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre, v. 34, n. 1, março , 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472013000100023> Acesso em: 30 jul. 2018.

INSTITUTO DATA FOLHA – INSTITUTO AVON-ONG CANADÁ 150- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Campanha “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”. Disponível em: < www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/.../relatorio-pesquisa-vs4.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IRA, Carla Emanuella Pereira Rodrigues de; SILVA, Patrícia de Paula Alves Costa da; TRINDADE, Ruth França Cizino da. Conduta dos agentes comunitários diante de casos de violência familiar. Revista Eletrônica de Enfermagem. ISSN 1518-1944 UFG. Disponível em:

< <https://www.fen.ufg.br/revista/v14/n4/pdf/v14n4a22.pdf> > . Acesso em: 30 jul. 2018

MENDONÇA, A. F. et al. Metodologia científica: guia para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Faculdades Alfa Livraria. Goiânia, 2003.

MENEGHEL, S. N. et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro v. 18, n.3, março, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social. 32 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MOTTA, Débora Menezes da Silva; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa. O sentido das capacitações de profissionais na perspectiva de gênero. In: O desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. Cadernos AGENDE, Brasília, cap. 5, 2006.

PEDRAZA, Dixis Figueroa; SANTOS, Iná. Perfil e atuação do agente comunitário no contexto da Estratégia Saúde da Família em dois municípios da Paraíba. Interações. Campo Grande, MS, v. 18, n.3, jul./set. 2017. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/inter/v18n3/1518-7012-inter-18-03-0097.pdf >. Acesso em: 30 jul. 2018.

PASINATO, Wânia. Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v.10, n. 2, mai-ago, 2010. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks%26ref%3D000173%26pid%3DS0034-7612201400030000500021%26lng%3Dpt+%26cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br > Acesso em: 17 abr. 2013.

PRESSER, Adriana Dewes; MENEGHEL, Stela Nazareth; HENNINGTON, Élide Azevedo. Mulheres enfrentando as violências: a voz dos operadores sociais. Saúde e Sociedade, v. 17, nº 03, set. 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300013 >. Acesso em : 20 jun. 2015

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999, p. 82-91. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 jun. 2009. doi: 10.1590/S0102-88391999000400009.

SANTIN, Valter Foletto. Igualdade constitucional na violência doméstica. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 33, 30/09/2006. Disponível em: <http://www.apmp.com.br/juridico/artigos/docs/2006/igualdade_constitucional_santin.htm>. Acesso em: 15 out. 2007.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: Política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ, Vozes.

QUILOMBOLAS KALUNGA E A LUTA POR RECONHECIMENTO

Luciana de Araujo Rosa Rocha Belchior ¹

RESUMO

O reconhecimento perpassa sob a ótica das mais diversas áreas e fontes do saber, que através de seus estudos, buscam suportes para que sejam dirimidos os conflitos sociais que levam grupos a lutarem para respeitados em sua diferença e identificação. Negros, mulheres, homossexuais, índios, lutam para confirmarem através de um sistema jurídico e de leis seus direitos de igualdade e respeito. Nesse exame, busca-se a inter relação entre a luta pelo reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas, em especial os Quilombolas Kalunga, e as teorias apresentadas por Axel Honneth, Nancy Fraser, guiados pelas reflexões de Hegel, e dos teóricos da Escola de Frankfurt que desenvolveram a teoria crítica.

Palavras-chave: Reconhecimento; Quilombolas; Axel Honneth; Nancy Fraser.

ABSTRACT

The recognition comes from the viewpoint of the most diverse areas and sources of knowledge, which through their studies, seek support for the social conflicts that lead groups to fight for respect in their difference and identification. Blacks, women, homosexuals, Indians struggle to confirm their rights of equality and respect through a legal system and laws. In this examination, the interrelation between the struggle for the recognition of the remaining quilombola communities, especially the Quilombolas Kalunga, and the theories presented by Axel Honneth, Nancy Fraser, guided by the reflections of Hegel, and the theorists of the Frankfurt School developed critical theory.

Keywords: Recognition; Quilombolas; Axel Honneth; Nancy Fraser.

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição de 1988, a dignidade da pessoa humana passou a ser estendida a todos os cidadãos brasileiros, conforme seu artigo 5º, onde está preceituada a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, especificando também no inciso XLII, que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Esse direito fundamental de igualdade, devidamente expresso em nossa legislação pátria, veio para aplacar a mancha deixada em nossa história, desde a época de nossa colonização, onde foram cometidas todas as atrocidades contra o ser humano no ensejo de dominação e exploração do povo africano.

A condição de vida da população negra no Brasil e sua inserção social são dificultadas pela grande desigualdade racial aqui estabelecida. Conforme Henrique (2002, p.09): “... a pobreza no Brasil tem cor. A pobreza no Brasil é negra. Nascer negro no Brasil está relacionado à maior probabilidade de crescer pobre. A população negra concentra-se no segmento de menor

renda per capita da distribuição de renda do país.” Esta é uma realidade enfrentada na sociedade brasileira.

O reconhecimento é um meio teórico relevante no tocante à compreensão da identidade e diferença. À sua busca, encoraja a luta de grupos invisíveis para terem respeitadas a sua etnia e raça.

No dia 20 de novembro de 2009, no dia da Consciência Negra, o território da comunidade remanescente quilombola Kalunga foi reconhecido por decreto presidencial, agora cabe à Associação Quilombola Kalunga (AQK), a responsabilidade por gerir as terras e fomentar o desenvolvimento e cidadania desse povo.

Desde a fundação desse quilombo, situado no estado de Goiás até o seu reconhecimento por parte do poder público, grandes foram às dificuldades por eles encontradas, e ainda maiores serão para a efetiva eficácia de seus direitos.

Os estudos de Honneth e Fraser nos dão bases científicas para um maior entendimento dos caminhos que podem ser trilhados pela sociedade contemporânea na tentativa de vislumbrar soluções para nossas mazelas sociais do não reconhecimento de comunidades marginalizadas.

AS RAÍZES DA LUTA POR RECONHECIMENTO DOS NEGROS NO BRASIL

Através da resistência e luta, os remanescentes de comunidades quilombolas, grupos sociais historicamente discriminados, buscam o seu reconhecimento.

Está no período colonial, desde a chegada dos negros em ao nosso país, trazidos da África na condição de escravos, a origem do racismo. O colonialismo e suas conseqüências, fez com que surgisse a categoria “outros”, obrigando esses povos aprisionados por essa terminologia, discuti-la e superá-la (OLIVEIRA et al., 1999), encontrando-se pois, aí, as raízes da luta por reconhecimento desse povo.

Os caracteres históricos acabam por moldar condições que impregnados por uma manipulação ideológica, tornam culturais e enraizados no seio de uma sociedade.

O colonizador precisava de uma explicação para corroborar sua conduta de inferiorização do ser humano, o fez, inventando a diferença, objetivando o uso da mão-de-obra barata através dos povos colonizados, surgindo o racismo como um longo processo de amadurecimento para uma exploração que gerava riqueza e poder (MUNANGA, 2005).

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A legislação pátria considera como remanescentes das comunidades quilombolas, o definido pelo Decreto nº 4.887, de novembro de 2003, em seu artigo segundo, “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Este é o conceito de comunidades quilombolas apresentado por nossa legislação.

Esses indivíduos têm proteção constitucional de tombamento de documentos e direitos de posse e uso de suas terras de acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 216 por serem considerados como patrimônio cultural brasileiro e portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: “§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Assim, a lei explicita direitos aos quilombolas.

De acordo com o art. 68, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, que determina aos quilombolas o direito de titularização de sua área, conforme o aqui transcrito: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Ao poder público, fica a responsabilidade de efetivar essa propriedade.

O direito a terra aos povos remanescentes quilombolas, expresso no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias revela uma recente preocupação do Estado em proteger essas comunidades e seus territórios, cuja forma de aquisição não se deu pela compra e venda e sim, por uso da terra de um povo, que tem em sua terra o reflexo de sua própria identidade coletiva, fazendo parte dos direitos fundamentais de terceira geração.

Conforme Bonavides (2006, p.569), doutrinador que muito se dedicou ao estudo compreendeu, “os direitos da terceira geração tendem a cristalizar-se no fim do século XX enquanto direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado”, acreditando na dinamicidade do direito em consequência das mudanças sociais.

São direitos coletivos em sentido amplo, que levam em consideração também caráter fraternal e de solidariedade, conforme acentuado por ilustre ministro do Supremo Tribunal Federal, Moraes (2006, p.60): “direitos de terceira geração, os chamados direitos de solidariedade e fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, a paz, a autodeterminação dos povos e a outros direitos”, tratam, pois, do reconhecimento da pessoa humana e dos grupos em que são inseridos.

A propriedade da terra deve cumprir a função social, conforme preceitua a Constituição Federal do Brasil (1988), em art. 5º, incisos XXII e XXIII. Mello (2010) discorre explicando o preceito constitucional, não como sendo pura e simplesmente uma função social, isto é, bem protegido tão só na medida em que a realiza, deixando clara a necessidade da efetivação do direito.

Para Silva (1994, p.256): “a função social se manifesta na própria configuração estrutural de direito de propriedade pondo-se concretamente como elemento qualificante na predeterminação dos modos de aquisição, gozo e utilização dos bens”. Nesse fulcro, a comunidade remanescente quilombola, se enquadra nos requisitos da legislação pátria.

Ao Estado cabe emitir-lhes os títulos respectivos, feita através do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus, sendo como condição precípua a inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade, que deverá ser registrado no Serviço Registral da Comarca onde se situam as áreas (BRASIL 2008).

Todavia, a simples emissão dos títulos não lhes confere o pleno uso da terra, sendo necessário o controle das invasões, grilagens, a desapropriação e indenização das dessas terras para a efetivação dos quilombolas em seu território.

A GLOBALIZAÇÃO E O RECONHECIMENTO

As transformações ocorridas na economia através da globalização disseminaram ainda mais graves problemas sociais. Apesar da expansão dos direitos humanos, ela oportuniza a universalização e uniformização étnica para determinar quem faz parte ou não dessa comunidade mundial, promovendo assim pequenos grupos como responsáveis por suas angústias e ansiedade.

Appadurai (2009, p.16), discorre, “... a globalização exacerba essas incertezas e produz novos incentivos para a purificação cultural à medida que mais nações perdem a ilusão de soberania econômica ou do bem estar nacional”. Viabiliza-se ainda mais à margem, grupos como as comunidades kalunga, que possuem além de caracteres culturais específicos, ainda acarretam o estereótipo negativo lançado sobre o negro.

Nesse sentido, salientado por Brah (2006, p. 331): “Independente das vezes que o conceito é exposto como vazio a “raça” ainda atua como um marcador aparentemente inerradicável de diferença social”. Importante se faz a busca sobre melhor compreensão sobre o reconhecimento desse povo sem a perda de suas particularidades.

TEORIA CRÍTICA

Reconhecer, do latim *recognoscere*, re-, “de novo”, mais *cognoscere*, que vem de *gnoscere*, “saber”, tornar-se conhecido; admitir como certo; compreender; declarar; afirmar; assegurar; admitir como legal; admitir como legítimo ou verdadeiro (Bueno, 2007).

O reconhecimento como um parâmetro normativo de justiça, remonta a filosofia do jovem Hegel, que tem duas fases de trabalho: o jovem Hegel, até a publicação do livro, *Fenomenologia do Espírito* (1974) e o Hegel maduro, a partir dessa obra, por Axel Honneth (1949), e também Nancy Fraser (1947), que desenvolveu estudos e debates com o próprio Honneth sobre o tema.

Hegel trata da relação ética entre dois sujeitos, onde o indivíduo somente se vê como sujeito social, se ele for reconhecido pelos demais, se não houver esse reconhecimento, não há, portanto, a formação de um sujeito social (Hegel, 2010).

Foi na Escola de Frankfurt, o “ Instituto para Pesquisa Social”, da Universidade de Frankfurt, fundada em 22 jun 1924, onde se desenvolveu a teoria crítica, sendo importante referência para a teoria do reconhecimento.

A teoria crítica surge da compreensão totalizante e dialética da sociedade industrial avançada, sociedade de massa, onde o avanço tecnológico é colocado a favor da reprodução da lógica capitalista. Os teóricos buscaram a partir da razão crítica, superar a razão técnica instrumental, desenvolvida pelos Iluministas do séc. XVIII.

Max Horkheimer (1895 – 1973) e Teodor W. Adorno (1903-1969) são os expoentes 1ª geração da Escola de Frankfurt: Denunciaram a morte da razão crítica iluminista, que visava à emancipação e o progresso social se transformou em instrumento de dominação em virtude justamente do desenvolvimento tecnológico industrial. O grande problema estaria no surgimento de uma razão controladora e instrumental que sempre busca a dominação da natureza e do ser humano (ADORNO e HORKEIHEIMER, 1985).

J. Habermas (1929), principal expoente da segunda geração da Escola de Frankfurt, buscava outro tipo de razão – Razão da Comunicação – onde a razão e a verdade são definidas consensualmente, com o uso da razão e convencimento em detrimento ao uso da força e da coerção (HABERMAS, 1988).

Para ele, a democracia se funda no entendimento entre as pessoas. Que só acontece se elas estiverem abertas para jogar limpo e honesto no campo da discussão. E justamente porque seres humanos não costumam ser honestos na discussão, que é preciso estabelecer regras para que o entendimento possa existir (HABERMAS, 1988).

Com a consolidação do progresso do no século VIII, há um rompimento com a tradição e com a religião, dando lugar aos elementos públicos e privados, o que garante aos indivíduos, certa racionalidade em sua opinião, que poderia em época, ser conceituada como um juízo sem certeza não plenamente demonstrado, ou por meio de entendimento dos behavioristas e utilitaristas como a agregação de opiniões individuais.

A sociedade civil passa a pressionar o Estado, abrindo o campo para uma esfera pública burguesa, onde as experiências privadas originam toda uma subjetividade em relação ao público. As esferas públicas vão se delineando na medida em que a cidade assume funções culturais e a teoria do discurso, reconstrói a idéia de constituição e legislação, sendo uma alternativa teórica de meio termo entre as políticas anteriores e centralizando este processo na vontade política do senso comum, uma alternativa pela via da racionalidade comunicativa, explicada pela legitimidade do direito auxiliado de processos e pressupostos da comunicação juridicamente institucionalizados, que o leva a supor que os processos de criação e de aplicação do direito pressupõem resultados racionais (HABERMAS, 1996).

Axel Honneth (1949) foi assistente de Habermas entre 1984 e 1990, e é a figura mais destacada do que pode ser chamada a "terceira geração" da Escola de Frankfurt, e através desse arcabouço teórico à ele anterior, desenvolve seu estudo sobre o reconhecimento.

AXEL HONNETH E A LUTA POR RECONHECIMENTO

Em seu livro *Luta por Reconhecimento – A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, elabora sua teoria crítica do reconhecimento (HONNETH, 2003).

Desenvolve uma teoria social de conteúdo normativo explicando no âmbito de uma filosofia social as causas e origens das formas de desrespeito e experiências de injustiças existentes na sociedade moderna, bem como conflitos sociais delas decorrentes (CAMARGO, 2006).

Para ele, na dimensão das relações primárias - a forma de reconhecimento está associada ao amor e amizade, relacionados à autoconfiança. Na dimensão das relações legais, ela é identificada como direitos relacionados ao auto-respeito. Na comunidade de valor, a forma de reconhecimento é a solidariedade, relacionado à auto-estima. Ferindo-se qualquer uma dessas formas, surge a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003).

A luta por reconhecimento leva-nos do ponto vista filosófico, ao próprio conceito de justiça e ao mesmo tempo, para uma sociologia de lutas sociais e a compreensão de suas causas. A luta pela eliminação das injustiças que se situa na singularidade entre identidade e diferença,

pautadas por lutas raciais, de gênero, minorias étnicas, e suas por questões sócio-econômicas, norteando assim, as ações coletivas (HONNETH, 2003).

Para ele, a luta por reconhecimento deve ser um modelo de interpretação do surgimento das lutas sociais, em que percebem a ocorrência do desrespeito por outros que impedem a realização do bem viver, e também um processo de desenvolvimento moral, que se deixa explicar a partir da ampliação das relações reconhecimento (HONNETH, 2003).

O reconhecimento é suficiente para corrigir as lacunas legais da sociedade contemporânea, ajustando os processos que as geram, bem como os desafios políticos enfrentados por aqueles que buscam uma mudança social (LUCAS e OBERTO, 2010).

Nancy Fraser (1947) é filósofa afiliada à escola de pensamento da teoria crítica, é uma importante pensadora feminista, preocupada com as concepções de justiça, aprofundando seus estudos na teoria do reconhecimento.

NANCY FRASER – DA REDISTRIBUIÇÃO AO RECONHECIMENTO

Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista (Fraser, 2006), trata da luta por reconhecimento a partir de um contexto histórico, a era pós-socialista, com a queda do muro de Berlim, fim da URSS, acelerado processo de globalização, as injustiças não dizem mais respeito a questões de ordem socioeconômica, mas a questões de reconhecimento e de políticas voltadas para o tema da inclusão e da diferença. Perda na centralidade das lutas de classes.

Para a autora a teoria crítica do reconhecimento deve identificar e assumir a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade.

Através da justiça bidimensional, redistribuição-reconhecimento, deve-se compreender a injustiça de duas formas, do ponto de vista da injustiça socioeconômica, onde está à estrutura econômico-política da sociedade, e se encontra a exploração do fruto do próprio trabalho em benefícios de outros; a marginalização econômica, sendo obrigado a um trabalho indesejável, mal pago e ao desemprego; e onde há a privação de não se ter acesso a um padrão de vida material adequado (FRASER, 2006).

O outro ponto para se compreender a injustiça é o cultural, onde há padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, subsistindo a dominação cultural, sendo submetidos a padrões de interpretação e comunicação associados à outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria; o ocultamento, tornando-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representativas autorizadas da própria cultura; e o desrespeito, sendo difamado ou

desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana (FRASER, 2006).

Ela apresenta remédios para ser usados em caso de injustiça econômica, como a reestruturação político-econômico; a redistribuição de renda; a reorganização da divisão do trabalho; o controle democrático do investimento e a transformação de outras estruturas básicas (FRASER, 2006).

Para a injustiça cultural, propõe a mudança cultural ou simbólica; a reavaliação das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados; o reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural e a transformação abrangente de padrões sociais no sentido do eu de todas as pessoas (FRASER, 2006).

O entendimento do dilema da redistribuição e reconhecimento pode caracterizar-se através do reconhecimento como a atenção para a especificidade do grupo, promovendo a diferenciação do grupo por meio da afirmação das diferenças. Em se tratando de redistribuição, deve-se abolir a especificidade do grupo, promovendo a desdiferenciação do grupo por meio da supressão das diferenças (FRASER, 2006).

Ela propõe o que podemos chamar de remédios afirmativos e transformativos para resolver os problemas de redistribuição e reconhecimento, sendo que os afirmativos buscam por correções, afirmando diferenças, sem, entretanto modificar e desconstruir o *status quo* que gera a injustiça redistributiva ou de reconhecimento. Exemplo: cota racial e transferência de renda por meio do Estado. Já os remédios transformativos, visam desconstruir o *status quo* que gera a injustiça. Exemplo: erradicar o racismo e mudança na estrutura político-econômica (FRASER, 2006).

FRASER E HONNETH – REDISTRIBUIÇÃO OU RECONHECIMENTO

Em relação ao debate entre Fraser e Honneth, encontramos a maior divergência que para Honneth, o reconhecimento trata-se de uma categoria moral fundamental e a distribuição como uma categoria derivada, sendo a luta por reconhecimento como componente cultural dos conflitos multiculturais, uma condição essencial da convivência positiva das diferenças (FRASER e HONNETH, 2003).

Para Fraser a concepção bidimensional de justiça, redistribuição e reconhecimento e a luta por reconhecimento não promove a interação respeitosa entre diferenças em contextos cada vez mais multiculturais (FRASER e HONNETH, 2003).

Ambos acreditam que o objetivo da justiça social deve ser entendido como a criação de relações sociais, onde os sujeitos são incluídos como membros plenos, no sentido de poderem

manter e praticar publicamente seus estilos de vida, sem vergonha ou humilhação e rejeitam a redução do reconhecimento a um simples epifenômeno da redistribuição (Fraser e HONNETH, 2003).

O debate entre eles levanta múltiplas questões e norteia as discussões sobre a desigualdade racial. Os padrões sociais e culturais excludentes negam a estes indivíduos o reconhecimento, o que os levam a iniciativas de organização coletiva, como no caso dos quilombolas e suas comunidades remanescentes. Neste estudo, nos aprofundaremos na comunidade remanescente quilombola Kalunga e sua luta por reconhecimento.

OS QUILOMBOLAS KALUNGA

É do colonialismo, mais propriamente da época das bandeiras que surgiu o povo quilombola Kalunga, cuja história se inicia junto à ocupação do estado de Goiás.

Trazidos para trabalhar como escravos na mineração, as fugas de negros tornaram-se numerosas, e os quilombos, a resultante social delas, foram frequentes ao longo de toda a história do ouro em Goiás. Os escravos foragidos organizavam-se em pequenas e grandes comunidades escondidas dos brancos e conseguiram sobreviver durante vários anos (BRANDÃO, 1977).

Segundo Baiocchi, os Kalungas não conheciam a escrita. Para repassar a sua tradição, usam a forma oral. Sua ciência é repassada pelos mecanismos informais, como a família e os anciões, de forma a expressar os valores e pensamentos que normatizam sua vida social (BAI-OCCHI, 2006).

A localização do território Kalunga fica no extremo norte de Goiás, fronteira com o estado do Tocantins, nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre.

É o maior território quilombola em extensão, localizado na Chapada dos Veadeiros, constituído oficialmente a partir do Decreto de 20 de novembro de 2009 em seu art.1º, cuja área total é de 272 mil hectares. É uma região de cerrado e por conter uma das áreas de maior biodiversidade existentes no Brasil recebeu o título de Reserva da Biosfera Goyaz.

Abriga o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que foi reconhecido como Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO, e a Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto onde se localiza o ponto mais alto do planalto central com 1.676 metros de altitude e as nascentes mais altas da bacia do Rio Tocantins.

Conforme dados fornecidos pelo Relatório final do Projeto de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária (2013) da pesquisa quantitativa realizada em cinco comunidades

quilombolas Kalunga: Diadema, Ema, Engenho II, Riachão e Ribeirão, chegam-se as seguintes informações e estatísticas:

Maior comunidade remanescente de quilombo do Brasil, com aproximadamente oito mil pessoas, duas mil famílias, organizadas em mais de 20 comunidades e 42 comunidades.

Divide-se por quatro núcleos principais: a região da Contenda e do Vão do Calunga; o Vão de Almas; o Vão do Moleque e o antigo Ribeirão dos Negros, depois rebatizado como Ribeirão dos Bois. E é por esses núcleos que os moradores se identificam quando perguntamos de onde eles são.

Falam também que vêm das pequenas localidades que existem nesses lugares maiores, como por exemplo: Riachão, Sucuri, Tinguizal, Saco Grande, Volta do Canto, Olho d'Água, Ema, Taboca, Córrego Fundo, Terra Vermelha, Lagoa, Porcos, Brejão, Fazendinha, Vargem Grande, Engenho, Funil, Capela e mais vários outros nomes.

Formado por mais ou menos 8 mil pessoas, com 2 mil famílias Região de riqueza natural, e é reconhecido hoje como, Sítio Histórico e Patrimonial Cultural Kalunga.

O relatório final de pesquisa quanto às condições atuais de vida e os maiores problemas enfrentados pela comunidade, apontou as seguintes questões:

A grande maioria declarou que, quanto às condições de vida, a falta de oportunidades de trabalho e geração de renda é o ponto mais grave, seguido da falta de acesso a transporte e lazer. O desemprego é visto como o maior problema, seguido da falta de titulação das terras. Em seguida vem o lixo e a falta de calçamento das ruas. Logo em seguida, para 142 dos respondentes, o alcoolismo é visto também como um problema sério. E para 124 a falta de escola de segundo grau perto é um problema; 40 pessoas que declararam haver exploração sexual de crianças e adolescentes; 51 pessoas afirmaram a existência de violência contra a mulher; 37 a violência contra crianças e 51 pessoas estão preocupadas com a incidência de consumo de drogas nas comunidades pesquisadas. 92,2% dos respondentes têm uma faixa de renda inferior a um salário mínimo. A faixa de renda domiciliar, ou seja, do conjunto dos seus moradores, 64,1% é inferior a um salário mínimo (PROJETO DE ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

Para a interpretação dos dados apresentados pelo relatório final sobre a estrutura da economia política, buscamos nos estudos de Fraser, o respaldo para os resultados encontrados, onde ela apresenta que a “raça” estrutura a divisão capitalista do trabalho, desempenhando ocupações de baixa remuneração, de baixo *status*, enfadonhas, sujas e domésticas, mantidas desproporcionalmente pelas pessoas de cor e, além disso, a “raça” também estrutura o acesso ao mercado formal, onde as populações de cor são tidas como subproletariado ou subclasse,

degradado e “supérfluo”, que não vale a pena ser explorado e é totalmente excluído (FRASER, 2006).

Sobre o preconceito e a discriminação, o relatório apontou para a questão central desse estudo, o não- reconhecimento: 51,6% avaliam que se sentem ameaçados pelos latifundiários e 58,7% dos entrevistados se sentem ameaçados pelos grandes empresários multinacionais. A avaliação sobre a relação com os proprietários de terras vizinhas é considerada ruim por 58,1 % dos entrevistados sobre este quesito; 35,7% já se sentiram humilhados ou mal tratados. 97,9% se declararam quilombolas, sendo este último dado fruto do auto reconhecimento que vem sendo trabalhado pelo movimento quilombola que luta pelos direitos quilombolas inscritos na Constituição Federal do Brasil. (PROJETO DE ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013).

Fraser considera nesse sentido, o que ela chama de racismo cultural, abarcando dimensões culturais-valorativas, que a inserem no universo do reconhecimento, como aspecto central o eurocentrismo, onde há uma desqualificação generalizada das coisas codificadas como “negras”, expressando uma variedade de danos sofridos pelas pessoas de cor, incluindo representações estereotipadas e humilhantes (FRASER, 2006).

Hoje, ações governamentais no sentido de institucionalizar os direitos dos quilombolas Kalunga, o governo criou órgãos de articulação e gestão de políticas para públicos específicos, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as Secretárias Especiais, que possuem status de Ministério, de Políticas para as Mulheres, de Direitos Humanos e de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (ALVES, 2015).

Além dos órgãos criados, estabeleceu: sistemas nacionais de políticas públicas, como o Sistema Único da Assistência Social - SUAS e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN; polícias nacionais, como a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas; Planos Nacionais, como o Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; Conselhos, como o Conselho de Promoção da Igualdade Racial e Conselho de Juventude; Comissões, como a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Leis, como a Lei N°12.711/2012, que estabeleceu a reserva de vagas em universidades e institutos federais para alunos advindos da escola pública e aplicação de cotas étnico-raciais (ALVES, 2015).

A incorporação do reconhecimento dos direitos das comunidades remanescentes quilombolas nas agendas e políticas públicas, demonstra um avanço na sociedade contemporânea e em nossa legislação. Segundo Honneth, para a superação dos problemas derivados da raça e

etnia, seus fatos geradores de desigualdades sócio-econômicas, são necessários estabelecimentos de critérios normativos de desenvolvimento social (HONNETH, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado deve ser o maior fomentador do reconhecimento dos remanescentes quilombolas, atuando para proporcionar a verdadeira liberdade dessas comunidades, desenvolvendo os mecanismos econômicos e políticos para que possamos chegar há um modelo igualitário inter-racial, onde não haja lugar para a exploração, desigualdade econômica e privação.

A luta deve existir em todas as formas de aculturação, invisibilidade e desrespeito, auxiliando para que a sociedade em geral reconheça os direitos advindos das etnias e raças formadoras de povo, atuando com reverência para com esses indivíduos, coibindo a injustiça racial a qual estão expostos.

Para os autores, o objetivo da justiça social é possibilitar uma participação de todos os membros da sociedade no processo comunicativo da vida social. Em Honneth, na teoria do reconhecimento e para Fraser, na concepção redistribuição/reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALVES, Iara Cristina da Silva. **Políticas Públicas, territorialidade e liberdade dos remanescentes de quilombo Kalunga**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília.

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Kalunga: Um povo da terra**, Goiânia: Ed da UFG, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**, 19ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2006.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 26, p. 329-376, abr. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto de 20 de novembro 2009**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12315.htm. Acesso em 27 jul. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Reforma Agrária. Instrução Normativa n.49, de 29 de setembro de 2008, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n.190, quarta-feira, 1º de outubro de 2008, Seção1, p.83 a 85. Disponível em: http://quilombos.files.wordpress.com/2008/10/instrução_normativa_49_in-cra.pdf. Acesso em: 19 jul.2018.

_____. **Decreto Lei nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 21 jul. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Reforma Agrária. Instrução Normativa n.49, de 29 de setembro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n.190, quarta-feira, 1º de outubro de 2008, Seção1, p.83 a 85. Disponível em: http://quilombos.files.wordpress.com/2008/10/instrução_normativa_49_in-cra.pdf. Acesso em: 29 jul.2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, pretos e congos**. Trabalho e identidade étnica em Goiás, Goiânia: Editora Universidade de Brasília, 1977.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**, 2. ed. São Paulo: FDT, 2007.

CAMARGO, Sílvio. Axel Honneth e o legado da teoria crítica. **Revista de Ciências Sociais, Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 24, p. 123-138, abr. 2006.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”, Trad. Júlio Assis Simões. **Caderno de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-339, nov. 2006.

_____.; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A Political- Philosophical Exchange**, New York: Verso, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**, Trad. Manuel Jiménez Redondo. vol. I e II. Madrid: Taurus, 1988.

_____. **Between facts and norms**. Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy, Cambridge: Polity Press, 1996.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**, São Paulo: Ed. Abril, Col. Os Pensadores, XXX, 1974.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia do direito**. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio, Trad. Paulo Meneses, Agemir Bavaresco, Alfredo de Oliveira Moraes, Danilo Vaz-Curado R. M. Costa, Greice Ane Barbieri e Paulo Roberto Konzen. São Paulo: Loyola; São Leopoldo: Unisinos, 2010.

HENRIQUE, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais, São Paulo: Ed. 34, 2003.

LUCAS, Cesar Douglas; OBERTO, Leonice Cadore. Redistribuição versus reconhecimento: apontamentos sobre o debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 31-39, jan./jun. 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**, 27. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**, 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PROJETO ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório final da pesquisa quantitativa em cinco comunidades quilombolas Kalunga**, Goiás. 2013. Disponível em: <https://odonto.ufg.br/up/133/o/Censo-de-Goias-.pdf>. Acesso em 26 jul. 2018.

OLIVEIRA, Dijaci David de [et al]. **50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados**, Goiânia: MNDH, 1999.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, São Paulo: Malheiros, 1994.

UMA ANÁLISE DE TRÊS FORMAS DE MEDIR IDEOLOGIA A PARTIR DO ELEITORADO GOIANIENSE¹

Crislâini Priscilla Nunes de Campos²

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar três formas de medir ideologia nas pesquisas de opinião pública em relação à validade e confiabilidade. Para isso, buscou-se correlacionar o voto dos goianienses: a escala de autopoicionamento ideológico; a uma nova configuração da variável ideologia a partir da solução proposta por Wood e Oliver (2012); e a um índice de ideologia derivado de uma bateria de perguntas que consideram questões socioeconômicas. Os resultados demonstraram baixa consistência das três formas de mensuração, no entanto, a escala clássica de autopoicionamento ainda é a melhor ferramenta para se medir ideologia.

Palavras-chave: ideologia, validade da medição, pesquisa de opinião pública.

INTRODUÇÃO

Saber como mensurar ideologia é um dos papéis fundamentais para a Ciência Política, principalmente, quando se deve levar em conta esquemas cognitivos, questões socioeconômicas, valores, e grau de instrução. Para tanto, procura-se responder a seguinte pergunta: Qual a melhor forma de medir ideologia? O foco é demonstrar possíveis problemas inerentes ao indicador de autopoicionamento ideológico.

Na Ciência Política há vários trabalhos importantes relacionados à ideologia, como os estudos de Converse (1964), Campbell et al. (1960), Fiorina, Abrams e Pope (2006) e Luskin (1990), entre outros. Esses autores avaliaram se o posicionamento ideológico dos eleitores era capaz de nortear suas decisões. A conclusão é que eleitores da elite se mostram estruturados ao alinhar decisões ao pensamento ideológico, já o cidadão comum se mostrou ideologicamente desestruturado. Na Ciência Política grande parte dos estudos importantes como os de Singer (2002) e Carreirão (2007) apontaram que a escolha do voto do eleitor e suas preferências eram vistas como sinal de consistência ideológica. Tais estudos foram importantes para abrir novas possibilidades de pesquisa no campo. E este artigo vem com o intento de analisar três formas de medir ideologia a partir de cinco modelos. Para isso, lança-se a dúvida de que o uso da escala ideológica esquerda-direita não é capaz para determinar o voto dos eleitores, visto que em sua maioria, não conhecem ou não compreendem bem os significados desses termos.

¹ Trabalho derivado a partir da Dissertação de mestrado (em andamento) orientada por Dr. Pedro Santos Mundim a ser apresentado na área de Instituições e comportamento político em perspectiva comparada no 1º Fórum de Ciência Política da UFG.

² Bacharela em Ciências Sociais com Habilitação em Políticas Públicas pela UFG (2014), mestranda em Ciência Política na UFG e Especialista em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais pela UEG (2018). E-mail: crislaini-nunes@gmail.com.

A pesquisa foi realizada com base nos dados no ESEG 2015, com uma amostra de 1200 goianienses. Optou-se pela regressão logística binária com o objetivo de produzir cinco modelos a partir de três formas de medir ideologia: a escala de autoposicionamento ideológico; a nova configuração da variável ideologia a partir da solução proposta por Wood e Oliver (2012); e um índice de ideologia derivado de uma bateria de respostas forçadas que consideram questões políticas e econômicas.

Os modelos de mensuração ideológica, em síntese, não apresentam força explicativa levando em consideração o baixo valor dos coeficientes de determinação estimados. Entretanto, ao comparar os modelos ajustados em relação ao critério de Akaike, mesmo que com coeficientes não significativos, a escala clássica de autoposicionamento foi o melhor modelo que conseguiu explicar ideologia e voto. Desta forma, a escala clássica ainda é a melhor forma de medir ideologia.

IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Ideologia é um termo que se remete inicialmente à Revolução Francesa entre 1789 a 1799 como a ciência das ideias e passou desde o século XIX até o século XXI por grandes mudanças no seu potencial explicativo. No entanto, nenhum intelectual apresentou ainda uma única definição exata ou adequada de ideologia, não por falta de esforços, mas porque o termo possui toda uma gama de significados, e nem todos são compatíveis entre si. Da mesma forma a divisão da ideologia entre esquerda e direita se deu a partir de várias concepções, visões de mundo diferentes e seus significados não ficaram estáticos no tempo, tendo como marcos principais a Primeira e Segunda Guerra Mundial (Knight 2006).

Cochrane (2012) afirma que a importância da divisão esquerda e direita não diminuiu com o tempo, e o significado desses termos não existe de um país para o outro, para cada pessoa, ou de um período a outro. Ao contrário, O significante dos termos descreve um padrão significativo, perceptível e quantificável de desacordo político que persiste ao longo do tempo e entre países. Longe de ser pouco útil na Ciência da Política, a própria persistência e diversidade da esquerda e da direita refletem fenômenos que devem ser de interesse central para o campo de estudo.

As definições de Bobbio sobre esquerda e direita são referências em grande parte do estudo da diáde ideológica. E distingue que o termo direita, é tender a crer que as desigualdades são naturais e inevitáveis. Enquanto a esquerda considera a desigualdade como um fruto da construção social e passíveis de serem modificadas ou extinguidas pelo Estado. Porém, vale salientar que aqueles que buscam se posicionar à esquerda não buscam somente igualdade dos

indivíduos, mas acreditam também que um governo deve desempenhar um papel central para se chegar a este objetivo. “Ser de esquerda é acreditar numa política de emancipação. A igualdade é importante, sobretudo por ser relevante para a oportunidade de vida, bem-estar e autoestima das pessoas”. A direita traz referências à conservação da tradição ou da “sabedoria herdada do passado” (Giddens, 2001. p. 51).

Nos estudos relacionados às ciências sociais e comportamento político, de modo geral, prevalecem duas concepções sobre ideologia: a primeira delimitada a um sistema de crenças, com uma configuração mais ou menos coerente de ideias, estabilidade, consistência e sofisticação política relacionada à avaliação da realidade social e objetivos que a sociedade ou indivíduo se propõe (Campbell, 1964). A segunda concepção está entranhada ao pensamento marxista a qual ideologia não precisa contemplar nenhuma das características anteriores.

Os estudos iniciados no Brasil referentes à ideologia foram marcados por uma escassez de medidas empíricas a respeito da identificação ideológica e por um enfoque estabelecido de alienação ideológica dos eleitores brasileiros. Esta postura, segundo Singer (2002), foi reforçada pela desconfiança quanto ao uso de categorias ideológicas pelo eleitor brasileiro. Os estudos eleitorais sobre ideologia e sua medida em esquerda e direita foram introduzidos pela primeira vez no Brasil em 1982.

Como não seria diferente, os termos esquerda-direita despertam controvérsias quanto aos critérios da medida entre os estudiosos, mesmo nas literaturas especializadas. Nesse sentido, Reis (2000), coloca que pesquisas que utilizam apenas a escala ideológica esquerda-direita para determinar o voto não são tão coerentes, dado que para ele a maioria dos eleitores não conhecem o significado desses termos. E mesmo que os eleitores possam intuir os significados de esquerda e direita a ponto de saberem se posicionar no mesmo contínuo, os mesmos não conseguem verbalizar o que esses termos significam. Se aceita esta premissa, as classificações das categorias esquerda e direita são irrelevantes para determinar o voto ou o comportamento eleitoral.

Cabe então saber se o conteúdo das ideologias e as formas como ela se apresentam no eleitorado, e conseqüentemente as formas de tomadas de decisões, são coerentes com a construção da teoria. Temos uma infinidade de divergências semânticas quanto a essas concepções e cada resultado é fruto de particularidades de cada processo que o pesquisador visa obter para se chegar às suas metas. Neste sentido, busca-se aqui estabelecer se os eleitores sabem se posicionar ideologicamente e estabelecer qual o melhor método visa uma melhor confiabilidade das respostas e validade quanto ao grau de certeza do conceito medido.

IDEOLOGIA: MEDIDA DO INDICADOR

Mensuração é para Silva e Costa (2014) “um dos meios pelas quais são acessados e descritos os dados para compreender os fatos e fenômenos de interesse” (id., p.3). Em outras palavras, mensuração é vista como um processo de vinculação de índices abstratos a indicadores empíricos (Carmines; Zeller, 1979). Somente a partir de um desenvolvimento mais consistente nos métodos empíricos a partir de avanços nas técnicas de mensuração, será possível mensurar de forma mais adequada variáveis de conteúdo abstrato nas ciências sociais. E para se construir uma boa medida, deve-se levar em conta a confiabilidade e validade dos indicadores. São ferramentas com propriedades distintas, porém, devem ser vistas como complementares. Pedhazur e Schmelkin (1991) indicam que validade e confiabilidade estão associadas com o menor erro possível quanto ao conceito que se busca medir. Ramos (1987) definiu validade de um instrumento de medida como o nível que os indicadores da escala medem com consistência interna as dimensões que foram designadas a medir.

Ideologia é um dos principais objetos de pesquisas no Brasil e quase todos os estudos empíricos empregam essa medida para avaliar os sistemas de crenças de algum modo. Ideologia tem sido utilizada amplamente para compreender diversos aspectos da política e do comportamento eleitoral. Usualmente determina-se ideologia ou posicionamentos ideológico através de uma escala, a qual postula valores equivalentes entre seus pontos, representando a mesma distância ideológica entre um ponto a outro. A escala assume uma simetria unidimensional na construção do indicador de atitudes, sendo um o oposto do outro (Liberal-Conservador / Esquerda-Direita).

Diferenças entre o modo de mensurar ideologia parecem existir de acordo com os objetivos das análises e/ou das técnicas metodológicas. A escala esquerda e direita no Brasil passou nos últimos vinte anos por uma avaliação do seu potencial explicativo, e a tendência de enfraquecimento ou reconfiguração não parece possuir as mesmas causas nos diversos países que adotam esse método classificatório de ideologia.

As perguntas inquiridas sobre ideologia podem variar em certo grau, com ou sem a antecipação do assunto. O grande problema desta medida é que ela presume que os entrevistados sabem o que é ser de direita ou de esquerda. Almeida (2001) questiona o uso do autopoicionamento ideológico na escala esquerda-direita. Ele argumenta que a maioria dos entrevistados não sabe expressar o significado dos termos, e os conteúdos atribuídos a essas expressões pela maioria dos eleitores são diferentes das noções que a Ciência Política busca medir. Desta

maneira, qualquer mensuração de ideologia “baseada em autoposicionamento dentro de uma escala, e apresentando ao entrevistado a denominação esquerda e direita, não será uma medição válida. Assim, não é possível utilizar esta medição para análises científicas” (id., p.7). Outros problemas desse tipo de indicador de ideologia política é que ele ignora as múltiplas dimensões dos sistemas de crenças; pode haver uma grande quantidade de entrevistados que se recusam a responder ou dizem não sabem opinar; e pode apresentar erros de tendência central que ocorre quando o entrevistado tende a colocar todos os itens no centro da escala, para evitar emitir julgamentos extremos ou para tentar ser neutro frente às questões sensíveis para ele (Wood; Oliver, 2012; Paulhus, 1991).

Para abordar novas alternativas de mensuração a fim de melhorar as formas de medir ideologia, foram abordadas duas sugestões. A primeira de Wood que propuseram uma nova estratégia de codificação alternativa para mensurar ideologia a fim de tornar o indicador mais confiável e minimizar os problemas das não-respostas. Para isso, utilizaram variáveis binárias para cada polo ideológico (esquerda-direita) e não respostas, como referência, utilizaram a categoria do centro a escala. A segunda alternativa é a proposta por Oliveira e Turgeon (2015) de tentar ampliar à medida tópicos modernos como casamento gay, liberalização drogas, aborto e questões econômicas.

METODOLOGIA E DADOS

Para avaliar os modelos de mensuração ideológica foram utilizados os dados do Estudo Eleitoral Goianiense (ESEG) parte do projeto de pesquisa “O Comportamento Político do Eleitor Goianiense”, elaborado por uma equipe de professores da Universidade Federal de Goiás³ em 2015.

O objetivo do estudo foi testar e comparar três formas de medir ideologia em relação à validade e confiabilidade dos indicadores, e correlacioná-las. Com isso, buscou-se correlacionar o voto dos eleitores a três formas de medir ideologia: uma (1) escala de autoposicionamento ideológico entre esquerda, centro e direita; a um (2) índice de ideologia derivado de uma bateria de perguntas com respostas forçadas que consideram questões políticas, econômicas, sociais e

³ Pedro Santos Mundim – Coordenador; Denise Paiva Ferreira; Francisco Mata Machado Tavares e João Carlos Amoroso Botelho. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). A pesquisa de campo foi realizada pelo Instituto Verus Assessoria & Pesquisa. O período de entrevistas foi de 14 de novembro de 2015 a 17 de janeiro de 2016 com 1200 entrevistados na área urbana de Goiânia, Goiás. A pesquisa utilizou como fonte de dados para a elaboração da amostra o Censo de 2010 e os dados do Tribunal Superior Eleitoral de 2012 e foi realizada com margem de erro de +/- 2,9% com 95% de confiança.

morais; e a (3) nova configuração da variável ideologia a partir da solução proposta por Wood e Oliver (2012). Desta maneira, será possível responder qual dessas três formas é a melhor ferramenta para medir ideologia.

Para a interpretação dos dados⁴ optou-se pela regressão logística binária para estudar o comportamento de um conjunto de observações, com o objetivo de produzir neste trabalho cinco modelos que permitam a predição de valores tomados por variáveis binárias a partir de uma série de variáveis explicativas.

Variáveis dependentes

Utilizou-se como as principais variáveis dependentes os votos para presidente e governador do estado de Goiás no primeiro e segundo turno do questionário do ESEG 2015.

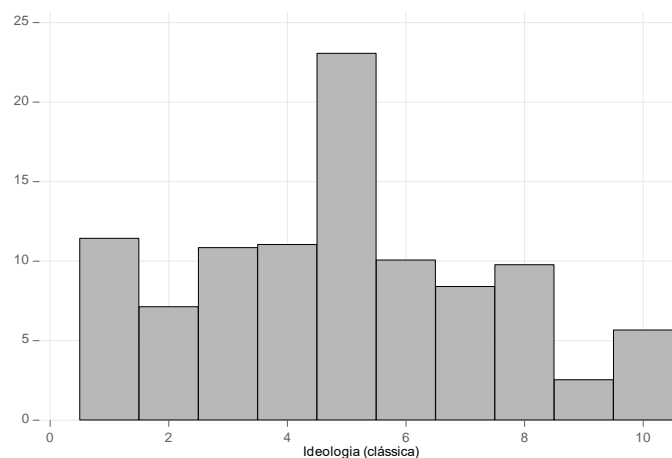
Para o voto à presidência as variáveis utilizadas para o primeiro turno foram: Dilma Rousseff com 30% dos votos, Aécio Neves com 40% e Marina 11% dos votos. Para o segundo turno, concorreram ao cargo de presidência: Dilma Rousseff e Aécio Neves. As variáveis para governador do estado de Goiás foram codificadas a partir dos candidatos: Marconi Perillo com 37% dos votos, Íris Rezende com 30% e Vanderlan Cardoso com 11% dos votos no primeiro turno. Os candidatos que concorreram ao segundo turno para o governo do estado em 2014 foram: Marconi Perillo e Íris Rezende.

Variáveis independentes

A primeira variável independente que compõe o primeiro modelo é a escala clássica de autoposicionamento ideológico. No questionário do ESEG 2015 a ideologia é mensurada com o auto posicionamento do respondente em uma escala que vai de 1 a 10. Vale salientar que ao pedir para os entrevistados que se posicionassem no espectro ideológico, 35% se disseram de esquerda, 20% centristas, 31% de direita e 15% não se posicionaram na escala. A distribuição dos dados da variável pode ser vista no Gráfico 1.

⁴ O banco de dados do ESEG bem como o questionário podem ser solicitados ao coordenador da pesquisa no e-mail <psmundim@ufg.br>.

Gráfico 1: Autoposicionamento ideológico dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

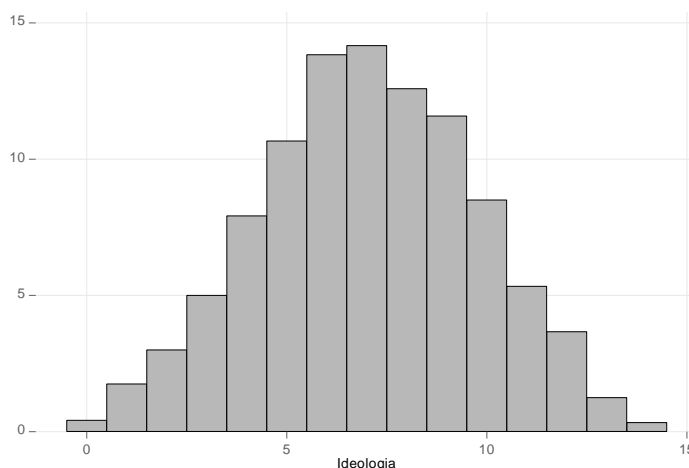
A segunda forma de medir a ideologia é a derivada da proposta de **Wood e Oliver (2012)**. Em pesquisas de opinião pública, a escala clássica de autoposicionamento ideológico geralmente apresenta uma alta taxa de não respostas. A proposta de Wood e Oliver é então apresentar uma nova forma de medir ideologia para reduzir os problemas de inconsistência em relação às não respostas, tornando-o um indicador mais confiável. As variáveis foram codificadas da seguinte forma: posicionamentos da escala clássica ideológica de 1 a 4 foram classificados como esquerda, de 6 a 10 foram classificados como de direita, os que não responderam foram classificados como “sem ideologia”. Esses indicadores foram interagidos com a medida de escolaridade para o nível médio e superior.

A terceira forma de medir ideologia é derivada de um índice criado a partir de uma bateria de perguntas e respostas forçadas presentes no questionário do ESEG 2015, composta por 16 questões sobre temas relacionados à igualdade social, liberdade, religião, economia, direitos trabalhistas, legalização de drogas e relacionamento homoafetivo como sugerido por Oliveira e Turgeon (2015). Para recodificar esta variável foram empregados os conceitos de esquerda e direita de Bobbio (Cf. 1995, 121-129). Atribuiu-se o valor de 1 para as respostas consideradas de “direita” e “conservadoras” e 0 para as respostas consideradas de “esquerda” e “progressistas” e não respostas. Construiu-se um índice com coeficiente de Alfa de Cronbach⁵

⁵ O Alfa de Cronbach expressa o grau de confiabilidade e da consistência interna do questionário e dos índices, seu valor deve variar entre 0 e 1. Usualmente o valor mínimo de alfa é tido como considerável para uma consistente estabilidade interna de um questionário ou uma escala é de $\alpha \geq 0,70$, apesar de poder diminuir para 0,60 em pesquisas exploratórias (Matthiensen, 2011).

de 0,51. Esse resultado demonstra uma baixa consistência entre as questões, ou seja, baixa confiabilidade do constructo. A distribuição dos dados da variável pode ser vista no Gráfico 2.

Gráfico 2: Posicionamento dos entrevistados na bateria de respostas forçadas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

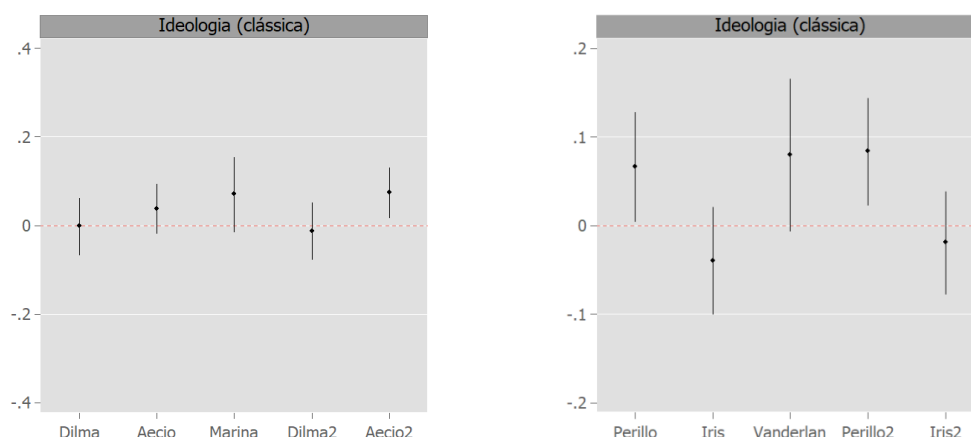
A partir do índice bateria de respostas forçadas foram criados os modelos de comportamento - que envolve questões referentes a valores com de Alfa de Cronbach foi de 0,48. O modelo econômico também foi feito a partir do índice geral da bateria de repostas forçadas abarcando apenas questões econômicas com coeficiente de Alfa de Cronbach de 0,32. Ambos modelos também demonstram uma baixa consistência nas questões.

Análise dos dados

Os valores dos coeficientes estimados de ideologia que serão apresentados servem para verificar quais variáveis tem maior força explicativa em y independentemente de suas distintas escalas ou medidas utilizadas. Ou seja, os coeficientes de ideologia apresentados podem avaliar sua maior ou menor importância explicativa na variável dependente (voto). Para rejeitar uma hipótese nula - de que os modelos não têm força explicativa – os valores estimados dos coeficientes β devem ser maiores que 0.

No Gráfico 3, no quadro ao voto para presidente, nota-se que os modelos de regressão para os diferentes candidatos não apresentaram diferenças bruscas nos valores, os coeficientes apresentam valores bem próximos, , isso tanto para o primeiro quanto para o segundo turno. Nesse sentido, com relação ao voto dos eleitores não é afetado de modo significativo pela ideologia.

Gráfico 3: Coeficientes estimados de ideologia no formato clássico e voto para Presidente da República e Governador de Goiás.



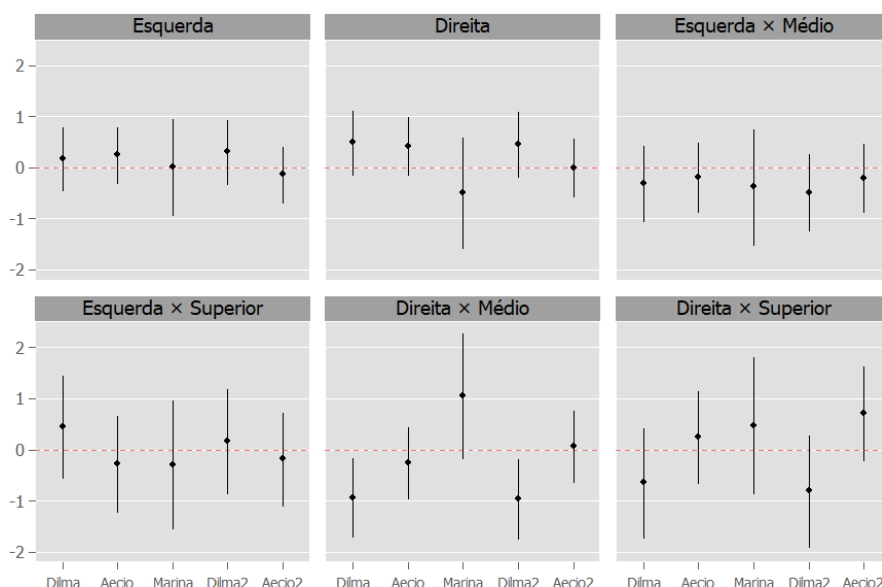
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

No quadro referente ao voto para governador no primeiro e segundo turno das eleições de 2014, observa-se que quanto mais o entrevistado se posiciona à direita, maiores são as chances de votar em Marconi. Apesar de apresentar valores explicativos para Marconi Perillo no primeiro e segundo turno e Vanderlan Cardoso no primeiro turno, temos um alto erro padrão para as estimativas dos coeficientes de regressão, sinalizando que o modelo ajustado está apresentando estimativas inconsistentes.

O modelo ajustado para os candidatos à presidência produz estimativas mais consistentes do que o modelo ajustado para os candidatos ao governo. No entanto, os resultados das estimativas dos coeficientes de regressão, sinalizam que ambos os ajustes apresentam estimativas pouco consistentes, já que não explicam o voto em todos os casos e não apresentam valores significativos estatisticamente para explicar o modelo. Nesse sentido, o indicador de ideologia no formato clássico não tem grande força explicativa.

O Gráfico 4 apresenta os resultados das estimativas do modelo de ideologia, mensurada no modelo clássico da escala de autopoicionamento e reconfigurada a partir da instrução educacional de nível médio e superior e o voto para presidente.

Gráfico 4: Coeficientes estimados de ideologia no formato clássico condicionado a uma escala educacional para Presidente da República



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Nos dois primeiros quadros à esquerda, o voto para os candidatos à presidência estão isolados para cada polo ideológico de esquerda e direita. Os resultados demonstram que não há grandes alterações quando separamos a esquerda da direita para analisar o voto, porém, para eleitores de direita apresentam-se pequena importância no voto para Dilma e Aécio no primeiro turno e Dilma no segundo turno.

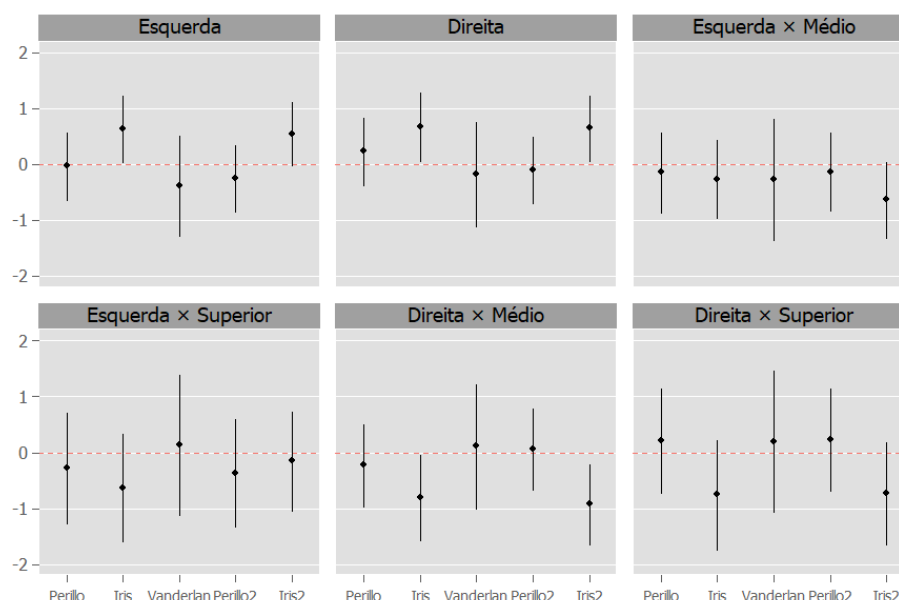
Ao comparar os valores de ideologia de esquerda e direita isoladas com os valores de ideologias reconfiguradas a partir da escala educacional, temos uma maior consistência nas estimativas, consistência essa mostrada pelo fato das barras de erros serem menores do que nos casos em que se dividiu as estimativas por escala educacional.

Outro ponto a ser observado é que no segundo turno, as estimativas do modelo de regressão se apresentam de modo mais consistente com erros menores. Além disso, pelos valores apresentados das estimativas, é visível um comportamento da variável ideologia similar entre as escalas educacionais com relação ao voto dos eleitores, isso para o segundo turno. Em contrapartida, no primeiro turno existem diferenças consideráveis nos valores das estimativas e também na variabilidade apresentada.

Os efeitos das estimativas do modelo para governador, como demonstram o Gráfico 5, são mais inconsistentes do que comparado aos resultados para presidente. Ao observar os ajustes para os espectros ideológicos isolados, tanto a esquerda quando a direita explicam o voto

apenas para Iris Rezende no primeiro e segundo turno. Para os demais valores, não houve uma grande importância explicativa.

Gráfico 5: Coeficientes estimados de ideologia no formato clássico x escala educacional para Governador



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

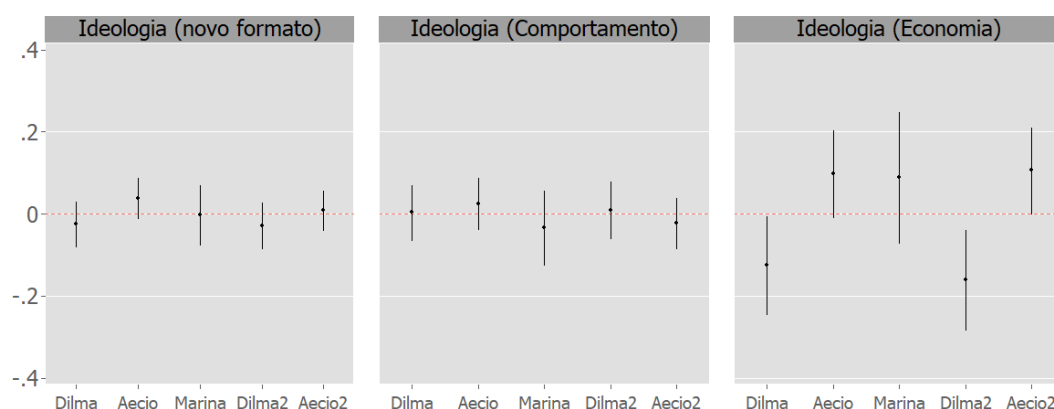
A relação entre a autocolocação do entrevistado, escolaridade e a coerência do voto não apresentaram níveis consistentes de fator explicativo. Para o caso dos candidatos a governador, as estimativas do modelo de regressão se mostram similares assim como a variabilidade dos coeficientes. Neste caso, temos um comportamento ideológico bem parecido entre os eleitores com a escala educacional médio e superior, indicando que o tipo de escala educacional não tem influência considerável na explicação da ideologia política dos eleitores para governador.

Vale salientar que apesar da variabilidade encontrada nas estimativas serem bem similares de acordo com as escalas educacionais, temos que, no caso da escala educacional superior, obteve-se uma variabilidade maior em torno das estimativas. Indicando uma consistência menor nos resultados para este nível da escala educacional.

Os resultados do modelo educacional para o caso dos candidatos a governador determinam estimativas mais consistentes do que no caso dos candidatos à presidência da república. Além disso, temos que, como as estimativas apresentadas no Gráfico 5 se mostram bem similares, pode-se concluir que o nível educacional atrelada ao autoposicionamento ideológico não interfere bruscamente no voto dos eleitores.

As estimativas apresentadas no Gráfico 6, do modelo do indicador de ideologia (Novo Formato) a partir da bateria de respostas e perguntas forçadas aparecem mais consistentes devido à barra de erros padrão terem baixa amplitude, indicando uma variabilidade menor em torno dos valores estimados. Porém, os coeficientes não apresentam valores significativos para explicar o modelo.

Gráfico 6: Coeficientes dos índices estimados de ideologia da bateria de respostas forçadas para Presidente da República

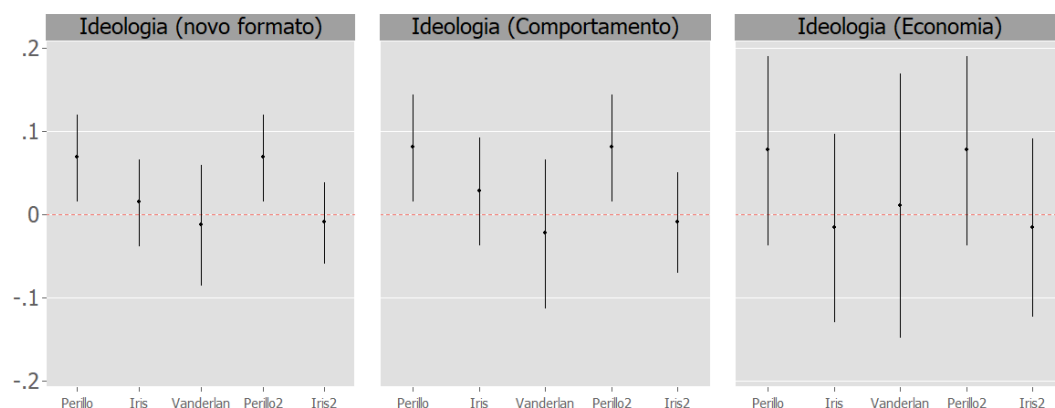


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

O segundo modelo de ideologia a partir do índice de questões sobre comportamento tem um desempenho similar ao modelo anterior. As estimativas inerentes ao modelo de ideologia (Economia) apresentam um alto grau de inconsistência com relação aos outros casos, tendo em vista a alta variabilidade dos resultados indicada pelas barras de erros. Entretanto, o modelo relacionado às questões econômicas teve maior poder explicativo do que o modelo relacionado comportamento e valores para explicar a relação ao voto. Pressupõe-se que quanto mais à direita, mais o eleitor está ligado às questões econômicas para votar em Aécio e Marina.

Já os efeitos das estimativas do modelo para governador resultaram em uma alta variabilidade em torno das estimativas, indicando possíveis inconsistências nos resultados como demonstrado no Gráfico 7. Entretanto, as estimativas inerentes ao modelo econômico possuem uma variabilidade maior quando comparada com as outras estimativas. Sendo assim, as estimativas encontradas para o modelo de Ideologia-Economia não servem para explicar o modelo como no caso do voto para governador.

Gráfico 7: Coeficientes dos índices estimados de ideologia da bateria de respostas forçada-



das para Governador do Estado de Goiás

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

No intuito de avaliar qual o melhor indicador de ideologia, a saber: modelo de escala clássica, modelo de Wood e Oliver (2012), modelo de bateria de respostas e perguntas forçadas, modelo de comportamento e modelo de economia, foram avaliados três critérios de seleção: Pseudo R^2 , critério de informação de Akaike (AIC) e critério de informação bayesiano (BIC). Os resultados médios dos valores desses critérios, para cada modelo, são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Média dos valores dos coeficientes dos modelos de acordo com critérios de seleção

Critérios de seleção	Média dos modelos				
	Escala Clássica	Educacional Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Pseudo-R2	0,1394	0,13766	0,13183	0,13171	0,13217
AIC	1044,88	1231,73	1227,4	1227,8	1226,63
BIC	1118,27	1338,53	1303,68	1304,08	1302,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Um valor de Pseudo R^2 crescente pode indicar melhor ajuste do modelo e um valor próximo de zero pode indicar má especificação do modelo, e assume valores no intervalo de 0 e 1. A escolha do modelo mais apropriado está baseada em modelos mais parcimoniosos e que explique bem a variável de resposta. De acordo com o critério de seleção Pseudo R^2 , o melhor modelo a ser escolhido é aquele que apresentar o maior valor. Tendo em vista isso, pode-se observar pela Tabela 1 que o modelo que detém o maior valor para o Pseudo R^2 é o modelo de Escala Clássica, seguido pelo modelo de Wood e Oliver. Sendo assim, o melhor a ser escolhido

para explicar a ideologia dos eleitores, de acordo com o Pseudo R^2 , é o modelo de Escala Clássica, porém, chama a atenção o baixo valor médio dos Pseudo R^2 e a baixa diferença entre os valores apresentados.

Os critérios de seleção mais utilizados na estatística para escolher o melhor modelo são o critério de informação de Akaike (AIC) e Critério Bayesiano (BIC). O primeiro admite a existência de um modelo real que descreve dados desconhecidos, e tenta escolher dentre um grupo de modelos avaliados, sendo que o modelo com menor valor de AIC é considerado o melhor ajuste. O segundo tem como pressuposto maximizar a probabilidade de um evento ocorrer dentre os modelos avaliados. Assim como AIC o BIC com menor valor é considerado o melhor modelo.

Para o valor do critério AIC, o melhor modelo a ser considerado é aquele que tiver o menor valor. Sendo assim, de acordo com os resultados apresentados na Tabela 1, o modelo que detém o menor valor de AIC é o modelo de Escala Clássica, seguido pelo modelo de Economia. Sendo assim, de acordo com o critério AIC, temos que o modelo com melhor desempenho na explicação da ideologia dos eleitores é o modelo de Escala Clássica.

Com relação ao critério BIC, temos que o melhor modelo é aquele que detém o menor valor. Sendo assim, de acordo com os resultados pode-se observar que o modelo que apresenta o menor valor de BIC é o modelo de Escala Clássica, seguido pelo modelo de Economia. Nesse sentido, podemos concluir, de acordo com o critério BIC, que o melhor modelo a ser utilizado para a explicação da ideologia dos eleitores é o modelo de Escala Clássica.

Com base nos três critérios utilizados, o melhor modelo para explicar ideologia, mesmo que com valores baixos, é o da Escala Clássica, como uma segunda alternativa o modelo de Economia com base nos critérios AIC e BIC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os coeficientes estimados de ideologia, com relação ao o voto nos candidatos, ideologia mensurada no formato clássico de autoposicionamento não é um fator preponderante para explicar ideologia, ou seja, este indicador de ideologia no formato clássico não tem grande força explicativa. Para que ideologia tenha impacto no comportamento e nas atitudes do eleitor, é preciso analisar a estrutura cognitiva do eleitor como um todo. Pois de acordo com os resultados, ideologia parece não ser importante quando visto somente a escala clássica de autoposicionamento.

Quando relacionamos a escala ideológica clássica com o nível educacional como proposto por Wood e Oliver (2012), a intenção era encontrar uma relação clara entre a autocolocação do entrevistado e a coerência do voto. Os resultados apresentaram uma pequena coerência para eleitores de direita de nível médio. No entanto, os resultados são pouco consistentes. Os coeficientes referentes aos eleitores com a escala superior mostram uma alta variabilidade, indicando que as estimativas referentes a esses eleitores são bem inconsistentes na explicação do indicador, resultados diferentes do modelo proposto pelos autores. Eleitores com ensino superior não possuem uma relação clara entre o autoposicionamento ideológico e o voto. Para eleitores com ensino médio, suas opiniões são mais claras, porém, pouco estáveis.

Oliveira e Turgeon (2015) sugeriram ampliar a operacionalização do conceito com temas modernos referentes a economia, casamento gay, liberalização de drogas, ou aborto por exemplo. Com base nisso, foram feitas estimativas do indicador de ideologia a partir de uma bateria de perguntas e respostas forçadas. As estimativas não apresentam valores significativos dos coeficientes para explicar o modelo. O modelo seguinte de comportamento, feito a partir do índice da bateria de perguntas, apresenta resultados semelhantes. Em síntese, as estimativas apresentadas pelo modelo economia, foram as que apresentaram melhores resultados, quando comparadas aos outros modelos derivados da bateria de respostas e perguntas forçadas. Significa dizer que é o modelo que tem maior poder explicativo, apesar disso, existe certa inconsistência nos resultados.

Como conclusões gerais dos modelos de acordo com os critérios de seleção de modelos, temos que o modelo de escala clássica de autoposicionamento ideológico foi o modelo com o melhor desempenho na explicação da ideologia política dos eleitores. Apesar dos resultados obtidos, nenhum modelo apresenta resultados precisos para a predição da ideologia política dos eleitores, tendo em vista os valores para o Pseudo R^2 foram bem baixos. Cabe salientar que mesmo o modelo de escala clássica ter apresentado os melhores resultados, temos que tais resultados se mostram inconsistentes e com um baixo poder de precisão na predição da ideologia política.

Cabe salientar que o entrevistado ao responder um questionário pode não ter se atentado ao tema das questões inquiridas até então. Quando o faz pode propositalmente responder o que se espera como resposta em um momento efêmero e conveniente. A literatura abordada, bem como as análises dos resultados desta pesquisa, traz a dificuldade de mensurar ideologia na opinião pública ao levar em conta estas questões, seja por mostrar resultados inconsistentes e poucos confiáveis, seja pela dificuldade do grau de certeza do conceito medido. Apontar o peso

das variáveis explicativas relacionadas à ideologia com diferentes níveis de compreensão deve ter um debate mais amplo em trabalhos metodológicos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Ideologia e comportamento eleitoral: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto. **Paper apresentado ao XXV Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren; STOKES, Donald. **The American Voter**. New York: John Wiley and Sons, 1960.

CARMINES, Edward; Zeller, Richard. **Reliability and Validity Assessment**. Sage Publications, Beverly Hills, California, 1979.

CARREIRÃO, Yan. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora FGV, 2002.

COCHRANE, Christopher. **Left and Right**: The Small World of Political Ideas. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2015.

CONVERSE, Philip. The nature of belief systems in mass publics. In **Ideology and Discontent**. DAVID, Apter. p. 206-261, 1964.

FIORINA, Morris P.; ABRAMS, Samuel J.; POPE, Jeremy C. **Culture War?** The myth of a Polarized America. New York: Pearson Longman, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KNIGHT, Kathleen. Transformations of the Concept of Ideology in the Twentieth Century. **American Political Science Review**, Vol. 100, n°. 4, p. 619-626, 2006.

LUSKIN, Robert C. (1990) "Explaining Political Sophistication". **Political Behavior**, Vol. 12, n°4, p. 331-361.

OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. **Revista Opinião Pública**, Campinas, Vol. 21, n° 3, p. 574-600, 2015.

PAULHUS, Delroy. Measurement and control of response bias. **Measures of personality and social psychological attitudes**. Academic Press, San Diego, 1991.

PEDHAZUR, E. J ; SCHMELKIN L. P. **Measurement, design, and analysis**. An integrated approach. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1991.

RAMOS, J. M. G. El análisis factorial confirmatorio aplicado a la investigación pedagógica no-experimental. **Bordón**, Madrid, n°. 267, p. 245-267, 1987.

REIS, Fábio. A razão do eleitor: resenha do livro Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro de André Singer. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 set. 2000.

SILVA, Severino; COSTA, Francisco. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. *Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, São Paulo, Vol. 15, p. 1-16, 2014.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: A identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

WOOD, Thomas; OLIVER, Eric. Toward a more reliable implementation of ideology in measures of public opinion. **Public Opinion Quarterly**, Vol. 76, n°. 4, p. 636 - 662, 2012.

APÊNDICE

Tabela 2: Critérios de seleção de modelos para voto para presidente e governador

	Escala Clássica	Wood e Oliver	Bateria de respostas	Comportamento	Economia
Determinantes do voto em Dilma Rousseff no 1º turno da eleição de 2014					
N	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R2	0.177	0.178	0.169	0.169	0.171
BIC	1101.4	1337.1	1307.3	1308.0	1303.9
AIC	1027.5	1230.3	1231.0	1231.7	1227.6
Determinantes do voto em Dilma Rousseff no 2º turno da eleição de 2014					
N	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R2	0.201	0.198	0.192	0.192	0.196
BIC	1093.8	1314.7	1280.6	1281.5	1274.9
AIC	1019.9	1207.9	1204.3	1205.2	1198.6
Determinantes do voto em Aécio Neves no 1º turno da eleição de 2014					
N	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R2	0.145	0.142	0.137	0.136	0.137
BIC	1279.2	1521.8	1487.7	1489.3	1486.7
AIC	1205.3	1415.0	1411.4	1413.0	1410.4
Determinantes do voto em Aécio Neves no 2º turno da eleição de 2014					
N	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R2	0.163	0.164	0.156	0.156	0.158
BIC	1285.5	1531.4	1501.5	1501.1	1497.8
AIC	1211.6	1424.5	1425.2	1424.8	1421.5
Determinantes do voto em Marina Silva no 1º turno da eleição de 2014					
N	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R2	0.0824	0.0783	0.0664	0.0670	0.0679
BIC	759.4	894.8	861.9	861.5	860.7
AIC	685.5	788.0	785.6	785.2	784.5

	Escala Clássica	Wood e Oliver	Bateria de respostas	Comportamento	Economia
Determinantes do voto em Marconi Perillo no 1º turno da eleição de 2014					
N	1020	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.185	0.176	0.177	0.177	0.174
BIC	1194.4	1437.5	1393.6	1394.3	1398.5
AIC	1120.5	1330.7	1317.4	1318.0	1322.3
Determinantes do voto em Marconi Perillo no 2º turno da eleição de 2014					
N	1020	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.174	0.167	0.165	0.164	0.163
BIC	1233.8	1477.2	1438.4	1439.9	1440.4
AIC	1159.8	1370.4	1362.2	1363.6	1364.1
Determinantes do voto em Íris Rezende no 1º turno da eleição de 2014					
N	1020	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.101	0.109	0.103	0.103	0.102
BIC	1198.3	1429.1	1395.6	1395.2	1395.8
AIC	1124.4	1322.4	1319.3	1318.9	1319.5
Determinantes do voto em Íris Rezende no 2º turno da eleição de 2014					
N	1020	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.100	0.0985	0.0927	0.0927	0.0927
BIC	1292.6	1545.2	1511.7	1511.7	1511.7
AIC	1218.7	1438.4	1435.4	1435.5	1435.5
Determinantes do voto em Vanderlan Cardoso no 1º turno da eleição de 2014					
N	1000	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.0656	0.0658	0.0602	0.0604	0.0601
BIC	744.3	896.5	858.5	858.3	858.6
AIC	675.6	789.7	782.2	782.1	782.3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

COMPARECIMENTO ELEITORAL E SISTEMAS ELEITORAIS NO BRASIL, BOLÍVIA E MÉXICO

Lucas Gabriel Feliciano Costa

João Pedro Inácio Peleja

RESUMO

Objetamos apresentar a ideia de um projeto de pesquisa que visa identificar se há indícios de que os sistemas eleitorais e suas características são capazes de aproximar ou afastar os eleitores do ato do sufrágio – é dizer, a dificuldade de assimilação dos rasgos de um dado sistema. Propomo-nos a fazer uma análise comparativa entre os sistemas eleitorais do Brasil com os de Bolívia e México. O que justifica a seleção destes casos (países) é que esses possuem sistemas divergentes em seu cerne, porém semelhante no tocante a compulsoriedade do voto: são México e Bolívia, que compartilham do sistema de voto misto de correção e Brasil, em que abarca dois tipos de processos em níveis diferentes, o representação proporcional por lista para os entes do legislativo da câmara baixa (vereadores e deputados) e majoritário os do executivo (presidente, governadores, prefeitos) e senadores. Para a escolha dos sistemas a estudar, o contraste entre o sistema de tipo brasileiro e os de “sistema alemão” de voto misto de correção é a frequente menção deste como modelo alternativo em caso de uma possível reforma eleitoral no Brasil. Objetivamos então: i) explicitar as divergências estruturais entre os dois modelos estudados e ii) a relevância e influência (ou não) do tipo de sistema eleitoral para o comparecimento eleitoral. Portanto, desenvolveremos um estudo dos índices de comparecimento eleitoral nos três países a partir dos anos 2000 disponíveis online nos bancos de dados *Political Database of the Latin America* (<http://pdba.georgetown.edu/>) e demais informações no *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (<https://www.idea.int/>). A primeira fonte permite acesso a dados diversos, e atualizados, sobre as eleições e seus resultados em cada um dos casos, e o segundo dá acesso a informações sobre características institucionais de cada país, bem como leis sobre seus sistemas eleitorais.

Palavras-chave: Comparecimento eleitoral; Sistemas Eleitorais; Política Comparada

ABSTRACT

We object to presenting the idea of a research project that aims to identify whether there are indications that electoral systems and their features are capable of bringing voters closer or further away in an act - that is, the difficulty of assimilating the characteristics of a system Market Stall. Let us try to make a comparative analysis between the Brazilian systems with those of Bolivia and Mexico. The justification for choosing such countries is that they have different systems from each other in their internal dynamics, in spite of the same in the matter of the obligation to vote: They are Bolivia and Mexico, which share the type of mixed vote and Brazil, which system includes two types of various processes, the proportional representation by list for those of the legislature of the lower house (councillor and deputies) and the majority of those of the executive (president, governors and mayors) and senators. To choose the cases in the study, the contrast between the system used in Brazil and the "German type" of the others is the frequent mention of this as an alternative model in case of a possible electoral reform in Brazil. Our goal is to: i) explain the structural divergences between the two models studied and ii) the relevance and influence (or not) of the type of electoral system in going to the polls. Therefore, we will develop a study of the voter turnout rates in the three countries since the 2000s based

on the data available online in Political Database of the Latin America (<http://pdba.georgetown.edu/>) and other information on the International Institute for Democracy and Electoral Assistance (<https://www.idea.int/>). The first source gives us access to updated data and several about the elections and their results in Political Database of the Latin America (<http://pdba.georgetown.edu/>) and other information on the International Institute for Democracy and Electoral Assistance (<https://www.idea.int/>). The first source gives us access to updated data and several about the elections and their results in each of the countries and the second allows access to information about institutional features of these, as well as the legal information about their electoral systems.

Key words: *Voter turnout; electoral systems; comparative politics.*

Este trabalho é um projeto de pesquisa cujo desenvolvimento é recente e, no objetivo de pô-lo à prova e colher informações e sugestões de expansão e construção desta pesquisa, apresentamo-lo às/aos examinadoras/es responsáveis.

INTRODUÇÃO

A busca por meios de formação e tomadas de decisões é um processo tão antigo quanto se pode imaginar. Não mais antiga, mas tão presente quanto é discussão sobre quem escolhe, como se escolhe, e o que se escolhe. Reconhece-se hoje que em países democráticos, ao menos no mundo ocidental, a participação popular por meio de eleições é o meio mais viável para fazer a seleção do pessoal responsável pelo processo decisório e, ao mesmo tempo, a expressão e representação do consenso e dissenso presente em uma sociedade (Cf. MAROTTA, 2010). Logo, na necessidade de se positivar e organizar as regras e suas variações para tal ato, o de eleição, constituem-se sistemas eleitorais que podem ser definidos como:

o conjunto de normas de que define como o eleitor poderá fazer *poderá fazer suas escolhas* e como os votos serão contabilizados e *transformados em mandatos*. [...] Existe uma série de outros aspectos importantes em uma eleição [dos quais dizem respeito aos sistemas eleitorais]: quais são os eleitores aptos a votar; se o voto é obrigatório ou facultativo; os critérios para a apresentação dos candidatos; as normas de acesso aos meios de comunicação; os mecanismos de controle de gastos de campanha e acesso ao fundo partidário; as normas para divulgação de pesquisa; as regras da propaganda eleitoral (NICOLAU, 2011, p. 11).

Efetivado um sistema, começam a ocorrer eleições. Elas, por si só, são um objeto de largo interesse dos politólogos em diversos matizes, um deles é o comparecimento eleitoral, e será sobre esse fenômeno que este trabalho se ocupará.

Comparecimento eleitoral é tema antigo de estudo na ciência política, em que os que se debruçam sobre ele estão, principalmente, em busca do que influencia ou explica o comparecimento ou não, dos eleitores no dia das eleições, ou, mais especificamente

respondendo às perguntas como as de André Blais (2008, p. 9): “¿Por qué es mayor la participación en algunos países o elecciones que en otros? ¿Por qué se incrementa o reduce con el paso del tiempo?”.

Geys, em *Explaining Voter Turnout: A Review of Aggregate-Level Research. Electoral Studies* (apud RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015, p. 92), faz uma relação de variáveis recorrentes em estudos empíricos ele que analisou, e as classifica em três níveis/ordens diferentes: socioeconômico (tamanho da população, concentração (rural/urbano); político (gostos com campanhas, fragmentação política e proximidade das eleições e; institucional (sistema eleitoral, voto obrigatório e simultaneidade de cargos em disputa). Em acordo com os dois autores anteriores, Dettrey e Schwindt-Bayer (*ibidem*) e Gallego (*ibidem*) focam em variáveis de ordem socioeconômico e institucional, mostrando seus efeitos no comparecimento eleitoral nos países estudados.

Resumindo alguns dos resultados dos resultados das pesquisas citadas, tem-se que: o número de partidos, a obrigatoriedade do voto (CASALECCHI; AGUIAR, 2016, p. 6), o nível de inteligibilidade do sistema eleitoral, PIB *per capita* e nível de instrução dos eleitores impactam positivamente no nível de comparecimento eleitoral.

Em relação ao contexto latino-americano, Fornos, Power e Garand (apud RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015, p. 95) mostram que as variáveis mais relevantes são por fatores institucionais de efeito negativo (presença/ausência de legislativo bicameral, pela dificuldade de identificação das coalisões formadas e diminuição do nível de proximidade de eleitor e eleito, diminuindo a taxa de responsividade deste) e positivo (obrigatoriedade do voto, pela existência de sanções legais aos que não comparecem e simultaneidade de eleições do executivo e legislativo, por razões materiais, de deslocamento ao local de votação, e informacional).

Com base nos dados apresentados, este trabalho visa comparar aspectos dos sistemas eleitorais do México, Bolívia e do Brasil (casos). Tais aspectos são: Voto Obrigatório; Simultaneidade de eleições (Executivo/Legislativo); Legislativo Uni/Bicameral; Tempo oficial de campanha eleitoral; Existência de reeleição e Existência de dois turnos (Cf. RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015, p. 95), e variáveis estruturais (PIB *per capita* e nível de instrução da população de cada um dos casos, principalmente) tomando-os como variáveis explicativas do índice de comparecimento eleitoral em cada um dos casos nas últimas duas eleições em cada um deles, a partir de 2000 (unidade de análise).

O que justifica a seleção dos casos é que, em pesquisa preliminar, decidiu-se comparar países que têm possuem um sistema eleitoral divergente em um aspecto.

Sintetizando, os casos selecionados são México e Bolívia, que compartilham do sistema de voto misto de correção (NICOLAU, 2012, p. 83) e Brasil, em que o sistema eleitoral abarca dois tipos de processos em níveis diferentes, o representação proporcional por lista para os entes do legislativo da câmara baixa (vereadores e deputados) e majoritário para entes do executivo (presidente, governadores, prefeitos) e senadores (Cf. *ibidem*, 2015).

A relevância desta pesquisa é o seu possível potencial de servir como material de consulta e esclarecimento sobre características de um sistema eleitoral diferente do estabelecido no Brasil, que passa por um momento de clamor por reformas diversas, uma delas dos sistemas propostos neste projeto. Sendo assim, é relevante a comparação para que possamos ver as vantagens e desvantagens dos sistemas estrangeiros e nacional,

OBJETIVOS

Objetivo principal:

Comparar aspectos dos sistemas eleitorais do México, Bolívia e do Brasil (casos). Tais aspectos são: Voto Obrigatório; Simultaneidade de eleições (Executivo/Legislativo); Legislativo Uni/Bicameral; Tempo oficial de campanha eleitoral; Existência de reeleição e Existência de dois turnos (Cf. RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015, p. 95), tomando-os como variáveis explicativas do índice de comparecimento eleitoral em cada um dos casos nas últimas duas eleições em cada um deles, a partir de 2000 (unidade de análise).

Objetivos específicos:

i) Fazer um levantamento bibliográfico acerca do tema nos países de democracia recente e de voto obrigatório, uma vez que a área comparecimento eleitoral na América Latina é carente em literaturas específicas (*ibidem*, p. 93);

ii) Identificar nas legislações eleitorais de cada um dos casos os tipos de sanções penais às/aos eleitoras/es que se ausentam nos dias das eleições. É dizer, comparar o nível de severidade das leis;

iii) Traçar um breve histórico do voto em cada um dos países selecionados;

iv) determinação de algumas categorias durante o estudo qualitativo dos sistemas eleitorais dos países selecionados, essas que sintetizarão o que entendermos ser “situação positivos” (que aproxima ou eleva a probabilidade de participação de eleitores) e “situação negativa” (expressando a ideia oposta);

v) buscar relações estatísticas entre as categorias determinadas;

HIPÓTESES

A principal hipótese que esse trabalho tentará responder é que a complexidade do sistema afasta uma parte do eleitorado. Aplicando tal ideia aos casos do trabalho, hipotetiza-se que o comparecimento eleitoral no Brasil é maior por ter um sistema eleitoral menos complexo que México e Bolívia. Assumimos, portanto, que há na estrutura do evento (dinâmica de ocorrência, logística, designação de zonas eleitorais, deslocamento de eleitores, locais de depósito de voto, etc.), nas “regras” dos sistemas e, por consequência, em suas características fundadoras elementos que elevam e outros que diminuem a probabilidade de participação de votantes no ato do sufrágio durante os períodos eleitorais.

METODOLOGIA

Para a metodologia, há dois pontos importantes a se destacar: i) seleção dos casos e ii) processo de coleta e análise dos dados. O primeiro ponto, os casos foram selecionados com base nos métodos de comparação de poucos casos chamados *most different systems design (MDSD)*, usado para comparar casos que apresentam diferenças mas têm o em comum um resultado de um processo, ou outros fatores importantes que explicam esse resultado e *most similar systems design (MSSD)* que, usado com casos semelhantes, visa, dentre outras coisas, identificar diferenças em casos parecidos que expliquem algum processo (Cf. LANDMANN, 2011). Neste trabalho, o MSSD será usado para comparar México e Bolívia que tem grande parte dos seus aspectos dos sistemas eleitorais similares, principalmente o sistema de voto misto de correção (NICOLAU, 2012, p. 83), característica determinante para a escolha dos dois países. E o MDSD será usado para comparar México e Bolívia em relação ao Brasil, em que o sistema eleitoral abarca dois tipos de processos em níveis diferentes, a representação proporcional por lista para os entes do legislativo da câmara baixa (vereadores e deputados) e majoritário para entes do executivo (presidente, governadores, prefeitos) e senadores (Cf. *ibidem*, 2015).

Sobre o segundo ponto, coleta e análise de dados: desenvolveremos um estudo dos índices de comparecimento eleitoral nos três países a partir dos anos 2000, usando os materiais disponíveis on-line em *Political Database of the Latin America* (<http://pdba.georgetown.edu/>) e os bancos de dados sobre comparecimento eleitoral em *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (<https://www.idea.int/>). A primeira fonte dá acesso a informações sobre características institucionais de cada país, bem como legais sobre seus sistemas eleitorais, e o segundo permite acesso a dados diversos, e atualizados, sobre as eleições e seus resultados em cada um dos casos.

Sobre o levantamento de literatura, pretende-se verificar quais são os artigos mais atuais produzidos sobre o tema nos países estudados, e também analisar a literatura que sugerida para conhecimento dos sistemas eleitorais por país na *Political Database of the Latin America*. Portanto, para caracterização e conhecimento contextual dos casos e revisão bibliográfica da literatura recente sobre comparecimento eleitoral, servindo-me de ferramentas de análise, usaremos fundamentalmente artigos científicos, privilegiando textos que tragam informações mais recentes. Ainda sobre este ponto, mesclado em alguma medida com o anterior, determinaremos nas leituras de tais artigos, e na sondagem das características dos sistemas eleitorais de cada caso, que sintetizarão o que entendermos ser “situação positivos” (que aproxima ou eleva a probabilidade de participação de eleitores) e “situação negativa” (expressando a ideia oposta);

Após isso, por meio de programas computacionais estatísticos ainda não determinados, buscaremos reanalisar as informações que encontramos, afim de buscar um meio de determinar que tipos de dados usaríamos para categorizá-los segundo nossas determinações anteriores, afim de relacionar estatisticamente tais categorias e produzir resultados mais concretos de nossas proposições, baseados em índices matemáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAIS, André. ¿Qué afecta a la participación electoral? *Revista Española de Ciencia Política*, [S.l.], p. 9-27, mar. 2013gg. ISSN 2173-9870. Disponible en: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/37456>>. Fecha de acceso: 31 may. 2018.

CASALECCHI, G. A.; AGUIAR, N. N. Participação política, voto e estrutura: avaliando o impacto do status socioeconômico sobre a predisposição do eleitor brasileiro votar voluntariamente. In: *X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política - Ciência Política e a Política: memória e futuro*, 2016, Belo Horizonte. Anais do Evento, 2016.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; DA SILVA, Rafael. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 91-108, junho de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000200091&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03 de maio de 2018.

LANDMAN, Todd. Política comparada. Una introducción a su objeto y métodos de investigación. Madri: Alianza, 2011.

MAROTTA, Emanuele. Sistema eleitoral. In. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 13ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4ª reimpressão, 2010, p. 1174 – 1179.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. 6ª ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012.

JUNHO DE 2013 E A ESQUERDA BRASILEIRA CINCO ANOS DEPOIS

JUNE 2013 AND THE BRAZILIAN LEFT FIVE YEARS LATER

Sérgio Mendonça Benedito¹

RESUMO

Esta apresentação tem como objetivo analisar a história presente e os desafios do campo da esquerda no Brasil no período posterior às manifestações de junho de 2013. Aquele ciclo de protestos marcou a conjuntura política recente do país e evidenciou a crise das esquerdas que já estava em curso ao menos desde o segundo mandato de Lula da Silva. Dessa forma buscamos investigar a atuação recente dos atores coletivos hegemônicos (em torno do Partido dos trabalhadores) e oposicionistas (que propuseram uma alternativa política ao governo). Trata-se de um estudo de cunho qualitativo fundado no método historiográfico. Com base nas evidências coletadas a partir de fontes primárias concluímos que a hegemonia petista ainda se manteve apesar de todos os revéses no período pós-2013 e da crescente atividade da oposição de esquerda. A hegemonia no campo da esquerda ainda se encontra em disputa, sem evidências da ascensão uma nova direção, e seu futuro dependerá daquele conjunto de coletivos que sejam capazes de indicar um novo horizonte estratégico e pautar a disputa na sociedade em meio a uma democracia em recessão.

Palavras-chave: Esquerda política. Ativismo político. Hegemonia.

ABSTRACT

This presentation aims to analyze the history of present and challenges of the political left in Brazil in the period after the demonstrations of June 2013. This cycle of protests marked the recent political conjuncture of the country and highlighted the crisis of the left that was already in progress at least since Lula da Silva's second term. In short we seek to investigate the recent activities of the hegemonic collective actors (around the Worker's Party) and oppositionists (who proposed a political alternative to the government). This is a qualitative study based on the historiographic method. From the evidence gathered out of primary sources we conclude that the PT's hegemony still held despite all the setbacks in the post-2013 period and the growing activity of the left opposition. Hegemony in the leftist field is still in dispute, without evidence of ascension a new direction, and its future will depend on that set of collectives that are capable of indicating a new strategic horizon and guide the dispute in the society midst of a democracy in recession.

Keywords: Political left. Political Activism. Hegemony.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado sobre a história presente do campo da esquerda no Brasil com referência às manifestações

¹ Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFG).

ocorridas em 2013. Os protestos ocorridos naquele ano tornaram mais evidente o conflito em curso na esquerda entre atores hegemônicos e opositores. Os primeiros, por um lado, caracterizam-se como grupos militantes que se constituíram nas décadas de 1970 e 1980, alinhados com os governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Os últimos, por outro lado, compõem partidos, centrais sindicais e movimentos que se cresceram nos anos dos governos petistas (a partir de 2003), como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). Em um contexto nacional de grande descrédito das elites políticas e seguidos escândalos de corrupção; regional, de uma crescente reprovação dos governos de esquerda na América Latina; e global, de grandes protestos ocorridos em vários países no Oriente Médio, Europa e Estados Unidos², guiamo-nos pela indagação sobre como se configura a esquerda política no país e quais os seus horizontes de ação e prática política.

Tal investigação exigiu revisar a história da Nova República desde o seu princípio e o concomitante desenvolvimento da esquerda no país. Nessa apresentação, contudo, concentrarei-me no período pós-2013. Em apertada síntese, entre 2003 e 2013 observou-se o aprofundamento da moderação programática do PT que orientou suas administrações por um modelo de desenvolvimento nacional que garantia ganhos à população mais pobre mas sem desafiar os interesses das elites políticas e econômicas. Mais visível a partir de 2005 a oposição de esquerda se organizou desafiando esse programa, sublinhando que as medidas tomadas pelo governo não revertiam em conquistas duradouras para o conjunto da população e mas beneficiavam sobremaneira uma ínfima parcela – precarizando as condições imediatas da maioria e deixando-os longe da meta do socialismo. Apesar desse diagnóstico os atores coletivos de oposição não foram capazes de compor uma estratégia de disputa pela hegemonia no conjunto da sociedade. Ocorreram mobilizações contra as reformas e projetos do governo e por direitos, em especial no que se refere ao feminismo; mas não se constituiu uma frente de esquerda permanente com um programa mínimo que permitisse somar forças. A conjuntura imediatamente anterior às manifestações de junho indicava, portanto, o acirramento da luta pela hegemonia do campo e a disputa entre seus

² Para uma contextualização geral da recente crise política brasileira, cf. Abramides (2017) e Tatagiba (2017). Para uma problematização do termo “progressista” associado aos governos de esquerda e sua crise na América Latina, ver Cava (2016) e Santos (2017). Enfim, Fominaya (2014) e Gerbaudo (2017) oferecem interpretações sobre a onda global de protestos ocorrida a partir de 2011.

atores coletivos por setores progressistas da sociedade. Mas as condições históricas, subjetivas e materiais, limitavam os esforços para apelar a (ou se reaproximar de) um público mais amplo e incluí-lo em seus debates e construção programática – o que deu margem à organização política da direita nos ciclos de protestos posteriores (Alonso, 2017).

Em suma, o objetivo do texto é apresentar uma análise dos acontecimentos a partir de 2013 no que se refere à atuação dos atores coletivos de esquerda, a reconfiguração do campo no período recente e o cenário que se desenha para o futuro. Na primeira seção tratarei sobre a conjuntura imediata das chamadas jornadas de junho, dando conta das interpretações que foram realizadas naquele momento. A seguir abordarei os eventos mais significativos entre 2013 e 2016 que nos auxiliam a compreender a recente dinâmica da esquerda e suas mudanças internas quanto ao equilíbrio de forças. Enfim, concluímos com algumas indicações para se pensar o desafio das esquerdas no próximo ciclo político com base nos acontecimentos mais recentes.

1 AS ESQUERDAS NA OCASIÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Antes de iniciar essa análise das interpretações e posicionamentos políticos dos atores coletivos de esquerda convém, ainda que brevemente, expor os fundamentos da pesquisa. Tratou-se de um estudo de cunho qualitativo fundado no método historiográfico e na análise documental. Com base em nossa fundamentação teórica, no que se refere aos conceitos de esquerda política e de hegemonia³, e na observação preliminar dos acontecimentos políticos nos anos de governo do PT selecionamos vinte e dois coletivos⁴ que se destacaram nas lutas sociais e incidiram na disputa pela direção do campo da esquerda – e que, por isso, possuíam o que chamamos de potencial hegemônico. A partir de fontes primárias (os sítios dos atores coletivos na *internet*), recolhemos documentos e notas que manifestavam suas conexões, afinidades e rejeições quanto a outros grupos. Com isso foi possível reconstruir suas atividades e identificar aqueles que tiveram protagonismo no

³ Recorremos principalmente a autores como Marcel Gauchet, Norberto Bobbio, Bruno Bosteels, Antonio Gramsci e comentadores de sua obra como Alvaro Bianchi e Peter Thomas.

⁴ Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Central Única dos Trabalhadores (CUT), CSP Conlutas - Central Sindical e Popular, Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Geledés - Instituto da Mulher Negra, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Consulta Popular, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Passe Livre (MPL), Brigadas Populares (BP), Levante Popular da Juventude (LPJ), Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) e #partida.

período. A seguir me dedicarei a apresentar os principais aspectos das interpretações e feitos políticos na conjuntura recente que orientam a um entendimento da dinâmica do campo da esquerda e das mudanças no seu equilíbrio de forças.

Quando ocorreram as manifestações de 2013 destacou-se de maneira geral a atividade dos envolvidos, voltada totalmente à revogação dos aumentos, e a divisão no campo da esquerda entre céticos e apologistas. A estratégia dos coletivos que integram o MPL foi a de promover protestos por uma pauta específica e concreta, a diminuição do preço das passagens. Para isso juntaram-se à população e militantes de outras organizações para a realização de atos descentralizados nas cidades, quando possível envolvendo os usuários e usuárias do transporte público. Dados os seus princípios e forma de atuação, o MPL sempre rechaçou o papel de líder das manifestações⁵ e seguiu mobilizando o debate sobre a tarifa⁶. Após a massificação dos protestos pelo país, em parte decorrente da solidariedade coletiva depois do episódio de repressão da PM paulista no dia 13 de junho, o movimento buscou atribuir a pauta da revogação dos aumentos ao público presente a despeito das várias reivindicações que começavam a aparecer nas ruas⁷. Dada a crescente adesão às manifestações, nos dias seguintes as tarifas seriam revistas em várias cidades do país, incluindo São Paulo que teve o reajuste cancelado no dia 19. Quem esteve nas manifestações após o dia 17 percebeu o clima de hostilidade com relação aos partidos e movimentos de esquerda e com o MPL não foi diferente – os atos tinham tomado uma nova proporção e saído do controle. Conta-se que antes da manifestação do dia 20 na capital paulista, foi promovido um encontro entre organizações de esquerda de modo a combinar uma forma de auxílio mútuo diante das agressões sofridas nos dias anteriores (Locatelli, 2013). Não obstante o diagnóstico imediato de que os protestos foram engrossados por um público de direita, nacionalista ou sem histórico de militância política – e de certa maneira instrumentalizados pela mídia tradicional contra os governos estaduais e federal – o MPL enfatizou majoritariamente o caráter popular da mobilização⁸.

⁵ Para além da nota de rodapé seguinte, ver por exemplo: Tarifa Zero Goiânia. Nota de esclarecimento. 7 jan. 2014. Disponível em: <<https://tarifazerogoiania.wordpress.com/2014/01/07/nota-de-esclarecimento/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁶ MPL-SP. Nota pública do Movimento Passe Livre sobre a luta contra o aumento. 9 jun. 2013. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/09/nota-publica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contra-o-aumento/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁷ MPL-SP. Nota pública sobre os atos do dia 17/06. 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/17/nota-publica-sobre-os-atos-do-dia-1706/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁸ MPL-SP. Sobre a revogação do aumento. 21 jun. 2013. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/21/fomos-vitoriosos-viva-a-luta-do-povo/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Se os atores e atrizes que estavam nas ruas se surpreenderam com a proliferação das manifestações pelo país, igualmente os coletivos do campo não estavam preparados para aqueles desdobramentos. A esquerda hegemônica colocou-se em uma posição defensiva, repetindo as medidas tomadas pelo governo que reverteram em melhores condições de vida para a população. Do discurso petista sobressaía a ideia de que os protestos se davam não porque a situação estava ruim mas sim porque as pessoas queriam mais – em um cenário de consolidação da democracia⁹. Considerada legítima, a despeito dos atos isolados de violência, a mobilização popular não exibía uma pauta majoritariamente incompatível com o projeto do partido, o que justificava seu apoio e tardia adesão aos protestos. Assim o PT se dispôs a contrapor um possível ‘sequestro’ do movimento pela direita e pela “mídia conservadora”¹⁰. Uma carta aberta à presidente, assinada no mesmo período por um conjunto de atores simpáticos ao governo – incluindo Consulta Popular, CTB, CUT, MAB, MMM e MST – seguia o mesmo tom, abstendo-se de criticar os dez anos de governos petistas e culpando o capital rentista e a burguesia interna pelos limites do projeto democrático e popular que estimulavam a revolta nas ruas¹¹. Em notas e análises individuais movimentos como Consulta Popular¹² e MAB¹³ reconheciam o caráter progressista das manifestações, dado o protagonismo da juventude de classe média e baixa, mas chamavam atenção para a ameaça de que elas fossem ‘desvirtuadas’ pela direita¹⁴. O primeiro, por exemplo, acentua que a ênfase no tema da corrupção tomava um rumo não-progressista ao direcionar-se apenas ao governo federal e ao PT – na esteira do julgamento do mensalão. Mais incisivamente declarava que a possibilidade de um “impeachment da presidenta” não poderia ser desconsiderado. Frente ao diagnóstico que

⁹ Ver, por exemplo, a avaliação do PCdoB: Direção do PCdoB lança teses para debates do 13º Congresso. 7 jul. 2013. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/documentos/direcao-do-pcdob-lanca-teses-para-debates-do-13-congresso>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

¹⁰ PT-RS. Nota da direção do PT sobre o transporte público. 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.pt.rs.org.br/2013/06/nota-do-pt-sobre-o-transporte-publico>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

¹¹ Carta aberta dos movimentos sociais à Presidenta Dilma. 18 jun 2013. Disponível em: <<https://www.cartatamaior.com.br/?/Editorial/Carta-aberta-dos-movimentos-sociais-a-Presidenta-Dilma-/28837>>. Acesso em 27 ago. 2018.

¹² Consulta Popular. Nas ruas pelo avanço do projeto popular. 23 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/noticia/nas-ruas-pelo-avan%C3%A7o-do-projeto-popular-0>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

¹³ MAB. MAB participa e incentiva a mobilização popular. 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.mab-nacional.org.br/noticia/mab-participa-e-incentiva-mobiliza-popular>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

¹⁴ Quanto a este último ponto, ver também: CTB. Direita se infiltra e busca manipular as manifestações populares. 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.portalctb.org.br/site/noticias/voz-da-ctb/direita-se-infiltra-e-busca-manipular-as-manifestacoes-populares>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

estava em curso uma “luta ideológica”, nas palavras da principal liderança do MST¹⁵, a esquerda hegemônica buscou retomar a iniciativa e propôs uma mobilização nacional para o dia 11 de julho¹⁶. Nos meses seguintes as organizações se concentrariam na proposta de uma constituinte exclusiva para a reforma política, anunciada pela presidente Dilma Rousseff em rede nacional de televisão no dia 21 de junho.

Já a oposição de esquerda, quando não propriamente presente nas ruas, posicionou-se favoravelmente às manifestações entendendo-as como signo de uma mudança de patamar nas lutas sociais. Desde o início de junho o PSTU e a ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livre) chamavam atenção para os protestos contra o aumento das passagens, apoiando a causa e reforçando-os com a sua militância¹⁷. No auge das manifestações seus partidários expressavam que “foi surpreendente, mas sabíamos... que estava no horizonte”, dadas as condições de vida da juventude e da classe trabalhadora nas grandes cidades¹⁸. Apesar da apologia, não deixaram de criticar as demonstrações de nacionalismo e antipartidarismo presentes nas marchas – criticando inclusive grupos anarquistas por forçarem a militância a abaixar suas bandeiras¹⁹. Salvo a CSP-Conlutas, que tinha uma avaliação similar quanto à pauta progressiva das manifestações e o risco representado por setores reacionários²⁰, as BP ponderavam que “as ruas têm demonstrado que as disputas sociais não cabem no modelo político... estabelecido no Brasil. Resta a nós a tarefa de transformar o protesto em um projeto de sociedade, a revolta em vitória, a multidão mobilizada em força consciente”²¹. O PCB, igualmente, identificava a “raiz da indignação”, para além das tarifas de ônibus, no “desmonte da saúde e da educação, as privatizações, a brutalidade policial, a corrupção, a injusta distribuição de renda” entre

¹⁵ Revista Fórum. Stedile: o significado e as perspectivas das mobilizações de rua. 25 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/stedile-o-significado-e-as-perspectivas-das-mobilizacoes-de-rua>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

¹⁶ CUT. Resolução da Direção Nacional da CUT. 27 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/resolucao-da-direcao-nacional-da-cut-384f>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

¹⁷ PSTU. 12 mil vão às ruas em São Paulo contra o aumento das passagens do transporte. 12 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/12-mil-vao-as-ruas-em-sao-paulo-contr-o-aumento-das-passagens-do-transporte>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

¹⁸ Valerio Arcary. Não deixem baixar as bandeiras vermelhas. 19 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/nao-deixem-baixar-as-bandeiras-vermelhas>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

¹⁹ José Maria. Sobre as bandeiras do PSTU nas manifestações e os anarquistas. 27 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/sobre-as-bandeiras-do-pstu-nas-manifestacoes-e-os-anarquistas>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

²⁰ CSP-Conlutas. Ampliar as lutas e erguer nossas bandeiras em defesa das reivindicações dos trabalhadores. 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2013/06/108527>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

²¹ BP. Nota das Brigadas Populares/MG sobre as manifestações sociais no Brasil. 21 jun. 2013. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/unidade-achada-nas-ruas>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

outros aspectos – inclusive a realização de megaeventos em detrimento das necessidades da população. As análises dessas organizações convergiam quanto a tarefa dos movimentos populares de orientar as energias das ruas para mudanças e conquistas concretas para trabalhadores e trabalhadoras²². A Intersindical, como de costume em suas comunicações, alinhou o diagnóstico dos protestos com a pauta dos sindicatos orientando o fortalecimento das “greves, paralizações, as mais diversas mobilizações para que se transformem em lutas gerais da classe trabalhadora”. Para isso, seria necessário disputar o 11 de julho com as centrais governistas e qualificar a construção de uma pauta combativa²³. Enfim, a CAB realizou uma análise de conjuntura que sublinhava o ascenso das lutas sociais, dos canteiros de obras do PAC às ruas das grandes cidades em 2013. Para os anarquistas a novidade de 2013 é que o movimento “não foi capturado” por nenhuma organização dita ‘vanguardista’, incapazes que foram de prever uma mobilização daquele vulto. Ainda que com problemas e contradições, o saldo mostrava-se positivo e a CAB reclamava sua legitimidade junto a outras organizações para seguir compondo as lutas populares²⁴.

Por óbvio, ainda que seja possível localizar interpretações que colocaram maior ênfase ou na disputa com a direita pelo sentido das mobilizações ou na oportunidade de promover transformações sociais de maior fôlego, seus fundamentos e táticas diferiam conforme seus princípios programáticos. Não se pode descartar, ainda, a disputa de protagonismo entre as organizações em busca de adesão aos respectivos projetos políticos. Veremos na sequência como se deu a atuação dos atores coletivos conforme o contexto político foi se alterando.

Nesse ponto cabe discorrer brevemente sobre as análises imediatas das manifestações por parte daqueles atores com documentação mais limitada. Quanto ao Geledés não foi possível localizar nenhuma posição institucional sobre os protestos, ainda que seu portal tenha replicado diversas notícias e análises de intelectuais²⁵. Chamam atenção o seu imediato apoio ao movimento e a ênfase na violência policial, destacando o

²² PCB. Não basta se indignar: é preciso mudar o sistema. 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/4988/nao-basta-se-indignar-e-preciso-mudar-o-sistema>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

²³ Intersindical. Jornal Nacional da Intersindical, edição julho de 2013. Disponível em: <<http://www.intersindical.org.br/2013/07/20/jornal-nacional-da-intersindical-julho-de-2013>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

²⁴ CAB. A luta contra o aumento das passagens e o Anarquismo. 19 jun. 2013. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=30>. Acesso em: 27 ago. 2018.

²⁵ Ver por exemplo: Leonardo Avritzer. O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas. 9 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-foram-as-manifestacoes-de-junho-e-o-que-e-insustentavel-afirmar-sobre-elas>>. Acesso em:

desaparecimento do pedreiro carioca Amarildo Dias de Souza²⁶. A MMM também criticou a repressão da PM e convocou sua militância a participar dos protestos²⁷. Apesar de ser uma das signatárias da carta à presidente mencionada acima, a Marcha não deixou de criticar o “projeto governamental de ‘país rico sem pobres’ [e] a inclusão das pessoas pelo consumo... que se confrontam com a falta de serviços públicos e... de perspectiva de vida”. A avaliação de suas militantes era de que o capitalismo avançava “sobre os territórios e sobre nossos corpos” como resultado das políticas que promoviam grandes eventos e projetos de infraestrutura, provocando reações nas ruas²⁸. Já o PCO, distoando das análises precedentes, centrou-se principalmente no papel das direitas no contexto das manifestações. Para o partido o fato do MPL ser um coletivo pequeno, organizado em bases autonomistas e defender o consenso nas decisões durante os atos permitiu que protestos inicialmente progressistas fossem tomados por pessoas conservadoras e fascistas após a sua massificação. Pior que isso, ao perceber o que tinha ocorrido, retirou-se das ruas e se absteve de cerrar fileiras com a esquerda e disputar os rumos do movimento. Apesar das várias críticas direcionadas aos governos petistas, o PCO enxergava na instrumentalização dos protestos pela direita um ímpeto golpista que poderia redundar em vitória nas eleições ou em golpe institucional – a despeito da desaprovação de seu projeto perante a população. Assim, fazia-se necessário organizar a classe trabalhadora contra o fortalecimento da direita e não pela derrubada imediata do governo do PT²⁹.

Por tudo o que foi exposto compreende-se que junho de 2013 ocorreu em um momento de grande fragmentação do campo da esquerda. No segundo semestre daquele ano e no início do seguinte deram-se outras iniciativas de luta como o movimento Fora Cabral no Rio de Janeiro e os protestos contra a Copa do Mundo de Futebol em várias capitais. A despeito dos chamados à mobilização por parte de alguns atores de oposição, a esquerda

²⁶ Deivison Nkosi. Os crimes de maio e as manifestações de junho e o Amarildo: o extermínio nosso de cada dia. 1 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/os-crimes-de-maio-e-as-manifestacoes-de-junho-e-o-amarildo-o-extermínio-nosso-de-cada-dia-por-deivison-nkosi>>. Acesso em: 27 ago. 2018. Vale destacar que o Geledés se empenharia também, meses depois, na campanha pela liberdade de Rafael Braga Vieira, catador de materiais recicláveis preso em uma manifestação no Rio de Janeiro. Cf. Lorena Aguiar. Debate - A seletividade do direito penal: caso Rafael Braga. 7 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/debate-seletividade-direito-penal-caso-rafael-braga>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

²⁷ MMM. Todas às ruas: contra o aumento da tarifa e a violência da polícia. 14 jun. 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/06/14/todas-as-ruas-contr-o-aumento-da-tarifa-e-a-violencia-da-policia>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

²⁸ MMM. As manifestações, pelo viés feminista. 10 jul. 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/07/10/as-manifestacoes-pelo-vies-feminista>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

²⁹ Rui Costa Pimenta. Balanço das manifestações. 25 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/210328256/um-balanco-das-manifestacoes>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

hegemônica teve sucesso em arrefecer as lutas sociais, o que se acentuou com a proximidade das eleições de 2014 – que representou a diluição das pautas de junho na política convencional (cf. Castro, 2016). Em síntese, os coletivos alinhados com o governo colocaram-se em posição defensiva e investiram em saídas institucionais como a campanha pela reforma política. A oposição, por outro lado, não teve sucesso em conduzir aquelas energias para um projeto de transformação por suas escassas bases sociais e ausência de unidade entre os atores coletivos. Após a apertada vitória de Dilma sobre Aécio Neves (PSDB) cresceu um movimento organizado de direita contra o governo que teria potencial de concretizar a hipótese de sua deposição – na esteira das revelações da operação Lava Jato e do declínio da economia brasileira. Veremos a seguir os principais posicionamentos dos atores coletivos de esquerda na ocasião do que foi chamado de ‘ciclo do *impeachment*’ (Alonso, 2017).

2 AS ESQUERDAS NO AUGE DA CRISE DE HEGEMONIA DO PT

Ao fechar das urnas em 2014 o governo adotou a via da austeridade antes mesmo da posse do novo mandato. Tal postura encontrou resistência até mesmo entre organizações da esquerda hegemônica, como a CUT. A despeito das críticas que começavam a despontar entre atores coletivos simpáticos ao PT, foi necessário a eles conciliar a crítica do ajuste fiscal com a defesa do mandato de Dilma frente às primeiras manifestações pelo *impeachment* da presidente em 2015. Seguiu-se uma controvérsia interna ao campo ideológico sobre que posição tomar diante dos acontecimentos e se realmente estava em curso um processo arbitrário de deposição da presidente. Da análise dos documentos levantados na pesquisa é possível afirmar que apenas três organizações (CSP-Conlutas, Intersindical e PSTU) não aderiram à ‘tese do golpe’. Como veremos na sequência a atividade dos atores coletivos nessa conjuntura envolveu um inevitável balanço da experiência petista no poder e dos últimos acontecimentos desde as manifestações de junho.

Conforme a crise política se aprofundava tornava-se mais urgente tomar uma posição quanto ao iminente *impeachment*. As iniciativas mais destacadas desse período referem-se à constituição da Frente Brasil Popular (FBP) e da Frente Povo sem Medo (FPSM). A FBP foi lançada no dia 5 de setembro de 2015 em Belo Horizonte, com a presença de vários movimentos e organizações, entre elas Consulta Popular, CTB, CUT, LPJ, MMM, MAB e MST (Rodrigues, 2017). Sob influência do PT e do PCdoB, a Frente lançou um manifesto que contemplava, entre outras pautas, a luta pela preservação dos direitos e contra o ajuste fiscal, a defesa da democracia, a reforma das instituições e a

preservação da soberania nacional³⁰. Já a FPSM foi oficializada em 8 de outubro em São Paulo com a participação de diversos coletivos ligados ao PSOL e PCdoB, além do MTST, CUT e CTB. Dado o protagonismo dos Sem-Teto em sua construção, seu manifesto é explícito na crítica ao governo que visava estabilizar as finanças “em cima das doloridas costas do povo trabalhador”. Seu objetivo então era propor uma “plataforma popular para o Brasil” em contraposição à austeridade, corte de direitos, precarização das relações de trabalho e fechamento dos canais de participação popular, entre outros pontos³¹. A princípio as duas frentes somaram forças nas ruas contra a mobilização da direita, cada uma a seu modo como exposto acima. Após a admissibilidade do pedido de *impeachment* a FPSM se alinhou à FBP sob o entendimento de que “a motivação do processo não é jurídica, mas política e ninguém em sã consciência acredita que Michel Temer possa representar uma melhora para os/as trabalhadores/as brasileiros”³². Essa percepção de uma ‘onda conservadora’ em curso no país serviu para unir parte majoritária dos atores coletivos da esquerda. Em outubro, por exemplo, a aprovação³³ do PL 5069/2013 “que dificulta o acesso aos serviços de abortamento legal para vítimas de violência sexual no sistema público de saúde” (Gomes, 2017, p. 234) estimulou uma série de manifestações de mulheres contra o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). Mais tarde organizações como AMB, MMM e partidA posicionaram-se contra o golpe entendendo que a deposição de Dilma era “parte dessa mesma avalanche” contra os direitos das minorias e classes subalternas³⁴.

Entre o início do processo e o definitivo impedimento de Dilma diferentes avaliações foram elaboradas para respaldar a atividade dos coletivos naquele contexto. A CAB reconheceu que estava em curso uma “uma luta cada vez mais agressiva pela máquina do Estado” que envolvia todo tipo de expediente por parte dos atores inseridos nas

³⁰ FBP. Manifesto ao povo brasileiro. 5 set. 2015. Disponível em: <<http://frentebrasilpopular.org.br/conteudo/manifesto-ao-povo-brasileiro>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

³¹ FPSM. Manifesto de fundação: somos povo sem medo! 13 out. 2015. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/povosemmedonacional/photos/a.1661869510750735.1073741828.1661846900752996/1663610150576671>>. Acesso em 27 ago. 2018.

³² BP. Nota da Frente Povo sem Medo. 7 dez. 2015. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/nota-da-frente-povo-sem-medo>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

³³ El País. Como cada deputado votou no PL 5069, que complica acesso ao aborto. 31 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/30/politica/1446238579_446975.html>. Acesso em: 8 out. 2018.

³⁴ MMM. Mulheres contra o impeachment e o ajuste fiscal! Fora Cunha! 10 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-contr-o-impeachment-e-o-ajuste-fiscal-fora-cunha>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

instituições jurídicas, policiais e midiáticas contra o PT. Apesar da identificação de um golpe orquestrado por setores de direita, contudo, os anarquistas entendiam que o partido conformou as próprias condições para que aquele intento tivesse êxito. A deposição da presidente era resultado da política de colaboração de classes do PT, tanto por defender os interesses das elites como por enfraquecer os instrumentos e a cultura política da classe trabalhadora. Diante desse quadro, caberia à esquerda atuar contra o golpe e “em defesa das lutas que surgem desde baixo... estender e massificar as greves, ocupações, atos contra as medidas de austeridade e a carestia para, a partir daí, se acumular forças reais para radicalizar a independência de classe”³⁵. CSP-Conlutas e PSTU concordam com o diagnóstico (a corrupção do projeto petista) e a solução (apoio às lutas sociais de base), mas não aderem à interpretação do golpe. Para essas organizações era legítimo que uma presidente impopular e que concretizou um verdadeiro estelionato eleitoral fosse retirada do cargo. O *impeachment* era de fato conservador, porque visava substituir apenas uma peça no tabuleiro; por esse motivo defendiam eleições gerais e a completa substituição dos parlamentares³⁶. Além disso recusaram-se a participar dos atos da FPSM sob a justificativa de que seu apoio, mesmo crítico, acabava por legitimar o governo e seu projeto³⁷. No que se refere às BP e PCB percebemos um deslocamento de interpretações ou posições. Ao ingressar na Povo sem Medo e com o início do processo de impedimento as BP passaram a fazer referência explícita ao golpe em suas análises: “não é contra o governo, é um golpe contra o povo brasileiro”³⁸. Já o PCB, que antes se recusava a participar das manifestações por seu viés pró-governo, aderiu aos atos da FPSM por identificar neles “possibilidades de diálogo entre forças anticapitalistas para a construção de uma frente de luta”³⁹. Ainda que MTST e PSOL tenham expressado severas críticas ao governo, que

³⁵ CAB. Entre a farsa do pacto social e a tragédia golpista: só a luta de classes decide. 20 mar. 2016. Disponível em: <<https://anarquismo.noblogs.org/?p=396>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

³⁶ CSP-Conlutas. Impeachment: Nem Dilma (PT), nem Temer e Cunha (PMDB), nem Aécio (PSDB) são alternativas. Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita! 4 dez. 2015. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2015/12/impeachment-nem-dilma-pt-nem-temer-e-cunha-pmdb-nem-aecio-psdb-sao-alternativas>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

³⁷ PSTU. Dez motivos para você não ir às ruas no dia 13, no dia 18 ou no dia 31. 11 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/dez-motivos-para-voce-nao-ir-as-ruas-no-dia-13-no-dia-18-ou-no-dia-31>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

³⁸ BP. Defender o Brasil pela base e lutar contra as falsas saídas da crise. 18 mar. 2016. Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/defender-o-brasil-pela-base-e-lutar-contra-as-falsas-saidas-da-crise>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

³⁹ PCB. A saída é pela esquerda: PCB se associa às manifestações de movimentos populares neste 24 de março! 21 mar. 2016. Disponível em: <<https://pcb.org.br/porta2/10667/a-saida-e-pela-esquerda-pcb-se-as-socia-as-manifestacoes-de-movimentos-populares-neste-24-de-marco>>. Acesso em: 27 ago. 2018

na iminência da queda continuava acenando às elites⁴⁰, o aprofundamento da crise política acelerou a aproximação entre a FPSM e FBP⁴¹.

Mesmo entre as organizações da esquerda hegemônica, que atuaram ativamente contra o *impeachment*, tratava-se mais da defesa da democracia e da legalidade do que do governo em si. Além disso ampliava-se a percepção de que o próximo passo seria impedir uma futura candidatura de Lula. A CUT, por exemplo, expressou contrariedade com a proposta de reforma da previdência de Dilma afirmando que “a presidenta assume o ônus de uma reforma impopular e que poderá minar suas bases sociais de apoio” (CUT, 2016, p. 2). Pouco antes, o MAB publicizava que tinha “muitas críticas ao atual governo”, dada a situação dos atingidos e mesmo a recente tragédia de Mariana (MG) com o rompimento de uma barragem. Na sua visão “o ajuste penaliza os mais pobres e tiram direitos dos trabalhadores/as... a mudança na política econômica é urgente e necessária”⁴². Até mesmo o PT (2015) já manifestava oposição ao governo em seu 5º Congresso por sua política de desonerações e o ajuste fiscal, entre outros pontos. As auto-críticas do partido quanto à ausência das reformas política e das comunicações em suas administrações, além da “supremacia dos mandatos sobre as instâncias partidárias” e a redução do PT a máquina eleitoral distante das bases sociais indicavam as raízes do apelo a Dilma por uma ‘virada à esquerda’ que jamais ocorreu (p. 16-7). Já em março de 2016 realizou-se a condução coercitiva de Lula na Lava-Jato. Para o PCdoB tratava-se de uma ação que visava “acelerar a consumação do golpe” e impedir a sua participação nas próximas eleições⁴³. Após esse episódio assentou-se a narrativa da esquerda hegemônica sintetizada pelo LPJ: “lutar contra a ofensiva golpista e em defesa da democracia é um imperativo para todos que se consideram de esquerda. São as nossas garantias constitucionais de existência que estão em risco”⁴⁴. No caso do PCO, como vimos, a possibilidade de um golpe sempre existiu e o partido publicou várias notas desde o início de 2015 argumentando que se tratava de

⁴⁰ MTST. Declaração política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). 7 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.mtst.org/noticias/declaracao-politica-do-mtst>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴¹ FBP/FPSM. Não aceitamos o golpe contra a democracia e nossos direitos! Vamos derrotar o golpe nas ruas! 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mtst.org/noticias/nao-aceitamos-o-golpe-contra-a-democracia-e-nossos-direitos-vamos-derrotar-o-golpe-nas-ruas>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴² MAB. O MAB é contra o impeachment de Dilma. 4 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-contra-impeachment-dilma>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴³ PCdoB. Agressão contra Lula é para acelerar golpe contra a democracia. 4 mar. 2016. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/documentos/agressao-contra-lula-e-para-acelerar-golpe-contra-a-democracia>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴⁴ LPJ. Papo reto: ser de esquerda hoje é lutar contra o golpismo. 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://levante.org.br/blog/?p=890>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

uma manobra oportunista da direita para *aprofundar* a retirada de direitos sociais⁴⁵. Apesar da solidariedade e participação nos atos contra o impedimento, o PCO não deixou de lembrar que se tratava de um governo ‘capitulador e entreguista’ e se opôs, assim como outros coletivos, à sanção da lei antiterrorismo – que se deu após a abertura do processo⁴⁶. O desfecho dos acontecimentos em agosto de 2016, em sua visão, apenas aprofundaria os ataques ao partido e Lula⁴⁷.

Da análise dos acontecimentos e ações no período, desde o início do governo Lula até o *impeachment* de Dilma, é possível localizar os atores coletivos, perceber seus deslocamentos e os principais aspectos da crise em que se encontra o PT. Na órbita da esquerda hegemônica, cujo centro pode ser observado no PT, CUT, PCdoB e MST, estão organizações como AMB, Consulta Popular, CTB, LPJ, MAB, MMM, e PCO. De maneira geral são coletivos que em maioria adequaram-se ao sistema político e conduzem as lutas por dentro da (ou em constante diálogo com) a institucionalidade. As avaliações que realizaram das manifestações de junho de 2013 ilustram esse ponto. No sítio da AMB, por exemplo, é possível encontrar em destaque um texto de uma militante que identifica a “crise de representação” como aspecto mais forte das manifestações – associado com a crítica do minúsculo contingente de mulheres e negras no Congresso. Por isso a Articulação se envolveu com outras organizações acima mencionadas para promover o Plebiscito Popular para a Reforma Política⁴⁸. Quando se referem a 2013 em suas comunicações com frequência se trata de afirmar a necessidade de promover formas de participação social e rever as regras de funcionamento da política⁴⁹. De forma similar, o LPJ interpretou que em junho existiu um grande “sentimento de inconformidade com o atual sistema político” que acabou capturado posteriormente pela direita. Nesse contexto, os desafios que se apresentavam para a esquerda eram a busca de unidade, construção de um novo

⁴⁵ PCO. Impeachment é golpe! Derrotar nas ruas a direita golpista e defender as reivindicações dos trabalhadores. 21 abr. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/pcoperaria/docs/notaoficial2_15>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴⁶ PCO. Lei “Antiterror” ataca organização dos trabalhadores. 9 ago. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/pcoperaria/docs/notaoficial14_2016-1>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴⁷ PCO. Para derrotar o golpe, ampliar a mobilização pelo Fora Temer e todos os golpistas. Por uma Assembleia Nacional Constituinte. 9 set. 2016. Disponível em: <https://issuu.com/pcoperaria/docs/notaoficial19_2016>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴⁸ AMB. Não queremos apenas inclusão, queremos transformação! Mulheres na luta por mudanças radicais no sistema político. 7 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/04/07/nao-queremos-apenas-inclusao-queremos-transformacao-mulheres-na-luta-por-mudancas-radicaais-no-sistema-politico>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴⁹ Cf. CUT. Resoluções da Executiva Nacional da CUT. 25 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/resolucoes-da-executiva-nacional-da-cut-0547>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

projeto político (centrado na refundação das instituições) e de novas formas organizativas (qualificando a proposta política da FBP e FPSM)⁵⁰. Mais recentemente o PCdoB expôs que 2013 representou o marco inicial da “perda de hegemonia política da esquerda” que se consumou no decorrer de 2015. A partir de junho a direita se organizou, constituiu seus próprios movimentos e soube utilizar-se da *internet* para popularizar suas ideias. Já a esquerda só pôde reagir no contexto pós-*impeachment*, denunciando o projeto neoliberal e liderando expressivas mobilizações populares. Nessa conjuntura, corroborando com nossa interpretação, o partido fez um chamado ao campo por “um bloco político histórico que constitua nova maioria política para vencer nas urnas, na mobilização popular e na luta de ideias”⁵¹. Exceto pelo PCO, que afirma uma proposta de rompimento com a ordem⁵², percebemos que o horizonte da esquerda hegemônica restringiu-se à ‘radicalização’ da democracia.

Já a oposição de esquerda se compõe por um amplo arco que vai desde organizações que conjugam a atuação pela institucionalidade e o ativismo nos movimentos sociais até coletivos autônomos que priorizam as lutas de base por alguma pauta específica. Seguindo esse gradiente teríamos, grosso modo, PSOL, partidA, PCB, PSTU, Intersindical, CSP-Conlutas, MTST, BP, MPL, CAB – sendo o Geledés um ator a parte, atuante junto aos movimentos negro e feminista mas com vínculos limitados com os demais. Trata-se de um conjunto fragmentado de atores coletivos que não possui um centro hegemônico, mas em que se destacam o PSOL e o MTST dada a sua atuação por meio da FPSM. A leitura que esses dois últimos atores fazem da conjuntura pós-2013 é convergente, talvez pela aproximação ocorrida entre eles nos últimos anos. Por um lado, o MTST enxergou nas manifestações de junho “o fim do consenso social que assegurava a hegemonia do PT” no contexto da crise econômica mundial de 2008 que impedia a manutenção do arranjo “ganha-ganha” (elites e classes populares). Com o trágico desfecho do governo Dilma, produto de uma manobra oportunista mas também de seus próprios equívocos nos momentos derradeiros, o PT, ainda que não estivesse morto, perderia sua capacidade de

⁵⁰ LPJ. Derrotas da esquerda: o que 2016 tem a nos ensinar? 5 out. 2016. Disponível em: <<http://levantante.org.br/blog/?p=1294>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁵¹ PCdoB. Projeto de Resolução: ‘Frente ampla: novos rumos para o Brasil’. 12 jul. 2017. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/documentos/projeto-de-resolucao-frente-ampla-novos-rumos-para-o-brasil>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁵² PCO. Informe de política nacional da 24ª Conferência. 11 abr. 2016. Disponível em: <<https://pco.org.br/2016/04/11/informe-de-politica-nacional-da-24a-conferencia>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

direção⁵³. Por outro lado, sem menção a 2013, o PSOL declarava pouco antes que “é notório que o PT perdeu capacidade de aglutinação dos setores progressistas”. A despeito disso, estava em curso “um novo ciclo na política brasileira” marcado por um novo ascenso das lutas sociais (das mulheres, dos negros, dos e das estudantes nas ocupações, entre outras). Dessa forma o momento demandava uma séria discussão sobre a “reorganização da esquerda no ‘pós-PT’” focada em principal na construção de um novo programa “democrático, popular e socialista”⁵⁴. No curso das lutas contra as reformas trabalhista e da previdência em 2017 estreitaram-se os laços entre as organizações a ponto de Guilherme Boulos, principal liderança do MTST, ingressar no PSOL e lançar a sua candidatura a presidente⁵⁵.

Os demais atores coletivos que compõem a oposição de esquerda também fizeram avaliações diversas sobre o contexto pós-2013. As BP aderem à leitura do ocaso da Nova República pela incapacidade das “forças políticas institucionais”, dos “movimentos sociais e entidades classistas forjadas no final da ditadura” em apresentarem um programa e o caminho para superação da crise política⁵⁶. Igualmente ao PCB em momento subsequente, por outro lado, identifica um novo ciclo de lutas sociais em curso desde 2013 que se caracteriza pelo ascenso de novos atores e formas de mobilização política⁵⁷. Nessa conjuntura as BP destacavam como tarefas o “trabalho de massas junto ao povo”, a composição de pautas unitárias pela unidade da esquerda, e a superação do “petismo construindo um novo projeto nacional” – pontos que, sob outros fundamentos, encontram correspondência no chamado à reorganização das forças, construção de um programa e unidade da esquerda por parte do PCB. A luta contra o golpe, na visão das BP, pautava-se pela defesa do ‘espírito de junho’ quanto à manutenção e expansão de direitos sociais e serviços públicos, contrapondo também a criminalização da esquerda e dos movimentos sociais. No que se refere ao PSTU, talvez se trate da organização que mais referências fez

⁵³ MTST. Guilherme Boulos: o duplo desafio da esquerda brasileira. 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.mtst.org/noticias/o-duplo-desafio-da-esquerda-brasileira>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁵⁴ PSOL. Executiva do PSOL: lutar contra Temer, por novas eleições diretas e pela reorganização da esquerda. 12 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.psol50.org.br/executiva-do-psol-lutar-contratemer-por-novas-eleicoes-diretas-e-pela-reorganizacao-da-esquerda>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁵⁵ PSOL. Guilherme Boulos se filia ao PSOL. 5 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.psol50.org.br/guilherme-boulos-se-filia-ao-psol>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁵⁶ BP. Análise de conjuntura das Brigadas Populares. 16 fev. 2016. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/17995/decifra-me-ou-te-devoro-reflexoes-sobre-crise-atual-e-as-tarefas-da-esquerda-revolucionaria-no-brasil>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁵⁷ PCB. Decifra-me ou te devoro: reflexões sobre a crise atual e as tarefas da esquerda revolucionária no Brasil. 21 dez. 2017. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/17995/decifra-me-ou-te-devoro-reflexoes-sobre-crise-atual-e-as-tarefas-da-esquerda-revolucionaria-no-brasil>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

a junho de 2013 a partir da sua ocasião. Isso se explica pela leitura de que as manifestações revelaram uma revolta latente da população contra as instituições. Na medida em que suas demandas não foram atendidas e as condições de vida pioravam, o partido entendia os protestos como “prenúncio de mobilizações ainda maiores, um ensaio para um grande processo de transformação social”⁵⁸. Sua atividade nos anos seguintes, à parte das mobilizações contra o golpe entendidas como pró-governo, seria guiada pelo intento de fomentar uma nova revolta popular⁵⁹. Enfim, no contexto pós-*impeachment* a CAB reafirmou que “o PT foi o seu próprio coveiro” e que sua derrocada afetou todo o campo da esquerda, tanto moralmente como no aspecto jurídico-policial. A luta contra o governo Temer e suas reformas demandaria um trabalho paciente da militância no sentido de estimular a organização das classes subalternas. Conforme seus princípios postulou que a saída está na superação dos instrumentos burocratizados, na construção do poder popular com independência de classe para além dos pressupostos do petismo e de seu projeto político⁶⁰.

Concluído esse apanhado, dispomos de um quadro geral do campo da esquerda brasileira no contexto recente. Percebemos como o levante de 2013 sinalizou a crise de hegemonia do PT ainda que esta não tenha sido terminal. Temos que aquela instituição com maior capacidade de constituir um partido no sentido gramsciano moderou seu projeto e se afastou das bases. Seja por limites internos ao campo ideológico, dada a força de atração e o poder da esquerda hegemônica, ou externos, no que se refere ao fortalecimento da direita nos últimos anos, a oposição de esquerda não conseguiu se colocar à altura do desafio da disputa de hegemonia no conjunto da sociedade e de estabelecer um vínculo e unanimidade tal como aquele do PT originário dadas as condições históricas. A conjuntura posterior à eleição presidencial de 2014 dificultaria ainda mais esse intento, dada a crise política e econômica que se abateu sobre o país e a crescente rejeição ao PT que afetou também a percepção das pessoas quanto aos demais atores coletivos da esquerda. Enfraqueceu-se o elo entre os intelectuais e as massas, mas também a luta ideológica na sociedade, capaz de conferir maior intercâmbio entre a militância e os movimentos de base orientado à constituição de um projeto próprio às atuais condições. A despeito das

⁵⁸ PSTU. Junho não terminou: façamos um 2014 ainda maior. 31 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/junho-nao-terminou-facamos-um-2014-ainda-maior>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁵⁹ PSTU. Junho de 2013 foi só o começo. 15 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/editorial-junho-de-2013-foi-so-o-comeco>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁶⁰ CAB. Superar o petismo e a burocracia na esquerda. Só a luta e a organização transformam a realidade. 14 nov. 2016. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=590>. Acesso em: 27 ago. 2018.

várias mobilizações organizadas no período foi necessário retroceder para a luta defensiva, primeiro pelos direitos sociais ameaçados pela austeridade, depois pela própria democracia – confrontando a crescente onda conservadora em curso. Uma esquerda fragmentada e enfraquecida se lançou às ruas contra o golpe (ou pelo fora todos) e o PT manteve surpreendente capacidade de adesão, mantendo a hegemonia ainda que em condições mais precárias. Ao mesmo tempo, a oposição buscou compor uma via alternativa que desaguou em iniciativas como o Vamos, organizado pela FPSM, e os mandatos coletivos promovidos por atores e atrizes que entraram na política recentemente. Feita essa leitura entendemos, de dentro para fora, que a luta pela hegemonia na sociedade retrocedeu em favor da direita. De fora para dentro, temos uma situação em que os atores hegemônicos não perderam sua capacidade de direção mas foram obrigados a ceder em um contexto de crise generalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de mestrado que deu origem a essa apresentação guiou-se pelo questionamento sobre a conformação de uma nova hegemonia no campo da esquerda a partir de junho de 2013. Inicialmente colocamos como hipóteses as possibilidades de uma incipiente mas relevante reconfiguração em curso a partir daqueles acontecimentos, em condições propícias para a oposição, e da manutenção da hegemonia petista em outros termos, mais plural a partir do necessário diálogo em contexto de crise. O conjunto do estudo permitiu avaliar que nos encontramos em uma situação mais próxima da segunda hipótese do que da primeira. As manifestações de junho, seja pelas condições historicamente legadas ou pelos limites da atuação dos atores coletivos, não beneficiaram a esquerda no sentido de uma articulação com os setores progressistas da sociedade brasileira. Como demonstram os fatos do período recente a direita teve mais sucesso em se associar com o movimento, canalizando o descontentamento popular para a crítica dos governos do PT e encontrando ampla ressonância. Na crise política entre 2015 e 2016 a esquerda hegemônica conservou sua capacidade de mobilização a despeito das fraturas internas – devido ao descontentamento de vários setores com as políticas implementadas por Dilma. Vislumbrando uma situação ainda pior caso a ala conservadora assumisse o poder, a oposição de esquerda se dispôs a lutar contra o golpe ainda que adotando uma posição crítica ao governo. Assim, por um lado, os atores hegemônicos foram forçados a abrir uma ponte que a muito se encontrava fechada. Por outro, a despeito do fortalecimento do PSOL e do MTST pela constituição da FPSM, a luta naquele momento tomou uma direção defensiva

retrocedendo a política de base. Os desdobramentos posteriores à conclusão do *impeachment* confirmam a continuidade do papel de direção do PT e congêneres, dado o peso da FBP na luta contra as reformas do governo Temer e a projeção da escalada judicial contra o ex-presidente Lula – que encontrou solidariedade em quase todo o campo.

Desde a conclusão do impeachment o que percebemos foi a resiliência da hegemonia petista e o fortalecimento da oposição de esquerda nos rumos do campo. Por um lado, o PT continuou contando com uma ampla base social e militante que possibilitou a continuidade da sua direção ao preço de seu envelhecimento – afastamento das bases e incapacidade em dialogar com setores mais amplos da sociedade. Por outro lado, a atuação da partidA e as candidaturas coletivas promovidas pelas Muitas, a criação do Movimento por uma Alternativa Independente Socialista (MAIS) e seu ingresso no PSOL e as várias atividades da FPSM, entre elas a plataforma Vamos (Penteado; Souza; Tori, 2018) demonstram o relativo fortalecimento da oposição de esquerda na disputa pelas bases contra a vertente hegemônica. Não se pode dizer que se tratavam de ações voltadas para um rompimento imediato com a ordem estabelecida, nem mesmo que o objetivo das pessoas envolvidas a curto prazo fosse este. A meta, ao que nos parece, era fazer frente em alguma medida ao avanço da direita no plano societário e aos ataques às minorias e os direitos sociais promovido pela coalizão formada a partir da posse de Michel Temer. Infelizmente tais iniciativas não foram suficientes para superar a fragmentação do campo e o que Fernandes (2017) chamou de crise da práxis. A esquerda retrocedeu na luta pela hegemonia no conjunto da sociedade e quem se aproveitou desse vazio foi a direita, que capturou com sucesso o repúdio da população contra as instituições em um contexto de duradoura crise política, econômica e social.

As eleições de 2018 representaram a reemergência do sentimento antipetista e um repúdio difuso ao imaginário de esquerda encarnado em palavras como socialismo e comunismo. Apesar das divergências internas ao campo ideológico, um grande número dos seus atores coletivos souberam entender a gravidade do momento histórico e se empenharam na campanha contra o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL). Entendo que, confirmada sua vitória, a tendência de criminalização das lutas sociais, violência política por milícias privadas e menosprezo do ideal libertário, já em curso, tende a se aprofundar. Por esse motivo será importante à esquerda guardar a experiência do final do segundo turno, quando saíram às ruas para dialogar sobre os problemas concretos da população e propor um contraponto ao programa ultraliberal do candidato eleito. Da esquerda hegemônica se exigirá um profundo processo de autocrítica, renovação e

entendimento das lições do enfraquecimento social da esquerda no pós-2013. Da oposição de esquerda se espera a generalização das recentes iniciativas políticas e um papel destacado do PSOL na articulação de uma frente democrática de amplo apelo – dado seu crescimento recente e qualidade de seus e suas militantes.

Enfim, entendo que por todos os acontecimentos recentes crescerá a demanda por análises que dêem conta do ocaso da Nova República – e a recessão da democracia brasileira. A esquerda política teve parte nessa história e será necessário oferecer fundamentos para uma forte auto-crítica que oriente seus atores coletivos a elaborar um programa mínimo que atenuie a fragmentação do campo. Será preciso, além disso, romper a barreira dos estudos dedicados à esquerda hegemônica e avaliar a atuação da oposição de esquerda, ou esquerda radical na conceituação de Fernandes (2017). Que este trabalho sirva como ponto de partida para esforços análogos, ainda que o debate militante esteja a todo vapor. Para os envolvidos acreditamos que o referencial teórico gramsciano seria de grande valia na elaboração de diagnósticos, para além da utilização usual do termo *hegemonia* como ‘liderança preponderante’. Seu significado não se reduz à pura coerção ou puro consenso; toda relação hegemônica exige um acordo, um terreno comum em que diferentes coletividades possam atuar politicamente. Às esquerdas caberá superar as divergências táticas e estratégicas de modo a compor um esforço constante na luta pela hegemonia no conjunto da sociedade contra a direita, que dominou nos últimos anos. O momento histórico, de erosão da normalidade democrática, torna essa tarefa ainda mais urgente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, número especial, p. 49-58, jun. 2017.

CASTRO, Fernando Emmendoerfer de. **As manifestações brasileiras de 2013 sob a ótica do HGPE dos candidatos a presidente do Brasil em 2014**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CAVA, Bruno. Podem os governos progressistas sobreviver ao próprio sucesso? In: MENDES, Alexandre F.; FALBO, Ricardo N.; TEIXEIRA, Michael (Org.). **O fim da narrativa progressista na América do Sul**. Juiz de Fora: Editar, 2016. p. 15-25.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Resolução da Direção Nacional da CUT**. São Paulo, 18 e 19 de fevereiro de 2016.

FERNANDES, Sabrina. **Crisis of praxis**: depoliticization and leftist fragmentation in Brazil. 2017. 401 f. Tese (PhD em Sociologia) - Faculty of Graduate and Postdoctoral Affairs, Carleton University, Ottawa, 2017.

FOMINAYA, Cristina Flesher. **Social Movements and Globalization**: How Protests, Occupations, and Uprisings are Changing the World. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag**: Populism, Citizenship and Global Protest. London: Hurst & Company, 2017.

GOMES, Carla de Castro. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad** [online], n. 25, p. 231-55, abr. 2017.

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua**: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; SOUZA, Paulo Roberto Elias de; TORI, Lucca Amaral. Construindo uma rede de esperança: o processo colaborativo online do manifesto “Vamos!” no Brasil. In: Congresso do Instituto Nacional de Ciência & Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), 1., 2018, Salvador-BA. **Anais...** Salvador: INCT.DD, 2018. p. 1-29.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Resoluções do 5º Congresso Nacional do PT**. Salvador, 11 a 13 de junho de 2015.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. **Partidos-movimento**: as relações entre partidos políticos e sociedade civil no limiar do século XXI. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Além do PT**: A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. 2ª ed. São Paulo: Elefante, 2017.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 71-98, jan./abr. 2017.

UMA ANÁLISE OPERACIONAL DA ESQUERDA E DA DIREITA

Fabien SCHANG (UFG-FAFIL)

RESUMO

A partir de uma definição geral da ‘política’, nosso objetivo é estabelecer uma análise formal da atividade política através de três parâmetros e três aspectos. Os três parâmetros são os valores opostos da esquerda e da direita; um conjunto de conceitos políticos de tipo ideológico, ou ‘sub-valores’; as duas relações básicas de amizade e inimizade entre quaisquer agentes políticos. Os três aspectos são a ontologia política: o domínio adentro o qual elementos acontecem como agentes ou fatores políticos; a epistemologia política: os sub-valores que caracterizam os agentes políticos; a lógica política: as regras das relações entre agentes políticos. Essa abordagem formal propõe uma interpretação ético-moral e prescritiva da atividade moral, independentemente de qualquer descrição histórica.

Palavras-chave. direita; esquerda; sub-valores.

3 DEFINIÇÃO DA ‘POLÍTICA’

Partiremos da seguinte definição do cientista político francês Julien Freund, sem desconsiderar que este último era um seguidor de Carl Schmitt e que essa filiação seguirá na direção de nossa explicação subsequente das relações políticas em termos de amizade e inimizade. Segundo Freund [5:177], a política é definida como

“A actividade social que se propõe garantir pela força, geralmente fundada na lei, a segurança externa e a concordância interna de uma unidade política particular, garantindo ordem em meio a lutas que surgem da diversidade e a divergência de opiniões e interesses.”

Além disso, a oposição amigo-inimigo parece essencial a Freund no sentido de que seria impossível pensar política sem isso: “Dizer de uma coisa que é política é dizer que é polêmica.”

O problema da distinção amigo-inimigo de Freund é sua própria definição de atividade política: como conciliar a harmonia interior e a existência necessária de um inimigo? Uma tipologia central para pensar esse aparente paradoxo é a da oposição mais específica entre esquerda e direita. O objetivo central da política é assegurar a harmonia dos membros de um dado espaço político, e uma distinção doutrinária é feita sobre os meios para conseguir isso. No caso canônico do sistema político associado com a oposição esquerda-direita: a democracia, podemos tomar pelo menos três modos de aplicação desse regime para garantir o interior consistente: o modo *deliberativo* de Jürgen Habermas [6], que diz que a redutibilidade do inimigo dentro do domínio político através da deliberação racional e que constitui uma forma de pragmatismo político; o modo *antagonístico* de Carl Schmitt [11], que afirma a irredutibilidade do inimigo e o exclui do domínio político em nome de uma forma de monismo político; o modo *agonístico*

de Chantal Mouffe [8], que afirma a irreducibilidade do inimigo e o inclui no campo político em nome de uma forma de pluralismo político.

Por outro lado, a noção política de concordância parece estar intimamente ligada à noção moral de bem comum. É em nome desse bem comum que a política é praticada, seja ou não aceita em seu modo de aplicação. Este bem comum é justificado por outra noção política de ‘vontade geral’, seja unânime ou não. Podemos interpretar a vontade geral como um todo indivisível, ou como um conjunto de elementos individuais. Neste segundo sentido construtivo ou liberal, o geral corresponderá à agregação de vontades particulares, ao mesmo sentido que os conjuntos de conjuntos são compostos por elementos em conjunto. O geral nada mais será do que uma soma de vontades particulares, ao contrário da interpretação orgânica de Rousseau? Uma resposta a essa pergunta provavelmente ajudará a responder à questão referente à concordância interna e à existência do inimigo. Alguns fenômenos políticos também podem ser explicados a partir de uma resposta a essa questão. Em primeiro lugar, o paternalismo político não visaria garantir a existência de uma vontade geral apesar da existência de vontades especiais irreconciliáveis? Em segundo lugar, o papel da propaganda seria substituir-se ao paternalismo autoritário para difundir um discurso de anúncio público falso, necessária para a unidade do corpo político e que pretenderia construir a opinião pública em regimes democráticos? Resta saber como as opiniões públicas são formadas e até que ponto o valor moral da propaganda depende da natureza do corpo político.

O corpo político é, portanto, a área sobre a qual o discurso político é dirigido e que deve ser estudado agora, porque é necessário entender sobre o que é esse discurso antes de estudar suas regras de funcionamento.

4 Ontologia política

O domínio político corresponde ao corpo social (a *pólis*) sobre o qual uma atividade política é dirigida e na qual um certo grupo de indivíduos é unido por uma natureza política comum. A extensão do corpo social pode variar de acordo com o campo de aplicação visado por um programa político: do mundo inteiro a uma categoria limitada de indivíduos, a atividade política pode se aplicar a um estado-nação, uma federação de estados, regiões, corporações, classes sociais e até famílias. Qualquer domínio político P pode ser considerado como uma estrutura mínima $\langle P, f, R \rangle$ composta de um domínio P , uma função institucional f e uma relação política R . Mais precisamente, $R(x,y)$ simboliza uma relação entre quaisquer dois indivíduos políticos

x e y , e f simboliza uma função de transformação aplicada a qualquer indivíduo político x . Como exemplo de tal função de transformação, temos partidos políticos.

Os partidos políticos podem ser objeto de uma análise descritiva e de acordo com dois parâmetros: o estado e o espectro político em que esses partidos ocupam uma determinada função. Tomemos o exemplo dos partidos políticos do Brasil. A ontologia política do Brasil é composta de muitos partidos, e cada um deles é caracterizado por uma posição particular adentro da esquerda e da direita do espectro político. O número e o discurso desses partidos é muito variável, e nos basearemos no caso particular das eleições presidenciais de outubro de 2018 para descrever e comparar os partidos brasileiros no espectro político de esquerda-direita. O conteúdo característico dos partidos dos treze candidatos à presidência brasileira será expresso por meio de sub-valores ou conceitos políticos associados a essas partes (ver **Anexo I**).

São várias as dificuldades inerentes à descrição dos partidos políticos: a divisão desses partidos é ambígua no espectro político, especialmente com um centro que inclui centro-esquerda e centro-direita sem distingui-los claramente; várias partes são classificadas às vezes como esquerda ou extrema-esquerda, às vezes direita ou extrema-direita, ou mesmo centro à extrema-direita (ver **Anexo I**); coalizões e divisões partidárias são, às vezes, difíceis de entender, exceto em termos de relações de poder, e sua ambiguidade muitas vezes produz inconsistências entre o voto de convicção e o voto de responsabilidade. Os critérios para a classificação e existência de partidos políticos são, portanto, múltiplos: diferenças ideológicas, mas também subdivisões estratégicas para formar coalizões governamentais; divisões internas, quando brigas entre pessoas levam à criação de partidos dissidentes; criações *ad hoc*, quando um partido financia as campanhas de outros partidos ou representantes políticos.

Diante dessa mistura de explicações heterogêneas que vão da ideologia geral ao cinismo pessoal, nosso objetivo é esclarecer o campo e os meios de ação política em vista de contingências históricas e descrições incompletas.

Uma dificuldade principal que deve ser enfrentada para esclarecer o significado da oposição esquerda-direita é a posição política que não é nem uma nem outra: o *centro*. Para entender o que não é nem de esquerda nem de direita, mas afirma ser uma ação política consciente, considere uma tipologia política que inclua três formas de *ninismo* [10].

O primeiro ninismo é um ninismo ‘tático’, no qual o correspondente agente político não *sabe* posicionar-se no espectro político e, portanto, escolhe o centro para evitar escolhas extremas na ausência ideal ou motivo suficiente (em virtude de uma espécie de precaução moral).¹¹⁰ O

¹¹⁰ Aqui foi uma formulação famosa e engraçada dessa postura tática em o político francês Jean Lecanuet, sobre o perigo da energia nuclear: “O nuclear? Não sou nem para nem contra; pelo contrário!”.

segundo ninismo é um ninismo ‘estratégico’, no qual o agente político não *quer* se posicionar no espectro político para permanecer no poder, optando, assim, por uma cínica dissolução dos problemas políticos.¹¹¹ O terceiro e último ninismo é um ‘sistêmico’, no qual o agente político não *pode* dizer nada por causa de um problema de categorização das expressões políticas.¹¹² Somente o segundo caso de ninismo corresponde a uma negação da atividade política, isto é, um *niilismo* político. No primeiro e segundo casos, o político se recusa a agir por razões morais ou não pode agir porque a atividade política parece ter perdido seu significado.

Para reagir à perda do sentido político que parece predominar hoje e resultar em dois tipos de reação em regimes democráticos liberais: a escolha dos extremos ou a abstenção, propomos, a seguir, compreender a atividade política dentro várias grades de análises possíveis. Cada um deles tem em comum o uso de um conjunto variável de conceitos políticos (ou ‘sub-valores’) para justificar a existência de partidos políticos e a decisão de agentes políticos em época eleitoral (ver **Anexo I**). É este trabalho de justificação da atividade política que deve focar nossa atenção, depois de ter percorrido alguns tipos de atores principais do campo geral da política.

5 Epistemologia política

Entender a atividade política requer a compreensão da natureza das relações entre esquerda, direita e termo médio que constitui o centro. Como já discutimos anteriormente, os efeitos sofisticados comumente produzidos no discurso político, um deles se aplica à noção de centro e consiste em mais ou menos apresentar o centro como uma versão do ‘meio termo’ de Aristóteles. Com base numa analogia entre valores aléticos e éticos, o verdadeiro e o falso não se opõem ao nem-verdadeiro-nem-falso pela contrariedade, da mesma forma que o bem e o mal não se opõem ao nem-bem-nem-mal. Agora, de acordo com a teoria moral de Aristóteles sobre o equilíbrio certo, qualquer valor situado entre os extremos é virtuoso, enquanto os extremos têm o defeito de produzir insuficiência ou excesso: estado insuficiente ou estado excessivo, no caso de atitudes políticas.¹¹³ Em contraste, o centro representaria como sabedoria política entre os extremos de esquerda e direita, uma promessa cautelar e a razão deliberativa que inspira o primeiro tipo de ninismo tático e confirma o ninismo ‘sistêmico’. Mas não apenas nada garante a

¹¹¹ O político francês Henri Queuille expressou perfeitamente essa postura cínica: “Não há nenhum problema que a falta de solução não possa superar”; “As promessas são vinculativas apenas para aqueles que as escutam”; “A política é a arte de adiar decisões até que elas não sejam mais relevantes”.

¹¹² José Ortega y Gasset, *La révolte des masses*: “Ser de *esquerda* é como ser de *direita*, uma infinidade de maneiras que homem pode escolher de ser um imbecil: ambas, com efeito, são formas de paralisia moral.”

¹¹³ “A virtude é, portanto, um tipo de média, uma vez que o objetivo que propõe é um equilíbrio entre dois extremos (...) Todos os motivos que fazem com que o excesso e o defeito denunciem o vício, enquanto a direita média caracteriza o virtude.” [1]

priori a correção dessa analogia entre a moralidade aristotélica e o valor político, associando o centro a uma atitude política ideal. É notavelmente esse modelo erístico que é comumente usado no período eleitoral, quando os partidos governantes alertam do perigo para desencorajar os eleitores de votar em um candidato de partidos ‘extremistas’. Mas além disso, não se pode explicar a existência de um centro-direita e centro-esquerda através dessa analogia.

De preferência a esta explicação do centro como virtude, outra maneira de explicar a polaridade dos valores políticos da esquerda e da direita opostos ao centro é retomar nosso modelo alético-moral da Introdução. Em vez de admitir uma tripartição inicial entre esquerda, direita e centro, consideremos antes um conjunto de analogias capazes de incluir uma bipartição alética, moral e política dentro da mesma mesa.

Verdade	Falsidade
Bom	Ruim
Esquerda	Direita
Amigo	Inimigo

Analogia 1. Valores de verdade e oposições.

Certamente, comparações não explicam nada: essa tabela não permite mais identificar a esquerda e a direita do que o modelo erístico anterior.¹¹⁴ Mas a comparação é útil, se permite explicá-los mais a partir de uma relação básica de oposição. Por um lado, os conceitos antitéticos de esquerda e direita podem ser melhor compreendidos através da oposição entre amigo e inimigo, através do princípio de que ‘inimigos dos inimigos’ não são necessariamente ‘amigos’. Por outro lado, a complexificação das relações internacionais em termos de ‘animizade’ (uma mistura de amizade e inimizade) poderia se aplicar ao campo político e reinterpretar o centro como um produto *híbrido*: não o que não é nem esquerda nem direita, mas o que seria (parcialmente) esquerda e direita ao mesmo tempo.

Para justificar a escolha de nosso modelo explicativo futuro, vamos primeiro esboçar as várias análises em vigor da oposição política de esquerda-direita. Pelo menos três dessas análises podem ser distinguidas: (a) análise histórica ou *descritiva*; (b) análise histórico-crítica ou *gerativa*; (c) análise alético-moral ou *prescritiva*. Os dois primeiros enfocam principalmente o conteúdo das posições esquerda e direita, enquanto o último insiste no aspecto analítico ou formal das relações entre esquerda e direita.

(a) Do ponto de vista histórico, a oposição de esquerda e direita nasceu da Revolução Francesa. Correspondia à distribuição dos grupos políticos na Assembléia Nacional de agosto e setembro

¹¹⁴ Analogia não é identificação: a equação $A/B = C/D$ não significa que $A = C$, nem que $B = D$. Deve ser obvio aqui que esquerda \neq verdade, e que direita \neq falsidade.

de 1789. No contexto do debate sobre o peso da autoridade real em face da nova Assembléia Popular, os partidários do veto real foram colocados à *direita* do Presidente da Assembléia, vindo em grande parte da aristocracia e do clero; opositores do veto real foram colocados à *esquerda* do Presidente da Assembléia, apelidado de ‘Patriotas’ e principalmente do Terceiro Estado. Esta foi a divisão central instituída a partir da Revolução Francesa, apesar de outro tipo de distribuição vertical dos membros da Assembléia entre os ‘Montagnards’ e a ‘Plaine’. Já podemos ver aqui um esboço da oposição adicional entre o centro e os extremos. A oposição binária esquerda-direita se espalha para outros países europeus durante o século XIX, para a América do Sul revolucionária em 1830 (Bolívar) e para os países descolonizados durante os séculos XIX e XX. A clivagem da origem revolucionária se fortalece na França durante o período da Restauração (6 de abril de 1814 a 29 de julho de 1830). À direita, os ultra-monarquistas ou contra-revolucionários que favorecem a causa real. À esquerda, os liberais: herdeiros da Revolução Francesa e do Império, são os defensores da liberdade individual e do livre comércio, ao mesmo tempo que defendem uma monarquia constitucional equilibrada. No centro, encontramos os ‘Constitucionais’ ou ‘Independentes’: nem direitas nem esquerdas, mais medidos nos temas que acabamos de mencionar e comparáveis aos ninistas ‘táticos’ ou ‘estratégicos’. Encontramos essa polaridade esquerda-direita incorporada por dois grandes partidos nas democracias liberais do mundo atual.¹¹⁵

Além das variações entre países e eras, a divisão esquerda-direita pode aparecer através de duas perspectivas principais: uma perspectiva temática, em que a primazia do conceito político leva a uma filosofia política; uma perspectiva cronológica, em que o fator tempo avisa contra qualquer abuso especulativo e, portanto, privilegia o estudo da história política. O modelo explicativo dominante é o eixo unidimensional ou linear; em virtude deste modelo abstrato, as partes são distribuídas da esquerda para a direita em uma escala graduada e os extremos correspondem às posições mais distantes do centro da escala. Dois outros modelos podem ser imaginados, no entanto, para pensar a oposição da esquerda para a direita: o modelo circular, no qual a escala graduada é substituída por um círculo e os extremos são reunidos em oposição ao centro;¹¹⁶ o modelo diagramático, onde as posições esquerda e direita são explicadas por um par mais

¹¹⁵ A bipolarização do mundo político pode ser ilustrada através algumas oposições do mundo ocidental: França (Os Republicanos vs Partido Socialista), Estados Unidos (Partido Republicano vs Partido Democrata), Grã-Bretanha (Conservadores vs Trabalhistas); Alemanha (Democratas-Cristãos vs Democratas Sociais); Bélgica (Liberais vs Socialistas); Espanha (Partido Popular vs Partido Socialista). Um fenómeno político importante apareceu recentemente dentro de estados tais que França, Alemanha, Espanha, Grécia, ou Brasil, a saber: um enfraquecimento dos partidos tradicionais da esquerda e da direita, acompanhado de um fortalecimento dos partidos ‘extremos’. Nos vemos isso como um efeito dos ninismos ‘estratégicos’ e ‘sistêmicos’ (ver Seção 2).

¹¹⁶ Ver por exemplo o padrão alternativo da ‘ferradura’, proposto pelo filósofo francês J.P. Fayes [4].

complexo de eixos e coordenadas dentro de uma estrutura multidimensional. Voltaremos a este último tipo de modelo, pois é este que privilegiaremos em nossa explicação formal da polaridade esquerda-direita.

Voltemos ao problema do conteúdo material das posições políticas. Podemos admitir a existência de invariantes entre as ilustrações históricas da esquerda e da direita? Uma hipótese é que a esquerda geralmente incorporaria o valor político do progressismo, segundo o qual a ação política é baseada na transformação das relações sociais para garantir o bem comum; a direita incorporaria a posição oposta do conservadorismo, segundo a qual o bem comum exige, ao contrário, a preservação de valores sociais como a família ou a religião. Mas essa leitura essencialista coloca um problema considerando dois tipos de relatividade da atividade política. A primeira é uma relatividade da ordem *histórica*. Vamos dar dois exemplos da história da França. Os girondinos, primeiro. À direita sob a Convenção (1792-1794), eles estão posicionados no centro sob o Diretório (1795-1799), entre os jacobinos e os monarquistas e mudaram para a esquerda sob a Restauração (1814-1830). O partido radical, segundo. Primeiro localizado na extrema esquerda no início da Segunda República (1848-1851), é colocado no centro-esquerda sob a Quarta República (1946-1958) e transferido para o centro-direita sob a atual Quinta República. A segunda é uma relatividade da ordem *semântica*. Um exemplo é o conceito de ‘conservadorismo’: esse conceito político se refere a uma atitude tipicamente de direita da ordem social e seus valores fundamentais ou é uma estratégia de manutenção ao poder, independentemente das categorias da esquerda e da direita (como o Brejnevismo da União Soviética, classificado na extrema esquerda do espectro político)? As aparentes contradições da evolução histórica podem ser superadas por uma abordagem sincrônica, apesar do perigo da generalização abusiva. Essa abordagem é o segundo tipo de análise de oposição esquerda-direita.

(b) Essa oposição foi sintetizada por dois cientistas políticos franceses, no contexto de reflexões sincrônicas sobre a evolução da política francesa. René Rémond propôs uma tipologia das direitas francesas composta de três arquétipos [9]: legitimista, ou favorável ao regime monárquico pré-revolucionário; bonapartista, ou herdado do império de Napoleão Bonaparte e associado à ideia do líder carismático e autoritário; orleanista, inspirado nas correntes liberais do século XIX. Na mesma linha, Jacques Julliard considera quatro tipos de esquerda francesa [7]: liberal, ou reformista e adaptada à economia de mercado; ‘jacobino’, ou favorável à centralização da atividade política; ‘coletivista’, portanto baseado em uma economia socialista autoritária ou comunista; ‘libertário’, privilegiando os interesses do indivíduo contra as obrigações das instituições coletivas (família, Igreja, Estado). Essas tipologias, no entanto, pressupõem a existência prévia de conceitos políticos comuns para distinguir os tipos esquerdo e direito. A esquerda

seria caracterizada pelos conceitos de progresso, igualdade, solidariedade, insubordinação. A direita satisfaria os sub-valores de autoridade, ordem, identidade nacional, segurança, tradição, conservadorismo. Quanto aos conceitos de trabalho, justiça ou liberdade, são valores transversais que também são aceitos pela esquerda e pela direita, mas cujo modo de aplicação distinguiria esses dois polos. Sabemos que as várias correntes de esquerda e direita compartilham mais ou menos esses vários conceitos políticos, e que a variedade de suas atitudes produz um espectro político desesperadamente complexo. Resta esclarecer a relação entre esses conceitos políticos para melhorar nossa compreensão do espectro político. Isso coloca dois problemas: em que medida as múltiplas relações entre esses conceitos políticos ou ‘sub-valores’ permitem explicar os valores políticos da esquerda e da direita? Esses valores de esquerda e direita são unânimes, ou o resultado complexo de um campo léxico com várias grades de interpretação? Este é o terceiro tipo de análise que consideraremos agora o terceiro tipo de análise da polaridade esquerda-direita, a fim de obter um modelo menos descritivo e mais explicativo.

(c) A análise alético-moral é uma análise puramente crítica ou especulativa, na medida em que não depende de conceitos políticos relacionados a um determinado momento ou lugar na história política. É, portanto, sem fundamento histórico e propõe uma definição *formal* de atividade política, baseada em uma oposição fundamental, a-histórica e universal entre atitudes de concordância e discordância. Isso justificará a definição genérica da política de Freund e nos lembrará que a esquerda e a direita permanecem acima de todas as propriedades relacionais, antes de receber o conteúdo conceitual.

Uma segunda analogia será proposta a seguir, para enfatizar a natureza pluralista da teoria política; consiste em comparar a ciência política com a teoria do conhecimento, com base na seguinte tabela conceitual:

Teoria do conhecimento	Ciência política
conhecimento	concordia social
crença	opinião pública
verdade	bem comum
justificação	deliberação
anúncio público	propaganda

Analogia 2. Epistemologia e política.

O conceito de crença refere-se às crenças individuais de agentes arbitrários, e sua interpretação política refere-se a um conjunto de votos particulares. O caso das crenças gerais resulta de anúncios públicos, de modo que a existência da opinião pública refere-se logicamente ao processo de propaganda.

Uma terceira analogia é essencial para confirmar a segunda e admitir nossa análise alético-moral da oposição esquerda-direita. Assume-se que dois tipos de entidades semânticas recebem valores: proposições e ações declarativas, e que são as relações entre esses valores que possibilitam explicar conceitos de esquerda e direita como um conjunto de relações entre conceitos políticos.

Proposição	Ação
verdadeira	boa
falsa	ruim

Analogia 3. Valores aléticos e valores morais.

Com base nas analogias acima, a analogia pode levar a duas maneiras de relacionar conceitos epistemológicos e políticos entre si: *monismo*, de um lado; *pluralismo*, por outro lado. O monismo define um conceito central como único e unânime. Sob essa abordagem, uma proposição é verdadeira ou falsa para qualquer agente epistêmico, independentemente de seus próprios critérios de justificação; e uma ação é boa ou ruim para qualquer agente moral, independentemente dos seus próprios critérios de deliberação.¹¹⁷ O pluralismo define um conceito central como múltiplo e controverso. Uma proposição é, portanto, verdadeira ou falsa para um certo tipo de agente epistêmico, dependentemente de seus próprios critérios de justificação; e uma ação é boa ou ruim para um certo tipo de agente moral, dependentemente dos seus próprios critérios de deliberação.¹¹⁸

Nossa modelagem que segue é de um tipo pluralista, na medida em que está de acordo com a explicação alético-moral do discurso político. Se os valores morais das ações políticas são expressos por declarações verdadeiras ou falsas, então uma abordagem monista não seria capaz de explicar em particular a relatividade histórica dos valores de esquerda e direita. Por outro lado, uma abordagem pluralista torna possível explicar as relações entre os conceitos políticos sem associá-los a um valor moral único e unânime no mesmo tempo dado. Neste último caso,

¹¹⁷ Simone de Beauvoir [2] interpretou a unicidade como uma precondição ao discurso correto. Assim: “A verdade é única, o erro é múltiplo. Não é por acaso que a direita profere o pluralismo.”

¹¹⁸ O *pluralismo* significa aqui a existência de *vários* critérios objetivos ou públicos do bem dentro do mesmo domínio político, ao contrário do *relativismo* que reduz o bem a uma preferência subjetiva ou privada.

as noções de esquerda e direita são explicáveis por relações formais, mas sem serem determinadas por nenhum conjunto particular de conceitos políticos. O conceito de ambientalismo ou feminismo é um exemplo: sem qualquer valor político no início do século XX, eles se tornaram um critério relevante nesse meio tempo. Outros conceitos que antes eram relevantes hoje não são mais assim, como o republicanismo; ou será assim no futuro, como o transhumanismo ou o veganismo. Por outro lado, parece difícil avaliar as tonalidades esquerda e direita somente com base no padrão de uma escala unidimensional. Pelo menos quatro tipos distintos de organização do pólo esquerda-direita podem ser mencionados dentro dessa escala e em virtude de diferentes explicações dos valores análogos da verdade e da falsidade. O primeiro tipo é exclusivo e exaustivo, ou *bivalente*: qualquer opinião política é esquerda ou direita, e nenhum deles escapa dessa bipolaridade. O segundo tipo é *gradual*: toda opinião política é ‘mais ou menos’ de esquerda e de direita, sem distinção ou natureza categórica entre os dois pólos. O terceiro tipo é exclusivo e não-exaustivo, ou *incompleto*: há opiniões políticas que não são nem de esquerda nem de direita, de acordo com os casos anteriores de ninismo.¹¹⁹ O quarto e último tipo é não-exclusiva e exaustiva, ou *excedente*: há opiniões políticas que são ambas de esquerda e direita, mesmo se tal opinião parece inconsistente ou às vezes é equiparado com a forma perversa de ninismo estratégico.¹²⁰ Mas reduzir esse último tipo ao cinismo puro parece não apenas não convencional, mas errôneo também, como mostraremos nos outros exemplos de modelagem que se seguem. Para dar sentido ao tipo de modelo unidimensional excedente, um método explicativo mais claro requer a mudança para a escala multidimensional e o abandono de um mau hábito: o de considerar os conceitos de esquerda e direita de forma *bivalente*, como valores absolutos e exaustivos. É o que vamos propor na última seção, a fim de explicar exatamente o que determina as relações entre os conceitos políticos e, assim, levar a uma atitude qualificada como ‘esquerda’ ou ‘direita’.

6 Lógica política

Parece contrário ao senso comum associar política e lógica, no sentido de que nenhuma ciência humana pode ser reduzida a regras de inferência ou preservação da relação lógica de consequência. É, no entanto, a lógica que inspirará o resultado final desta última seção, mas insistindo

¹¹⁹ Voltando sobre a polêmica inicial desse artigo, a posição de Kim Kataguirí (Movimento Brasil Livre) parece concordar com a leitura incompleta do espectro político unidimensional: “O nazismo não era de esquerda, não era de direita (o nazismo seria uma espécie de ‘terceira via’ totalitária).”

¹²⁰ Isso seria o caso se a leitura excedente do espectro político fosse reduzível a um efeito dos partidos pega-tudo, ou do fisiologismo. Por entanto, a próxima seção vai justificar essa leitura através um modelo de análise política particular: o modelo combinatório.

na noção de pluralismo tanto na lógica quanto na política: as relações estabelecidas entre os conceitos políticos não são apenas prescritivas, de modo que uma análise teórica pode muito bem ser contraditada por um contra-exemplo empírico do domínio político; mas além disso, essas relações são variáveis e dependem de várias categorias de agentes políticos, de modo que não se pode definir os conceitos de esquerda e direita por um conjunto de relações preestabelecidas e unânimes. Vamos ver como proceder nesse sentido pluralista de ‘lógica política’.

A transição para modelos multidimensionais dá origem a dois tipos principais de modelos explicativos: (1) espectral e (2) não espectral. Os primeiros são baseados em uma representação gráfica mais complexa do que o modelo unidimensional da escala linear. Os últimos ignoram a representação gráfica e insistem na interpretação algébrica ou inferencial da polaridade esquerda-direita.

(1) O modelo espectral é muito mais um meio entre sociólogos e psicólogos, como parte de uma abordagem descritiva das opiniões políticas. Em virtude deste modelo, a oposição esquerda-direita pode ser estruturada a partir de um eixo e de uma ordenada. Essas duas dimensões tornam possível definir um polo político como uma combinação de dois fatores, e a variedade de modelos disponíveis está na variedade de fatores considerados fundamentais para a compreensão das opiniões políticas (ver **Anexo II**). Uma dificuldade dessa abordagem espectral diz respeito à sua cardinalidade: quantas dimensões formam um elemento político e compõem o espectro político? Reduzido a duas dimensões, este modelo melhora o modelo da escala linear, mas parece ainda muito limitado para explicar a complexidade das relações lógicas entre os valores políticos. Por essa razão, favoreceremos a abordagem multidimensional não espectral e apresentaremos três exemplos dessa modelagem: (2.1) o modelo cumulativo; (2.2) o modelo combinatório; (2.3) o modelo inferencial. O ponto comum entre os dois primeiros é que os *sub-valores*, isto é, os conceitos políticos usados para definir os valores superiores da esquerda e da direita, são mutuamente independentes no modelo correspondente. Por outro lado, o modelo inferencial liga esses sub-valores por relações de inferência; esses sub-valores não são, portanto, independentes entre si no modelo correspondente.

(2.1) O modelo cumulativo apresenta os dois valores da esquerda e da direita como propriedades relacionais fundamentais. Estas duas relações são definidas por um conjunto de sub-valores avaliados por um determinado agente político, de modo que a soma desses sub-valores produz um valor aritmético que depende tanto da importância que o agente lhes dá como sua atitude em relação a eles (ver **Anexo III**). Esse modelo tem a vantagem de ser mais flexível e de descrever diversas nuances de divergências políticas, distinguindo, por exemplo, o centro e os extremos em termos de diferenciais entre as somas dos sub-valores.

(2.2) O modelo combinatório tem um ponto comum e uma diferença principal com o modelo cumulativo: assim como o modelo combinatório define a polaridade esquerda-direita por um conjunto de sub-valores característicos (ver **Anexo IV**); mas ao contrário do modelo cumulativo, o modelo combinatório não é indexado em parâmetros de importância variável: um sub-valor não é mais ou menos prioridade para um agente, que o aceita ou não dentro de sua própria concepção do bem comum. A vantagem deste modelo é que ele se encaixa dentro da estrutura da teoria das oposições de Aristóteles, enquanto confirma o modelo unidimensional do excedente: um agente pode aceitar dois sub-valores dos quais um é considerado ‘esquerda’ e o outro ‘direita’, mas sem que isso produza qualquer inconsistência em seu comportamento político. Isso se deve à estruturação combinatória dos valores da esquerda e da direita: uma opinião política é definida por um conjunto de opiniões binárias (acordo ou desacordo) ordenadas sobre sub-valores politicamente relevantes,¹²¹ de modo que um agente político pode promover tanto a economia de mercado quanto a legalização das drogas leves. Outra vantagem deste modelo é que ele permite caracterizar o centro e os extremos como dois tipos opostos de comportamento radicalizado: o primeiro aceita a maior parte dos sub-valores característicos, enquanto os últimos rejeitam a maioria deles. Alguns trabalhos anteriores do autor permitem explicar essas diferenças em termos de oposições lógicas, como contrariedade ou subalternação; sua aplicação ao campo político poderia tentar melhorar a exatidão ou, pelo menos, reduzir a confusão no discurso político e a polaridade esquerda-direita subjacente a ele.

(2.3) O modelo inferencial, finalmente, se opõe a ênfase precedente, em vez das relações de dependência entre as várias sub-valores dos componentes dos valores esquerda e direita: um agente não pode admitir um de eles sem se comprometer com uma certa atitude em relação aos outros, uma vez que o domínio político é uma rede conceitual de elos inferenciais (ver **Anexo V**). Vamos pegar o exemplo acima: um agente que apoia o liberalismo econômico e o uso de drogas leves é descrito como ‘liberal-libertário’; sua recente existência mostra simplesmente, sob o modelo inferencial, que os dois sub-valores citados não são mutuamente inconsistentes dentro da atual área de política. A existência de outro tipo de agente mais tradicional: o ‘liberal conservador’, porém levanta a questão de por que os dois sub-valores mencionados são compatíveis para o primeiro e incompatíveis para o segundo. Se este é o caso, então o modelo em vigor aqui torna possível distinguir dois tipos de opinião política incluídos na defesa do

¹²¹ O princípio de predicados politicamente relevantes concorda com a ‘matriz estética’ de Arthur Danto [3], de acordo com a qual a cardinalidade dos estilos artísticos pode ser determinada por um conjunto de 2^n elementos a partir de n predicados ‘artisticamente relevantes’. Do mesmo jeito, os sub-valores políticos são esses predicados politicamente relevantes do modelo combinatório.

liberalismo econômico. Quanto a se a legalização das drogas leves é ‘essencialmente’ de esquerda ou compatível com o protótipo ‘direita’, não queremos responder a essa pergunta, já que nossa abordagem à atividade política é do tipo formal e fica além das caracterizações historicamente contingentes dos conceitos fundamentais da esquerda e da direita.¹²² Em todos os casos, o agente político é definido de acordo com este modelo por dois parâmetros principais: os sub-valores que ele aprova ou desaprova, assim como as relações inferenciais que ele estabelece entre esses sub-valores. O comportamento ‘lógico’ resultante é baseado em duas regras de inferência emprestadas da lógica padrão, na qual valores de verdade são atribuídos a proposições declarativas. Existe aqui uma dificuldade teórica, relacionada ao risco de uma *relação circular* entre as atribuições de valores morais a um sub-valor por um determinado agente e as relações inferenciais que este agente estabelece entre este sub-valor e de outros. Isto é, um agente político aprova um valor antes de inferir algo dele, ou ele o aprova porque se sente obrigado a inferir outro sub-valor que ele aprova de antemão? Não entraremos aqui nos detalhes dessa possível objeção relacionada à consistência moral e que, na lógica, é traduzida pela teoria semântica do *inferencialismo*.

7 Para um pluralismo axiológico

Vamos encerrar nossa reflexão com algumas lições gerais, um resumo do nosso método de análise e várias reflexões iniciais.

Três observações podem ser feitas em nossa proposição de uma análise alético-moral do discurso político, baseada na oposição esquerda-direita. A primeira observação diz respeito à distinção entre uma abordagem material e uma abordagem formal ao discurso político. As orientações políticas foram expressas por relações de concordância ou discordância, relativas a sub-valores e valorizados em termos éticos de bem e mal para um determinado agente. Esta análise formal ignora o conteúdo material desses sub-valores, mas de propósito: o contexto histórico-geográfico modifica o conteúdo do discurso político; mas não é esse conteúdo que determina o *significado* geral desse discurso. A segunda observação diz respeito à distinção entre um significado particular e um significado geral. Um agente político é definido por um conjunto de sub-valores específicos que aprova ou desaprova, e esses sub-valores podem ser

¹²² Os dois casos de agentes mencionados aqui não parecem fáceis de caracterizar no espectro político brasileiro: o liberal-libertário poderia facilmente ser posicionado no centro-esquerda (PSDB, MDB) ou no centro-direita (MDB), mas é provavelmente incompatível com qualquer partido de inspiração religiosa e, *portanto*, conservadora; o conservador liberal certamente será classificado corretamente por sua posição conservadora (PSL, Patriota), mas a fraqueza ideológica de alguns programas partidários e o efeito do ‘pegatudismo’ é tal que esse agente poderia estar localizado em centro.

classificados da esquerda para a direita sem que a combinação geral produza um comportamento político inconsistente. Pelo contrário: a existência de significados particulares torna possível mostrar a complexidade do significado geral do discurso político e justificar a multiplicidade de afinidades políticas de acordo com as várias relações lógicas concebíveis entre sub-valores dados. A terceira e última observação é sobre a distinção amigo-inimigo. Qualquer agente político pode considerar-se amigo político de outro, mas o recíproco pode não ser verdade. Essa assimetria pode ser explicada pelos dois modelos cumulativos e inferenciais que apresentamos anteriormente: no primeiro, explica-se por uma diferença na ordem de importância e na atitude dos agentes em relação aos sub-valores; no segundo, explica-se por uma diferença nas relações de inferência estabelecidas pelos dois agentes entre o mesmo subconjunto de sub-valores.

Nossa análise do discurso político baseou-se em uma distinção entre três campos de estudo: ontologia política, epistemologia política e lógica política. A ontologia política define os elementos associados a conjuntos de sub-valores. A epistemologia política define o conjunto de sub-valores unidos por regras. A lógica política define todas essas regras destinadas a alcançar ou preservar o bem comum, de acordo com as aspirações dos agentes políticos. Três tipos de regras lógicas podem ser usados em nossa análise para explicar o discurso político: regras de *composição*, que determinam a natureza das relações entre sub-valores políticos (compatibilidade, incompatibilidade ou subordinação); regras de *transformação*, que podem explicar os processos dinâmicos de ‘direitização’ ou ‘esquerdização’ do discurso político dentro de um dado domínio espaço-temporal; regras de *preservação*, que lidam com o bem comum e se relacionam com o comportamento político de várias categorias de agentes dentro da oposição esquemática esquerda-direita.

Três questões abertas, para concluir.

Primeiramente, existe um critério invariante na oposição esquerda-direita? Uma hipótese seria conceber a oposição esquerda-direita em termos de *atitudes* globais em relação à delimitação da atividade política. Por um lado, a esquerda incorporaria uma atitude *inclusiva* ou *universalista* de identificação crescente de quaisquer indivíduos dentro da mesma ontologia política, mais frequentemente aberto ao mundo e descompartmentada do sistema westfaliano de estados-nação. Isso implica que os sub-valores políticos devem se adaptar à ontologia política, pois qualquer sub-valor que possa excluir certos agentes do domínio político seria contrário à ética global da esquerda. Essa lógica de expansão do domínio político peculiar ao universo político é característica de um ideal cosmopolito. Por outro lado, a direita seria uma atitude *exclusiva* ou *particularista* de crescente diferenciação de indivíduos arbitrários dentro de uma

mesma ontologia política caracterizada por um ideal comum. Nesse caso, é a ontologia política que deve se adaptar a um conjunto limitado de sub-valores característicos de um domínio político restrito. Essa lógica de contração do universo político leva a um ideal localista. Uma hipótese completamente diferente seria usar um critério completamente diferente para distinguir a esquerda e a direita: uma atitude global em relação à abordagem *intelectual* da atividade política como tal. Uma atitude *pro-inferencialista* para o primeiro, de modo que um agente seria tanto *mais* de esquerda quanto estabeleceria relações *mais* inferenciais entre os sub-valores; uma atitude *anti-inferencialista* para o segundo, de modo que um agente seria tanto *mais* de direita de que estabeleceria relações *menos* inferenciais entre os sub-valores. Um estudo aprofundado dos dois tipos de hipóteses será conduzido como parte de um trabalho futuro.

Em segundo lugar, pode uma ontologia política crescer sem ‘explodir’? Essa nova questão está relacionada ao ideal cosmo-político do qual falamos acima; ecoa um tema da lógica matemática: o critério da *consistência máxima*, em virtude do qual não podemos adicionar uma fórmula demais a um conjunto máximo sem produzir um novo conjunto incoerente. Uma aplicação deste caso na política leva ao problema de administrar a relação irreduzível de inimizade dentro de um espaço democrático pluralista ou agonístico (ver Seção 1). Esse problema pode ser expresso como um problema de ‘inflação ontológica’: como incluir indefinidamente novos sub-valores dentro de um domínio político preservando sua consistência máxima? Além disso, a multiplicação desses sub-valores no campo do discurso político dos regimes democráticos leva a multiplicar as diferenças potenciais entre os agentes e, conseqüentemente, os riscos de um aumento nas relações inimigas que possam produzir estado de coisas contrário ao do bem comum: a guerra civil. Em suma, o pluralismo político agônico simboliza acima de tudo a virtude da tolerância ou o vício da discórdia? O escopo dessa reflexão pode ser estendido ao caso do *multiculturalismo* e seu efeito no estado de harmonia social. O critério de consistência máxima mencionado acima não exigiria uma concordância mínima entre os sub-valores compartilhados pelos agentes de uma determinada área de política e, portanto, uma atitude exclusiva mínima? Estamos aqui questionando as conseqüências de uma estratégia de máxima expansão da ontologia política, se esse é o perfil característico da atitude da esquerda. É um agente sem sub-valores característicos ainda um indivíduo político propriamente dito, já que seu ideal cosmopolito o faz aprovar qualquer sub-valor em geral, isto é, nenhum em particular? O problema da consistência diz respeito às condições em que o bem comum pode ser garantido por um acordo social e estabelecido entre duas situações radicalmente opostas: o totalitarismo, quando o domínio político inclui excessivamente poucos sub-valores para garantir o bem comum;

multiculturalismo, onde este domínio inclui excessivamente muitos sub-valores para garantir o bem comum.

Em terceiro lugar, o bem comum é sinônimo de coesão social? Nossa hipótese inicial é que a coesão social difere da harmonia social: é uma condição necessária, mas certamente não é condição suficiente para a realização do bem comum. A coesão social pode ser alcançada sem o bem comum, de acordo com nossa analogia anterior entre a teoria do conhecimento e da ciência política: ‘conhecimento’ no sentido de saber de autoridade ou convencional não implica verdade, mesmo que uma ditadura pode trazer ordem sem produzir harmonia social. Essa afirmação pressupõe uma noção política adicional como premissa auxiliar: a *propaganda*, assumindo que se pretende alcançar uma harmonização de vontades com ou sem o apoio do bem comum. A existência de propaganda e sua justificação depende da resposta a esta questão fundamental: como administrar as contradições dentro de um espaço comum?¹²³

Bibliografia

- [1] Aristoteles. *Ética a Nicômaco*, Livre II, Chap. VI.
- [2] S. de Beauvoir. “La pensée de droite, aujourd’hui”, in *Les Temps Modernes*, 1955, p. 1569.
- [3] Arthur Danto. “O Mundo da Arte”. In: D’Orey, Carmo. (Org.). *O que é arte? A perspectiva analítica*. Lisboa: Dinalivro, 2007, pp. 79-99.
- [4] J. P. Fayes. *Le siècle des idéologies*, Paris, Armand Colin 1996.
- [5] J. Freund. *L’essence du politique*. Paris, Editions Sirey, 1965.
- [6] J. Habermas. “Trois versions de la démocratie libérale”, *Le Débat*, vol. 3, 2003, pp. 122-131.
- [7] J. Julliard. *Les gauches françaises : 1762-2012 : Histoire, politique et imaginaire*. Editions Broché, 2012.
- [8] C. Mouffe. *Agonistique: penser politiquement le monde*, éditions Beaux-Arts de Paris, 2014.
- [9] R. Rémond. *Les Droites en France*. Paris, Aubier, 1982.
- [10] F. Schang. “Le ninisme est-il un nihilisme ?”, *Implications Philosophiques*, 2015: <http://www.implications-philosophiques.org/actualite/une/le-ninisme-est-il-un-nihilisme/>
- [11] C. Schmitt. *La notion du politique - Théorie du partisan*, Paris, Calmann-Lévy, 1972.

Anexo I. Os três candidatos nas eleições presidenciais brasileiras de 2018.

Lenda.

(1) Partidos políticos: DC: Democracia Cristão ; DEM: Democratas; MDB: Movimento Democrático Brasileiro ; PCB: Partido Comunista Brasileiro; PCdoB: Partido Comunista do Brasil; PDT: Partido Democrático Trabalhista; PHS: Partido Humanista da Solidariedade; PPL: Partido Pátria Livre; PPS: Partido Popular Socialista; PR: Partido da República; PROS: Partido Republicano da Ordem Social; PRB: Partido Republicano Brasileiro; PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro; PSD: Partido Social Democrático; PSDB: Partido da Social Democracia

¹²³ Para responder a todos esses problemas sistemáticos, um grupo de estudos sobre a oposição esquerda-direita acaba de ser instituído no departamento de filosofia da UFG (FAFIL).

Brasileira; PSL: Partido Social Liberal; PSOL: Partido Socialismo e Liberdade; PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado ; PT: Partido dos Trabalhadores; PTB: Partido Trabalhista Brasileiro; PV: Partido Verde.

(2) Lista dos sub-valores da política brasileira em 2018:

1: ambientalismo; 2: anti-capitalismo; 3: anti-comunismo; 4: anti-globalização; 5: anti-imperialismo; 6: comunismo; 7: conservadorismo liberal; 8: conservadorismo fiscal; 9: conservadorismo social; 10: democracia cristão; 11: democracia direita; 12: desenvolvimentismo; 13: distributivismo; 14: economia social de mercado; 15: estadismo; 16: federalismo; 17: fisiologismo; 18: fundamentalismo cristão; 19: getulismo; 20: humanismo cristão; 21: humanismo universalista; 22: internacionalismo; 23: intervencionismo estatal; 23: janismo; 24: keynesianismo; 25: liberalismo clássico; 26: liberalismo econômico; 27: liberalismo social; 28: lulismo; 29: marxismo; 30: marxismo-leninismo; 31: morenismo; 32: militarismo; 33: nacionalismo; 34: nova esquerda; 35: ordoliberalismo; 36: partido pega-tudo; 37: populismo; 38: progressismo 39: protecionismo ; 40: republicanismo; 41: socialismo; 42: socialismo democrático; 43: socialismo revolucionário; 44: social-democracia; 45: social-liberalismo; 46: solidarismo; 47: sustentabilismo; 48: terceira via; 49: trabalhismo; 50: trotskismo

(3) Posições no espectro político: E-E: extrema-esquerda, E: esquerda, C-E: centro-esquerda, C: centro, C-D: centro-direita; D: direita: E-D: extrema-direita.

Candidatos	Partido do candidato e partidos de coligação	Sub-valores associados	Espectro político
Geraldo ALCKMIN (4,9%)	PSDB , PTB, PP, PR, DEM, SD, PPS, PRB, PSD	1,7,8,9,10,18,19,20,21,23 27,28,35,39,40,42,44,49	C-E, C, C-D, D
João AMOÊDO (2,7%)	Partido Novo	16,25	D
Jair BOLSONARO (47,3%)	PSL , PRTB	3,4,9,16,23,24,26,33,37,49	E-D
Guilherme BOULOS (0,6%)	PSOL , PCB	2,5,6,29,30,34,41,43	E-E, E
Cabo DACIOLO (1,2%)	Patriota	3,4,9,18,32,33	E-D
Alvaro DIAS (0,9%)	Podemos	11,27,40	C
José Maria EYMAEL (0,1%)	DC	9,10,14,35	E
Ciro GOMES (12,5%)	PDT , Avante	12,42,44,48	C-E
João GOULART (0,1%)	PPL	33,41,49	E-E, E
Fernando HADDAD (27,5%)	PT , PCdoB, PROS	6,12,28,30,42	E-E, E, C-E
Vera LÚCIA (0,1%)	PSTU	2,6,15,22,29,31,39,41,50	E-E
Henrique MEIRELLES (1,2%)	MDB , PHS	7,10,13,20,26,45,47	C, C-D

Marina SILVA (1%))	Rede, PV	1,27,38,44,48,49	C
-----------------------	----------	------------------	---

Anexo II. Três exemplos de modelo político espectral.

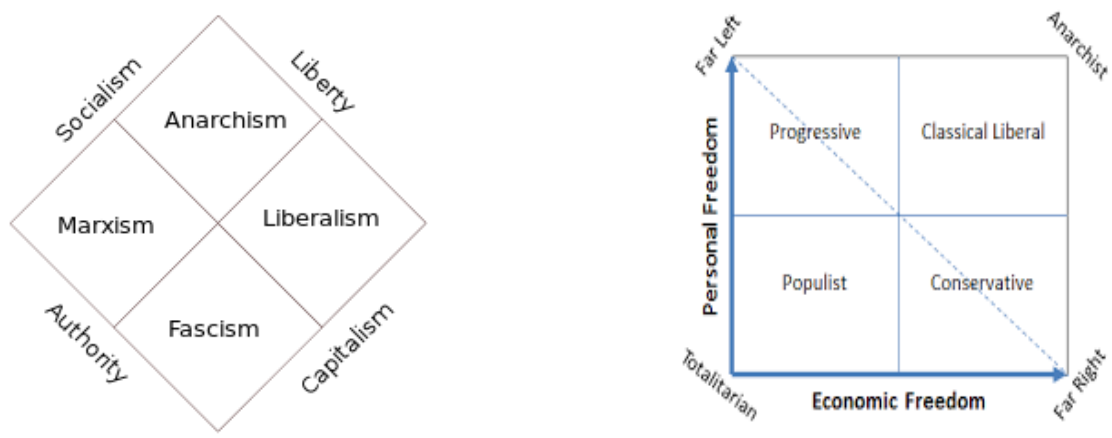
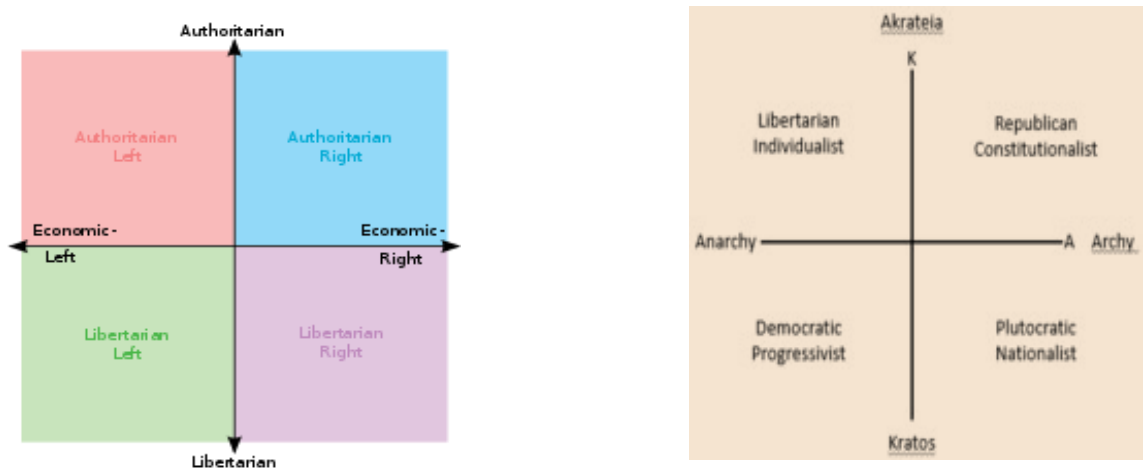


Gráfico de Nolan, 1969

- abscissa : liberdade econômica
- ordenado : liberdade pessoal



Political Compass Organization

- abscissa: esquerda-direita

- ordenado: liberdade individual

Mitchell, 2006: as 8 direções políticas

- abscissa: 'arkhê' vs 'anarkhê'
- ordenado: kratos vs akratos

Anexo III. Um modelo não-espectral cumulativo.

Seja $S(x)$ um conjunto de sub-valores x avaliadas por um agente S , tal que

$$S(x) = S(x_1) + \dots + S(x_n)$$

Para qualquer sub-valor x_i ($1 \leq i \leq n$) : $S(x_i) = \rho \times B$, onde:

- ρ simboliza o valor de relevância do sub-valor x e funciona como uma aplicação de π_i em $\{2^n, \dots, 2^{n-1}\}$.
Por exemplo, há 4 valores de relevância associadas com $n = 4$ sub-valores: $\{16, 8, 4, 2\}$
- B simboliza a atitude de S em relação aos sub-valores e funciona como uma aplicação de π_i em $\{1, 0, -1\}$, 1 significando a aprovação de S , 0 a indiferença de S , e -1 a desaprovação de S .

As relações políticas $R(S_1, S_2)$ entre quaisquer dois agentes S_1, S_2 são amizade R e inimizade I .

Definição. Para quaisquer dois agentes políticos S_1, S_2 :

$R(S_1, S_2) = A(S_1, S_2)$ se e só se $S_1(x) + S_2(x) > S_1(x)$

$R(S_1, S_2) = I(S_1, S_2)$ se e só se $S_1(x) + S_2(x) < S_1(x)$

Anexo IV. Um modelo não-espectral combinatório.

Seja $\Pi = \{x_1, \dots, x_n\}$ um conjunto de n sub-valores ou predicados politicamente relevantes ordenados, $S(x_i) \mapsto \{1, 0\}$ uma valoração de qualquer valor x_i tal que:

- S aprova x_i se $S(x_i) = 1$
- S desaprova x_i se $S(x_i) = 0$

Para quaisquer agentes S_1, S_2 , os comportamentos políticos de S_1 e S_2 são:

- *compatíveis* se e só se, para algum sub-valor x_i , $S_1(x_i) = S_2(x_i) = 1$
- *incompatíveis* se e só se, para qualquer sub-valor x_i , $S_1(x_i) = S_2(x_i) = 0$
- *subordinados* se e só se para qualquer sub-valor x_i , $S_1(x_i) = 1 \Rightarrow S_2(x_i) = 1$ ou $S_2(x_i) = 1 \Rightarrow S_1(x_i) = 1$

Exemplo: Seja $\Pi = \{x_1, x_2, x_3, x_4\}$, $S_1(\Pi) = 1110$, e $S_2(\Pi) = 1100$, e $S_3(\Pi) = 0001$.

Então $S_1(\Pi)$ é subordinada a $S_2(\Pi)$, $S_1(\Pi)$ é incompatível com $S_3(\Pi)$, e $S_2(\Pi)$ é incompatível com $S_3(\Pi)$.

Anexo V. Um modelo não-espectral inferencial.

Um modelo político $\Pi = \langle S, x, \{b, r\}, \Rightarrow \rangle$ inclui:

- agentes políticos S
- sub-valores políticos x
- valores morais : bem $\{b\}$, ruim $\{r\}$

relação inferencial \Rightarrow entre sub-valores x_1, x_2

Para qualquer agente S :

Si $v(S, x_1) = b$ e $x_1 \Rightarrow x_2$, então $v(S, x_2) = b$ (*modus ponens* moral)

Si $x_1 \Rightarrow x_2$ e $v(S, x_2) = m$, então $v(S, x_1) = m$ (*modus tollens* moral)

S é de *esquerda* se, e só se:

Para qualquer sub-valor de direita x , se $x \Rightarrow y$ então $v(S, y) = m$

S é de *direita* se, e só se:

Para qualquer sub-valor de esquerda x , se $x \Rightarrow y$ então $v(S, y) = m$

POLÍTICA COMERCIAL NO CONTEXTO DA TEORIA RACIONAL^{1 2}

Adilson Rocha³

RESUMO

Neste estudo, realiza-se um esforço de compreensão das políticas comerciais sob a ótica da teoria racional. Objetiva-se investigar se as políticas comerciais empregadas por um governo são executadas no intuito da maximização de votos. Para atingir este objetivo analisa-se séries estatísticas históricas dos dados abertos encontrados no portal do SISCOMEX/MDIC e CNI/IPOBE, no período de 1999 a 2017, utiliza-se para isso as variáveis aprovação do governo e taxa de crescimento da exportação do Brasil. Os resultados afirmam que no período de 2003 a 2010, tanto o nível de exportações, quanto o de avaliação positiva do governo foram elevados, porém a correlação das variáveis não demonstra confiança. Conclui-se que a hipótese de que os governos executam políticas comerciais com interesse de maximizar votos é positiva, mas não é totalmente explicativa.

Palavras-chave: Política comercial. Teoria racional. Maximização de interesses.

ABSTRACT

In this study, an effort is made to understand commercial policies from the standpoint of rational theory. The objective is to investigate whether the commercial policies employed by a government are executed in order to maximize benefits. In order to reach this objective, we analyze the historical statistical series of open data found in the portal of SISCOMEX/MDIC and CNI/IPOBE, between 1999 and 2017, using the variables government approval and export growth rate of Brazil. The results affirm that in the period 2003 to 2010, both the level of exports and the positive evaluation of the government were high, but the correlation of the variables does not demonstrate confidence. It is concluded that the hypothesis that governments execute commercial policies with a view to maximizing votes is positive, but it is not totally explanatory.

Keywords: Commercial politics. Rational theory. Maximization of interests.

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 90 novas estruturas econômicas surgiram no Brasil, estas subsidiaram alterações na produtividade e nos movimentos de exportação do país. A partir disso fortaleceu-se as políticas comerciais, a fim de melhor aproveitar um cenário que tinha uma ampla opção de mercados internacionais. Adota-se então políticas multilaterais nos mais diversos setores, e amplia-se os acordos regionais, ora dentro do continente sul-americano, ora fora desta região (OLIVEIRA, 2012).

¹ Artigo apresentado no 1º Fórum de Ciência Política da UFG, na área temática sobre Política Internacional.

² Agradecimento à FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás) pelo apoio financeiro que auxiliou na realização desta pesquisa.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás. E-mail: adilson.roccha@gmail.com.

Para Downs (2013) todos os indivíduos agem de forma racional, mesmo que inconscientemente. A racionalidade dentro da sociedade explica que todas as pessoas fazem escolhas de forma a sempre maximizar seus benefícios, isso explica como os eleitores agem diante de uma eleição e como os políticos trabalham para obterem a maximização de votos.

Diante do exposto, busca-se responder com esta pesquisa a seguinte questão: As políticas comerciais aplicadas por um governo em um contexto nacional são desenvolvidas de forma racional?

Para alcançar uma tentativa de êxito na resposta desta indagação tem-se o objetivo de investigar se as políticas comerciais empregadas por um governo, que perpassam pelos moldes da teoria racional, sempre têm a finalidade de maximizar os votos por este adquiridos. Sendo alcançado de forma específica por meio das seguintes etapas:

- Discutir política comercial e a maximização de interesses dentro da teoria racional;
- Descrever como um governo maximiza apoio popular de acordo com o sucesso de suas políticas aplicadas;
- Comparar o resultado das políticas comerciais de governos distintos e como isso afetou a popularidade dos mesmos.

Os mesmos se justificam pela necessidade de entender melhor como os governos agem frente ao contexto de políticas comerciais, de forma a levantar os motivos do interesse político e de cunho racional que estão por trás de qualquer forma de ação pública, sobretudo as que envolvem grandes movimentos em nível nacional e internacional, como são as políticas tratadas no estudo em questão.

2 METODOLOGIA E FONTES DE PESQUISA

Entende-se melhor essa área da pesquisa conhecendo alguns conceitos de forma particular, como a explicação que Gil (2008) dá sobre método, sendo esse o caminho que se traça para chegar em um determinado objetivo. Assim, o método científico é um apanhado de etapas tanto de cunho intelectual, quanto técnico, utilizados na formação do conhecimento.

Esta é uma pesquisa de nível bibliográfico, utiliza-se dos métodos qualitativos para a análise literária e quantitativos no que se refere aos dados que serão analisados na execução da mesma, os resultados serão apresentados de forma descritiva. Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica no campo econômico tem a possibilidade de cobrir uma gama de fatos. Para este autor as análises em pesquisas têm como objetivo organizar os dados, viabilizando assim a solução do problema investigado, e a interpretação dessas análises são feitas com o intuito de dar um sentido mais amplo às respostas obtidas, ligando-as a conceitos já adquiridos

anteriormente. Esses processos de análises e interpretação são alterados conforme o objetivo da pesquisa.

Para este estudo utiliza-se a metodologia de análise das séries estatísticas. Segundo Costa (2011) a série estatística é um conjunto de dados ordenados e que tenham características semelhantes, apresentadas em forma de tabela ou gráfico. Podem essas conter elementos temporais (cronologia), geográficos (lugar) e específicos (fenômeno).

Na seleção de artigos para este estudo utilizar-se-á dos meios eletrônicos, como os portais da Capes, SciELO e Google Acadêmico. As palavras de busca serão, teoria racional, política comercial e maximização de interesses. Também ocorrerá por livros físico da biblioteca da UFG. A fim de atender essa análise, utiliza-se dados das séries históricas de exportação do Brasil no período de 1999 a 2017, encontrados no portal do SISCOMEX do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), foi também considerado para o estudo a avaliação de governo da série histórica do CNI/IBOPE do Portal da Indústria, no mesmo período supracitado anteriormente. Para os dados governamentais, foi considerado somente a variável que avaliava o governo como sendo “ótimo ou bom”.

Para Gil (2008), a análise tem como objetivo organizar os dados, viabilizando assim a solução do problema investigado. A interpretação é feita com o intuito de dar um sentido mais amplo às respostas obtidas, ligando-as a conceitos já adquiridos anteriormente. Estes processos de análise e interpretação são alterados conforme o objetivo da pesquisa, mas servem acima de tudo para organizar os passos que se deve seguir para alcançar o foco desejado. Conforme Kellstedt e Whitten (2015) o mundo das interações humanas consiste em relações probabilísticas, onde o aumento de uma variável X está relacionada a probabilidade de Y ocorrer.

No modelo pretende-se analisar a existência de uma relação entre as políticas comerciais e a teoria racional, utilizar-se-á para isso as variáveis “aprovação do governo” e a “taxa de crescimento da exportação”, dentro do mesmo período, a fim de explicar se os governos implementam essa modalidade de políticas com clareza dos objetivos que alcançarão.

Além dessa análise, utiliza-se também um modelo de regressão bivariado no software Gretl para analisar a correlação de explicação entre as variáveis dependentes e independentes. Analisa-se de forma separada a variável dependente (média de aprovação do governo), em relação as variáveis independentes (FOB Exportações e Taxa de crescimento das exportações), a um nível de confiança de 95%. Esta modelagem proposta por Kellstedt e Whitten (2015) pretende mostrar qual o nível de explicação das variáveis independentes sob a dependente.

3 FATORES DA TEORIA RACIONAL NO OBJETIVO DAS POLÍTICAS COMERCIAIS

Inicialmente é necessário ter um breve panorama do que é política comercial, alguns fatos históricos sobre a evolução destas no contexto brasileiro, e como ele ajuda na movimentação da economia de um país. Para isso, utiliza-se as explicações de Cervo (2011) onde ele afirma que em 1844 extinguiu-se o sistema de tratados que correspondia a uma antiga política externa brasileira. Após esse fato, aproximadamente nos 30 anos posteriores, houve uma ruptura desses tratados e criou-se uma nova fase da política externa no Brasil, política essa que estava arraigada de uma crescente vontade nacional, que envolvia metas claras e em consonância com o interesse nacional vigente na época.

Quatro parâmetros principais orientaram essa nova política que o Brasil adotava. Eram esses, o controle da política comercial, o fortalecimento da mão de obra externa, a sustentação das posses territoriais e, por fim, a defesa da Amazônia. Os interesses que envolviam esses parâmetros eram de cunho econômico, político e de segurança. Houve uma tentativa de viabilizá-los por meio de autonomia alfandegária, extinção do tráfico de escravos e estímulos à imigração, regulamentação das fronteiras nacionais e preservação das ameaças internacionais à Amazônia, respectivamente conforme a ordem exposta anteriormente (CERVO, 2011)

Cervo (2011) afirma que foi lançado mão de estratégias diplomáticas para que se conseguisse maximizar os ganhos externos. Para isso, o Estado brasileiro criou condições que sustentassem essa nova política externa, eram essas: instituições estáveis; conciliação dos partidos conservadores políticos; e a elaboração e execução em conjunto da política externa brasileira. A partir de 1923 o poder executivo começou a dar uma importância mais considerável para o tratamento das políticas comerciais, com revisões aduaneiras e mudanças alfandegárias, no intuito de promover uma expansão comercial do país.

A política comercial do Brasil começou a ter um corpo mais robusto no ano de 1930, com os serviços econômicos e comerciais do Ministério das Relações Exteriores, comandado por Otávio Mangabeira, que tinha por objetivo aumentar o fluxo de circulação de mercadorias externas, sobretudo com atenção especial às exportações. Existia neste momento no país, um desejo de regularizar as relações comerciais. Em 1931, Getúlio Vargas fortaleceu essas relações dando preferências aos tratados com as nações mais favorecidas, ação essa reafirmada pelo Itamaraty posteriormente. Em 3 anos foram assinados 31 acordos comerciais com diferentes países, além de outros que ficaram em análise (CERVO, 2011).

Cervo (1997) descreve que na década de 70 e 80 existiam duas principais linhas de políticas comerciais. O protecionismo que não visava o mercado externo, mas sim o

fortalecimento da economia agrícola e industrial que se erguia, e a segunda ia de encontro a uma perspectiva multilateral, que tinha como pauta a regulamentação do comércio internacional, tendendo a um futuro de multilateralismo aberto em escala global. Abreu (2002, p. 2) resume “a política comercial brasileira pode ser considerada como resultante da interação de fatores internos e externos”.

O Brasil teve um crescimento significativo em suas influências no mercado internacional, fruto de uma política comercial externa multilateral. O multilateralismo no mercado externo, segundo Oliveira (2012) era tradição nas políticas externas brasileiras, contemplava tanto os aspectos econômicos quanto políticos, e era um espaço de grande relevância para o Estado brasileiro.

Silva (2012) explica que durante as décadas de 80 e 90 aconteciam reformulações na matriz da política externa do Brasil. Houve um movimento de mudança de uma postura antagônica dentro da ordem internacional, para uma aceitação das novas regras que instituíam o novo ordenamento internacional, substituindo assim a matriz desenvolvimentista para uma matriz emergente. Esta mudança acabou com as políticas externas bilaterais existentes no país, e constituiu as multilaterais, por meio da construção de novas negociações com países desenvolvidos, anteriormente realizadas apenas com países em desenvolvimento.

Oliveira (2012) afirma que nos anos 90 novas estruturas econômicas surgiram no Brasil, estas subsidiaram alterações na produtividade e nos movimentos de exportação do país. Ocorre então um fortalecimento das políticas comerciais com o objetivo de aproveitar melhor o cenário internacional. Adota-se políticas comerciais nos mais diversos setores, a fim de ampliar os acordos regionais, tem-se como exemplos, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que reforçaram o multilateralismo nas negociações comerciais.

Faz-se necessário também entender o papel do Estado nestas políticas. Para Cervo (2003) o Estado logístico é um aglomerado de elementos externos e internos, em outras palavras, o liberalismo e o desenvolvimentismo brasileiro. Este tem a pretensão de realizar ações semelhantes as que são executadas nos Estados Unidos, país referência. Os principais interesses dos agricultores, empresários, operários e consumidores são o foco da política exterior dentro deste modelo, de modo a combater subsídios e protecionismo, concentrar desenvolvimento tecnológico, defender salários e empregos e ampliar o acesso ao bem-estar, em atendimento das demandas específicas de cada um.

No governo Lula por exemplo, o Estado logístico ganhou visibilidade por promover a mobilização entre os entes federativos. Neste novo paradigma de valorização desses entes, existe um movimento de fortalecimento nacional, e transferência da responsabilidade empreendedora atuante no mercado externo para a sociedade (SARAIVA, 2004).

Outro exemplo é do governo Fernando Henrique Cardoso, onde o Estado tinha linhas prioritárias da política externa que se embasavam na integração regional, na diversificação de parceiros bilaterais e nas ações junto as organizações multilaterais, afirma Vizentini (2006). Silva (2012) diz que este governo em questão foi marcado pelo aprofundamento da matriz neoliberal, em um primeiro momento com políticas de rigidez fiscal e em um segundo momento com a transparência pública no intuito de fortalecer e ampliar o fluxo de investimento estrangeiro. Em seu plano político sua principal pauta era o alinhamento do Brasil às demandas internacionais. O objetivo era dar continuidade na inserção do Brasil no mercado externo que já havia começado nos anos anteriores.

No intuito de provar que a política externa também é uma modalidade de política pública, Milani e Pinheiro (2013) adotam o termo politização, a fim de mostrar como as políticas externas se enquadram perfeitamente no cenário dos embates políticos. O planejamento de uma agenda específica que destaca o Brasil diante do mundo é um dos propósitos destas políticas. O próprio Estado em suas mais distintas negociações, auxilia na propagação desta agenda. Política externa é uma política pública plural, arreigada de diferentes linguagens, valores, demandas, ideais e símbolos. Essa politização ocorre quando os ministérios domésticos se expandem para alcançar interesses externos em detrimento dos espaços públicos, por mais que não seja de forma direta.

Para a análise de política públicas, em especial as de comércio exterior no contexto deste estudo, Viana (1996) constrói modelos explicativos das diversas etapas das políticas públicas, como a formulação, o desenvolvimento e implementação, e teoriza também posteriormente sobre as avaliações. Explana sobre as fases intermediárias das políticas, a formulação e a implementação, além de estabelecer como se dá o processo das relações entre os atores governamentais e os externos. Nas avaliações de políticas públicas, a autora utiliza as contribuições já existentes sobre avaliação de projetos sociais, mais propriamente especificados em 4 modelos de análise da ação pública, os modelos burocráticos, os de recursos humanos, os políticos e os simbólicos.

Após compreender o sistema das políticas comerciais, o papel do Estado no emprego dessa modalidade de política pública. Se faz necessário nesta etapa, analisar de onde surge o interesse estatal para realização das mesmas. Em um mundo onde os governantes têm o poder

sobre a economia, de forma que seus atos controlam as movimentações das taxas de emprego, dos impostos, do comércio internacional e das regulamentações domésticas. Tem-se a visualização de que os governos agem de forma racional (DOWNS, 2013).

Conforme Downs (2013) os teóricos econômicos consideram que toda ação realizada é considerada racional, por mais que essa racionalidade passe por um crivo de um determinado ordenamento comportamental. Para ele, tanto firmas, quanto indivíduos sempre agirão de forma racional, com objetivos de maximizar benefícios utilizando a menor quantidade de recursos. A racionalidade aqui é considerada apenas para os processos de ação (meios), uma vez que não é possível analisá-la por seus resultados.

Como o estudo em pauta trata da análise racional dos governos que lançam mão de políticas comerciais, Downs (2013) dá subsídio às explicações, uma vez considerando que seus escritos são de cunho econômico e político. Nos atos governamentais a racionalidade política vai muito além do que apenas a eliminação do desperdício. Sem esta não existe comportamento político, e quanto maior a sociedade mais racionalidade é exigida.

Este modelo desenvolvido por Anthony Downs (2013) parte do pressuposto de que todo governo visa maximizar o apoio político, culminando em uma possível eleição ou reeleição. A partir do momento em que um governo é escolhido pela maioria dos votos em uma eleição democrática, este terá poder para realizar qualquer tipo de ação em seu governo, salvo os limites da constituição. Neste sentido, para as decisões econômicas não existe limite, e dentro deste contexto, o foco de análise deste estudo encontrará subsídios racionais.

Downs (2013, p. 50) parte da hipótese básica de que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas”. Neste modelo, os políticos buscam sempre desempenhar alguma função em seus partidos, funções como a de executar políticas públicas, mas o objetivo real desses indivíduos é a permanência no poder para próprio benefício, por via dos cargos públicos. Todo interesse dos governantes em executar um “bom trabalho” é um meio de alcançar seus fins privados.

Os partidos dentro do modelo racional da democracia, manipulam suas políticas e ações de forma a obter mais votos, ou seja, é claro para os governantes a relação entre as políticas empregadas em seu governo e o modo em que as pessoas votam (DOWNS, 2013). Do ponto de vista do eleitor, as escolhas são feitas de acordo com seus cálculos de utilidade, que são os benefícios medidos por eles e que auxiliam no processo de escolha de um determinado governante no momento das eleições. A renda de utilidade é extraída de toda e qualquer forma de atividade governamental, e ela inclui os benefícios que o cidadão nem sequer sabe que recebe, ou até aqueles que ele sabe que recebe, mas que não sabe de onde vem (DOWNS, 2013).

Downs (2013) explica que os homens racionais não são interessados em política, mas apenas em suas rendas de utilidade. Além desse fator, os indivíduos também utilizam para fazerem suas escolhas em eleições, as avaliações de desempenho. Essas podem ser definidas com o conceito particular de “governo ideal” de cada indivíduo. A todo momento, os eleitores estão comprando governos, ou até mesmo períodos dentro de um próprio governo. O autor oferece equações para se calcular tanto a utilidade, quanto às avaliações de desempenho.

Por outro lado, pensa-se também a respeito dos bens coletivos, que são os bens que proporcionam benefícios para todos os indivíduos, independente se o indivíduo pagou ou não por ele (DOWNS, 2013). Esse conceito é importante para se entender a finalidade das políticas públicas à longo prazo. Um exemplo do papel que o governo deve desempenhar para auxiliar os indivíduos a atingirem o equilíbrio marginal está no diagrama de equilíbrio marginal individual, elaborado por Downs (2013, p. 192).

Conforme Downs (2013) sempre que um governo consegue intervir no mercado livre e provoca benefícios sociais de sua ação, aproxima-se então de um ótimo paretiano⁴. Tem-se então que os partidos nunca pensam em retornos futuros, todas as suas ações são com a finalidade de obterem a reeleição, isto atende as demandas do planejamento governamental. Geralmente essas ações do governo sempre são bem visíveis a todos, pois são movimentadoras de grandes arrecadações e alocações de recursos. Assim, por meio de ações econômicas e de outros tipos, manipulam as compensações presentes e futuras do eleitorado com o objetivo de angariar sempre a maior quantidade de votos possíveis.

Após todas essas análises, Downs (2013) deixa claro que o ótimo paretiano dentro de uma sociedade tem ligação direta com as ações governamentais. Contudo, neste modelo, os partidos não estão interessados em tornar a alocação de recursos na sociedade eficiente, mesmo que tenham todas as prerrogativas para isso. Para os partidos isso não importa, aconteceria apenas caso fossem forçados por partidos da oposição a executá-las. Caso a sociedade alcance uma posição ótima, seria por ocorrências do acaso, quase que de forma improvável.

Os governos não auxiliam seus cidadãos a alcançarem o equilíbrio marginal individual, por não conseguirem mensurar os benefícios individuais, assim, não podem alocar custos de

⁴ Conforme Aragão (1997, p. 106) ótimo de Pareto “é a situação em que, ao mesmo tempo, é impossível melhorar a situação de um indivíduo sem piorar a de outro”.

acordo com cada benefício individual, como já o fazem com a renda dos cidadãos. Por este motivo, existe a indivisibilidade⁵ dos benefícios (DOWNS, 2013).

Downs (2013) faz, nos capítulos finais de seu livro, comentários sobre as teorias econômicas de comportamento governamental. Devido o papel de relevante importância que o governo tem, e seu papel fundamental na sociedade, sobretudo nas finanças públicas e na economia do bem-estar social, os economistas foram forçados a darem uma atenção especial para esse agente econômico político. O governo é esse agente, que tem o papel fundamental de promover a maximização do bem-estar social. Contudo, os economistas não costumam, quantificar em suas análises o papel do governo, como sendo um protagonista nas funções específicas da economia, e geralmente este agente é colocado de lado.

Por outro lado, os homens que estão inseridos dentro da sociedade e conseqüentemente no governo, são movidos pelo axioma⁶ do interesse pessoal, de forma a sempre maximizar os lucros e a utilidade. Os economistas analisam desta forma todos os agentes econômicos privados, logo, igualmente analisam assim os humanos, mas agregam a este as realidades da natureza humana. Em suma, tem-se que todas as instituições são geridas por homens, ou seja, tudo gera reflexos nos agentes privados (DOWNS, 2013).

O papel dos economistas no modelo, segundo Downs (2013) é de subsidiar os governos por meio de propostas de políticas econômicas, como são por exemplo as de comércio exterior, mesmo que eles não acreditem que os governos no mundo real estão de fato interessados em maximizar o bem-estar social. Eles acreditam que os governos só as farão, caso haja uma razão por trás de todo o interesse governamental.

Por fim, Downs (2013) explica que a teoria econômica de ação governamental é ao mesmo tempo uma teoria política e não se pode considerar apenas os fatores e aspectos econômicos. Outra afirmação é que para cada governo deve-se criar teorias diferentes, visto que cada gestão tem suas peculiaridades e não se pode apenas comprar um governo ao outro sem se pensar cada estrutura institucional de forma singular.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

⁵ As ações governamentais produzem bens indivisíveis, sendo que todos indivíduos podem tirar proveito destes, mesmo que nem todos pague por eles. Estes bens não podem ser alocados para determinados indivíduos, e para sustentá-los os governos utilizam de mecanismos de coerção para que os cidadãos pague por esses benefícios. São exemplos os serviços fundamentais, como: proteção policial, sistema judiciário e defesa.

⁶ O axioma do interesse pessoal de Downs diz que os homens realizam atividades econômicas por meros interesses privados, e apenas depois da realização própria se interessam em proporcionar benefícios para a sociedade.

A partir das discussões promovidas até aqui, observa-se que os governos têm objetivos claros no momento de elaborar e implementar qualquer política pública, o maior interesse é o de maximizar a satisfação dos eleitores para que em um próximo pleito os votos sejam compatíveis com o mínimo exigido em uma eleição ou reeleição. As políticas comerciais, são políticas públicas, de acordo com o que já foi explicado anteriormente.

Ao implementar uma política comercial, o governo pretende aumentar o nível de movimentação do mercado externo, para a importação e principalmente para a exportação. O volume de exportações aumentado, provoca uma série de fatores em efeito dominó, como o aumento das produções do mercado interno para atender a demanda externa. Logo, este aumento gera maior circulação de moeda, movimentações econômicas em cadeia, em algumas oportunidades também provocam a criação de empregos que atendem diretamente a classe trabalhadora, diminuindo os índices de desemprego. Os benefícios para o país são inúmeros.

Por outro lado, coloca o país na rota do comércio internacional, aumenta a confiança de investidores internacionais, abre portas para negociações com novos possíveis mercados e compradores. A relação dos efeitos de uma política comercial bem desenvolvida e implementada são notórios e diversos.

Neste estudo faz-se uma breve análise, de forma simples ainda, da relação entre o interesse governamental em aplicações de políticas comerciais. Para isso, utiliza-se das variáveis de aprovação de governos anualmente, no período de 1999 a 2017, nos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Temer, respectivamente. Atenta-se para a formulação dessa média, foi realizado uma equação de média simples com os valores disponibilizados nas séries históricas do CNI/IBOPE, e esta é apresentada em porcentagem. Em outra coluna, tem-se os valores das exportações em dólares, e foi feito com esses valores a taxa de crescimento anual do volume de exportações em dinheiro. Segue abaixo a equação utilizada para tal cálculo:

$$Taxa\ de\ crescimento = \frac{(valor\ presente - valor\ passado)}{valor\ passado} \times 100$$

Munidos dos valores que constam na Tabela 1, pode-se avaliar os governos relacionando a coluna da média de aprovação e da taxa de crescimento das exportações. Nota-se que o período mais bem avaliado pela população foi entre os anos de 2003 a 2010, respectivamente são os anos que as taxas de crescimento das exportações ganham mais destaque no que se refere ao crescimento de um ano para outro. Acredita-se por meio desta análise simplista que no período avaliado neste estudo, os anos de 2003 a 2010 tiveram melhor destaque em nível de comércio

externo, consequentemente gerando à população todos ou alguns dos benefícios já citados anteriormente.

Tabela 1 - Avaliação governamental e taxa de exportações - Brasil - 1999-2017

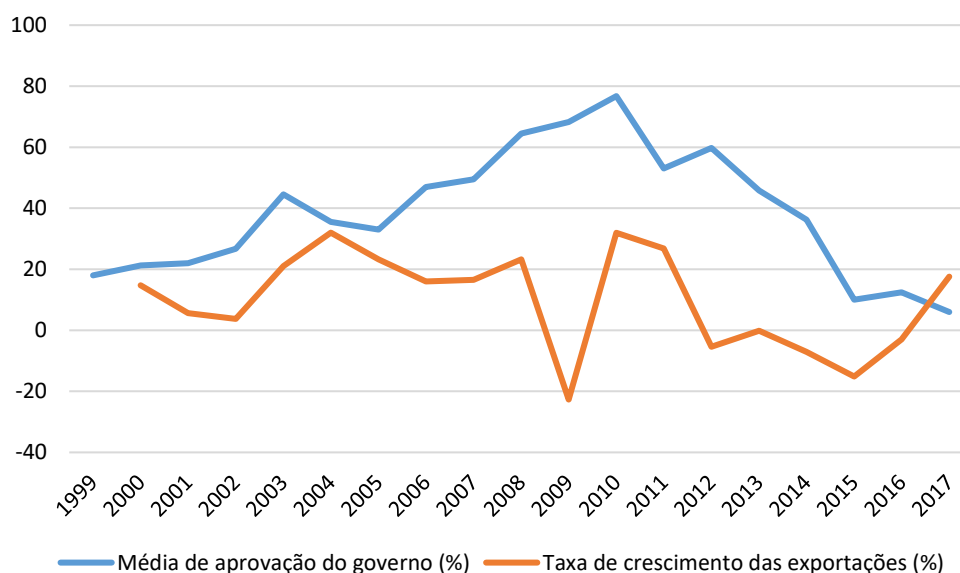
Ano	Média de aprovação do governo (%)	FOB* Exportações (US\$)	Taxa de crescimento das exportações (%)
1999	18	47945909310	-
2000	21,25	55018346483	14,75
2001	22	58128223219	5,65
2002	26,75	60290491129	3,72
2003	44,5	72975027454	21,04
2004	35,5	96332184410	32,01
2005	33	118692856544	23,21
2006	47	137708096759	16,02
2007	49,5	160521882755	16,57
2008	64,5	197778858085	23,21
2009	68,25	152910580383	-22,69
2010	76,75	201788337035	31,96
2011	53	255936306857	26,83
2012	59,75	242277307190	-5,34
2013	45,8	241967561759	-0,13
2014	36,25	224974401228	-7,02
2015	10	190971087339	-15,11
2016	12,5	185232116301	-3,01
2017	6	217739218466	17,55

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do MDIC e do CNI/IBOPE. * *Free on board, o comprador assume todos os riscos e custos com o transporte da mercadoria.*

Quanto aos modelos rodados no software Gretl com a finalidade de verificar o nível de correlação entre as variáveis independentes e a variável dependente. Tem-se que nos dois modelos a um nível de confiança de 95%, as variáveis independentes apresentaram valores positivos, porém baixos para a explicação da variável dependente.

Para o modelo onde foi considerado a variável dependente (média de aprovação do governo) e a independente (FOB exportações), o valor de R^2 corresponde a 0,119969. No modelo onde foi considerada a variável independente (Taxa de crescimento de exportações), o valor R^2 foi de 0,032239. Entende-se, conforme as colocações de Kellstedt e Whitten (2015) que as variáveis independentes não demonstram correlação com a variável dependente, ou seja, o nível de exportação ou a taxa de crescimento das exportações não afetam diretamente a aprovação do governo pela população.

Gráfico 1 - Avaliação governamental e taxa de exportações - Brasil - 1999-2017



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados do MDIC e do CNI/IBOPE

O gráfico 1 mostra uma certa relação linear entre as variáveis, porém mesmo em anos que a taxa de crescimento das exportações decresceu (2008-2010), a média de aprovação do governo continuo crescendo (2005-2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como Downs (2013) disse em seu estudo, os economistas e estudiosos do tema devem criar modelos que unifiquem a economia e a política, pois cada sociedade tem uma estrutura política e dentro desta é formada a ação governamental. A principal tese defendida por ele é que dentro de uma democracia os partidos políticos se assemelham a empresas. Estes, buscam

“lucros”, e satisfazem apenas seus próprios interesses. As políticas desenvolvidas só têm o objetivo de captar mais votos no futuro, assim como os empresários produzem os produtos que lhe trarão mais lucros. Por outro lado, tem-se que os indivíduos da sociedade também são racionais e buscam a maximização de utilidades marginais.

Conclui-se até o momento que os políticos são auto interessados e os eleitores também. Desta forma, as políticas comerciais são implementadas com o objetivo de atender as demandas da população no geral, ampliando a visibilidade do governo e possibilitando em um futuro próximo a eleição ou reeleição. Acredita-se que as contribuições de Downs com a teoria racional são explicativas para a avaliação governamentais com relação as suas ações, porém conforme a modelagem de correlação entre as variáveis em questão neste estudo, as políticas públicas de comércio exterior são pouco explicativas em teorias racionais sobre o comportamento político.

Contudo, é necessário que este estudo seja ampliado e aprofundado, no intuito de futuramente subsidiar com as nossas contribuições os pesquisadores do tema em questão. Sugere-se que sejam feitas modelagens onde as variáveis de exportação e importação sejam comparadas a outras variáveis também relevantes, como o nível de escolaridade, renda, PIB, índice de Gini, dentre outras, para se verificar a porcentagem de explicação das variáveis referentes ao comércio exterior em modelos de aprovação governamental. Desta forma será possível mensurar com mais precisão a importância destas políticas para os eleitores.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. *Política comercial brasileira: limites e oportunidades*. Rio de Janeiro, RJ: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002. 23 p. (Texto para discussão, n. 457). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10419/175944>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 48, v. 48, n. 3, p. 104-132, set/dez. 1997. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1334/1/1997%20vol.48%2cn.3%20Arag%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CERVO, Amado Luiz. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 40, n. 2, p. 5-26, jul/dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 46, n. 2, jul/dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 2011.

COSTA, Paulo Roberto da. *Estatística*. 3ª ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. *Fundamentos da pesquisa em ciência política*. São Paulo: Bluscher, 2015.

MILANI, Carlos R S; PINHEIRO, Letícia. Políticas externas brasileiras: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, jan/jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2018.

SILVA, André Luiz Reis da. *Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. 2008. 360 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14743#>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. *Política comercial e política externa no Brasil: uma análise da estratégia de negociação comercial brasileira (1995-2010)*. Brasília, DF: IPEA, 2012. 38 p. (Texto para discussão, n. 1765). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1765.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 47, n. 2, p. 131-162, jul/dez 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2018.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, abr. 1996.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 381-397, dez. 2006.

A EMERGÊNCIA DE UM NOVO ESTADO EM UM MUNDO INTERDEPENDENTE: O CASO DO “CURDISTÃO”¹

Heitor Frazão Bernardes²
Danillo Michael da Costa³

RESUMO

Com características de um Estado nacional – tais como, língua, cultura e território – a causa curda, enquanto negociação para a criação de um Estado independente se apresenta no cenário internacional como sendo uma das mais complexas na atualidade. Assim, avaliar o mapa geopolítico que uma nação curda poderia desempenhar no tabuleiro energético do Oriente Médio, com o apoio de países como os Estados Unidos, lança questionamentos sobre a estabilidade geopolítica da região. Assim, a análise baseada nos princípios vestfalianos, deve considerar as vicissitudes que cercam o processo de afirmação do povo curdo no cenário internacional. Em consequência disso, o presente artigo procura refletir sobre a questão da emancipação curda, à luz do princípio de autodeterminação dos povos previsto na Carta Constitutiva da ONU e em consonância com os acontecimentos que impulsionaram as intervenções econômicas e militares naquela porção do globo no pós Guerra-Fria. No arco temporal que se pretende avaliar – o período de 1970 a 2010 – essa pesquisa empregará os pressupostos teóricos da teoria da Interdependência de Nye e Keohane (2012). Para análise dos dados coletados será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Portanto, considerando-se a importância das *commodities* energéticas, principalmente o petróleo, nos processos de desenvolvimento mundial, este artigo procura responder à seguinte: a interferência internacional pode ser benéfica para a afirmação de uma identidade curda independente? Nesse sentido, espera-se como resultado elencar os elementos que facilitem a emersão de um novo Estado no Oriente Médio, o Curdistão. Portanto, o objetivo central desse artigo é relacionar segurança energética mundial com a instituição de um novo *player*, o Curdistão, no palco internacional.

Palavras-Chaves: Afirmação, Curdos, Independência, Petróleo, Interdependência.

INTRODUÇÃO

A causa curda é percebida como a afirmação de um povo que remonta ao século XI A.C. Em função do complexo cenário internacional que se insere ela não pode menosprezar fatores que tornam o povo curdo um caso excepcional dentro da já intrincada região do Oriente Médio. Além disso, o entendimento de Larry e Buzan (2005) que pontua a centralidade do Estado em agir no sentido de garantir a autonomia e a segurança de seu povo pelo uso da força, não

¹ Orientador: Dr. Adriano Pires de Almeida, Professor do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), coordenador da pesquisa de Iniciação Científica “O papel dos grupos de interesse do setor industrial das regiões Centro – Oeste, Sudeste e Sul na formação da política brasileira” na PUC Goiás e coordenador da linha de pesquisa “energia” do NEBRICS – UFGRS.

² Graduando do primeiro período do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e membro do grupo de estudos “Relações Internacionais na América Latina” da PUC Goiás.

³ Graduando do sexto período do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e pesquisador da Iniciação Científica “O papel dos grupos de interesse do setor industrial das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul na formulação da política energética brasileira” da PUC Goiás.

considera o fato de que por não haver um “Estado” curdo reconhecido internacionalmente, o recurso ao uso da força enfrenta muitas críticas uma vez que a garantia de segurança curda, na prática, é realizada por uma milícia, os *Peshmerga*.

Nos anos 1990, os estudiosos que consideravam a posição curda como ímpar – como, por exemplo, a CIA em seu *Challenge of Ethnic Conflict to National and International Order in 1990's: Geographic Perspectives*, publicado em outubro de 1995 – classificavam esse caráter como sendo o de um povo que “[...] de fato estão entre fronteiras compartilhadas de dois ou mais Estados, como os Curdos no sudeste asiático”⁴ (CIA, 1995, p. 2). Ademais, aqueles que percebem a condição curda como sendo uma posição estratégica, concordam com as proposições de Carstens (2006) de que os curdos ocupam uma região no Oriente Médio que por anos foi alvo de conflitos ligados à exploração de recursos naturais, como o petróleo. Neste particular, a administração curda experimenta tanto o financiamento internacional na área energética quanto o estabelecimento de um ambiente de previsibilidade e segurança para a realização de negócios voltados para a exploração de recursos naturais.

Em função disso, a análise que se segue não se limitará da área de segurança. A riqueza dessa questão não permeia somente essa região limítrofe, ao contrário, ela perpassa vários problemas que se não afetam diretamente a vida no ocidente, como a formação dos preços das *commodities* energéticas, o posiciona diante dos direitos humanos, no que se refere à questão da autodeterminação dos povos.

Sendo assim, este trabalho está dividido nos seguintes tópicos: apresentação dos grupos que formam os curdos, sua cultura, costumes e raízes históricas; demonstração da capacidade curda de conseguir alguma representação política no ambiente hostil no qual está inserida e a sua interdependência com atores fora de região; e, apresentar dados econômicos que reforcem a posição curda como amistosa ao Ocidente.

Em tempo, cabe ressaltar que o presente artigo não ambiciona, de forma alguma, reforçar uma posição mais contundente em favor deste ou daquele ator internacional. Este trabalho se embasa na capacidade que o cenário internacional, com fortes traços de desgaste dos conceitos vestfálios, pode acrescentar na convivência pacífica, e concomitantemente, prospera, dos indivíduos que vivem naquela região.

RAÍZES DO POVO CURDO

⁴ No original: “[...] indeed, lie across the shared bounds of two or more States, as do Kurds in Southwest Asia”.

O tópico que se segue centrará seus esforços em descrever quais foram os grupos formadores dos curdos. Nesse sentido, se faz importante mencionar que, de acordo com Gunter (2011), o povo curdo remonta sua gênese da data de 612 A.C. Deste modo, pode-se dizer que o nacionalismo curdo apresenta traços fortes que são classificados pelo autor como sendo “primordialistas”.

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se situar o povo curdo como uma coletividade que não se enquadraria na etnia árabe, pois, além do passado paralelo, as divergências repousariam sobre outros aspectos. O principal seria o fato de que a religião⁵ curda, uma variação de várias religiões monoteístas, dentre ele o judaísmo⁶ e o zoroastrismo⁷, não possui aceitação entre seus pares muçulmanos da região. Neste sentido, Gunter (2013, p. 34) aponta para a afirmação do *Sheikh Abeydullah Nehri* que afirma que “A nação curda... é um povo à parte. Sua religião é diferente e suas leis e costumes são distintos... Nós também somos uma nação à parte. Queremos que nossos assuntos estejam em nossas próprias mãos”⁸.

A Figura 1, a seguir, sintetiza a condição singular da população curda. Nela é possível corroborar com a argumentação de que essa porção do Oriente Médio possui grande população curda, o que por si só, configuraria legitimidade⁹ por parte daqueles que reclamam autonomia sobre a região.

⁵ Adota-se a definição de Schilling *apud* Epelboim (2006, p. 49) que define como “[...] como união pela fé, vínculo que se desenvolveria na vivência do sagrado e provocaria ações responsáveis nas esferas do culto e da ética”.

⁶ A partir de Epelboim (2006, p. 51) o judaísmo como seria uma prática religiosa que perpassa desde ritos de passagem como, circuncisão, nos meninos, ou, em alguns casos, a necessidade em ter nascido de família judia ou em Israel.

⁷ Stacey (2015, p. 1) define como “uma religião persa fundada no século seis AEC pelo profeta Zoroastro, promulgada no Avesta e caracterizada pela adoração de um deus supremo, Ahura Mazda, que requer boas ações para ajudar em sua batalha cósmica contra o espírito mal Ahriman”.

⁸ No original: “The Kurdish nation... is a people apart. Their religion is different and their laws and customs are distinct... We also are a nation apart. We want our affairs to be in our own hands”

⁹ Seguindo o mesmo raciocínio empregado, por exemplo, na Constituição de Israel presente na Resolução 181 da ONU.

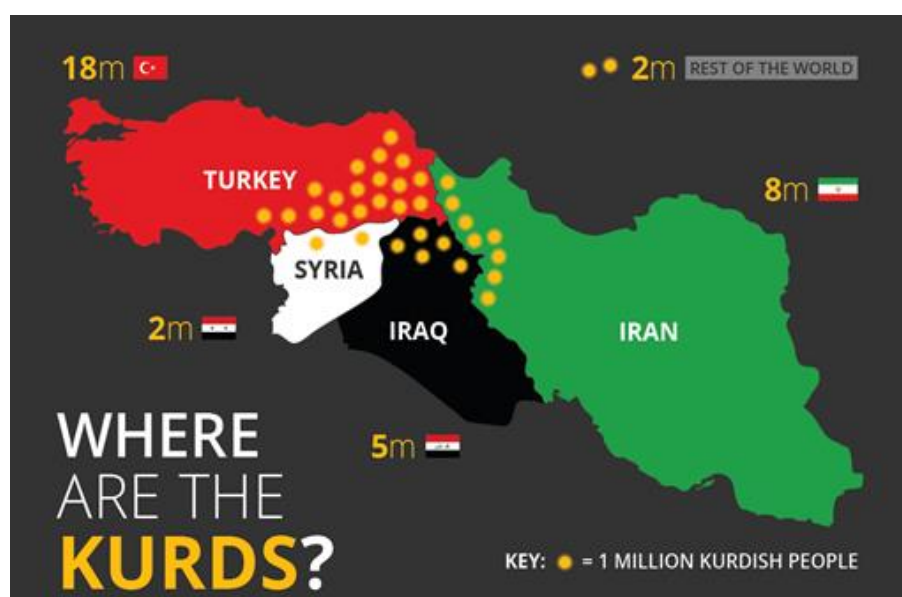


Figura 1 –Localização curda na região

Fonte: Adaptado de The Kurdish Project (2018).

De acordo com Gunter (2013), o relativo controle de porções de países, como o Iraque e a Turquia, oferece o pano de fundo necessário para a compreensão das demandas curdas. Ou seja, o movimento nacionalista curdo, que se estende desde o norte do Iraque, perfazendo um caminho no Irã, Síria e Turquia, antes mesmo de uma uniformização política das demandas nesses países, já enfrentava os desafios inerentes às minorias. Contudo, a posição curda manteve-se firme na perseguição de seu fim maior, o Curdistão.

Com isso, qualquer perspectiva que se adote para entender a posição curda no tabuleiro geográfico, que esta se insere, tem de levar em consideração que as mudanças regionais e internacionais impactaram¹⁰, e impactam até hoje, a frágil convivência do povo curdo em relação aos seus vizinhos. Dessa forma, a procura por uma identidade curda, não pode minorar as relações que pautaram durante séculos aquela região. Seja para conformar as demandas e os interesses dos atores analisados, seja para escapar do senso comum que interpreta os povos lá viventes como pertencentes de um mundo distante e que, portanto, não seriam merecedores de reflexões.

Sendo assim, a próxima seção centrará seus esforços em captar as forças que galvanizaram a luta curda para a arena política nos diferentes países onde a população curda entendesse

¹⁰ Neste sentido, Said (1990, p. 199) aponta que “Judeus, ortodoxos gregos e russos, drusos, circassianos, armênios, curdos e as várias pequenas seitas cristãs: todos foram estudados, todos foi objeto de planos e base de projetos por parte das Potências europeias, improvisando e concebendo as suas políticas orientais”.

sua representatividade. Desse modo, a compreensão da natureza diversa a qual os curdos estão ligados, sua língua, cultura e religião foram importantes para o entendimento que se segue.

MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA

Está seção tenciona centrar seus esforços em relacionar os movimentos de independência do povo curdo, durante com o século XX e a sua relação com o cenário que se inseria na região. De acordo com Meintjes (2018), a tentativa curda em conseguir, se não o Estado Curdo, ao menos uma região autônoma, teve apoio da conjuntura que envolve a reformulação da *Al Qaeda* em *Daesh*¹¹. Nesse sentido, enquanto as forças iraquianas centravam-se em conter o avanço do *Daesh*, rumo ao norte do país, os curdos, que já gozavam de alguma autonomia, no norte do Iraque, viram-se impelidos a juntar forças, em certa medida, com as defesa iraquiana a fim de expurgar os combatentes do *Daesh*.

Dessa forma, pode-se inferir que a ajuda curda para frear o avanço do *Daesh*, naquele momento, foi de grande importância, uma vez que, se não houvesse êxito nessa campanha por parte da coalizão formada por curdos e iraquianos, fatalmente a região mais rica em recursos energéticos, sabidamente petróleo, poderia ter ficado sob o controle de um ator que pretendia a reformulação de um califado¹².

Como efeito desse embate contra o *Daesh*, a precária organização de defesa curda, acabou sendo pega num dilema. A pergunta que se apresentou à etnia centrava-se em até onde lhe caberia a defesa de um território que não era de fato seu e agora, com a bem sucedida empreitada como isso poderia ser usado num cenário mais amplo a fim de reforçar o desejo de um Estado?

Exemplo da tentativa curda em terem suas demandas ouvidas pelo Legislativo turco cita-se a criação, por parte de Abdullah Ocalan, do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) de inspiração marxista-leninista, que é vista, até pela comunidade internacional de maneira reticente. Isso pode ser percebido a partir de Dayton (2013), que apresenta a categorização, por parte da Europa e dos Estados Unidos, de agremiação política com tendências radicais.

A próxima seção se mantém a linha de raciocínio da construção de uma harmonia naquela região, por meio das relações governamentais e comerciais. Nesse sentido, a visibilidade conferida por Carstens (2006), em relação a abundancia de recursos naturais, pode ser um ponto de contato a ser explorado por todos os atores que estão atuando naquela região e, também, por

¹¹ De acordo com Ahmad (2017, p. 1), esse termo se refere ao acrônimo conhecido no Ocidente como Isis ou Estado Islâmico.

¹² Cunha (2009) oferece a interpretação de que um califado seja uma região dominada por um líder que teria encerrada em si funções como, chefe do executivo, do judiciário e religioso.

empresas e governos internacionais que buscam acesso seguro a essas fontes e também os conceitos de sensibilidade¹³ e vulnerabilidade¹⁴ desenvolvidos na teoria da Interdependência de Nye e Keohane (2012).

A “INSERÇÃO” INTERNACIONAL DO CURDISTÃO

Até este momento, este trabalho procurou oferecer bases para que a causa curda fosse entendida de forma regionalizada, sua inserção, suas demandas e principalmente sua localização. Num primeiro momento essa visão pode levantar questionamentos sobre a importância do Curdistão. Entretanto, um exame mais próximo da potencialidade que um Estado Curdo, poderia trazer para a estabilidade do Oriente Médio, apresentaria uma via que possibilitaria a melhora do ambiente comercial e, conseqüentemente, uma maior interação entre os envolvidos.

Um dos exemplos clássicos das relações que podem ser desencadeadas a partir de um ambiente profícuo ao comércio, Kant (2008), ainda sem a contemporaneidade do efeito de transbordamento¹⁵, já prenunciava que enquanto as nações fossem fechadas para suas relações comerciais outras seriam prejudicadas, haja vista que quanto maior for o contato entre os povos, no caso, suplantado pelo comércio, menor seria a disposição destes em pegar em armas.

A vulnerabilidade se encontra nos casos da Síria, ao utilizar de aparato militar com pretexto de combater o Daesh e que, por ventura, pode utilizar-se do mesmo contra civis curdos. Outro aspecto desse conceito, também pode ser percebido por parte de Ancara na sua tentativa em diminuir a presença curda no oeste de seu país, podendo lançar mão do mesmo pretexto para atacar a minoria curda em território turco.

Por sensibilidade, este trabalho considera que a abundância de recursos energéticos em regiões com relativa presença de curdos, aponta para a dependência que estes possuem em relação às variações no preço do petróleo. Dessa forma, tanto do emprego ações militares, quanto especulativas, podem trazer impactos à economia das cidades de maioria curda com possíveis desdobramentos na esfera política.

A possibilidade de constituir oportunidades para que isso, a criação de um Estado curdo, acontecesse já poderia conferir aos curdos – como aponta Putnam (2010), na sua lógica da teoria dos jogos em dois níveis – constrangimentos e vitórias tanto dentro quanto fora, uma vez que

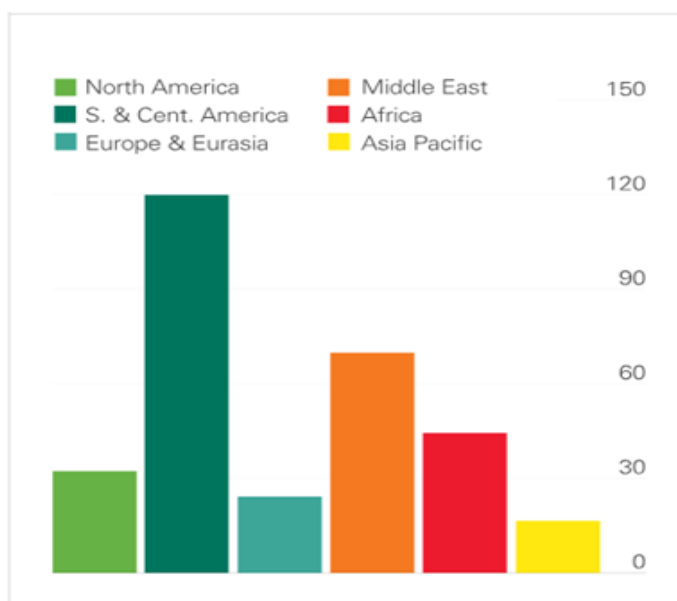
¹³Para Nye e Keohane, (2012, p. 232) o conceito de “Sensibilidade refere-se aos efeitos onerosos fluxos transfronteiriços de sociedades e governos, num quadro inalterado de políticas básicas. É um passo a mais que a interconexão: interconectividade com efeitos dispendiosos”.

¹⁴De acordo com Nye e Keohane (2012, p.233) “A vulnerabilidade pode ser definida como a responsabilidade de um ator de sofrer os custos impostos por eventos externos, mesmo após as políticas terem sido alteradas”.

¹⁵ Dada às relações comerciais outras relações, sociais culturais, etc. poderiam melhorar.

se não são força de trabalho naquela região, como nas cidades de Mossul, estão efetivamente nelas. A Figura 4, a seguir, apresenta a relação entre as reservas de petróleo com a sua produção no ano de 2016:

Figura 3 – Relação entre reservas de petróleo e produção (2016)



Fonte: Adaptado de *BP Statistical Review of World Energy* (2016).

Com base nos dados expostos na Figura 4, acima, pode-se situar a região do Curdistão como um *player* importante na construção de uma agenda de desenvolvimento para toda a região. Desconsiderando-se o papel gigantesco que a Venezuela, com as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, possui no que diz respeito aos recursos energéticos, pode-se depreender a centralidade dos curdos na questão energética.

Nesse sentido, a situação do povo curdo, em relação a uma maior inserção internacional pode ser interpretada como, a partir de Nye e Keohane (2013), proporcional à sua riqueza energética e a dependência mundial em relação ao petróleo, dada a centralidade que os recursos energéticos assumiram no cenário que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. O conceito de sensibilidade apresentado pelos autores pode ser utilizado para justificar o apoio ocidental na promoção do Estado Curdo, uma vez que os choques do petróleo, dos anos 1970, colocaram de acordo com Yergin (2012), os países mais desenvolvidos em posições desconfortáveis tanto em relação à sua opinião pública, devido à escassez desse energético, quanto entre si, devido aos contratos que, suspeitam-se, não eram honrados por parte das companhias petrolíferas.

Portanto, o tema que envolve a criação do Curdistão, perpassa necessariamente questões que não são percebidas como estanques. Ao mesmo momento que a segurança humana, nos termos da Escola de Copenhague, é percebida, a partir de e Buzan e Hansen (2012), como

relevante para a solução coordenada do tema, ela não pode excluir o fato de que existe uma necessidade mundial em manter uma oferta previsível e segura de insumos energéticos. Dessa forma, as pressões que podem trazer para o cenário internacional, não só a questão energética, mas também a vontade de uma nação em se ligar formalmente a uma localidade, carregada de simbolismo e história, deve ser considerada, também, no seio do direito internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tratado de Vestfália (1648), a partir de Watson (2004), legitimou uma comunidade de Estados soberanos, marcando o triunfo do *Stato*¹⁶, detentor do controle de seus assuntos internos e independentes em termos externos. O Tratado de 1648 lançou as bases para muitas regras e políticos da nova sociedade de Estados. Sendo assim, a reivindicação curda em muito se assemelha com as ideias impressas nesse Tratado uma vez que a não interferência em assuntos internos, a liberdade religiosa e a autodeterminação dos povos em fazer parte deste ou daquele Estado, apresentam uma leitura contemporânea das questões que perfazem o Estado Moderno.

No Curdistão, uma possível aproximação com o Ocidente, poderia trazer certa resistência entre os países contrários à independência deste. Entretanto, de acordo com Renan (1882), a amálgama na qual se insere o povo curdo principalmente na Turquia, não foi capaz de criar um sentimento de nacionalidade consoante com aquele visto em outros países europeus, pois o sentimento de esquecimento, apresentado pelo autor como o catalisador das nações europeias, ainda enfrenta resistência pelos dois povos envolvidos.

Desse modo, o argumento de Huntington (1997), de que uma civilização apresentaria um caráter evolutivo e que não se restringiria tão somente ao seu local de origem, pode-se considerar que a posição do povo curdo em muito concorda com essa afirmação, haja vista seu caráter transacional, envolvendo indivíduos que compartilham a mesma cultura, dispersos em quatro países diferentes.

Além disso, o Curdistão é tido como uma região com tendências políticas que se assemelham à democracia ocidental, dada a natureza de seu governo situado ao norte do Iraque, e a visão que as empresas ligadas ao ramo petrolífero enxergam aquela região, conforme destaca Carstens (2006), como sendo uma região de grandes oportunidades para investir em seu principal produto exportável, o petróleo. Assim, o apoio ocidental e a predisposição a ter uma

¹⁶ O *Stato*, de acordo com Watson (2004), é uma palavra de origem italiana, que descrevia a situação política da Itália no século XV.

economia liberal apresentariam vantagens em relação aos seus vizinhos, que são entendidos como regimes autoritários e tímidos nas questões que envolvem a participação política de suas minorias. Todavia, Fuser (2013) lembra que a dependência extrema à essa *commodity* energética pode amaldiçoar o povo curdo. Uma vez que ligar a existência desse novo país exclusivamente à suas reservas energéticas, pode num primeiro momento garantir sua sobrevivência, entretanto, no longo prazo, os riscos cresceriam bastante, caso sua economia não se diversificar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMAD, Aisha, **Making Jihad Pay, In: Foreign Affairs** Disponível em: < <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2017-10-05/making-jihad-pay> >. Acesso em 08/05/2018.

BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY. **Oil reserves**. Disponível em: <<https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy/oil/oil-reserves.html>>. Acesso em 08/05/2018.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene, **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**, São Paulo, UNESP, 2004.

CARSTENS, Hafdan, **Targeting Giants In Kurdistan**. Disponível em: < <https://assets.geo-expro.com/legacy-files/articles/Iraq%20Targeting%20Giants%20in%20Kurdistan.pdf> > Acesso em 04/05/2018.

CHATAM HOUSE. **Iraq After Isis Mansour Final**. Disponível em: < <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/publications/research/2017-07-04-iraq-after-isis-mansour-final.pdf>>. Acesso em 08/05/2018.

CIA, **The Challenge of Ethnic Conflict to National and International Order in the 1990's: Geographic Perspectives, A Conference Report**. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/1995-10-01A.pdf> >. Acesso em 07/05/2018.

DA CUNHA, Agostinho, P, **Conhecer o Islão**, In: Cadernos do IDN, Disponível em : < https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/caderno3_II.pdf >. Acesso em 08/05/2018.

EPELBOIM, Solange, **Desenvolvimento Religioso, In: Identidade Judaica: Considerações Psicológicas Acerca da Dimensão Religiosa**. Campinas, 2006, Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a06.pdf> >. Acesso em 08/05/2018.

FUSER, Igor, **Segurança Energética, Soberania e Desenvolvimento**, In: Energia e Relações Internacionais, Rio de Janeiro, Saraiva, 2013.

GUNTER, Michael M.. **Historical Dictionary of the Kurds**. 2011

HOBBSAWN, Eric, J. **Nações e Nacionalismo**, 1ª Edição, São Paulo, Paz e Terra, 1991.

HUNTINGTON, Samuel, **O Choque de Civilizações**, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Objetiva, 1996.

KANT, Immanuel, **A Paz Perpétua**. Um Projeto Filosófico, Disponível em: < http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf >. Acesso em 08/05/2018.

NYE JR, Joseph, S. KEOHANE, Robert. O. **Power And Interdependence** 4ª Edição Boston, Longman, 2012.

RENAN, Ernst, **O que é uma Nação?** In : Conferência Realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882, Disponível em : < <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf> > Acesso em 08/05/2018.

THE KURDISH PROJECT. **Kurdish Project**. Disponível em: <https://thekurdishproject.org/wp-content/uploads/2015/11/11907164_1658887681023782_5337654842828259130_o.png> Acesso em 08/05/2018.

WATSON, Adam, **A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Comparativa**, Brasília, UNB, 2004.

DE EXARCADO A PRINCIPADO: A CONSTRUÇÃO DA “GRANDE BULGÁRIA” DE SANTO ESTEVÃO (1878)¹⁴⁶

Tiago Valêncio de Melo¹⁴⁷

RESUMO

Em 1878, a assinatura do Tratado de Santo Estevão coloca fim a Guerra Russo-Turca (1877-1878). Os termos impostos por Moscou retiravam do Império Otomano a maior parte de suas províncias europeias e criava na península uma gigantesca e poderosa Bulgária, depositária do poder russo na região e vetor de acesso para os estreitos. A presente análise apresenta como objetivo identificar as causas que levaram a tamanha preponderância da causa búlgara nos termos do tratado. A hipótese apresentada consiste na ideia de que tal elemento é resultado de dois processos distintos e que encontraram em Santo Estevão um denominador comum: a luta pela emancipação e autonomia búlgara; e a ambição russa de expandir sua influência em direção a península e os estreitos.

Palavras-Chave: Grande Bulgária; Tratado de Santo Estevão; Grande Crise do Oriente.

ABSTRACT

In 1878, the signing of the San Stefano Treaty ended the Russo-Turkish War (1877-1878). The terms imposed by Moscow took from the Ottoman Empire most of its European provinces and created in the peninsula a gigantic and powerful Bulgarian State, depository of Russian power in the region and vector of access to the straits. The purpose of this analysis is to identify the causes that led to such preponderance of the Bulgarian cause under the terms of the treaty. The hypothesis presented is the idea that this element is the result of two distinct processes and that they found in San Stefano a common denominator: the struggle for Bulgarian emancipation and autonomy; and the Russian ambition to expand its influence towards the peninsula and the straits.

Keywords: Great Bulgaria; San Stefano Treaty; Great Eastern Crisis.

1 INTRODUÇÃO

Por longos cinco séculos, os búlgaros – assim como os demais povos cristãos dos Bálcãs – estiveram sujeitos a dominação estrangeira. A chegada do Império Otomano na península, entre o fim do século XIV e início do XV, foi avassaladora. Um após o outro, os reinos medievais balcânicos foram caindo frente aos turcos, mais organizados e que poucos anos mais tarde chocariam a sociedade ocidental ao tomar Constantinopla.

¹⁴⁶ Área temática: Política Internacional – História das Relações Internacionais.

¹⁴⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (PPGCP-UFGo), email: tiagovalencio@hotmail.com

A queda do Reino Medieval da Bulgária resultou também na capitulação do Patriarcado de Tarnovo, sua principal jurisdição religiosa independente. Posteriormente, já sob domínio otomano, a Arquidiocese de Ócrida também é suprimida em 1767. Os búlgaros, privados de seu poder político – com a anexação otomana – se viam agora também privados de autonomia religiosa. A supressão da arquidiocese conduzia a etnia búlgara para a autoridade do Patriarcado de Constantinopla, tradicionalmente alinhado as ambições nacionalistas grego-helênicas.

Apenas durante o Século XIX novas dinâmicas começam a apresentar novos horizontes de ação para os búlgaros. O declínio do Império Otomano acentuava as preocupações das demais potências europeias, que passaram a atuar de maneira intervencionista, buscando mudar a sorte do “homem doente da Europa”. O aumento da margem de manobra dos demais Estados europeus em Istambul, também resultou em um aumento da margem dos próprios búlgaros no Império. As dinâmicas oriundas deste movimento acabariam por resultar no estabelecimento do Exarcado Búlgaro, em 1870.

Nos anos seguintes, a “Grande Crise do Oriente” intensificaria o acirramento nas relações entre a Sublime Porta e seus súditos balcânicos. Revoltas se iniciaram nas províncias da Bósnia e Herzegovina em 1875. Em 1876, o principado da Sérvia declarava guerra ao sultão. Na Bulgária, a repercussão das chamadas “Atrocidades Búlgaras” foi responsável por erodir as já frágeis bases de apoio do Império Otomano no Sistema Internacional. Inglaterra e França, que duas décadas antes se alinharam a Istambul na Crimeia, agora abriam caminho para a ação do Império Russo, que se materializaria após a benevolente neutralidade de Viena.

A intervenção moscovita resultaria na Guerra Russo-Turca, entre 1877 e 1878. Vitoriosos no campo de batalha, após uma campanha recheada de percalços – como por exemplo o cerco de Plevna, em 1877 – os Russos seriam responsáveis por ditar os termos iniciais de paz, naquilo que ficou conhecido como “Tratado Preliminar de Santo Estevão”. Os termos de Moscou basicamente extinguiram o poderio otomano do continente europeu. Preenchendo tal vácuo emergia uma poderosa Bulgária, estendendo-se do Egeu ao Adriático e com controle de regiões economicamente vitais. Mas por quais motivos foi a Bulgária escolhida como “depositária” do poder Russo na região e atribuída com tamanha preponderância nos termos ditados pelo embaixador Nikolai Ignatiev?

A hipótese apresentada traz a perspectiva de que tal cenário é resultante da confluência de dois processos distintos: de um lado, a existência de um movimento de “renascimento” nas terras búlgaras, fomentado por um desenvolvimento comercial oriundo do Acordo Anglo-Otomano de 1838 e estabelecendo o alicerce de um processo que resultaria na autonomia religiosa da etnia búlgara; de outro, a influência russa que se acentua a partir de 1864, com a nomeação

de Ignatiev como embaixador em Istambul e posteriormente a conclusão dos acordos em Santo Estevão.

O primeiro movimento apresenta como ponto marcante o decreto de 1870, oficializando a emancipação do Exarcado Búlgaro em relação ao Patriarcado de Constantinopla, conferindo a este uma jurisdição territorialmente delimitada. Já o segundo, se materializa de maneira mais evidente em 1878, quando é possível notar uma linha de continuidade entre o movimento de emancipação da ortodoxia búlgara e o surgimento da “Grande Bulgária”, tal qual proposto no tratado.

A metodologia utilizada na análise consiste em uma abordagem qualitativa, fazendo-se uso do método histórico-analítico e descritivo. As fontes utilizadas consistem majoritariamente em produções secundárias, estando inclusos livros, dissertações/teses, artigos científicos, etc. Fez-se uso também de fontes primárias, mais especificamente referentes aos tratados firmados no período e que fazem referência a Questão Búlgara.

A estrutura do trabalho divide-se em duas distintas seções: primeiramente, o foco está em compreender o surgimento do Exarcado e as dinâmicas do movimento de renascimento no território búlgaro, buscando estabelecer uma conexão entre o impulso econômico e comercial oriundo da década de 40 do século XIX e a posterior autocefalia¹⁴⁸ da Igreja Ortodoxa Búlgara;

Posteriormente, a segunda debruça-se sobre o surgimento da “Grande Bulgária” no contexto da Grande Crise do Oriente e da Guerra Russo-Turca, que culminam no Tratado Preliminar de Santo Estevão. A perspectiva que permeia tal seção defende uma continuidade nas propostas apresentadas por Ignatiev na ocasião do tratado. Tal argumentação se fundamenta nas delimitações territoriais propostas pelo embaixador russo – que demonstram extrema proximidade com as eparquias que constituíam o Exarcado Búlgaro – e em evidências que demonstram uma inclinação russa para o estabelecimento de um estado búlgaro territorialmente poderoso, já em 1877.

2 O DESPERTAR NACIONAL E O EXARCADO BÚLGARO

A luta pela emancipação da Bulgária, no contexto de declínio do Império Otomano a partir do século XIX, é uma das últimas a se desenvolver na Península Balcânica. Nas palavras de Forbes (1915, p. 39): “From 1393 until 1877 Bulgaria may truthfully be said to have had no history [...]”¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Autocefalia, nas igrejas cristãs hierárquicas, remete ao estado em que um Bispo não precisa se reportar a nenhuma jurisdição superior, sendo, portanto, o estado máximo de autonomia eclesiástica.

¹⁴⁹ “De 1393 a 1877, pode-se sinceramente dizer que a Bulgária não teve história [...]” (Tradução nossa)

O principal elemento para tamanha imobilidade na luta pela autonomia búlgara, emana da proximidade de suas terras com o núcleo político e administrativo do Império de Istambul (CRAMPTON, 2007; REKUN, 2016; BOZEVA-ABAZI, 2003). A queda de Tarnovo, então capital e centro político do Império Medieval Búlgaro, em 1393, apresentava uma nova dinâmica para a região. O domínio otomano trouxe consigo um movimento de colonização, conduzindo as terras búlgaras largas massas de povos muçulmanos e turcomanos – especialmente os próprios turcos e tártaros (CRAMPTON, 2007). Não obstante, uma considerável camada etnicamente búlgara converteu-se a fé islâmica, sendo posteriormente conhecidos como *Pomaks*.

O domínio cultural e econômico, resultante da ampla migração de povos muçulmanos, foi também acompanhado de um declínio na autonomia religiosa. O controle otomano colocava fim ao Patriarcado de Tarnovo¹⁵⁰ e alocava a cristandade búlgara sob administração do também ortodoxo Patriarcado de Constantinopla – ligado tradicionalmente a etnia grega e que após a Guerra de Independência da Grécia (1821-1829) passava a atuar de maneira mais agressiva na difusão do pan-helenismo e da nacionalidade grega. (CRAMPTON, 2007)

A situação passa a tomar diferentes rumos, à medida que se acentuava a queda do poder relativo de Istambul comparado aos demais centros do sistema europeu. Em 1838, Londres impôs aos otomanos um desfavorável acordo comercial, no Tratado de Balta Limani¹⁵¹. A liberalização e abertura quase total dos mercados otomanos não apenas ajudou a acentuar seu declínio no sistema internacional, mas trouxe também profundos impactos sociais em suas províncias balcânicas.

In following this open trade policy, however, the British had the ulterior motive of empowering the Christian population of the empire with the goal of liberating it. [...] In fact, the free-trade policy, which aimed to bring legal and political equality between the Muslims and Christians, ultimately empowered the Christian minorities and made them the brokers in economic relations¹⁵². (YAVUZ, 2011, p. 121)

As reformas de 1856 – adotadas no contexto da *Tanzimat*¹⁵³ e também sob pressão externa, após a intervenção europeia na Guerra da Crimeia – reforçam a “igualdade” jurídica dos súditos cristãos do Império, bem como sua preponderância na esfera econômica. Dentro deste

¹⁵⁰ Nome dado a jurisdição independente da Igreja Ortodoxa Búlgara, de 1235 a 1393.

¹⁵¹ Assinado após tropas britânicas terem auxiliado a Sublime Porta na repressão da rebelião iniciada por Ali Pasha, no Egito em 1833.

¹⁵² “Seguindo essa política de livre mercado, entretanto, os britânicos tinham o motivo oculto de capacitar a população cristã do império com o objetivo de libertá-la. De fato, a política de livre comércio, que visava trazer igualdade política entre os muçulmanos e cristãos, em última análise empoderou as minorias cristãs e faz delas as corretoras nas relações econômicas.” (Tradução nossa)

¹⁵³ Período usualmente datado de 1839 a 1876, marcado por uma série de reformas adotadas com o intuito de se modernizar o aparato estatal e as relações sociais do Império Otomano.

contexto, as relações econômicas entre a crescente classe média cristã e seus parceiros comerciais do ocidente começam a construir os alicerces que possibilitariam o surgimento de uma identidade nacional na Bulgária e na península.

A new middle class arose, made up primarily of upper agrarian groups and the well-to-do commercial bourgeoisie — both groups for the most part bound economically to Western interests — and from among this class there emerged an intelligentsia that looked toward the West and became, in the nineteenth century, the intellectual architects of, and spokesmen for, Balkan nationalism¹⁵⁴. (KARPAT, 1997, p. 341)

O poderio econômico desta emergente classe, no caso Búlgaro, contrastava com uma incomoda situação: a ausência de autonomia na esfera religiosa. O Patriarcado de Tarnovo havia sucumbido em 1393, junto com a própria unidade política medieval búlgara. Não obstante, em 1767 a Arquidiocese de Ócrida¹⁵⁵ foi extinta e o controle sobre a etnia búlgara foi delegado de forma direta ao Patriarcado de Constantinopla, controlado pelos gregos fanariotas¹⁵⁶ e que a partir de 1830 acentuavam seus esforços de expansão da nacionalidade grega, criando ressentimentos e atritos com as demais etnias presentes na Turquia Europeia (CRAMPTON, 2007; VOVCHENKO, 2008).

Concomitantemente ao movimento de “renascimento” urbano e comercial búlgaro – fruto das benesses conferidas pelo acordo anglo-otomano – intensificou-se também a luta por uma maior autonomia e soberania religiosa. A estrutura administrativa adotada por Istambul, baseada no *Millet*¹⁵⁷, conferia ampla autonomia jurisdicional as comunidades religiosas. Funções básicas do aparato estatal, como por exemplo a cobrança de impostos, eram levadas a cabo por membros do próprio clero (HAGEN, 1999; ALVES, 2004; BARDOS, 2013). Neste sentido, a luta búlgara por sua emancipação religiosa pode também ser compreendida como um esforço de busca por autonomia política e administrativa, especialmente dentro de um vasto império onde as fronteiras entre o sagrado e o político frequentemente se confundiam.

Em 1839 – apenas um ano após o acordo anglo-otomano de Balta Limani – o movimento de emancipação religiosa ganhava mais força e em 1848, o Patriarcado de Constantinopla autorizou a construção de uma Igreja Búlgara em Istambul (CURTIS, 1993). Batizada de Santo

¹⁵⁴ “Uma nova classe média surgiu, composta principalmente de grupos agrários e uma burguesia comercial bem-sucedida – ambos os grupos em sua maior parte vinculado economicamente aos interesses ocidentais – destas classes, surgiu uma *intelligentsia* que olhou para o Ocidente, tornando-se no século XIX os arquitetos intelectuais e porta-vozes do nacionalismo nos Bálcãs.” (Tradução nossa)

¹⁵⁵ Jurisdição religiosa hierarquicamente inferior ao patriarcado e que desde o ano 1018 representava a Igreja Búlgara, ganhando preponderância após a queda do Patriarcado de Tarnovo, em 1393.

¹⁵⁶ Os fanariotas eram gregos que habitavam o distrito de *Fener*, em Istambul. Devido a sua preponderância econômica e religiosa, ocupavam a porção majoritária dos cargos do clero no *Millet* ortodoxo.

¹⁵⁷ Jurisdições administrativas de caráter confessional, que conferiam maior governança aos grupos religiosos e minorias étnicas do Império Otomano.

Estevão, a nova igreja representava a primeira jurisdição religiosa da nacionalidade búlgara, desde a extinção da Arquidiocese em 1767. A luta pela emancipação religiosa tornava-se também o principal meio para o desenvolvimento de uma identidade nacional búlgara (SAMPIMOM, 2006).

A deflagração da Guerra Crimeia, em 1853, trouxe aos búlgaros a perspectiva de obter sua desejada autonomia por meio de uma eventual vitória e patronagem russa (WENSHUANG, 2014). Contudo, a derrota e os duros termos impostos a Moscou no Tratado de Paris evitaram qualquer avanço significativo. Um novo fôlego viria alguns anos mais tarde, com a chegada do pan-eslavo russo Nikolai Ignatiev¹⁵⁸ a Istambul, em 1864.

When Ignatiev arrived as the new ambassador to Constantinople in 1864, his first priority was to somehow resolve the situation. [...] to secure a separate Bulgarian church without antagonizing the Greeks more than necessary. In Ignatiev's mind, this would secure Bulgarian affection for Russia and lead to a further diminution of Ottoman unity, always something worthwhile in Russian eyes¹⁵⁹. (REKUN, 2016, p. 32)

A confluência de esforços entre uma classe média ascendente, ansiosa por autonomia política e um ambicioso embaixador russo culminaram no reconhecimento do Exarcado Búlgaro, em decreto firmado pelo sultão Abdulaziz¹⁶⁰ no ano de 1870 (FORBES, 1915; WERTH, 2006) e estabelecendo uma jurisdição de quinze eparquias¹⁶¹ (SAMPIMOM, 2006). Após alguns conflitos com o Patriarcado grego – que ainda nutria tentativas de evitar a autocefalia búlgara – veio a existir de fato a partir de 1872 (ANASTASOVSKI, 2005)

¹⁵⁸ Nikolai Pavlovich Ignatiev, embaixador russo em Istambul de 1864 a 1877.

¹⁵⁹ “Quando Ignatiev chegou como o novo embaixador em Constantinopla em 1864, sua prioridade era de alguma forma resolver a situação. [...] assegurar uma igreja búlgara autônoma, sem antagonizar os gregos mais do que o necessário. Na mente de Ignatiev, isso asseguraria o afeto búlgaro pela Rússia e levaria a uma diminuição ainda maior da unidade otomana, algo sempre válido para a perspectiva russa.” (Tradução nossa)

¹⁶⁰ Sultão otomano, filho de Mahmud II. Reinou de 1861 a 1876.

¹⁶¹ Divisão territorial civil e eclesiástica da ortodoxia, com origens no Império Bizantino.

Figura 1 – Mapa do Exarcado Búlgaro



Fonte: Wikimedia¹⁶²

O estabelecimento do Exarcado coroava os esforços iniciais de emancipação do povo búlgaro. A obtenção de autonomia religiosa, dentro de uma jurisdição territorialmente delimitada, ainda não conferia aos Búlgaros o mesmo status que gozava os já estabelecidos principais eslavos da Sérvia e Montenegro, mas representava um importante avanço na luta emancipatória.

Outro relevante ponto consistia no fato de que qualquer outra eparquia ortodoxa poderia se juntar ao Exarcado Búlgaro, desde que dois terços de sua população estivessem de acordo (ANASTASOVSKI, 2005; VOVCHENKO, 2008). Conferindo, portanto, uma capacidade de expansão a jurisdição da igreja búlgara.

Como será exposto na seção subsequente, a partir de 1875 a chamada “Grande Crise do Oriente” apresenta um novo horizonte de perspectivas para a situação búlgara. O envolvimento russo em mais um conflito militar contra Istambul agora trazia resultados diferentes das frustrações na Crimeia.

3 SANTO ESTEVÃO E A CONSTRUÇÃO DA “GRANDE BULGÁRIA”

O ano de 1875 apresentaria novos desafios para a Sublime Porta e sua relação com os súditos cristãos. Más condições locais e cobrança excessiva de impostos levaram a revoltas nas

¹⁶² Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bulgarian-Exarchate-1870-1913.jpg>> acesso: 03 ago. 2018.

províncias da Bósnia e Herzegovina. No ano seguinte, foi a vez dos Búlgaros. A violenta repressão da Sublime porta, por meio dos chamados *Bashibazouks*¹⁶³, supostamente teria resultado em mais de doze mil mortes, nas chamadas “Atrocidades Búlgaras” (SCHUMACHER, 2014; WOODWARD, 1920).

As barbaridades cometidas na península ajudaram a reduzir a intensidade do apoio britânico a Istambul, que se viu então a mercê da intervenção Russa. A Guerra Russo-Turca foi deflagrada em 1877, após Moscou garantir a benevolente neutralidade do Império Austro-Húngaro. Foram nove meses de confronto, até que os Russos forçaram a capitulação da Sublime Porta (JELAVICH, 1991).

Os termos russos foram ditados no chamado Tratado Preliminar de Santo Estevão – o mesmo nome da primeira Igreja Búlgara, estabelecida em 1848 – assinado no distrito homônimo de Istambul e que buscava consolidar o poderio russo na região (FARRAR, 1996; KALAYCI, 2005; HALL, 2000; FOWLER, 1967). Santo Estevão reduzia a Turquia Europeia a uma pequena faixa de terra, substituindo a outrora vasta extensão territorial otomana por novos Estados Nacionais independentes.

A Bulgária tornava-se a principal beneficiária dos termos russos. Santo Estevão criava um Estado Búlgaro territorialmente abrangente e com acesso a importantes rotas comerciais na península. Além disso, na perspectiva das demais potências europeias, supostamente seria um “Estado Satélite” russo na região, representando uma perigosa e constante ameaça a segurança do Império Otomano e consequentemente dos importantes estreitos (JELAVICH, 1983; SCHUMACHER 2014; ANDERSON, 1994; REKUN, 2011; DOBROFF, 2000).

Indícios de uma possível inclinação russa ao estabelecimento de um poderoso estado búlgaro podem ser vistos já em 1877, na ocasião do acordo secreto que assegura a neutralidade de Viena na Crise do Oriente. O primeiro artigo do documento – que estabelece também diretrizes para a Bósnia e Herzegovina – afirma:

“Devido ao fato de que a Bulgária está em condições mais propícias para as atividades das instituições autônomas, eles se comprometem na conferência a exigir para esta província uma autonomia mais ampla, com garantias sérias”.¹⁶⁴

¹⁶³ Grupo de soldados irregulares, utilizados pela Sublime Porta em tempos de guerra ou para repressão de rebeliões internas.

¹⁶⁴ Budapest, 3/15 January 1877. Secret Convention between Russia and Austria-Hungary. In: **Collection of treaties of Russia with other states (1856-1917)** State publishing house of political literature, 1952 p. 149-155. Disponível em: <<http://istmat.info/node/27176>> Acesso em: 04 ago. 2018

Os termos do acordo, negociado por Gyula Andrassy¹⁶⁵ e Yevgeny Novikov¹⁶⁶, possivelmente revelam evidências do impacto dos avanços da luta búlgara por sua autonomia religiosa, mesmo com o curto espaço de tempo entre o estabelecimento de fato do Exarcado e a convenção secreta de Budapeste. Contudo, a citada “situação mais propícia para a atividade das instituições autônomas” pode ser entendida como fruto de tais avanços. O estabelecimento de uma base para o surgimento de instituições autônomas só foi possível em razão da emancipação religiosa búlgara em relação ao patriarcado de Constantinopla, uma vez que o estabelecimento de uma jurisdição exclusivamente búlgara retirava dos Gregos fanariotas as atribuições administrativas do *Millet* e as repassava para a nova unidade, fornecendo a bases para o surgimento de instituições administrativas alinhadas com o crescente sentimento nacional fomentado pelas classes urbanas.

Outra evidência do novo comprometimento russo, em “construir” uma Grande Bulgária nos Bálcãs, pode ser encontrada na obra de Woodward (1920), onde o mesmo relata uma troca de correspondências entre Lord Derby¹⁶⁷ e Alexander Gorchakov¹⁶⁸, ainda em 1877.

He [Lord Derby] suggested the formation of an autonomous Bulgaria, from the Danube to the Balkans and asked that Russia should be allowed to regain the Bessarabian territory, lost in 1856. But, a few days later Gorchakoff announced that Russia could not consider any separation of Bulgaria into two provinces¹⁶⁹. (WOODWARD, 1920, p. 6-7)

Também de crucial importância, é o fato de que as negociações em Santo Estevão foram também conduzidas por Ignatiev – o mesmo embaixador russo em Constantinopla que agiu ativamente nos esforços em se consolidar o Exarcado Búlgaro, conferindo a este autonomia religiosa e jurisdição territorial menos de uma década antes. Agora, com a responsabilidade de defender os interesses russos após um duro conflito militar, o embaixador demonstra uma clara linha de continuidade com suas conquistas de anos anteriores. A configuração territorial da Bulgária do Tratado Preliminar engloba as quinze eparquias do decreto de Abdulaziz, em 1870.

Figura 2 – Mapa da “Grande Bulgária” de Santo Estevão (1878)

¹⁶⁵ Primeiro-Ministro (1867-1871) e Ministro das Relações Exteriores (1871-1879) do Império Austro-húngaro.

¹⁶⁶ Embaixador do Império Russo em Viena, de 1874 a 1879.

¹⁶⁷ Edward Stanley, 15º Lord de Derby e Secretário de Estado para Assuntos Externos do Império Britânico, de 1866 a 1868 e 1874 a 1878.

¹⁶⁸ Ministro das Relações Exteriores do Império Russo, de 1856 a 1882.

¹⁶⁹ “Ele [Lord Derby] sugeriu a formação de uma Bulgária autônoma, do Danúbio aos Bálcãs e orientou que a Rússia pudesse reconquistar a Bessarábia, perdida em 1856. Mas, alguns dias depois, Gorchakov anunciou que a Rússia não poderia considerar qualquer separação da Bulgária em duas províncias.” (Tradução nossa)



Fonte: New World Encyclopedia¹⁷⁰

A Grande Bulgária teria o privilégio de controlar as importantes rotas comerciais da Macedônia, bem como faria sua presença ser sentida em portos tanto no Mar Egeu, quanto no Adriático (ANDERSON, 1994; BREGU, 2014).

Ignatiev dictated the terms of the Treaty of San Stefano, by which a principality of Bulgaria, under the nominal suzerainty of the Sultan, was created, stretching from the Danube to the Aegean, and from the Black Sea to Albania, including all Macedonia and leaving to the Turks only the district between Constantinople and Adrianople, Chalcidice, and the town of Salonika. [...]171 (FORBES, 1915, p. 44-45)

De maneira mais específica, as diretrizes do Tratado Preliminar de Santo Estevão que se referem a questão Búlgara podem ser encontradas no Artigo VI (responsável por delimitar a forma de governo e as fronteiras do novo principado), Artigo VII (responsável por estabelecer os procedimentos para eleição do novo monarca), Artigo VIII (responsável por proibir a presença de tropas otomanas no principado), Artigo IX (delimita o tributo a ser pago pelo principado a Sublime Porta) e Artigo X (Concede ao Império Otomano o direito de utilizar o território búlgaro para abastecimento de suas tropas)¹⁷².

Embora as definições estabelecidas em Santo Estevão tenham acabado por se tornar efêmeras, o breve prospecto de existência real da “Grande Bulgária” como uma entidade

¹⁷⁰ Disponível em: <[http://www.newworldencyclopedia.org/entry/File:Bulgaria-SanStefano_-\(1878\)-byTodor-Bozhinov.png](http://www.newworldencyclopedia.org/entry/File:Bulgaria-SanStefano_-(1878)-byTodor-Bozhinov.png)> Acesso: 02 ago. 2018.

¹⁷¹ “Ignatiev ditou os termos do Tratado de San Stefano, pelo qual o principado da Bulgária, sob suserania nominal do sultão, foi criado. Se estendendo desde o Danúbio até o Egeu, e do Mar Negro à Albânia, incluindo toda a Macedônia e deixando a os Turcos apenas o distrito entre Constantinople e Adrianópolis, Calcídica e a cidade de Salônica. ” (Tradução nossa)

¹⁷² **The Preliminary Treaty of Peace, signed at San Stefano (1878).** Fonte: Universidade de Oregon. Disponível em: <<https://pages.uoregon.edu/kimball/1878mr17.SanStef.trt.htm>> Acesso em: 02 ago. 2018

política autônoma – embora ainda não independente e com status nominal de vassalo a Istambul – representava um considerável resultado para aquele que foi um dos últimos povos a se rebelar contra o domínio otomano na península. Em quatro décadas – entre o início do “Renascimento” Búlgaro a partir do impulso comercial em 1838 e o fim da Guerra Russo-Turca em 1878 – o movimento de emancipação havia obtido a importante autonomia religiosa e esteve muito próximo de conquistar sua soberania política em uma área que satisfazia totalmente suas pretensões nacionalistas.

A Grande Bulgária nunca se materializou. Mas tornou-se uma ambição dos estadistas do novo país, e nos anos subsequentes, Sofia se veria envolvida em uma série conflitos, em última instância levados a cabo para satisfazer os sonhos de Santo Estevão.

4 CONCLUSÕES

Com base na argumentação e nas evidências apresentadas, é possível inferir que os dois processos analisados – o “renascimento” búlgaro, com a conquista de autonomia religiosa em 1870 e o avanço diplomático russo durante a Grande Crise do Oriente – apresentam íntima ligação e estão diretamente relacionados com a tentativa de se estabelecer em 1878 o que viria a ficar conhecido como a “Grande Bulgária”, um estado territorialmente expressivo e que seria tributário dos interesses russos na península balcânica.

A projeção de tal ideia encontrava referências tanto no recente desenvolvimento de uma identidade búlgara, quanto nas experiências passadas daquele que talvez seja o maior responsável por sua formulação: o embaixador russo Nikolai Ignatiev. Ocupando o posto de embaixador em Istambul, Ignatiev participou diretamente das etapas finais do renascimento búlgaro, tendo papel ativo na intermediação do processo que resultaria na criação do Exarcado, em 1870.

A concessão de autonomia religiosa não resultava apenas em ganhos espirituais, mas também administrativos e territoriais. Como apontado anteriormente, a jurisdição otomana baseada no *Millet* conferia grande autonomia administrativa às instituições religiosas. A obtenção de reconhecimento institucional da igreja búlgara retirava a exploração imposta pelo Patriarcado de Constantinopla e os Gregos fanariotas. Além disso, as 15 eparquias listadas no decreto de 1870 conferiam uma abrangente extensão territorial no coração da península.

Não à toa, em 1877 a convenção Austro-Russa que assegura a neutralidade de Viena considera a Bulgária como mais apta ao desenvolvimento de instituições autônomas – em comparação com as províncias da Bósnia e Herzegovina, localizadas ao norte – e, portanto, deveria receber garantias de maior autonomia. O sucesso russo no campo de batalha parecia validar tais pretensões.

O Tratado de Santo Estevão teve como principal negociador russo o próprio Nikolai Ignatiev. Neste sentido, é possível notar uma grande conexão entre a “Grande Bulgária” proposta pelo embaixador e o mapa do Exarcado, onde o mesmo teve papel ativo na formulação menos de uma década antes. A Bulgária de Santo Estevão pode ser vista como a manifestação política do Exarcado Búlgaro, uma abrangente extensão territorial que passaria a controlar o coração econômico da península, bem como acessos marítimos estratégicos no Egeu e Adriático. Os Búlgaros, que dois anos antes sofriam as famosas “atrocidades” que jogaram a opinião pública contra Istambul, agora pareciam emergir como a potência dominante do Oriente Próximo.

Contudo, as definições territoriais com base em um vernáculo religioso e administrativo já existente – oriundo da administração do Exarcado, dentro da jurisdição de *Millet* – e a aparente comoção com as mortes camponesas na Bulgária não foram suficientes para legitimar as ousadas pretensões de Moscou e Sofia frente os demais plenipotenciários do concerto europeu. As capitais do velho continente identificaram a Bulgária de Santo Estevão como uma ameaça perene a estabilidade dos estreitos, uma percepção aguçada pelos inevitáveis laços que tal Estado teria com o Império Russo, seu “libertador”. Os termos de Santo Estevão foram revistos no Congresso de Berlim, poucos meses depois e os planos russo-búlgaros acabaram frustrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jose Augusto L. Nacionalismo e étnicas em conflito nos Bálcãs. Lua Nova, Nº 63, 2004, p. 6-37.

ANASTASOVSKI, Nick. Contestations over Macedonian Identity, 1870-1912. 2005. 539f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Victoria University, Melbourne. 2005.

ANDERSON, David S. The Apple of Discord: Macedonia, The Balkan League, and The military topography of the First Balkan War. 1994. 65 f. Monografia – School of Advanced Military Studies, Fort Leavenworth, Kansas, 1994.

BARDOS, Gordon N. Ethnoconfessional Nationalism in the Balkans: Analysis, Manifestations and Management. Nova York: Columbia University, Nova York, 2013

BOZEVA-ABASSI, Katrin. The Shaping of Bulgarian and Serbian National Identities, 1800-1900s. 2003. 293f. Tese (Doutorado em História) – McGill University, Montreal. 2003.

BREGU, Edit K. The situation of international relations before the beginning of the Balkan Wars 1912-1913 as a precursor of the First World War European Scientific Journal, v. 2, special edition, p. 172-180, fev./2014.

CRAMPTON, R. J. *Bulgaria: The Oxford History of Modern Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

CURTIS, Glenn E. *Historical Setting*. In: CURTIS, Glenn E. (Org.). *Bulgaria: A Country Study*. Washington: US Government Printing Office, 1993.

DOBROFF, Ronald. *Behind the Balkin Wars: Russian Policy toward Bulgaria and the Turkish Straits, 1912–13*. *The Russian Review*, v. 59, n. 1, p. 76-95, Jan./2000.

FARRAR, Lancelot L. *Realpolitik versus Nationalpolitik: Rethinking nationalism during the Eastern Crisis, 1875-1878*. *East European Quarterly*, v. 30, n. 1, p. 27-45, Spring/1996.

FORBES, Nevill. *Bulgaria*. In: FORBES, Nevill et al. *The Balkans: A History of Bulgaria-Serbia-Greece-Rumania-Turkey*. Oxford: The Clarendon Press, 1915. p. 19-66.

FOWLER, Ronald D. *British Attitude Toward the Balkan Muddle 1900-1912*. Texas: Lubbock, Texas, 1967.

HAGEN, William W. *The Balkans' Lethal Nationalisms*. *Foreign Affairs*. July/August, 1999, p. 52-65.

HALL, Richard C. *The Balkan Wars 1912-1913: Prelude to the First World War*. Londres: Routledge: Londres, 2000.

JELAVICH, Barbara. *History of the Balkans: Eighteenth and Nineteenth Centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Russia's Balkan Entanglements: 1806-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

KALAYCI, Burcu. *Change and Continuity in the Foreign Policy of Bulgaria: A case study in Bulgaria's relations with Russia (1878-1915)*. 2005. 109f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Bilkent University, Ankara, 2005.

KARPAT, Kemal H. *The Balkan National States and Nationalism: Image and Reality*. *Islamic Studies*, v. 36, n. 2/3, p. 329-359, summer/autumn, 1997.

REKUN, Mikhail S. *Empire Unguided: Russo-Bulgarian Relations, 1878-1886*. 2016. 342f. Tese (Doutorado em História) – Northeastern University, Boston. 2016.

_____. *The downfall of Russo-Bulgarian relations, 1878–1886 from San Stefano to the Kaulbars mission*. 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Tufts University, Medford.

SAMPIMOM, J. A. *Becoming Bulgarian: the articulation of Bulgarian identity in the nineteenth century in its international context: an intellectual history*. Amsterdam: Uitgeverij Pegasus. 2006.

SCHUMACHER, Leslie R. *The Eastern Question as a Europe Question: Viewing the ascent of "Europe" through the lens of Ottoman decline*. *Journal of European Studies*, v. 44, p. 64-80, 2014.

VOVCHENKO, Denis V. Containing Balkan Nationalism: Imperial Russia and Ottoman Christians (1856-1912). 2008. 360 f. Dissertação – University of Minnesota, 2008.

WENSHUANG, Lin. The Rise of Bulgarian Nationalism and Russia's influence upon it. 2014. 227f. Tese (Doutorado em Humanidades) – University of Louisville, Louisville. 2014.

WERTH, Paul. Georgian Autocephaly and the Ethnic Fragmentation of Orthodoxy. *Acta Slavica Iaponica*, v. 23, p. 74-100, 2006.

WOODWARD, E. L. The Congress of Berlim 1878. Londres: H.M Stationery Office. 1920.

YAVUZ, Hakan M. The Transformation of “Empire” through Wars and Reforms. In: YAVUZ, Hakan M.; SLUGLETT, Peter. (Orgs.). *War and Diplomacy: The Russo-Turkish War of 1877-1878 and the Treaty of Berlin*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2011. p. 17-56.